

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DAVI SILVA DA COSTA

CAMINHANDO RUMO AO FUTURO *INCERTO*:

Sucessão e Transmissão de Patrimônio no Projeto Agroextrativista São Francisco em Serra do Ramalho, BA.

Davi Silva da Costa
Orientadora: Maria José Teixeira Carneiro

Rio de Janeiro
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

CAMINHANDO RUMO AO FUTURO INCERTO:

Sucessão e Transmissão de Patrimônio no Projeto Agroextrativista São Francisco em Serra do Ramalho, BA.

DAVI SILVA DA COSTA

Sob orientação da Professora
Dra. Maria José Teixeira Carneiro

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro
Outubro de 2016

346.04368142 Costa, Davi Silva da.

C837c Caminhando rumo ao futuro *incerto*: sucessão e
T transmissão de patrimônio no Projeto Agroextrativista São
Francisco em Serra do Ramalho, BA / Davi Silva da Costa,
2016.

270 f.

Orientador: Maria José Teixeira Carneiro.

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 256 – 268.

1. Sucessão - Teses. 2. Patrimônio – Teses. 3. Reforma
agrária – Teses. 4. Família – Teses. I. Carneiro, Maria José
Teixeira (orientador). II. Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

DAVI SILVA DA COSTA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais.

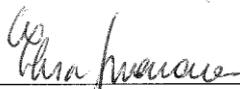
Tese aprovada em 10/10/2016.



Prof.ª Dr.ª Maria José Teixeira Carneiro (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



Prof.ª Dr.ª Lídia Maria Pires Soares Cardel (UFBA)



Prof.ª Dr.ª Elisa Guaraná de Castro (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. John Cunha Comerford (MN/UFRRJ)



Prof.ª Dr.ª Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA/UFRRJ)

À minha mãe, por tudo. À meu
tio-pai (*in memoriam*),
meus irmãos, amigos e às pessoas do
rural, que me entendem e me ajudam a atender.

"Estive pensando na fúria cega com que os homens se atiram à caça do dinheiro. É essa a causa principal dos dramas, das injustiças, da incompreensão da nossa época. Eles esquecem o que têm de mais humano e sacrificam o que a vida lhes oferece de melhor: as relações de criatura para criatura. De que serve construir arranha-céus se não há mais almas humanas para morar neles. (...) É indispensável trabalhar, pois um mundo de criaturas passivas seria também triste e sem beleza. Precisamos, entretanto, dar um sentido humano às nossas construções. E quando o amor ao dinheiro, ao sucesso nos estiver deixando cegos, saibamos fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do céu".

Érico Veríssimo em "Olhai os Lírios do Campo".

AGRADECIMENTOS

Sempre tenho dito por ai que a “gratidão é a assinatura da alma” e que “quem agradece percebe que nada se faz sozinho”, então que bom que a dureza acadêmica permite este espaço para que “sentimentalizemos” este processo árduo e muitas vezes solitário da reflexão e escrita acadêmica. Citando Anatole France, “Agradeço ao destino por ter-me feito nascer pobre. A pobreza foi-me uma amiga benfazeja; ensinou-me o preço verdadeiro dos bens úteis à vida, que sem ela não teria conhecido”.

Chego a este momento ciente de que minha mãe me ensinou valores que agora precisam ser merecidamente agradecidos: a humildade, a perseverança e o carinho mesmo que as pessoas não tenham sido conosco carinhosas. Aos meus irmãos pela compreensão dos meus “sumiços e silêncios” e pela motivação. Aos meus sobrinhos João, Pedro e Maria Laura pelo entendimento do “tio ausente”.

Agradeço em especial a Gabriel pelo entendimento das fraquezas, dos estresses, das inseguranças, das ausências necessárias e de empregar os ouvidos aos diálogos sobre temas que por ventura lhes soavam chatos, pelo abrigo e pelo incentivo, a sua maneira. À Vanessa Schotz, Fernanda Nagem, Bibi Cintrão, Bruno, Zé Renato, Mariana Santarelli e Lilian Berlym, colegas de turma, que sempre se dispuseram a compartilhar, opinar e elogiar. Ao Leonardo (o capixaba), Aline (Lili), Ariane (Nane), Joyce (Joy), Murilo (o paulista), Isabelle (a mineira), Lila, Mirna (a baiana), Fabrício (o gaúcho), Diana Bautista (a colombiana), Cecília (a portuguesa), Renata Milanês (a paraibana) por compartilharem sabedorias e trajetórias. Ao Aristides (Mitcha), amigo angolano pela companhia e estímulo.

À Heron pelas leituras e críticas sempre detidas, carinhosas e instigantes, meu agradecimento honroso, pois sua história de vida e profissional me ensinam todos os dias que é possível crescer através da educação. À Felipe (meu filho do coração), Bianca, Sol, Givas, Itana, Mônica (minha filha do coração), Clau, Renilde, Guilherme, Elvinho, Fernanda, Mara, Fabi, André, Tobias, Ed, Wel, Junio Custódio, Karol, Bárbara, Ivna, Fau (irmã do coração), Aline (irmã do coração), Jéo (irmã do coração) e Cleidi, alunos e amigos queridos que motivaram, ajudaram e desejaram sucesso até mesmo nos olhares. Aos alunos de Serrinha, que acompanharam o fim dessa trajetória, impossível citar tantos nomes. A Valéria Porto, quilombola, por me ensinar que a luta se instaura quando acreditamos e nos sentimos aguerridos. A Keu (Claithiane), por tudo o que fez mesmo sem perceber, a tudo o que me deu

sem pedir em troca, grato pela companhia, sorrisos e lágrimas. Ao Reitor Prof. Dr. Geovane Nascimento, aos diretores Prof. Dr. Ariomar Rodrigues e MSc Kelly Brito, pelo apoio institucional e percepção que é preciso incentivar a formação docente para construir a educação deste país.

À Prof. Dra. Irenilda Lima (UFRPE), Prof. Dra. Mônica Molina (UNB), Prof. Sonia Meire de Jesus (UFS), Prof. Dr. Marcos Medeiros (UFPB), Prof. Dra Lidia Cardel (UFBA), Prof. Guiomar Germani (UFBA), Prof. Dra. Ely Estrela (*in memoriam*), Prof. Dr. Silvio Soglia (UFRB) e ao Prof. Dr. Alexandre Almassy (UFRB) pela carinhosa, humilde e inesquecível colaboração à minha formação e sobretudo por acreditarem em mim. Às professoras Dra. Leonilde Medeiros e Dra. Débora Lerrer pelas contribuições pressadas na minha qualificação e às palavras sempre precisas, acalentadoras, inspiradoras e inesquecíveis da Prof. Débora nas idas a Seropédica, nos tempos do Residência Agrária. Aos professores Dra. Claudia Schimidt, Prof. Dra. Eli de Fátima Napoleão, Prof. Dra. Regina Bruno, Prof. Dr. John Wilkinsin, Prof. Dr. Nelson Delgado, Prof. Dr. Andrey Cordeiro, Prof. Dr. Renato Maluf, Prof. Dra. Fátima Portilho pelos ensinamentos valiosos nas aulas e encontros nos corredores. Serei eternamente grato pela generosidade e pelo que significam para a minha formação.

Aos colegas Estácio, Rita, Delfran, Carlindo, Aurélio, Márcio, Maria Auxiliadora, Gardênia, Mayana, Linda, André, Elys Mary, Rose, Camila, Alisson, Maxixe, Leandro, Luís, Joseval, pela força. Aos agricultores e agricultoras, que ausentes ou presentes nessa pesquisa, me mostraram que o rural, que os assentamentos e que o cotidiano do povo da roça é rico, surpreendente e valoroso. À Chica Guedes, Chica Silva, Fran, Cida, Rodrigo e Zéfa pelos abraços sempre carinhosos a cada chegada minha ao Assentamento.

Por fim, à minha orientadora Zezé pela compreensão, puxões de orelha e pelos ensinamentos, que certamente levarei por toda a minha vida pessoal e profissional. Chego até este momento pois em 1999, ao entrar na Agronomia, o primeiro livro que li foi de sua autoria e essa leitura me ajudou a construir o engenheiro-antropólogo, como sempre me chamaram por ai e a sonhar, mesmo que um sonho quase intocável, em um dia estudar no CPDA.

RESUMO

A tese objetiva compreender os mecanismos de construção e definição de estratégias de sucessão e transmissão de patrimônio que são elaboradas pelas famílias assentadas no Projeto Agroextrativista São Francisco, situado no município de Serra do Ramalho, Bahia. A partir da análise das trajetórias dos beneficiários dos lotes, que foram deslocados das margens do rio devido a implantação de uma Área de Preservação Permanente, torna-se possível entender as construções de pertencimento e os projetos de vida para o lugar. O trabalho, a terra e a moradia são elencados como determinantes à continuidade das gerações neste espaço. O Estado possui a tutela deste Projeto e conseqüentemente das famílias, impõe dificuldades para a permanência das famílias, sobretudo aquelas relacionadas à manutenção de implantar sistemas de produção devido à falta de água e infraestrutura, a falta de acompanhamento técnico, a imposição da adequação à modalidade Agroextrativista, para citar algumas. No âmbito social, o individualismo, a não aceitação das proibições que a modalidade os impõe e a saída de indivíduos da família para a cidade é percebida como limitantes à permanência. Sob esta tessitura social, política e econômica, a continuidade no lote se ampara na viabilização da permanência dos netos, em virtude do envelhecimento da primeira geração e na saída para o trabalho da segunda geração e ressignificar algumas determinações normativas da modalidade como construção de novas casas nos lotes e divisão das terras se apresentam como possibilidades. Surge nessa dimensão a importância das mulheres na valorização da terra e do lote e a agroecologia como meio de dinamizar a produção em consonância com a preservação dos recursos naturais e estímulo ao trabalho coletivo. As famílias analisadas estimulam a compreensão das conseqüências de um projeto de regularização fundiária determinista (na modalidade, nas formas de organização, na configuração espacial) e sob as conseqüências da tutela do Estado e de sua ausência, o que estimula a adaptação e sobrevivência das gerações despartados, em certa medida, das garantias pretendidas pelo projeto reformista e colonizador do Estado.

Palavras-chave: sucessão, patrimônio, reforma agrária, famílias, futuro.

ABSTRACT

The thesis aims to understand the construction mechanisms and definition of succession strategies and transmission of patrimony that are prepared by the families settled in the San Francisco (São Francisco) Agroextractivist Project, placed in the municipality of Serra do Ramalho, Bahia. From the analysis of the trajectories of the beneficiaries of plots of land, who were displaced from the banks of the river due to the establishment of a Permanent Preservation Area, It becomes possible to understand the constructions of belonging and life projects for the place. Work, land and housing are listed as determinants to generation' continuity in this space. The State has the responsibility of this Project and consequently of families, enforces difficulties for families' permanence, mainly those related the maintenance of to implant in production systems due to lack of water and infrastructure, lack of technical monitoring, the imposition of adaptation to the Agroextractivist modality, to mention some. In the social scope, the individualism, non-acceptance of prohibitions, who the modality enforces them and the exit of individuals from the family to town is perceived as limiting the permanence. About social tessitura, political and economic, the continuity of plots of land is supported by in the viability of the stay of the grandchildren, due to the aging of the first generation and the exit to the work of the second generation and to resignify some normative determinations of the modality like build of the new houses in of plots of land and division of land are presented as possibilities. It appears in this dimension the importance of women in the appreciation of land and of the plots of land and the agroecology as a means of boosting production in consonance with the natural resources preservation and stimulus collective work. The analyzed families stimulate the consequence comprehension of the project of regularization of land ownership deterministic (in the modality, in the organizations forms, in spatial configuration) and about the State tutelage consequences and of its absence, what stimulates the adaptation and survival of the separated generations, in a certain way, of the intended assurance by the reformist project and colonizer of the State.

Key words: succession, patrimony, land reform, families, future.

LISTA DE FIGURAS

	PÁGINA
Figura 01: Croqui do lote da Família Xique-Xique.	69
Figura 02: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Xique-Xique.	71
Figura 03: Croqui do lote da Família Mandacaru.	86
Figura 04: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Mandacaru.	87
Figura 05: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Angico.	97
Figura 06: Croqui do lote da Família Angico.	98
Figura 07: Croqui do lote da Família Cagaita.	102
Figura 08: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Cagaita.	103
Figura 09: Redes de mobilidade nas proximidades do PA São Francisco	106
Figura 10: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Macambira.	112
Figura 11: Croqui do lote da Família Macambira.	114
Figura 12: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Jitirana.	115
Figura 13: Croqui do lote da Família Jitirana.	117
Figura 14: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Mulungu.	121
Figura 15: Croqui do lote da Família Mulungu.	123
Figura 16: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Mangaba.	128
Figura 17: Croqui do lote da Família Mangaba.	129
Figura 18: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Pitomba.	132
Figura 19: Croqui do lote da Família Pitomba.	133
Figura 20: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Juazeiro.	135
Figura 21: Croqui do lote da Família Juazeiro.	137
Figura 22: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Mangaba.	142

Figura 23: Croqui do lote da Família Aroeira	142
Figura 24: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Gueroba.	226
Figura 25: Croqui do lote da Família Gueroba.	228
Figura 26: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Gueroba.	231
Figura 27: Croqui do lote da Família Gueroba.	233
Figura 28: Frequência de palavras nas entrevistas com as famílias de Barra de Ipueira	236
Figura 29: Figura 29: Espacialização da Pesquisa.	269

LISTA DE MAPAS

	PÁGINA
Mapa 1: Localização do Território Velho Chico, Bahia.	40
Mapa 2: Municípios do Território Velho Chico que possuem Projetos de Reforma Agrária (2005).	41
Mapa 3: Município de Serra do Ramalho e os municípios que tiveram suas sedes inundadas para a construção da Barragem de Sobradinho.	43
Mapa 4: Representação espacial dos Projetos de Reforma Agrária no Município de Serra do Ramalho, Bahia.	48

LISTA DE TABELAS

	PÁGINA
Tabela 1: Informações Demográficas do Território Velho Chico, Bahia.	41
Tabela 2: Dados do município de Serra do Ramalho em 2012.	49

LISTA DE IMAGENS

	PÁGINA
Imagem 01: Imagens do processo de extração de areia no PAE São Francisco às margens do Rio São Francisco em 2014	66
Imagem 02: Produção de mudas para a horta coletiva.	67
Imagem 03: Antiga área onde Maria Mandacaru morava situada na atual APP. Ao fundo é possível avistar o rio São Francisco.	81
Imagem 04: Margem do rio São Francisco no trecho da APP na comunidade Barra de Ipueira onde a Família Mandacaru morava.	88
Imagem 05: Margens do Rio São Francisco e localização da Área de Preservação Permanente.	206
Imagens 06: Assoreamento das margens do rio ocasionadas pela extração de areia, em 2015.	207
Imagens 07: Assoreamento das margens do rio ocasionadas pela extração de areia, em 2015.	207

LISTA DE QUADROS

	PÁGINA
Quadro 01: Composição da Família Xique-Xique em 2015.	62
Quadro 02: Composição da Família Mandacaru em 2015.	80
Quadro 03: Composição da Família Angico em 2015.	91
Quadro 04: Composição da Família Cagaita em 2015.	100
Quadro 05: Composição da Família Macambira em 2015.	108
Quadro 06: Composição da Família Jitirana em 2015.	114
Quadro 07: Composição da Família Mulungu em 2015.	120
Quadro 08: Composição da Família Mangaba em 2015.	127
Quadro 09: Composição da Família Pitomba em 2015.	131
Quadro 10: Composição da Família Juazeiro em 2015.	134
Quadro 11: Composição da Família Aroeira em 2015.	138
Quadro 12: Composição da Família Gueroba em 2015.	224
Quadro 13: Composição da Família Quixabeira em 2015.	229
Quadro 14: Resumo da situação socioeconômica das Famílias.	239

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPAESF	Central das Associações dos Moradores do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco
CCU	Contrato de Concessão de Usos
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CETA	Comissão Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CPDA	Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento Rural
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE-SF	Projeto de Assentamento Agroextrativista – São Francisco
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDSA	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento
PEC-SR	Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PRONAF	Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado da Bahia
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

CONVENÇÕES	21
INTRODUÇÃO	22
PARTE 1 – CRUZAMENTOS ENTRE TRAJETÓRIAS DE VIDA, RELAÇÕES COM O LUGAR E AS POSSIBILIDADES DE CONVIVÊNCIA	40
CAPÍTULO 1 – O ÚNICO PROJETO AGROEXTRATIVISTA DA BAHIA: O PAE SÃO FRANCISCO EM SERRA DO RAMALHO	41
1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O SURGIMENTO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO ESPECIAL SERRA DO RAMALHO.....	41
1.2 O PROJETO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO: SINGULARIDADES DE UM ESPAÇO COMPLEXO	51
CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DAS FAMÍLIAS QUE CONSTROEM SEUS PROJETOS DE VIDA NO LUGAR	62
2.1 ENTRELACANDO AS PRIMEIRAS LINHAS EM BARRA DE IPUEIRA: O LUGAR ONDE RESISTE A FAMÍLIA XIQUE-XIQUE	63
2.1 MARIA MANDACARU E SEU DESEJO DE VOLTAR ÀS MARGENS DO RIO	81
2.1 JOSÉ ANGICO E AS CONTRADIÇÕES DE “UM CAMPONÊS ASSENTADO”	93
2.1 A FAMÍLIA CAGAITA E O PERTENCIMENTO ÀS TERRAS EM QUE NASCERAM.....	101
CAPÍTULO 3 – FAMÍLIAS E SUAS EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE E PERMANÊNCIA COM O LUGAR	108
3.1 A FAMÍLIA MACAMBIRA E A FAMÍLIA JITIRANA E SUA REDE DE MOBILIDADES	110
3.2 A FAMÍLIA MULUNGU E SUA VISÃO EMPREENDEDORA: O LOTE E A VIDA NO LUGAR.....	122
3.3 A QUESTÃO DA DIVISÃO DA TERRA OU A COMPRA DE UM NOVO LOTE: OS DILEMAS DAS FAMÍLIAS MANGABA, PITOMBA E JUAZEIRO	128
3.4 A CONTINUIDADE COMO UMA QUESTÃO LIMITANTE PARA A FAMÍLIA AROEIRA	140
3.5 EM BUSCA DE ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR OU DOS LUGARES.....	146
CAPÍTULO 4 – ESTRATÉGIAS PARA A REPRODUÇÃO FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO DO FUTURO	150
4.1 MECANISMOS DE ESCOLHA DO (A) SUCESSOR (A): DILEMAS À REPRODUÇÃO SOCIAL	155

4.2 A MOBILIDADE COMO ESTRATÉGIA E A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA COLETIVOS.....	165
4.3 SUCESSÃO, PROJETOS DE VIDA E RESSIGNIFICAÇÕES SOBRE O LUGAR.....	170
4.4 DINÂMICAS SOCIAIS E DILEMAS DA SUCESSÃO ENTRE AS GERAÇÕES	180
CAPÍTULO 5 – OS BENS PATRIMONIAIS: O QUE PODE E O QUE PRECISA SER HERDADO	185
5.1 CONTEXTO PARA A TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO: OS PADRÕES NORMATIVOS E SOCIAIS EM QUESTÃO	185
5.2 OS DESEJOS DE CONTINUIDADE E A CONSTRUÇÃO DA APROPRIAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DOS LOTES	194
CAPÍTULO 6 – A CERTEZA DE QUE O FUTURO É (IN) CERTO E O LUGAR DE ONDE SE PROJETA A VIDA	206
6.1 OS PADRÕES NORMATIVOS, A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AS POSSIBILIDADES DE CONVIVÊNCIA NO LUGAR	206
6.2. OS CAMINHOS DE UM FUTURO POSSÍVEL E AS CONSTRUÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA: ALGUMAS (IM)POSSIBILIDADES.....	224
6.3 AS VIVÊNCIAS E AS SUBJETIVIDADES DAS GERAÇÕES NA COMUNIDADE BARRA DE IPUEIRA NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO	236
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS	256
ANEXO.....	269

CONVENÇÕES

“Entre aspas”	Termos que devem ser tomados com relatividade ou afastamento de seu sentido estrito. Em geral introduzem certa complexidade e são usados de forma instrumental, no sentido de chamar a atenção do leitor a assuntos já tratados, ou que remetem a uma problemática específica, entre outras razões de relativização. Também, usam-se as aspas duplas para destacar alguma palavra ou para agrupar um conjunto de palavras que remeta a algum título, frase, nome extenso, entre outros conjuntos;
‘Entre aspas simples’	Termos nativos ou categorias êmicas. Em alguns casos, pode remeter a um agente ou grupo específico. Ou, em outros casos, os termos podem ter sido formulados por mediadores diversos inseridos no contexto. Também, em outras ocasiões, reproduzem um esforço dedutivo ou associativo do pesquisador.
<i>Em itálico</i>	Termos ou categorias minhas, criados ou adotados, em um sentido instrumental ou analítico, normatizados ou explicados no decorrer o texto. Também, recorre-se ao itálico para designar termos em língua estrangeira.
<i>“Entre aspas e em itálico”</i>	Falas das famílias entrevistadas coletadas através da gravação de entrevistas.

INTRODUÇÃO

“Não existe uma socialização total, mas se processa uma espécie de separação entre a subjetividade do indivíduo e a objetividade de seu papel. E essa socialização não é total, não porque o indivíduo escape do social, mas porque sua experiência se inscreve em registros múltiplos não congruentes”. (SETTON, 2005: 343).

No intuito de conduzir a reflexão sobre os processos imanentes a um Projeto de Assentamento, utilizarei o recurso de falar a respeito de trajetórias que se entrelaçam, constroem e reconstroem relações sobre o próprio lugar. Para dar conta de tal desafio, começarei pela minha trajetória até chegar ao objeto de Tese. Falarei deste incurso para chegar ao objeto de pesquisa, ou melhor, à proposta de investigação e compreensão dos mecanismos para a construção do futuro destes territórios¹ de vida: os Projetos² de Assentamento Rural. Esses territórios estão na minha realidade profissional e de vida desde que conheci a agronomia e a sociologia rural.

No curso de agronomia, tínhamos disciplinas nas chamadas ciências sociais aplicadas à agricultura e, as cursando, eu tive a possibilidade de fazer descobertas, nas quais as referências sobre as questões agrárias surgiam, sobretudo, de pesquisas e análises que vinham do eixo sul-sudeste. Surgiam como elementos para a nossa leitura nas aulas, reflexões e análises sobre a qualidade, o insucesso, a inviabilidade e a necessidade (ou não, para alguns) de se pensar a expansão e a criação de áreas de reforma agrária com intuito de empoderar e gerar autonomia para os sujeitos “sem-terra”.

Não era só este olhar (múltiplo) que me conduzia. Era também a vivência enquanto estudante. De várias formas intuitivas, outras nem tanto, tais vivências me deram oportunidades que pareciam conduzir-me àqueles territórios para estagiar ou pesquisar. Entendi, naquele momento, que a criação de um Projeto de Assentamento, a partir da

¹ O território constitui-se como o lugar em que se tessituram e materializam todas as ações, relações de poder, práticas sociais, enfim, as manifestações de sua existência. (SANTOS, 2006). É interessante destacar que considerar as ações humanas na construção de seus territórios não significa perder de vista o substrato físico em que são desenroladas essas ações. Porém, a reflexão a partir do território pretende ir além, uma vez que o território não é uma superposição de sistemas naturais e sistemas de coisas, mas é o território usado que precisa ser entendido, visto que o mesmo é chão mais a identidade (aqui usado como sendo o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence), é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e imateriais e do exercício da vida. (SANTOS, 2006).

² A pertinência do uso do termo “Projeto” se refere ao período compreendido entre a criação do Assentamento até a sua emancipação. O grupo social que fará parte dessa análise refere-se ao espaço como “Projeto” ou “Agroextrativista”.

desapropriação de uma área monocultora não tinha trazido, em si, benefícios, mas outra lógica de conflitos. Esses conflitos advinham de uma complexa teia de identidades que vinham com os novos sujeitos do território, os quais, em sua racionalidade, buscavam mecanismos próprios para transformar o lugar, mas sem entender, ao meu ver, que futuro se construiria naquele território. Seguiam a um futuro incerto.

Tocou-me, então, naquele momento, o desejo de compreender o papel da juventude rural, que muitas vezes nas reuniões e em outras instâncias de decisão, não se posicionava. O que ocorria com aquela “categoria geracional”? As respostas que obtive naquele momento eram obtusas, sobretudo em virtude de que colocava a geração juvenil descolada do contexto. Muitos estudos a categorizava isoladamente, isto é, não a relacionava com os pais, com as dificuldades impostas pelo contexto, entre outras questões.

Na tentativa de compreender a realidade dos jovens nos Projetos de Assentamentos e de construir uma formação pessoal contra hegemônica (para muitos colegas e professores que me acompanharam naquele período), ingressei no Programa Residência Agrária³, com vistas, sobretudo, de melhorar a minha formação enquanto extensionista.

Neste período, já engenheiro agrônomo, costurei a teia encantadora com a qual o olhar sociológico me propiciara: trouxe à baila as noções de identidades e juntei-as com a história oral. Surgiu, então, deste processo uma reflexão e intervenção que resultou não apenas em uma escrita monográfica, mas no apoio à criação de um grupo de jovens que tinha (e ainda tem) como objetivo “transformar o lugar para não precisar sair”.

Neste movimento, quase que instantâneo, estava no Mestrado em Cultura e Sociedade. Como proposta de pesquisa, apresentei um olhar que ainda se voltava para a juventude, mas em outro assentamento, que também se situa no Agreste. Propunha analisar a problemática dos jovens que tinham como contexto um aglomerado de municípios com vocação petroleira. Tratava-se de um Projeto de Assentamento próximo à sede urbana do município e ligada diretamente à força sindical rural. Acredito que o título final da minha dissertação, oriunda de uma frase nascida de uma das inúmeras conversas com os jovens do Projeto de Assentamento, explica alguma coisa: “Aqui é tranquilo, mas meu sonho é lá fora”.

Durante este processo pude experienciar novos contextos ou, diria até, repetidos contextos novos, pois enquanto coordenador de Assessoria Técnica, Social e Ambiental

³ Projeto Piloto empreendido pelo PRONERA, resultando em estágio de vivência em áreas de reforma agrária na Bahia e, conseqüente, formação no curso de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, realizada pela Universidade Federal da Paraíba.

(ATES), no Amazonas, ou até mesmo como professor das Ciências Agrárias em Tocantins, lá estava eu, cercado por Projetos de Assentamentos. Estes espaços eram, e ainda são, a minha existência desde que iniciei na agronomia. Hoje estes territórios “habitam” em mim.

Muitas caminhadas após, eis que chego ao sonhado Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Era tudo o que sonhei e imaginei para a minha vida profissional. Quase tudo o que havia lido sobre estes sujeitos e territórios surgiram dali, era como estar diante das minhas referências. Senti-me pequeno. Para variar, ainda naquele momento, mais precisamente em 2012, tinha a questão da juventude rural como uma questão sociológica, que para mim gritava pujante como um problema social. O futuro destes territórios sempre me inquietou.

Após inúmeras conversas com minha orientadora, eu a “desorientei”. Parecia que eu batia na mesma tecla (para onde querem ir os jovens?), justamente em um lugar onde outras questões já eram mais prementes e instigantes. Senti-me obsoleto, insistente ou, até mesmo, ingênuo. Será que o chamado “tema de pesquisa” que eu havia trazido era insignificante? Temi. Entre disciplinas, colegas fabulosos (as), reuniões coletivas no Laboratório de Pesquisa, além de inúmeras conversas com minha orientadora, releituras de incontáveis textos, pude entender melhor o que mais me mobiliza como pesquisador social: de que maneira os sujeitos sociais destes territórios estão construindo seu lugar? Isto é: que futuro para o Projeto de Assentamento as famílias estão construindo no presente? Bem, penso que a partir disso, trouxe uma questão importante e instigante.

Ao ler Ruth Cardoso (1986), em *Aventuras antropológicas em campo ou como escapar das armadilhas do método*, ainda enquanto cumpria créditos, algo me chamou a atenção e pareceu me perseguir durante um bom tempo: a ideia de me tornar um “elo necessário”⁴. Para tanto, a minha perspectiva de fazer emergir as subjetividades dos sujeitos sociais se consolidou com aquela inspiradora leitura, pois não se trataria então de reificar a indefinição entre “ciência e ideologia” (Cardoso, 1986: 103), mas trazer à luz uma rede de significados e de grupos no sentido de, ainda segundo a autora: “desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas”, valorizando o papel militante do pesquisador que, em meu entendimento, também traz e aporta as suas próprias subjetividades.

⁴ Para Cardoso (1986): “A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas”, e que o pesquisador deve se colocar enquanto mediador entre o processo de análise e a produção dessa informação/conhecimento sobre dada realidade, se colocando como elo.

Desde que me situei neste tema (que ainda era o mesmo de antes), percebi que o olhar sobre a sucessão e a transmissão de patrimônio neste território não era tão comum nas pesquisas realizadas em áreas de reforma agrária, tanto nas leituras de trabalhos sobre o tema, como nas minhas observações e incursões naquela realidade. Adentro, então, em um campo desconhecido, maravilhoso e complexo. Tenho como objetivo, compreender essa teia de subjetividades em um território complexo e dinâmico: o Velho Chico⁵, na Bahia. Este olhar é, na minha avaliação, um olhar “socioantropológico”, não apenas sociológico. Nesse percurso, aprendi a não ter medo de ser multidisciplinar e não hesitarei, caso necessário, em lançar mão da geografia, da história e da psicologia social para trazer luz a algumas questões cujo meu olhar, cheio de limitações, pode turvar ou ignorar. Humildemente, inicio um percurso que objetiva, sobretudo, aprofundar a compreensão sobre alguns territórios de vida, de oportunidades e de contradições.

Essa incursão se deu desde a minha chegada ao Território Velho Chico, como professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, mais profundamente no final de 2011, cuja extensão institucional me levou propositadamente de volta aos Projetos de Assentamentos. Esse processo de interação “face a face” me conduziu a processos de observação levantados por Beaud e Weber (2007: 31), para eles, a “[...] observação etnográfica não se assenta sobre universos dos indivíduos, mas, sim, sobre *universos de relações*.” (BEAUD E WEBER, 2007: 31, grifo meu).

Esse processo construído a partir da complexa teia que me colocava como professor, engenheiro agrônomo e pesquisador em uma rede de relações dinâmicas, em certos momentos de observação e nas rodas de conversas as temáticas se confundiam. Falávamos sobre o cotidiano, sobre o solo, as doenças dos vegetais, a agroecologia, assistência técnica, entre outros, afinal também era demandado, nesses momentos, o professor e engenheiro agrônomo. Esses momentos me permitiram, mesmo sem objetivar tal exercício, aprofundar o entendimento das redes de relações constituídas naquele espaço, onde a produção nem sempre era a demanda, mas subverter a lógica da inércia social. Percebi-me neste universo complexo de relações.

⁵ O Território Velho Chico acompanha o leito do rio São Francisco que a atravessa e divide de sul a norte. Limita-se a oeste com a região Oeste da Bahia, ao norte com o estado do Piauí e com o Baixo Médio São Francisco, a leste com as regiões de Irecê, Chapada Diamantina e Serra Geral e ao sul, faz divisa com o estado de Minas Gerais. A totalidade de seu território está inserida no semiárido nordestino.

Como professor, pude continuar a extensão, sobretudo tendo como foco a intervenção e a pesquisa com o apoio dos (as) estudantes do curso técnico em agricultura, da engenharia agrônômica e da pós-graduação. A incursão se dava a partir de demandas e respostas dos cursos de formação, palestras e visitas técnicas. Aprovar o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) ⁶ propiciou estreitar laços, afinal, a extensão propicia aprofundar relações e dimensionar ações.

Nesse universo complexo de demandas e percepções, pude também observar a constituição de uma teia de significados sobre o futuro do Projeto de Assentamento. Enfim, eu saía da ideia provisória do objeto e adentrava em uma incursão profunda e lúcida sobre o problema sociológico que antes havia emanado dos processos intuitivos formadores da relação que estabeleci com estes lugares. Iniciei um processo inscrito na conformação de uma análise que também surge da necessidade do contexto e da demanda dos sujeitos os quais me aproximei.

Para tanto, adotei a chave interpretativa da sucessão (e conseqüentemente uma reflexão sobre futuro) para adentrar a essa percepção, sobretudo por entender que nestes dois mecanismos de reprodução social processam redes subjetivas acerca da construção de projetos de vida que são objetivadas no Projeto de Assentamento.

Essabeleço inicialmente um ponto de inflexão levantando por José Gomes da Silva (1971) em sua obra *A Reforma Agrária no Brasil*, onde o autor argumenta que os instrumentos políticos “[...] raramente conduzem a qualquer transformação substancial [...]” (SILVA, 1971: 18) e que esses mesmos instrumentos se referem a mudanças quantitativas como, por exemplo, aumento de impostos, crédito e subsídios. Quando o autor relativiza, sobretudo sobre as modificações nas estruturas, afirma que as alterações na vida dos sujeitos sociais são diminutas, pois as relações de dependência com o Estado se mantém (ou pelo menos se reconfiguram) e a transformação social pretendida com a inserção destes sujeitos nestes espaços fica comprometida.

Surge desse prisma uma importante indagação sobre quais processos sociais no interior desse espaço possibilitam aos sujeitos, em alguma dimensão, promover ações que permitam elaborar ou realizar estratégias que garantam a reprodução (sem falar

⁶ Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial são unidades administrativas com função de apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais e demais atores dos territórios rurais. É um instrumento que se vincula à estratégia de fortalecimento e consolidação da abordagem territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (Fonte: Portal dos NEDET, 2016).

especificamente de permanência) dessas famílias, promovendo a “sustentabilidade” desses espaços? Essas mudanças podem estar relacionadas, em um primeiro nível, a processos de inclusão familiar em áreas de certo potencial produtivo. Mas, em um segundo nível, a autonomia dessas famílias para se confrontar com os processos penosos de acesso às políticas públicas, de fortalecimento de redes que possuam certa inserção local e regional e, por fim, de avanço social e político que promovam a redução da dependência da tutela do Estado.

Acredito que no bojo dessa questão surgem processos heterogêneos que se apontam nas trajetórias de vida e no repertório de experiências de cada indivíduo. Dessa maneira, as famílias compreendem, necessariamente, o Projeto de Assentamento enquanto espaço agrícola? As famílias que possuem redes de mobilidade que proporcionam ao Projeto de Assentamento um caráter transitório – pois possuem trabalho ou estudo na sede urbana –, elaboram estratégias de ocupação do espaço do Projeto de Assentamento apenas para moradia ou de ocupação temporária? Essas e outras questões podem ajudar a compreender como as trajetórias e experiências podem subsidiar a compreensão dos indivíduos acerca dos mecanismos, os quais se concretizam em seus projetos de vida.

Sobre a formulação desses mecanismos, torna-se difícil iniciar tal caminhada analítica sem tangenciar o debate acerca do sucesso/insucesso dos Projetos de Assentamento no que se refere à permanência e à qualidade de vida das famílias nesses espaços. Esse debate desperta polarizações (como podemos ver em Navarro, 2008 e Rocha, 2013) nas quais a análise sobre as demandas de famílias por lotes de reforma agrária não parece compreender a fundo a necessidade de que o planejamento espacial destes projetos deveria dimensionar também o processo de expansão das famílias. O que atualmente ocorre é o dimensionamento da capacidade do Projeto de Assentamento (espaço para lotes) em virtude da lista de interEstados/demanda por lotes de reforma agrária. Dessa maneira, famílias que tenham filhos (as) ou netos (as) não possuem lotes com dimensões que permitam a construção de uma nova casa ou, até mesmo, a divisão da porção de terreno para plantio, cuja gerência dessa produção poderia ser feita por novos membros da família que não constam na relação de beneficiários.

Pesquisar, então, sobre esse problema social permite refletir sobre a configuração de projetos de vida que constroem o futuro desses espaços. É possível levantar a hipótese de que as famílias se encontram em um dilema entre ficar ou sair, ou mesmo entre os mais velhos permanecerem e permitirem a saída dos mais novos, desde que iniciem a sua entrada nesses espaços de reforma agrária, pois não lhes foi entregue nenhum planejamento por parte do

Estado que garanta a sua reprodução social e a continuidade das novas gerações no mesmo espaço de reforma agrária. Essa pesquisa se coloca na posição de aprofundar o debate acerca da construção do presente e intenções sobre o futuro expressos em desejos e projetos, levanta, ainda, algumas questões, entre as quais se o acesso a terra pode ser percebido como mecanismo de garantia de direitos às gerações futuras, direitos esses que podem estar relacionados ao trabalho ou até mesmo à moradia.

Acredito que a contribuição deste estudo, que se soma ao campo de estudos sobre sucessão e transmissão patrimonial, se coloca na perspectiva de analisar processos sociais nos quais o título definitivo da terra só é possível após a emancipação do Projeto de Assentamento. Esse desafio se aponta no entendimento que, mesmo havendo impossibilidades (que podem ser temporárias) da titulação definitiva do lote, implicadas pelas normativas, às quais os sujeitos estão submetidos, refletir sobre seus projetos de vida e as possibilidades inerentes ao lugar pode trazer luz a possíveis consequências implícitas a este grupo social.

A sucessão se coloca com uma das questões fundamentais para a manutenção do patrimônio familiar e também possibilita a continuação da atividade agropecuária nesse espaço, quando são negociados os encaminhamentos dos projetos da família em diálogo com os interesses individuais. Essa negociação estabelece quais são os limites entre as lógicas que convergem para um projeto familiar. (CASTRO, 2005; STROPASOLAS, 2002).

Aprofundando a questão a partir do contexto social do PAE São Francisco, busco entender quais os mecanismos estão sendo construídos para a continuidade da gestão do patrimônio familiar, os quais podem configurar e delimitar a própria permanência das famílias no PAE. As condições para a realização de estratégias de reprodução social dos assentados estão inseridas no contexto da Reforma Agrária que, de acordo com o INCRA (2006), a política de assentamentos (pressupondo as suas diversas modalidades) não se encerra na distribuição de terras, mas pressupõe a viabilidade da permanência dos (as) assentados (as) no campo, dotando-o (a) de condições para manutenção da sua vida nesse espaço. A partir dessa aceção, acredito que é criada a expectativa de permanência e de formulação de projetos de vida que permitam a continuidade desse espaço constituído por aquela política pública.

Os estudos empreendidos por cientistas sociais sobre herança, sucessão, transmissão de patrimônio e parentesco estão, geralmente, delimitados por estudos sobre as formas de organização, vivência e representação de grupos sociais que possuem a terra, esses estudos contribuem para entender a obrigação de realização de um tratamento igualitário entre os

herdeiros. Essas questões também possuem importância no presente estudo, por envolver possíveis questões entre os gêneros e as gerações, algo importante quando a perspectiva de análise é a família. O desafio encontrado nessa pesquisa é que as famílias não possuem título definitivo da terra e, mais complexo ainda, a concessão de uso (inerente à modalidade do Projeto) os coloca em um lote de morada, cuja produção agropecuária se insere em áreas coletivas.

Torna-se importante não perder de vista, que a legislação atual⁷ que se refere à realização da sucessão antes da transferência do domínio definitivo da terra, e mesmo aquela que trata sobre o domínio definitivo da terra, se referem sempre a categoria “unidade familiar” e não individualmente ao (a) titular da terra. A unidade familiar é considerada referência para os fins de exploração agrícola do lote e responsabilizada pelo descumprimento das cláusulas estabelecidas, seja para a sucessão, seja para a transferência definitiva do título de domínio de terra (CORDEIRO, 2011).

Segundo essa acepção, a “unidade familiar” é aquela responsável pelo gerenciamento produtivo do lote, o trabalho limitado aos membros familiares com enfoque nas atividades agrícolas. Neste bojo, tratando sobre as práticas de transmissão do patrimônio após a morte do titular da terra, a legislação agrária impede o fracionamento do lote de acordo com limites impostos pelo Estado. Aprofundarei, ainda nessa Tese, as estratégias realizadas pelas famílias para lidar com essa questão.

É possível adiantar que os (as) assentados (as) têm de lidar com a conformação do trabalho simbólico e prático do “espírito de família” (BOURDIEU, 1996), tanto o normatizado pelo Estado quanto aquele negociado no âmbito das relações sociais circunscritos com e na interação com o lugar. Neste sentido, a construção das representações sociais das famílias assentadas e os projetos de futuro das famílias em questão convivem e conformam as ações presentes na construção do PAE enquanto espaço de vida. Essas relações podem ser indicadas como o discurso, por um lado ligado aos costumes e por outro ao formalismo das leis, aquilo que Cordeiro (2011) chama de um discurso de “identificação estatal” e outro de “reconhecimento social”.

Ambos os discursos têm a sua força nos termos do direito costumeiro que garante o acesso, e mesmo a propriedade da terra, pela justificativa dos vários anos de trabalho e

⁷ Ver Instrução normativa N°. 30 de 24 de fevereiro de 2006 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

investimento da família na terra. Ao mesmo tempo em que o discurso legal garante o acesso jurídico e formalizado pelo Estado, levando a alguns efeitos de expressão atrelados ao acesso a crédito, a venda legalizada, dentre outros. Esses dois códigos não são contraditórios, mas sim acionados pelas famílias de acordo com os contextos em que são produzidos e, sobretudo, de acordo com suas intencionalidades inscritas aos planos de vida construídos para a apropriação do lote enquanto patrimônio.

Circunscreve-se a essa compreensão entender as diferentes estratégias possíveis em virtude das distintas morfologias dos grupos domésticos e da percepção sobre as possibilidades que o lugar oferece. Acentua-se, também nessa perspectiva, que a sucessão e a transmissão de herança estão diretamente relacionadas com os projetos individuais. Esses projetos são construídos de acordo com a dinâmica socioespacial e o contexto em que o sujeito social está inserido, o que de, alguma maneira, pode ser contrastado com a ideia de continuidade de projetos familiares no Projeto de Assentamento.

Compreendo, nesse sentido, que os processos de transmissão de patrimônio e de escolha do sucessor⁸ podem ser caminhos à compreensão das práticas sociais locais e das estratégias de acesso ao lote no Projeto Agroextrativista que ajudam o entendimento sobre o futuro daquele espaço. Em outra esfera analítica, o jogo estabelecido entre as subjetivações e objetivações sobre o futuro daquele espaço nos permitirá entender os caminhos possíveis para o replanejamento e intervenção com foco na manutenção das famílias, proporcionando-lhes alternativas.

Do mesmo modo, acredito que as diferentes representações e valores associados ao grupo social familiar são temas ricos de análise sobre o modo de vida do campesinato e sobre como estão constituindo o seu futuro. Entender como essas práticas se relacionam com as possibilidades permitidas pela morfologia familiar, propõe questões à análise como, por exemplo, se existe alguma lógica de filiação ou parentesco como determinante ao direito a herdar e/ou suceder ou, ainda, se as famílias possuem uma gramática que estabeleça distinções entre o (a) futuro (a) sucessor (a) e a divisão do que é passível de ser transmitido

⁸ Nessa Tese, a sucessão será percebida através de processos aos quais não necessariamente o trabalho agrícola ou a chefia da unidade produtiva é o promotor das decisões. No Capítulo 4 esses processos serão aclarados e discutidos.

por herança. A reflexão sobre este repertório das práticas poderia esquadriñar uma “cartografia” das práticas⁹.

Utilizarei como espectro teórico-analítico as reflexões sobre as relações possíveis entre agência e estrutura, empreendidas por Pierre Bourdieu. Esse plano conceitual da “agência” pode ser sinteticamente definido em referência à esfera da ação individual elaborada subjetivamente. Torna-se importante considerar as dimensões motivacionais onde se aportam os desejos, intenções e finalidades explícitas, tácitas ou inconscientes que os constroem durante as suas vidas além das habilidades cognitivas, práticas e expressivas que instrumentalizam estes agentes a transformar o mundo social e a registrar as suas trajetórias históricas para a reconstrução cotidiana da realidade.

Partindo desse marco analítico, compreendo que interpretar essa realidade, tomando como princípio a ação sob a ótica da transformação, permite compreender os mecanismos de construção do seu lugar (ou lugares) partindo de um repertório que não necessariamente se explica pelo contexto, mas também pela própria compreensão da realidade que os indivíduos construíram nos seus percursos de vida.

Essa tentativa analítica objetiva superar, em certa medida, as dicotomias entre as ideias de agência e estrutura, individualidade e coletividade e, mais detidamente neste trabalho, sobre objetividade e subjetividade. Espero, portanto, que a inspiração nessa “teoria social” que busca apreender e interpretar facetas da ação humana possa, de várias maneiras, articular-se com uma perspectiva interdisciplinar.

Para tanto me inspirarei em Weber, que leva em conta o conhecimento dos sentidos subjetivos da ação. Entendo que essa noção não é contraditória à teoria das práticas porque ambas compreendem a sociedade a partir de suas características atreladas à facticidade em consonância com a construção social, partindo de ações eivadas de sentido subjetivo. Essa noção weberiana dialoga com Peter Berger e Thomas Luckmann (2005: 34) que afirmam: “É precisamente o duplo caráter da sociedade em termos de facticidade objetiva e significado subjetivo que torna sua realidade *sui generis*”.

O interesse dos autores é com a realidade da vida cotidiana e, portanto, com a realidade vivida e concebida pelos membros de uma sociedade: “[...] é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles [...]”

⁹ Essa “cartografia” circunscreve a própria análise a um esquadriñamento das experiências, as relações e inter-relações entre as experiências e a apropriação do espaço, cujas práticas desvelam as lógicas e estratégias aos quais os indivíduos ressignificam o seu papel e o próprio espaço.

(BERGER E LUCKMANN, 2005: 36). Dessa forma, em seu modelo teórico, os autores ressaltam essa relação entre a facticidade e o sentido subjetivo. Interessa-lhes, portanto, o “[...] caráter intencional comum de toda consciência [...]” (BERGER E LUCKMANN, 2005: 37).

Esse movimento entre a construção da realidade inerente aos indivíduos e a formulação de seu repertório de práticas, desafia essa pesquisa por entender, a partir da perspectiva de Bourdieu, que não há reflexão teórica sem prática investigativa, devendo estabelecer entre si uma relação dialética. Esse movimento, em especial na realidade do Projeto Agroextrativista São Francisco, se torna apreensível e apto à interpretação quando aprofundamos a análise nas histórias de vida, do contexto familiar e espacial e, por fim, da relação entre objetivismo e subjetivismo que são construídas em diálogo com o lugar.

A intenção de investigar a complexa relação entre as dimensões – subjetiva e objetiva – da vida social manifesta-se claramente na afirmação de Bourdieu, segundo o qual a tarefa da sociologia consiste em “[...] descobrir as estruturas enterradas de maneira mais profunda nos diversos mundos sociais [...]”, bem como os “[...] mecanismos que tendem a assegurar sua reprodução ou transformação [...]” (BOURDIEU, 1996).

A articulação entre as dimensões objetivas, entendidas como “campo”, e subjetivas, como *habitus*, se relaciona com a noção de “campo”, que se refere a espaços objetivamente estruturados de relações entre agentes diferencialmente posicionados segundo uma distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos. Já o conceito de *habitus* aponta, por sua vez, para esquemas simbólicos subjetivamente internalizados (via socialização) de geração e organização da atividade prática dos agentes individuais, esquemas que tomam a forma de disposições mentais e corporais, isto é, modos potenciais, socialmente adquiridos e tacitamente ativados, de agir, pensar, sentir, perceber, interpretar, classificar e avaliar.

A relação entre a caracterização das famílias assentadas no PAE São Francisco e as possibilidades intrínsecas aos padrões normativos inerentes à sua reprodução social (divisão do lote, inclusão de novas gerações na relação de beneficiários de lote, políticas públicas voltadas à juventude rural, por exemplo) de alguma forma podem reformular relações no âmbito familiar que estimulam conflitos, mobilidades entre o Projeto de Assentamento e as sedes urbanas, ocupações de terra não regularizadas, para citar algumas possibilidades.

Toda essa dinâmica social, normativa e cultural fomenta processos dos quais o lugar é transformado. Objetivo à barca do exposto, trazer à tona as relações sociais e as subjetividades a elas construídas, bem como entender o que é considerado patrimônio pela

família que pode desvelar relações não relacionadas unicamente ao lote, isso se pensarmos na noção sobre as materialidades e imaterialidades a qual o conceito de patrimônio se insere. Outra dimensão importante está na escolha de um (a) sucessor (a): há alguma hierarquia? Há alguma racionalidade atrelada às gerações? Quais critérios estão nesse bojo das escolhas ou pretensões à continuidade? Além dessas questões atreladas à família, é importante perceber qual o nível de interferência ou restrição que o INCRA estabelece a essa questão e de que forma os sujeitos sociais interagem com essas barreiras.

Na relação das formas de acesso atreladas às possibilidades de transmissão da herança, tem-se como primeira incursão à realidade, se há algum tipo de reflexão já empreendida acerca da transmissão de herança na família e se o (a) herdeiro (a) já assumiria (assumiriam) nas relações cotidianas, uma relação direta de usufruto com os bens a serem herdados, ou seja, se esse (a) herdeiro (a) tem alguma ligação com a sucessão ao lote, ocupando espaços de chefia da unidade familiar ou, até mesmo, se já assume parte da gerência do lote. Essa análise do cotidiano poderia desvelar os processos de sociabilidade presentes na realidade daquelas famílias, possibilitando a reflexão sobre a construção do seu lugar, amparadas na compreensão a partir da dimensão subjetiva (desejos, projetos) e das práticas (sucessão, herança).

a. Questão central

A questão que orienta essa pesquisa está centrada na pergunta: Como os sujeitos sociais daqueles territórios estão construindo no presente o futuro do Projeto de Assentamento com vistas à permanência e continuidade dos seus projetos de vida?

Essa questão está pautada no entendimento de que o os processos de transmissão do lote e do patrimônio familiar, bem como a sucessão do responsável pela administração do lote ou do patrimônio pode estar articulado a um membro da família, não necessariamente o (a) filho (a) mais velho (a). Além disso, a sucessão pode não estar diretamente atrelada à perda de titularidade do lote, mas sim à recondução na organização da gestão de produção ou das atividades desenvolvidas no lote, que podem ter sido transmitidas ou destinadas a outro membro da família.

b. Questões secundárias

- i. Sobre quais princípios se sustentam as práticas de transmissão de patrimônio e de sucessão?

- ii. Que outros mecanismos são acionados para garantir a permanência no Projeto de Assentamento no futuro?
- iii. Quais sentidos são atribuídos à terra (como propriedade, meio produtivo ou lugar de morada) pela família?
- iv. Quais os aspectos subjetivos e objetivos sobre a sucessão (não esquecendo possíveis conflitos de gênero e geração) na gestão/moradia no lote percebido como unidade de produção (incluindo as atividades de agricultura, pesca e/ou extrativismo)?
- v. De que forma as questões em torno dos processos de sucessão influem na constituição de redes de mobilidade dentro e fora do Projeto de Assentamento?
- vi. Como são percebidos e vivenciados os aspectos normativos que não permitem a divisão dos lotes, a compra/venda, à concessão definitiva entre os outros, na reprodução social das famílias camponesas, pelos próprios camponeses?

Portanto, o objeto da pesquisa é verificar e refletir sobre os mecanismos de reprodução social que garantam ou permitam a viabilidade do uso da terra e de outros bens que se ligam à questão da transmissão do patrimônio familiar e ao processo de sucessão, seja agrícola (ligada à titularidade do lote), seja a sucessão do centro moral da família em questão. Nesse caminho, entender as concepções e formulação de um repertório de ações que propiciem a reprodução social pode fornecer elementos que permitam o Projeto de Assentamento ser percebido enquanto espaço de vida e de oportunidades.

Essas relações constroem liminaridades e implicam aos sujeitos a construção de estratégias com vistas à subsunção à concessão de uso. A ausência de autonomia (na apropriação de bens, nas decisões acerca do lote, no planejamento das ações familiares) se confronta com as consequências das dificuldades de não possuírem o título definitivo da terra. A concessão (sempre temporária), que é renovada a cada período de tempo, propicia à família a utilização do lote de morada e do usufruto das áreas coletivas, implicando caráter transitório às famílias que constituem suas vidas nestes espaços, gerando uma contradição entre o lote de morada, a concessão de uso da área e a necessidade de emancipação ou autonomia para além das implicações legais da Área de Preservação Permanente.

Soma-se ainda ao arcabouço de particularidades o fato de que o Projeto de Assentamento está localizado em uma Área de Preservação Permanente e, por este motivo, apresenta restrições quanto aos usos dos espaços, à construção de locais de morada e à destinação espacial para a produção agropecuária, além de que, a sua organização em

comunidades lhe confere uma heterogeneidade interna que possibilita aventar a hipótese de que são vários Projetos de Assentamentos em um só.

A noção de campo de possibilidades presente na teoria de Elias esquadriha as formas de “ser” e de “agir” dos indivíduos. O indivíduo é constituído por uma relação dialética entre a *psicogênese*, que Elias define como o processo de formação dos controles individuais, com a *sociogênese* da sociedade à qual o indivíduo pertence e a relação com as ideias e os comportamentos (WAIZBORT, 1998). Neste sentido, as trajetórias de vida dos indivíduos constituem o “ser” e as possibilidades com os quais a convivência e o cotidiano permitem reelaborar papéis sociais. No PAE São Francisco, essa análise acerca de suas estratégias sociais com vistas às garantias de sua permanência se circunscreve às possibilidades com as quais as percepções sobre o lugar permitem o reelaborar.

Neste sentido, um campo de possibilidades não se refere apenas às estruturas sociais “palpáveis” do lugar, embora as englobe, mas ao conjunto de relações sociais intercambiáveis dos indivíduos com o mundo social mais amplo. São as relações sociais que conformam espaços-situações em movimento, maleáveis, que abrem e fecham saídas, conectam e desconectam pessoas e lugares de acordo com as relações de interdependências incessantes entre as pessoas e o mundo que as cercam. Dependendo da forma como se configuram as redes sociais, o lugar onde se vive pode ter suas fronteiras expandidas, ou pode ficar delimitado às estruturas sociais locais, as oportunidades de trocas materiais e simbólicas podem aumentar ou diminuir.

Nisso, a perspectiva aberta por Elias traz a possibilidade de considerar as famílias assentadas a partir das redes sociais que elas formam, da apropriação do lugar, das influências que recebem de dentro e de fora, dentre outros aspectos. A “necessidade de significação da vida”, que Elias atribui à questão das novas gerações, remete-nos a considerar os processos de socialização, mas, diante desse mundo cada indivíduo deve posicionar-se, construir uma visão de mundo própria, que o ajude a trilhar caminhos para se estabelecer nesse meio. Aqui, a questão da sucessão se torna instigante, pois percebermos que estes processos são dialógicos e se constituem a partir das ações e ideias que se relacionam.

É dessa forma que as trajetórias individuais interessam à sociologia, porque elas podem contribuir para o estudo das mudanças sociais, trazendo à tona os efeitos variáveis das alterações sobre os grupos sociais. Desse entrelaçamento entre trajetórias de vida e campos de

possibilidades que pretendo perceber o espaço social “em si mesmo”, ou seja, suas estruturas, sua geografia das práticas, suas representações sociais.

Essa análise será possível a partir do cotejamento de relatos colhidos durante todo o processo da pesquisa. Os relatos orais serão aqui tratados na perspectiva de esquadrihar as trajetórias e projetos de vida de maneira a perceber as intersecções entre os contextos trazidos do passado dos sujeitos e a construção de projetos de vida para o presente e o futuro, constituindo, então, o seu repertório de ações. Estes relatos de parte das histórias de vida daqueles sujeitos baseiam-se na premissa de que uma das possibilidades acerca do conhecimento sobre os indivíduos é possível com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores, como amparada nos estudos da fenomenologia e das etnometodologias, por exemplo.

Essa concepção analítica se ampara em Dubet (1994; 2000), que reconhece três elementos essenciais que constituem as mais diversas condutas sociais. O primeiro elemento que organiza as condutas é a heterogeneidade dos princípios culturais e sociais. Para o autor, a identidade social é construída a partir desses princípios, sendo que não é apenas a posição social que constitui a experiência, mas também a ação. Enquanto na concepção clássica da ação, a personalidade (o ator) é determinada pelos papéis (normas, meios), nesse caso, o papel é produzido também pela personalidade, isto é, uma nova capacidade de gerenciar e perceber a experiência.

Nesse curso de análise, Gadotti (1983) argumenta que caracterizar a identidade enquanto uma processualidade histórica a vincula a uma tessitura de relações que permeiam a vida cotidiana. Para o autor, essa processualidade que se desenha nos percursos, ora no âmbito individual, ora no social, complexificam uma demarcação dos limites entre social e o individual.

O segundo elemento tratado por Dubet (1994; 2000) é a distância subjetiva que os indivíduos mantêm com o sistema. A pluralidade das lógicas de ação estaria então constituída nos valores aos quais os indivíduos abarcam e também na interrelação desses valores com o meio social. Dessa forma, o indivíduo, em constante reflexão acerca de suas ações, elabora o seu repertório de ações. Segundo essa perspectiva, torna-se possível compreender um ator social atuante e construtor de si mesmo nos campos da cultura, entendida aqui como as experiências sociais (DUBET, 1994) do sujeito em seus encontros com outros atores.

Por fim, o terceiro elemento destaca o fato de que a construção da experiência social aparece como uma maneira de construir o mundo, ao mesmo tempo subjetiva (é uma “representação” do mundo vivido, individual e coletiva) e cognitiva (é uma construção crítica do real, um trabalho reflexivo dos indivíduos que julgam sua experiência e a redefinem).

De forma analítica, quando interpretamos as práticas sociais a partir das experiências dos indivíduos, fazemos a análise tomando como substrato as suas próprias ações como perspectivas de compreensão do social. Assim, a ação do ator se torna uma categoria relevante. Segundo Touraine (1984: 96): “[...] a ação não é só decisão: é desígnio de orientações culturais, através das relações sociais conflituais”.

Nessa abordagem, inúmeros caminhos metodológicos colaboram para a apreensão e compreensão desses fenômenos. Nessa tese fiz a opção de utilizar a história de vida dos sujeitos que experienciaram e experienciam cotidianamente a vida do PAE - SF. Nesse caso, o pesquisador não confirma a autenticidade dos fatos, pois o importante é o ponto de vista de quem os está narrando. No relato de vida, o que interessa e se torna importante para o pesquisador é a perspectiva do sujeito, isto é, sua construção e representação dos fatos ou acontecimentos. O objetivo desse tipo de estudo é justamente apreender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio ator (GLAT, 1989). Completando nesse sentido, as histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte (BERTAUX, 1980).

Nesse repertório analítico, a noção de realidade a partir da experiência não pode ser considerada fora do mundo das relações sociais, mas sim como uma construção social e histórica. É algo forjado a partir da teia de relações que os sujeitos estabelecem, engendrando as disputas que marcam a vida cotidiana. As interpretações acerca da realidade contidas nas representações sobre o Projeto Agroextrativista Serra do Ramalho e sobre a comunidade Barra de Ipueira trazem à tona a heterogeneidade da sociedade que as construiu e colocam em evidência os conflitos.

O método de História de Vida ressalta o momento histórico vivido pelo sujeito. Assim, esse método é necessariamente histórico (a temporalidade contida no relato individual remete ao tempo histórico), dinâmico (apreende as estruturas de relações sociais e os processos de mudança) e dialético, pois a teoria e a prática são constantemente colocadas em confronto durante a investigação (BRIOSCHI *et al*, 1981). Destarte, esse método possibilita o estudo

sobre a vida das pessoas, penetrar em sua trajetória histórica e compreender a dinâmica¹⁰ em que, no cotidiano vivido, possibilita que as experiências estabeleçam o repertório de ações às quais a condução de projetos de vida individuais e coletivos sejam possíveis.

Seguindo essa linha de concepção, o nosso cotidiano é repleto de significações: é um conjunto de situações vivenciadas no dia-a-dia, percebidas individualmente e renovadas a cada instante. A vida cotidiana é, então, caracterizada como o lugar das negociações (onde aqui se inserem os interesses individuais e coletivos) e, ainda, como o lugar onde está disposta a existência que se objetiva na construção sempre renovada da interface entre a natureza e a cultura (D'EPINAY, 1983).

Para a construção analítica dessa Tese, o texto está dividido em introdução e seis capítulos. A Parte 1, intitulada “Cruzamentos entre trajetórias de vida, relações com o lugar e o campo de possibilidades”, trará uma descrição sócio-histórica do Território Velho Chico até a descrição e caracterização do PAE São Francisco, além das trajetórias de vida das famílias que participaram dessa pesquisa. O Capítulo 1, “O único Projeto Agroextrativista da Bahia: o PAE São Francisco em Serra do Ramalho”, objetiva situar o leitor acerca da formação do PAE. O deslocamento dos atingidos pela Barragem de Sobradinho e consequente criação do Projeto Especial de Colonização em Serra do Ramalho, além da criação de uma Área de Preservação Permanente, são fatos que conduzem a criação deste Projeto de Assentamento.

O Capítulo 2, “Trajetórias, memórias e experiências das famílias que constroem seus projetos de vida no lugar”, tratará acerca da trajetória de quatro beneficiários de lotes (Maria Xique-Xique¹¹, Maria Mandacaru, José Angico e Maria Cagaita). A partir desses sujeitos, apresentarei as suas famílias, e como podemos compreender as suas unidades domésticas. Essas famílias possuem o comum a história de vida constituída às margens do rio. Antes da constituição do PAE alguns destes indivíduos já eram a segunda ou terceira geração nascida naquele lugar. Por este motivo, a ruptura de uma vida ribeirinha para uma nova vida, como assentados, possui semelhanças e também, contradições, que serão tratadas neste capítulo.

Tratarei no Capítulo 3, “Famílias e suas experiências de mobilidade e permanência com o lugar”, a apresentação da trajetória das famílias Macambira, Jitirana, Mulungu,

¹⁰ “O cotidiano é percebido (pelos atores sociais) como o tempo/ espaço/ ação do idêntico sempre igual a si mesmo; e, no entanto é também o concreto, o tempo e o espaço das ações que nos pertencem mais, a dimensão social mais investida de significação de desejos individuais, um campo que longe de ser uma repetição monótona parece carregado de férteis *microeventos*”. (CIPRIANI, 1983, grifo meu).

¹¹ A todas as famílias foi atribuída uma espécie nativa da caatinga para a identificação.

Mangaba, Pitomba, Juazeiro, e Aroeira, que possuem uma relação mais recente com as margens do rio, mas que estavam presentes também no momento da criação do PAE. Serão analisadas a construção de identidades durante esse percurso e como as famílias construíram suas vidas nesse espaço.

O Capítulo 4: “Estratégias para a reprodução familiar e a construção do futuro”, centra-se em desvelar e analisar as estratégias de escolha e retenção de um sucessor. Os contextos e relações entre as gerações, o esquadramento dos projetos de vida individuais e coletivos e a busca pela compreensão das lógicas, objetivam elencar os desafios enfrentados pelas famílias para a sua permanência no lote. No Capítulo 5, “Os bens patrimoniais: o que pode e o que precisa ser herdado”, as estratégias de sucessão são analisadas em articulação com os mecanismos de transmissão de patrimônio, revelando as possibilidades e os desafios das famílias sobre a assunção de estratégias com vistas a continuidade no lote.

No Capítulo 6, intitulado “A certeza de que o futuro é (in) certo e o lugar de onde se projeta a vida”, apresentarei mais duas famílias (Gueroba e Quixabeira) que trazem em seus contextos as limitações de retenção de um sucessor e de transmissão de patrimônio. Tratarei ainda sobre as certezas e incertezas que cercam as vidas de todas as famílias estudadas, analisando as consequências normativas da modalidade PAE e sobre as ressignificações, resistências e dificuldades vividas pelas famílias. Após esse Capítulo, seguem as Considerações Finais sobre as análises construídas nesse percurso.

**PARTE 1 – CRUZAMENTOS ENTRE TRAJETÓRIAS DE VIDA, RELAÇÕES COM
O LUGAR E AS POSSIBILIDADES DE CONVIVÊNCIA.**

CAPÍTULO 1 – O ÚNICO PROJETO AGROEXTRATIVISTA DA BAHIA: O PAE SÃO FRANCISCO EM SERRA DO RAMALHO

“A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e a seu mundo”. (THOMPSON, 1978: 199-200)

Este capítulo tem o intuito de desvelar as facetas históricas importantes para a compreensão dos processos inerentes à formação territorial e social do Projeto Agroextrativista São Francisco. Nesse propósito, seguirei uma trajetória não linear acerca da composição de um quadro referencial inscrito em uma descrição dos fatos atrelados à formação daquele espaço, como, por exemplo, os acontecimentos resultantes de deslocamentos compulsórios decorridos da construção da Barragem de Sobradinho.

Além das consequências sociais e territoriais decorrentes desse processo de deslocamento, o reassentamento dos atingidos pela Barragem para Serra do Ramalho reorganizou a vida dos moradores que já estavam lá, transformando o lugar e estabelecendo novos conflitos e sociabilidades. Compreender essa dinâmica se torna fundamental para a interpretação das redes de mobilidades e resistência geradas naquele lugar.

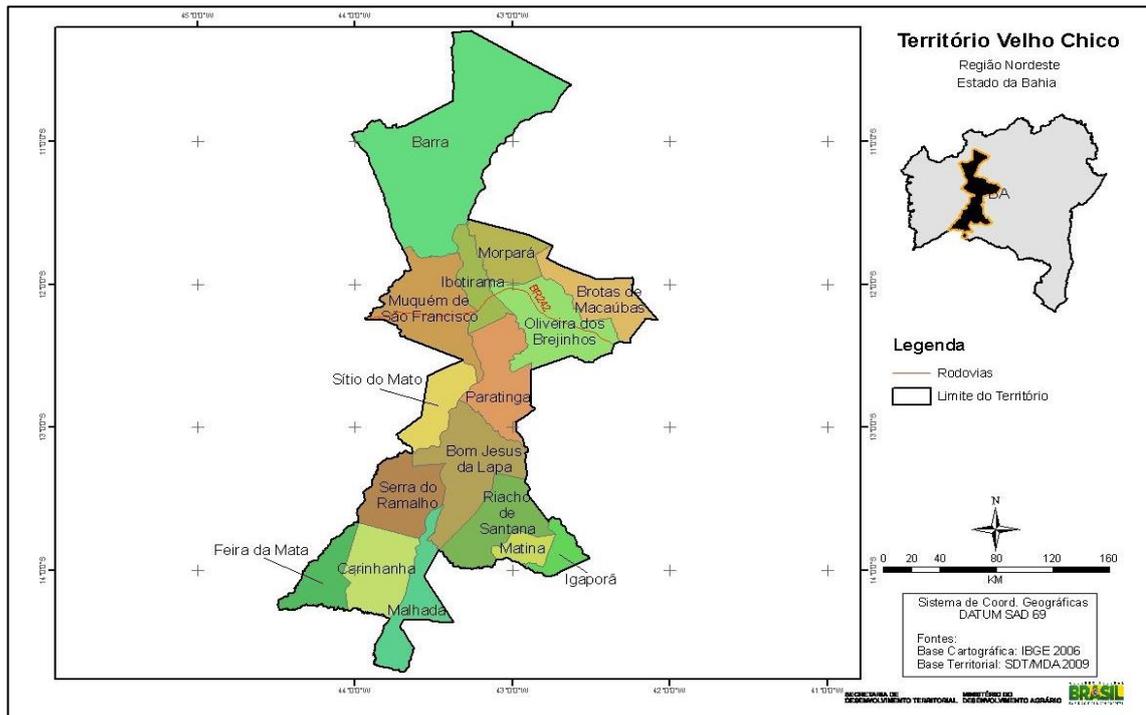
1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O SURGIMENTO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO ESPECIAL SERRA DO RAMALHO

O município de Serra do Ramalho surgiu da formação socioeconômica e cultural do Território Velho Chico¹². Essa formação oferece pistas instigantes sobre a luta pelo acesso à terra e sobre as consequências dos processos ditos “dinamizadores”, ocorridos nesse território, como, por exemplo, o deslocamento dos atingidos da barragem de Sobradinho, que ocuparam espaços que constituem o Território.

¹² O Território Velho Chico - BA é composto por 16 municípios: Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Morpará, Muquém de São Francisco, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato, Brotas de Macaúbas, Matina e Oliveira dos Brejinhos. Seu IDH médio é 0,62. Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).

O Território Velho Chico acompanha o leito do rio São Francisco que o atravessa e o divide de sul a norte. Limita-se a oeste com a região Oeste da Bahia, ao norte com o estado do Piauí e com o Baixo Médio São Francisco, a leste com as regiões de Irecê, Chapada Diamantina e Serra Geral e ao sul faz divisa com o estado de Minas Gerais. A totalidade de seu território está inserida no semiárido nordestino (ver Mapa 01).

Mapa 01: Localização do Território Velho Chico, Bahia.



Fonte de Base Geográfica: <http://sit.mda.gov.br/mapa.php>

O percurso descritivo que trarei a partir de agora se mostra importante em virtude de que esses processos criaram uma teia de relações que geraram redes de mobilidades onde os sujeitos territorializados, sobretudo em Serra do Ramalho, trazem trajetórias que culminam com uma contribuição significativa para a formação daquele espaço. Uma das consequências dessa formação socioespacial é a criação de áreas de reforma agrária, sob a tutela do Estado, que tentam, em alguma medida, dirimir as consequências dos processos de deslocamento e reorganização fundiária.

No espaço abarcado por esse Território e suas características (ver Tabela 01, a seguir) se desenvolveram, através dos tempos, modos de vida estreitamente vinculados à utilização do rio e um quadro agrário historicamente difícil e conflitivo. Vale destacar que o Território

do Velho Chico é considerado área prioritária de atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), levando em consideração os critérios de concentração fundiária, número de acampamentos, número de assentamentos e de agricultores familiares.

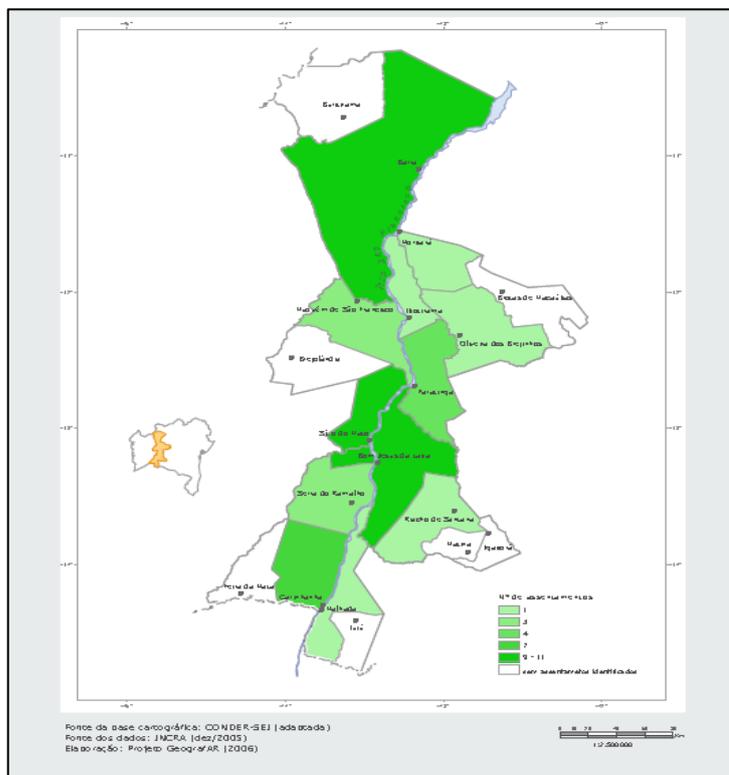
Tabela 01: Informações Demográficas do Território Velho Chico, Bahia.

Municípios:	16
População total:	370.095 habitantes
População urbana:	172.429 habitantes (46.59%)
População rural:	197.666 habitantes (53.41%)
Nº de famílias assentadas:	9.227
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar:	31.256
Pessoal ocupado na agricultura familiar:	96.766

Fonte: Sistema de Informações Territoriais, 2016.

Segundo Olalde (2007), atualmente são 57 Assentamentos (ver Mapa 02) que abrangem uma área aproximada de 350 mil hectares, com 10.000 famílias assentadas, aproximadamente.

Mapa 02: Municípios do Território Velho Chico que possuem Projetos de Reforma Agrária (2005).



Realizo esse introito na tentativa de situar o que considero ser o pano de fundo de minha análise: a formação territorial do município de Serra do Ramalho – onde se situa o Projeto de Assentamento que será universo de observação da presente pesquisa – que resultou em procedimentos de acesso à terra ou de regularização fundiária que promoveram arranjos sociais peculiares (que não podem ser vistos de forma descolada do Rio São Francisco).

Tais arranjos são amparados por processos de mobilidades temporárias, entre os quais, os Projetos de Assentamentos, que se configuram, em alguns casos como territórios de ocupações transitórias, sobretudo por não se concretizarem como espaços onde se torna possível a consolidação de projetos de vida das famílias que, por motivos diversos (falta de infraestrutura para a produção agropecuária, distanciamento do rio, dificuldade de acesso às políticas públicas), buscam alternativas para a sua sobrevivência, o que tratarei mais adiante.

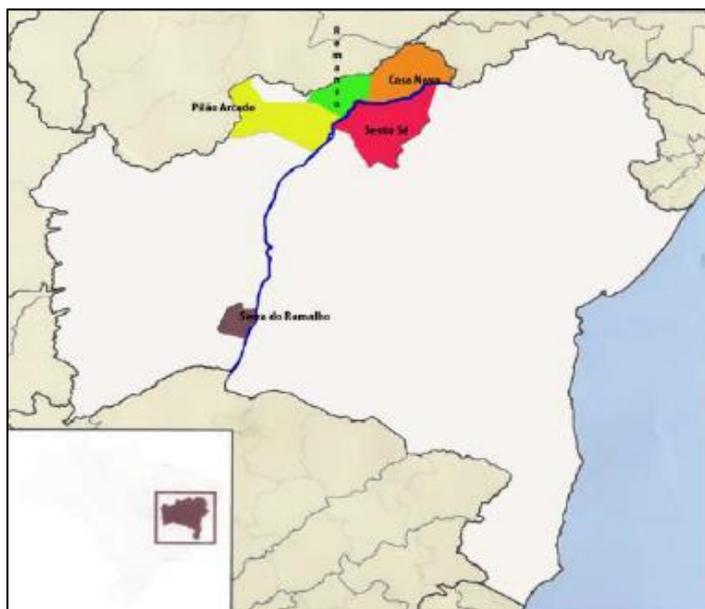
Essa formação se deu a partir de 1972 (ver Mapa 03), com o deslocamento dos atingidos pela Barragem de Sobradinho, vindos de Barra Mansa, Sento Sé, Remando e Pilão Arcado (ver Mapa 03), o que resultou na criação do Projeto Especial de Colonização de Sobradinho (PEC-SR). O objetivo desse Projeto Especial era abrigar as famílias deslocadas, mas algumas delas se negaram a estabelecer moradia nesse novo espaço, distante até 700 km de suas origens.

Assim, algumas famílias abandonaram as casas que lhes foram designadas nas Agrovilas do PEC-SR, deslocando-se de volta para as margens do rio São Francisco, ocupando novos espaços próximos às margens do Lago de Sobradinho, ou estabeleceram se em redes de migração já existentes na região do vale¹³ são franciscano para São Paulo – os chamados “sampauleiros¹⁴” –, o que resultou no esvaziamento das Agrovilas do PEC Sobradinho durante as décadas de 1970 e 1980 (ESTRELA, 2004).

¹³ Para Estrela (2010), de modo geral, no Vale salientam-se três domínios: a catinga, os brejos e a berada. Neste último estão os lameiros - áreas inundáveis e férteis -, compostos também pelas ilhas que se destacam do espelho d'água do Velho Chico. De modo geral, catingueiros, brejeiros e beraderos tinham acesso à terra através de formas seculares – a posse, a agregação, o foro e a moradia “sob condição” -, em estreitas relações com fazendeiros, em geral, absenteístas que açambarcaram as terras devolutas, arvorando-se em proprietários. Para garantir a sobrevivência, praticamente todos recorriam a pluriatividade.

¹⁴ Segundo Estrela (2004: 15), o “sampauleiro” era o indivíduo que, embora possuísse a propriedade da terra, não dispunha de recursos para torná-la produtiva. Era o expropriado; o antigo agregado.

Mapa 03: Município de Serra do Ramalho e os municípios que tiveram suas sedes inundadas para a construção da Barragem de Sobradinho.



Fonte: Pereira Filho, 2013.

O PEC-SR foi construído de acordo com um plano de “urbanismo-rural” baseado no modelo de lote de casas organizadas em uma agrovila (ESTRELA, 2004). Ely Estrela assim o descreve: “[...] os 257 mil hectares desapropriados pelo INCRA – formando uma espécie de trapézio – foram divididos em quatro eixos latitudinais; a cada 6 ou 7 quilômetros construiu-se uma agrovila”, totalizando vinte e três. Segundo Gai (2013), esse sistema separava os lotes a serem cultivados do local de moradia, ambos distantes do Rio São Francisco. Segundo o projeto original, as agrovilas concentrariam as casas dos colonos (aproximadamente 250 casas por agrovila), os serviços públicos, comunitários e religiosos, o comércio e a agrovila 09 a administração do projeto e a cooperativa.

A mobilização para a construção do PEC-SR apareceu como objeto de disputa entre camponeses e o INCRA. Como estratégia utilizada pelo INCRA, Serra do Ramalho era apresentada como um lugar novo, voltado para o futuro. Em março de 1975, a Portaria INCRA/P/Nº 300 designou o Grupo Interdepartamental “[...] com a finalidade de planejar, coordenar e implantar a execução do Projeto Especial de Colonização Sobradinho.” (INCRA, 1994: 3). Em 25 de abril de 1975, foi assinado, pelo presidente Ernesto Geisel, o Decreto nº 75.658, que declarou interesse social para fins de desapropriação dos imóveis rurais a área de 257.500 hectares. Em 30 de junho de 1975, a Portaria INCRA/P/Nº 939 cria o “Grupo de

Trabalho para proceder ao levantamento e avaliação da terra nua, benfeitorias e culturas, abrangidas pelo Decreto nº 75.658/75, que culminou com a desapropriação de sete grandes fazendas...” (INCRA, 1994: 3). Algumas dessas fazendas desapropriadas margeavam o rio São Francisco e compuseram as chamadas Reservas Técnicas do PEC.

De acordo com Pierson (1972), havia quatro formas de se adquirir o direito de usar a terra no vale do São Francisco: pela concessão, por acordo de arrendamento, permissão pelo dono ou através de ocupação por posse. Na época de sua pesquisa, eram três os meios de se conseguir o título da propriedade: a herança, a compra ou a concessão pacífica por determinado período. Pierson (1972) registra uma grande ocorrência de posseiros em todo o vale. Afirma, ainda, que a presença deles era muitas vezes conhecida pelo proprietário e ocorria com sua permissão tácita ou formal. O autor constatou que era costume entre os concessionários do vale são franciscano não permanecer na terra, bem como não se preocupar com o título de propriedade. Uma família podia instalar-se em uma área onde não havia morador ou comprá-la de um posseiro anterior; “[...] mesmo que o proprietário conheça a presença e não a veja com bons olhos, não é provável que a expulse ou mesmo que construa cercas para dificultar-lhe o uso da terra” (PIERSON, 1972: 354), já que muitas vezes se tratava de área sem interesse.

Destarte, essa lógica de apropriação do espaço e de construção de territorialidades fluidas pode sinalizar um dos fatores responsáveis pela não adaptação das famílias ao planejamento da ocupação em Agrovilas. Todos os seus mecanismos historicamente construídos de acesso à terra tiveram que ser abandonados para uma dependência ao Estado e uma alocação em sistemas casa-lote que não abarcava mais essa fluidez.

Nesse caso, a análise de Esterci (2002) colabora no sentido de compreendermos que a implantação de projetos e políticas que visam à conservação dos ecossistemas, com este enfoque, tem levado à demarcação e redefinição de espaços (Reservas Extrativistas, Reservas Ecológicas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, etc.), à redefinição de regras de uso e acesso dos recursos naturais e, por fim, à reclassificação dos segmentos sociais afetados e de suas práticas. Mas, historicamente, o que se observa é a expropriação das populações locais de seus “territórios de pertencimento” em prol da preservação.

Os critérios de definição do colono mudaram com o redirecionamento do Projeto no final de 1977. No início, o colono poderia ser “[...] qualquer pessoa que morasse na área de inundação da barragem de Sobradinho, independentemente de ser lavrador ou não, sendo que

os que tivessem mais de 59 anos tinham direito de morar nas agrovilas, mas não recebiam lote rural” (CORDEIRO, 1982: 75). A partir de 1977, o INCRA passou a adotar critérios de assentamento. “Para ser colono tem que ter uma tradição agrícola, passar por um esquema de seleção, a inscrição é julgada por número de pontos que atingir por força de trabalho (quem faz é a família), faixa etária (59 anos o máximo) e tradição agrícola.” (SANTOS, s/d: 1).

Outro requisito fundamental era vir de áreas de conflito social. De maneira geral, para morar na agrovila e receber um lote rural era preciso ser agricultor, ter condições de trabalhar na roça, ter de 18 anos a 59 anos, não ser portador de doenças contagiosas e assinar o termo de opção. Poderia morar na agrovila, mas sem receber o lote rural os aposentados, os comerciantes, os que moravam com parentes. Houve a preocupação de assegurar aos aposentados pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) que o benefício seria transferido para Bom Jesus da Lapa (INCRA. EMATER-BA, s/d).

O plano original previa uma área de expansão ou reserva técnica, formada pelas terras desapropriadas e não ocupadas por agrovilas. De acordo com relatório do Consórcio Noronha-Tams (s/d), a área que abriga as agrovilas tem 145 mil há, já as áreas periféricas dividiam-se em três: a Reserva Técnica, com aproximadamente 30 mil ha; a Reserva Florestal, pelo menos 20 mil ha; e as terras aluvionais das margens do São Francisco, sem indicação de área. Os lotes rurais obedeciam ao módulo rural da região, vinte e cinco hectares, vinte nas glebas e cinco nas áreas de reserva. Os terrenos pouco férteis, irregulares, alagadiços tinham tamanhos acima do padrão (ESTRELA, 2004).

O processo de desapropriação foi bastante difícil. Segundo Bursztyn (1988), com a decisão do presidente Geisel de construir o Projeto “a reação local foi notável. O cartório de registro de terras de Bom Jesus da Lapa foi incendiado, destruindo-se os livros sem que o prédio fosse queimado. Mas a documentação perdida havia sido previamente microfilmada pelo INCRA” (BURSZTYN, 1988: 23). Bursztyn (1988) ainda afirma que durante a desapropriação, soube-se que parte da terra havia sido conseguida com o emprego de violência, moradores contaram o caso do massacre de uma família de posseiros onde morreram sete pessoas.

Os conflitos surgidos neste processo de deslocamento dos ribeirinhos de Sobradinho se intensificaram com a chegada do “invasor-posseiro”, que eram agricultores sem-terra, das mais diversas origens, que, na década de 1980, ocuparam as áreas de reserva e a fazenda, que

seria alvo de desapropriação. Os chamados “invasores” pleitearam ingresso na lista de beneficiários para o Projeto Especial de Colonização.

Este processo de des-re-territorialização¹⁵ gerou outros processos sociais distintos: trabalhadores (as) rurais que moravam na fazenda que seria desapropriada se negavam a sair, pois não havia garantias de melhoria de vida com a chegada na PEC. A notícia que haveria o Projeto de Colonização circulava pela região e, por este motivo, progressivamente chegavam às áreas as famílias a serem reassentadas, oriundas da região de Sobradinho e também famílias sem-terra que chegavam para disputar o acesso a uma casa em alguma das Agrovilas.

Nessas Agrovilas se configuraram processos de conflitos. O maior conflito se dava com a chegada das famílias que não tinham origem em Sobradinho e, portanto, não eram esperadas para ocupar uma casa. Por não encontrarem acesso a essas casas, essas famílias invadiam faixas de terra próximas às Agrovilas ou mais distantes, já às margens do Rio. Com a saída de alguns reassentados de Sobradinho das Agrovilas, na perspectiva de regressar para suas antigas casas, as moradias nas Agrovilas eram desocupadas e, então, ocupadas por novas famílias que não pertenciam ao quadro de famílias previstas na ocupação daquelas casas nas agrovilas.

As residências abandonadas pelos reassentados de Sobradinho permitiram a reorganização da ocupação das Agrovilas. Os conflitos existentes nas margens do rio, entre as famílias ribeirinhas (que moravam às margens do São Francisco) e os “invasores-possesores”, se agravaram com a desapropriação de uma faixa de terra às margens do rio. Esse processo de desapropriação é o início de um que culminará na criação da Área de Preservação Permanente que originará o Projeto Agroextrativista São Francisco, o que tratarei mais adiante. No fim da década de 1980, essa desapropriação foi descrita pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1979). A Comissão afirma que o INCRA

[...] mandou desapropriar uma área de três quilômetros entre o rio São Francisco e as agrovilas. Mais de seiscentas famílias foram atingidas nos povoados de Boa Vista, Campinas e Barreiro Grande. Roças e casas foram destruídas. Os desalojados se refugiaram nas ilhas. Em Barreiro Grande

¹⁵ Para Deleuze e Guatarri, o território pode estar circunscrito tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido, de subjetivação, enfim, um conjunto de projetos e representações nos quais consistirá, um arcabouço de comportamentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. Estes autores, ao elaborarem um estudo que discute a territorialização, desterritorialização e reterritorialização, afirmam que não há território sem desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se territorializar em outra parte, ou seja, a desterritorialização e a reterritorialização são componentes do território. Em ambos os processos (desterritorialização/reterritorialização), são forças sociais, econômicas, políticas atuando como elementos de manutenção, expulsão ou atração (SAQUET, 2007).

ninguém saiu em Boa Vista trinta famílias ficaram. Resistem à agrovila porque lá a água não pressa, não têm assistência, não podem “criar bicho”.

Antigos moradores da área desapropriada e que atualmente estão assentadas no PAE São Francisco, com os quais conversei durante a pesquisa, lembram que os moradores das agrovilas 05, 04 e 02 vieram, em sua maioria, da beira do rio, deslocados compulsoriamente por morarem às margens do rio. Algumas das famílias estão nessas Agrovilas ainda, enquanto outras retornaram durante a década de 1990 para as antigas áreas.

Nesse contexto de deslocamento dos atingidos pela construção da Barragem de Sobradinho, algumas famílias não se adaptaram aos novos modos de vida. Parte dessas famílias que permaneceram no PEC se concentraram às margens do rio São Francisco, não nas Agrovilas, sobretudo por possuírem identidade ribeirinha e porque a distância (de no mínimo 10 km) das Agrovilas para o Rio não permitia ao reassentado nenhuma possibilidade de convivência. Essa não adaptação à “nova” lógica e, conseqüentemente, resultando em um longo processo de luta e de resistência, o PEC-SR iniciou um processo social de organização, que resultou em sua atual forma, com Agrovilas que apresentam dificuldade de interconexão.

Um aspecto importante desse contexto refere-se ao dimensionamento dos lotes, as condições objetivas que os assentados encontraram nos projetos cuja referência é módulo fiscal. Para Germani *et al* (2007), embora a base para a definição dos lotes deva levar em conta diversos aspectos, em especial as condições edafoclimáticas e o modelo tecnológico adotado, a dimensão da área recebida é sempre um indicador a ser considerado. Assim, o módulo fiscal para todos os municípios do Território em estudo é de 65 ha¹⁶.

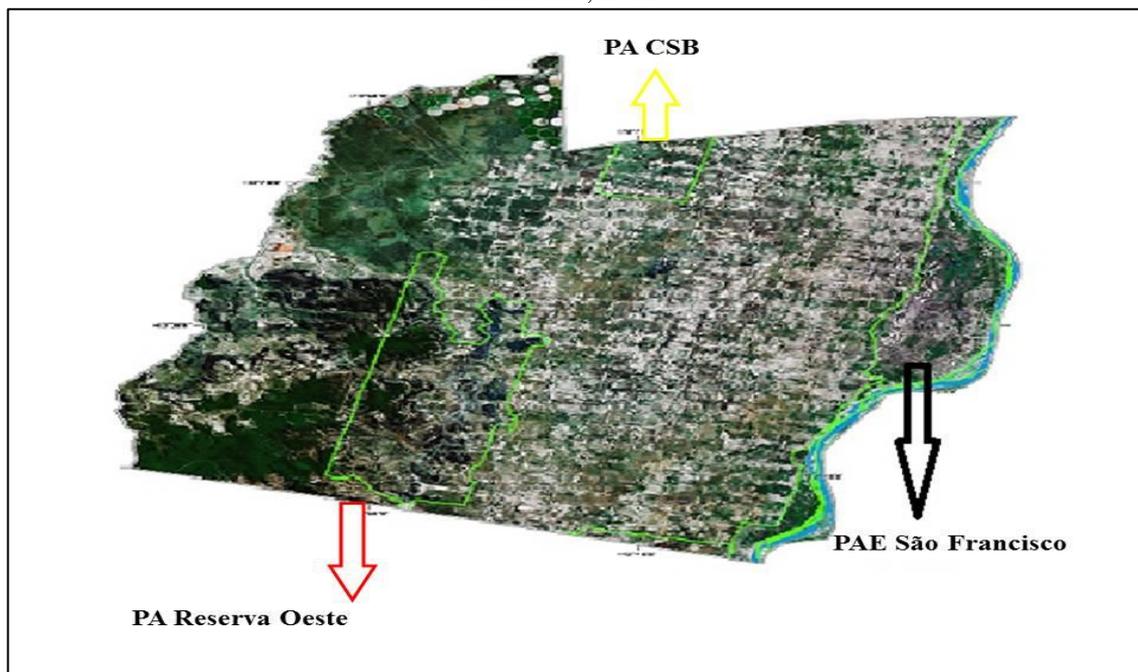
Trabalhando com os dados oficiais fornecidos pelo INCRA e calculando a relação entre a superfície média dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e o módulo fiscal, conclui-se, a partir de Germani, *et al* (2007), que somente os assentamentos dos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Morpará atendem às exigências estabelecidas de que as áreas tenham no mínimo um módulo fiscal por família. Além disso, não foram levadas em consideração as áreas de reserva legal. Podemos inferir, nesse sentido, que a questão fundiária nos referidos Projetos é uma questão para além do acesso à terra, mas, também, se apresenta importante quando compreendemos os desafios e limitações aos quais as famílias foram submetidas, sobretudo em iniciar e realizar atividades atreladas à agropecuária sem condições de irrigação em áreas menores a um módulo fiscal.

¹⁶ Conforme IE/INCRA nº20, Instrução Especial/INCRA/nº 20, de 28 de maio de 1980, estabelece o módulo fiscal de cada município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980.

Nesse processo de organização e regularização fundiária, o subdimensionamento (não respeitando a delimitação de pelo menos um módulo fiscal) dos lotes nas Agrovilas ocasionou dificuldades para a produção agropecuária, mas, parece ter sido a solução para abrigar um maior número de famílias. Segundo os relatos obtidos por Estrela (2004), a notícia de que havia possibilidades de moradia naquelas Agrovilas, devido à desocupação do reassentados de Sobradinho, resultou em uma demanda maior que a oferta. As famílias ocuparam faixas de terra de forma ilegal e durante quase vinte anos engrossaram as listas de demandantes por lotes de reforma agrária, como já mencionada neste texto.

Esse processo de deslocamento em busca de terras aumentou a quantidade de famílias situadas no entorno da PEC, o que criou a demanda por regularização fundiária. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e com as pressões das famílias, o então município de Serra do Ramalho passou a abrigar três Projetos (ver Mapa 04) de Reforma Agrária, todos criados em 1995: o CSB e o Reserva Oeste na modalidade Projeto de Assentamento (PA) e o São Francisco na modalidade Projeto Agroextrativista (PAE), o único nessa modalidade no estado da Bahia, onde foi realizada a pesquisa para essa Tese.

Mapa 04: Representação espacial dos Projetos de Reforma Agrária no Município de Serra do Ramalho, Bahia.



O Projeto Especial de Colonização emancipou-se administrativamente em 13 de junho de 1989, por força da lei estadual 5.018, quando deixou de pertencer à cidade de Bom Jesus

da Lapa e se tornou o município de Serra do Ramalho. Hoje, Serra do Ramalho é uma cidade que fica na margem esquerda do rio São Francisco – em seu trecho médio –, entre o rio e a serra homônima, no Território Velho Chico, anteriormente chamado de Médio São Francisco.

O município de Serra do Ramalho possui aproximadamente 32.000 habitantes e um pouco mais de 80% da população está situada no meio rural (conforme Tabela 02 abaixo).

Tabela 02: Dados do município de Serra do Ramalho em 2012.

Área (Km ²)	População	População Urbana	População Rural	Estabelecimentos da Agricultura Familiar	Famílias Assentadas	Bolsa Família
2.678,30	31.638	6.274 (19,83%)	25.364 (80,17%)	2.974	1.437	11.437

Fonte: Sistemas de Informações Geográficas. <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=verMunTR&m=2923704>

A predominância de população rural no município pode ser explicada pela organização espacial em agrovilas, mas, também, pelo perfil socioeconômico do município que tem como atividades principais a agricultura, a pecuária e o extrativismo.

Esse foi o último Projeto de Colonização do Estado da Bahia, em uma área de 258.483,39 hectares, organizado em 23 agrovilas, com lotes para moradias e parcelas rurais, com sede administrativa na Agrovila 9. Nesse contexto de formação espacial do Município encontra-se o PAE São Francisco, que tratarei a seguir.

1.2 O PROJETO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO: SINGULARIDADES DE UM ESPAÇO COMPLEXO

Foco dessa investigação sociológica, o Projeto Agroextrativista São Francisco (PAE - SF), um dos assentamentos incluídos no município de Serra do Ramalho, está situado na margem esquerda do rio São Francisco e faz divisa com os municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, além de margear cinco Agrovilas. Está distante aproximadamente 600 quilômetros da Capital Federal, Brasília, e 900 quilômetros da Capital do Estado, Salvador. O PAE-SF ocupa uma área de 20.820 hectares, composta por onze Comunidades (assim também os moradores chamam os agrupamentos de casas-lotes), totalizando um contingente populacional de 3.720 pessoas, distribuídas em mais de 800 unidades familiares. No processo

de criação do PAE-SF faz parte dos procedimentos de constituição do Projeto, a formação de Associações por comunidades.

O processo de criação desse Projeto¹⁷ de Assentamento se deu por conta da regularização fundiária necessária ao reordenamento agrário decorrente da criação da Área de Preservação Permanente – APP – às margens do rio. Essa área corresponde à “faixa ribeirinha”, aludida anteriormente. As comunidades do PAE-SF foram descritas por Sodré (2008) e percebidas na minha pesquisa exploratória da seguinte forma:

- i. Barra de Ipueira – Associação dos Pequenos Produtores de Barra de Ipueira: constitui-se das comunidades de Fechadinha, Barra de Ipueira e Baraúna, possui 101 famílias cadastradas como beneficiárias de lotes. O nome Ipueira se refere aos barrancos de areia às margens do rio, surgidos a partir da retirada ilegal de areia realizada por pessoas de outras comunidades e cidades;
- ii. Pambu – Associação de pequenos Produtores de Pambu, Araça e Região: composta por 61 famílias, segundo a relação de beneficiárias do INCRA. Os moradores chamam essa área de “ilha” devido ao grande número de lagoas que surgem e desaparecem de acordo com as chuvas e a vazão dos braços do rio. Algumas famílias moram nessas áreas desde 1952, parte do ano em casas na parte seca e, em outra, nas épocas de maior fartura na pesca, migram para as ilhotas surgidas com a vazão do rio. Muitos moradores herdaram terras e possuem relação com os migrantes de Sobradinho que não quiseram constituir suas vidas nas Agrovilas e deslocaram-se para as margens do Rio.
- iii. Capão Preto – Associação de Pequenos Produtores de Capão Preto, Caldeirão e Região: possui 46 famílias camponesas, parte dessas famílias possuem relação parental com os deslocados da Barragem de Sobradinho.
- iv. Boa Vista – Associação de Moradores de Boa Vista, comunidade de duzentos anos, foi criada a partir da doação de 2.400 ha de terras, próximas ao Rio, pelo Coronel Joaquim Castro. Atualmente moram 79 famílias que vivem basicamente da pesca e da agricultura.
- v. Boa Esperança – Associação de Moradores de Vila Boa Esperança, possui 21 famílias, foi criada a partir da resistência de moradores em se deslocarem para as Agrovilas. Também é uma área de herdeiros que possuem registros de cem anos atrás.

¹⁷ O Uso do Termo Projeto é transitório. Quando o Projeto é emancipado ou consolidado (aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade) então é chamado de Assentamento.

- vi. Palmas e Passos – Associação de Pequenos Produtores de Palmas e Passos, conta com 98 famílias. Atualmente reivindica a titulação de remanescente de quilombos.
- vii. Campinhos/Pituba – Associação de Produtores Rurais de Campinhos, possui 26 famílias cujas origens datam do período de mineração que existia onde atualmente é a comunidade. Resistiram ao processo de deslocamento para a Agrovila 21.
- viii. Água Fria – Associação de Moradores de Água Fria, certamente é a comunidade que apresenta a mais precária infraestrutura, possui 27 famílias beneficiárias de lote.
- ix. Barreiro Grande – Associação de Moradores de Barreiro Grande possui 44 famílias na Relação de Beneficiários e um grupo de 30 famílias que aguardam a sua regularização.
- x. Mariópolis – Associação de Desenvolvimento Comunitário do Mariópolis, possui 170 famílias na área, mas apenas 57 constam na Relação de Beneficiários. É possível perceber muitas áreas plantadas com hortaliças, feijão e milho.
- xi. Estreito – Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Produtores Rurais de Estreito, após a indenização e desapropriação da Fazenda, em 1979, não houve a titulação das 40 famílias moradoras.

Importante destacar que as chamadas “comunidades” já existiam antes da criação do Projeto, elas são compostas, em sua maioria, por grupos familiares ou de trabalhadores da antiga fazenda desapropriada para a criação do PEC Serra do Ramalho e das famílias que se mantiveram nas áreas contíguas ao Rio. Nesse processo de reorganização fundiária, desde o fim da década de 1970 até meados da década de 1990, houve tentativas de deslocar as famílias para as casas abandonadas pelos reassentados de Sobradinho. Essas famílias trabalhavam nas fazendas situadas próximas ao Rio ou eram moradoras delas.

Assim, a ocupação do PAE-SF se procedeu de várias maneiras. Os nativos que resistiram às pressões dos antigos fazendeiros e ao processo de desapropriação sem alternativa foram parar nas “ilhas” (áreas de terra situadas no meio do Rio), onde passavam a maior parte do ano, transferindo-se para a área de sequeiro a cada enchente. Há, ainda, famílias originadas do processo de deslocamento dos atingidos pela construção da Barragem do Sobradinho que optaram em não morar nas Agrovilas, elas não retornaram para as margens do Lago Sobradinho, mas, se deslocaram para as margens do rio São Francisco, onde atualmente é o PAE-SF. Essas famílias que não voltaram para a região de Sobradinho foram incluídas nas listas de demandantes por terras, muitas ansiavam conquistar lotes próximos ao rio. Maria

Faveleira, uma das mulheres assentadas que colaborou com essa pesquisa, relata que em relação à convivência com o Rio São Francisco:

“As pessoas que moram à margem do Rio São Francisco por mais necessidade que sente a gente não morre de fome, porque é um rio farto, que tem uma água dessa, só de saber que eu moro no São Francisco sou uma pessoa feliz, eu não me acostumo na cidade, sinto falta do verde, aqui posso respirar um oxigênio melhor, meus filhos correm na mata, traz frutas, toma banho no rio, essa é a melhor convivência para qualquer ser humano.”
(Maria Faveleira, 40 anos, ex-presidente da associação Barra da Ipueira).

Outras pessoas entrevistadas informaram que além das famílias cujas moradas foram estabelecidas na margem esquerda do rio, tinham parentes e amigos que estavam nas cidades vizinhas ou fora do estado e começaram a retornar para a área, na esperança de receberem um lote de terra decorrente do processo de regularização fundiária. As dificuldades encontradas diziam respeito ao fato de que a criação da APP e suas decorrentes normatizações não permitiam a permanência das famílias em suas áreas. Para legalizar a situação dessas famílias, foi decidida a criação do projeto na modalidade de Assentamento Agroextrativista, possuindo uma Portaria específica (SR-05/ nº 62, de 27 de novembro de 1995). Assim, o Projeto Agroextrativista São Francisco foi criado com o objetivo de atender 600 famílias, mas, em consequência de um maior contingente de pessoas em busca da terra (parentes dos atuais moradores e outros), atualmente a área é ocupada por cerca de 800 famílias.

Importante destacar que durante o processo de criação dos três Projetos de Assentamentos em Serra do Ramalho, a sinalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do INCRA, acerca dos marcos jurídicos referente à ocupação das margens do rio, conduzia o processo de criação do PAE-SF nessa modalidade para atender a criação da APP, além do fato de que a capacidade dos outros dois Projetos não atendiam às demandas já levantadas. A saída encontrada foi então utilizar a modalidade comumente implantada no Norte do Brasil para garantir tanto que as famílias se mantivessem próximo às margens do rio, como a criação da APP, que é permitida apenas na modalidade de Projeto e no Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que só foi normatizada em 1999.

Há um hiato em todo esse processo, pois a área foi desapropriada em 1974 com o pagamento indenizatório aos fazendeiros, mas o Projeto de Assentamento Agroextrativista só foi oficialmente criado em 1995, sua solicitação de criação data de 1987, quando após uma visita a área, realizada pela Marinha do Brasil, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato

Rural e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – órgãos que participaram do processo de desapropriação da área para a criação do PEC – formularam a proposta da regularização fundiária. Essa regularização resultou na concessão real de uso da área.

Importante trazer um relato descrito em Sodré (2008) que mostrou que:

“O maior problema aqui no Agroextrativista foi se criar um Projeto, assinar um contrato de concessão de uso da terra, onde os trabalhadores ainda não tinham essa terra nas mãos, nós temos boa parte da área nas mãos dos irregulares, tem a área de alagadiço que não pode ser mexida, aí não sobra mais nada” (Relato da ex presidente de uma das associações do PAE-SF).

Nas minhas incursões a campo, voltei a conversar com a mesma informante entrevistada por Sodré e perguntei sobre a questão dos “irregulares”. Ela informou que alguns grupos foram “expulsos da área através de medidas legais no INCRA ou através de muita briga mesmo” e que, mesmo com a saída de muitas pessoas que “não tinham nenhuma relação com as famílias que moravam aqui, mas que se aproveitaram da brecha para entrar”, ainda “restam alguns que temos que dar conta, pois eles ocupam espaço nosso”. É interessante perceber que existe uma compreensão por parte da entrevistada, pois há uma diferença entre “os de dentro e os de fora”, sobretudo por haver, na mesma comunidade, moradores que não estão regularizados documentalmente no INCRA, mas que são vistos como pessoas “que estão à espera da regularização, são demandas nossas, é gente nossa”.

Nesse sentido, há de se perceber que desde a criação das Agrovilas na PEC e na constituição dos lotes no PAE, ocorreram essas clivagens entre o “projeto público” e a apropriação desse projeto pelas famílias. Há similaridades no que diz respeito à submissão de famílias ribeirinhas a um deslocamento compulsório e ao surgimento de conflitos entre os sujeitos sociais menos favorecidos. A percepção de haver “de dentro e de fora” parece explicar a incapacidade do governo em atuar no sentido estabelecer condições igualitárias para todos. As pessoas que conversei durante a pesquisa, assim como outras pesquisas que trataram sobre esses processos sociais ocorridos em Serra do Ramalho, parecem apontar que a estratégia utilizada pelo INCRA criou conflitos entre os próprios sujeitos que eram priorizados para a ação de regularização fundiária.

A memória dos camponeses registra a surpresa da população: não houve um esclarecimento sobre o que iria acontecer. Alguns entrevistados, durante minha pesquisa, afirmaram que viam pessoas desconhecidas transitarem entre as comunidades, colocando piquetes, anotando e observando. A notícia da criação do Projeto de Assentamento chegou

sob a forma de rumores provocados pela presença desses técnicos trabalhando na “medição” das terras, depois ficou entendido que se tratava de levantamento de terras para a delimitação dos lotes.

Na beira do rio, o trabalho de desapropriação gerou um importante conflito entre os moradores e o INCRA. A ordem era para que os (as) trabalhadores (as) que morassem na fazenda a ser desapropriada desocupassem a área destinada à reserva que se formaria. Os moradores situados mais às margens do rio resistiram à mudança e grande parte não saiu. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais afirma que muitos povoados, em vez de acabarem, cresceram. Isso porque, com o tempo, muitos dos que foram para as agrovilas retornaram, porque não conseguiram se adaptar. O principal motivo alegado para o problema de adaptação foi a distância entre as novas moradias e as margens do rio e, também, a má qualidade da água nas agrovilas.

A presença de pessoas que não foram incorporadas legalmente na área resultou na redução do tamanho da área disponível para o cultivo, o que atualmente constitui o maior problema para as famílias camponesas. Tal questão reflete o processo de regularização fundiária, para tanto foi realizado um diagnóstico socioeconômico por técnicos do INCRA, que resultou em um documento onde consta o número de famílias que já moravam em cada comunidade. Esse diagnóstico resultou no chamado Estudo de Capacidade de Ocupação, que não era necessariamente compatível com a demanda identificada no Diagnóstico, pois as famílias se organizavam de uma forma às margens do Rio (agrupadas em casas próximas) e o Estudo as organizava em lotes de morada, o que, naturalmente, organizava espacialmente as famílias, mas espaçadamente umas das outras.

Por esse motivo muitas famílias não receberam o Termo de Concessão e Uso do Solo, o que as tornaria oficialmente beneficiárias da Reforma Agrária. Algumas famílias que durante do Diagnóstico e o Estudo foram analisadas como “invasoras-possesoras” não foram escolhidas para receber o Termo. Essas famílias e aquelas que não concordaram em se deslocar das margens do Rio optaram por permanecer às margens do Rio. Sobre isso um morador antigo da comunidade de Pambu diz que

aqui é uma área já apropriada pra nós ribeirinho e hoje temos aqui temos muitas pessoas irregulares, muitos fazendeiros que não tem o perfil para estar aqui no Projeto, que foi criado para nós ribeirinho do São Francisco que tem dificultado até a ação da gente trabalhar, tem pouco espaço, como eu estou vivendo aqui dentro de um pedaço de terra de 40x100, não dá acesso a gente de criar nem uma galinha. Até agora o INCRA não resolveu essa situação, aí nos, com a associação, resolvemos que deveria crescer

mais um pedaço e ai ficou 40x130. A terra aqui tem sido curta por isso todos aqui precisam sair para trabalhar fora, porque a gente não tem um que gera sustentação pra família e renda, faz um bico pra manter uma planta aqui dentro. (38 anos, comunidade de Pambu)

Após essa etapa de Diagnóstico, o INCRA iniciou a fase de instalação¹⁸ das famílias no local, seguindo critérios como: inscrição na lista de interEstados, que foi construída com o apoio da CPT e do IBAMA; e proximidade das áreas dos Projetos em relação à moradia temporária dessas famílias, por exemplo. Os beneficiários receberam, então, os primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio, participaram, ainda, de um sorteio com o intuito de cada família pudesse ser encaminhada para sua respectiva gleba.

Após essa etapa, com o intuito de garantir a permanência das famílias na terra e as ações em prol do assentamento, foi construído com a comunidade o Plano de Desenvolvimento do Assentamento¹⁹ (PDA), que elenca questões atinentes à produção agropecuária, saúde, educação, associativismo etc. Esse documento, elaborado para cada Projeto, objetiva, sobretudo, que as próximas etapas (acesso ao crédito, acesso a políticas e programas, assistência técnica, entre outras) possam ser executadas seguindo a construção com a participação das famílias.

Esses documentos colaboram inclusive com o replanejamento das ações nos Projetos (tipo de crédito, viabilidade econômica dos cultivos, local onde será construída a escola, para citar alguns exemplos) e subsidiam possíveis reivindicações das famílias assentadas a respeito desse planejamento, por exemplo, quanto a possíveis atrasos, ao acesso de novos programas e políticas, devido à possíveis mudanças no perfil das famílias e de fortalecimento de cadeias produtivas que respeitem suas identidades e potencialidades. Por fim, os processos atrelados às possíveis alterações nesse planejamento, constante nesse Plano, serão compostos em um documento denominado Plano de Recuperação do Assentamento (PRA).

Esse documento de reavaliação do planejamento é realizado por equipe multidisciplinar com o apoio da Associação presente no Projeto e compreende, inclusive, a nova reorganização espacial decorrente das decisões das assembleias realizadas pela

¹⁸ Nessa etapa é feito o parcelamento do imóvel em lotes e são definidas e delimitadas as áreas comunitárias, as áreas de preservação ambiental, aquelas para instalação de escolas, igrejas etc.

¹⁹ Segundo as determinações do INCRA (1999), “os assentamentos poderão ter seus projetos efetivados somente se obtiverem anuência expressa dos seus beneficiários quanto ao preço da terra e às condições dos recursos naturais do imóvel manifestados em documento específico, assinado por um número de futuros assentados equivalente à pelo menos 60% da capacidade do imóvel”. Esse é o pré-requisito básico para elaboração de planos de desenvolvimento dos assentamentos.

Associação acerca de ocupação dos lotes por motivo de falecimento, desistência e da necessidade de reavaliar a capacidade de ocupação do PAE. Nessa oportunidade, torna-se possível inserir novos beneficiários na relação do INCRA e os oportuniza ao acesso aos direitos constituídos ao beneficiário de reforma agrária, como acesso à crédito e assistência técnica.

Dessa maneira, estes dois planos (o de Desenvolvimento e de Recuperação do Assentamento) se colocam como uma ferramenta de controle social das famílias assentadas. Importante destacar que esse modelo não é uma novidade nos programas de desenvolvimento agrícola (PETERSEN e ROMANO, 1999), pois passaram a ser realizados há pelo menos 30 anos, mas, para os Projetos de Assentamento, esses planos constituem-se como um interessante marco analítico e descritivo.

Para os sujeitos sociais assentados, o desenvolvimento do Projeto de Assentamento pode elucidar as relações e as aderências político-administrativas às quais esse espaço possui com os setores públicos, podendo apresentar a tessitura social e econômica constituída, bem como a capacidade de organização comunitária.

Após a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, em 1998 foi elaborado o Relatório Socioeconômico pela equipe LUMIAR²⁰, que compõe a caracterização geral da área, a situação socioeconômica das famílias, além de apresentar os limites e potencialidades do Projeto após a sua criação. Nesse documento surgem questões que dão pistas sobre as dificuldades das famílias se regularizarem, pois ele afirma que o PAE-SF apresenta limitações devido ao arranjo que combina o lote individual de morada com as áreas de produção coletiva. Algumas dessas áreas coletivas foram ocupadas por novas famílias ou por famílias que estavam à espera de sua regularização desde o período de criação do PAE. O relatório conclui que o redimensionamento dos lotes (diminuindo, em vez de aumentar), propiciaria a regularização de novas famílias, mas não prevê a divisão desses lotes entre os indivíduos da própria família, indivíduos esses que não são percebidos pelo relatório.

Outra questão importante é que novos ocupantes de lote devam submeter os seus nomes à Associação da comunidade, que devia pôr em votação para a decisão final sobre a

²⁰ O Projeto Lumiar existiu para suprir essas necessidades, prestando serviços de orientação às famílias de assentadas com vistas à implantação e desenvolvimento de culturas, pastagens, armazenamento, comercialização, criação de animais, introdução de novas tecnologias e ações de estímulo à organização dos assentados. O principal propósito era promover a terceirização e descentralização da assistência técnica nos assentamentos rurais, de tal modo que as organizações dos agricultores assentados pudessem contratar os serviços de assistência técnica e extensão rural junto às organizações públicas e privadas.

ocupação daquele lote. Nesses casos, lotes de beneficiários desistentes ou famílias que se desagregaram porque o beneficiário morreu, se tornam disponíveis para tal realocação.

Essa reocupação e reorganização social tem se mostrado constante no PAE-SF. As lideranças das Associações, em algumas conversas, afirmam a naturalidade das desistências. Algumas pistas sobre essa transitoriedade, por parte de algumas famílias nesse espaço, surgem da compreensão acerca do deslocamento compulsório: os lotes apresentam dimensões que dificultam a implantação de alguns sistemas de produção agrícola e pecuária; algumas famílias possuem origem em outros municípios. É possível concluir, então, que o deslocamento forçado, a organização fundiária – constituída com a finalidade de normatizar a ocupação das margens do rio – e os processos sociais desencadeados pelo fluxo migratório, desvelam que o PAE-SF possui um conflito entre os sentimentos de pertencimento e as questões objetivas da vida social (renda, trabalho, acesso e permanência na terra).

Nos dois capítulos a seguir, tratarei sobre as trajetórias das famílias que colaboraram para a compreensão de uma das consequências destes processos: a consolidação do lugar enquanto espaço de vida. Tratam-se trajetórias que permitirão compreender as dinâmicas atreladas à reprodução social e como o repertório de ações daquelas famílias se amparam, também, nas características da ocupação daquele espaço.

Esses capítulos centrar-se-ão na proposta de relatar os projetos de vida de famílias que moram no PAE-SF, em uma das onze comunidades que compõem o Projeto: a comunidade de Barra de Ipueira. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, seguirão, nesses capítulos, uma diversidade de trajetórias, composições familiares e contextos sociais. Essa heterogeneidade representa a teia social complexa que constitui a comunidade.

A organização em dois capítulos objetiva facilitar a compreensão, dividir-se-ão seguindo o seguinte critério: no Capítulo 2 esquadrinharei as trajetórias de famílias que estabeleceram uma relação mais linear com o lugar. Elas concebem o lote como espaço de morada e produzem para o autoconsumo ou realizam atividades não agrícolas para a garantia de renda; no Capítulo 3 trarei sobre as trajetórias de famílias que se relacionam com o PAE de forma não linear, estabelecendo estratégias de mobilidades (migração, por exemplo) ou de transitoriedade (não moram nos lotes, mas passam os finais de semana, por exemplo).

Para a coleta dos relatos foram realizadas caminhadas, visitas, conversas informais e entrevistas. As caminhadas foram realizadas com o intuito de reconhecer o lugar, de estabelecer laços de confiança e respeito, de acompanhar o cotidiano das famílias, elas sempre

foram realizadas a partir de agendamentos prévios com as famílias, em virtude de demandar maior tempo e disponibilidade daquelas pessoas. Também as visitas seguiam marcação de dia e horário prévios. Além dessas atividades, sempre que possível acompanhei reuniões, almoços e festejos. Por fim, as entrevistas foram orientadas por um roteiro dividido em três partes (ver detalhes no Anexo I): (i) relato das experiências antes da criação do PAE-SF; (ii) composição familiar; (iii) relatos sobre o que pensam a respeito do lugar.

As caminhadas realizadas eram feitas com o intuito de reconhecer o lote ou mesmo realizar alguma atividade de extensão, onde o engenheiro agrônomo às vezes era sutilmente demandado. Muitas vezes, durante essas caminhadas, conversávamos sobre as trajetórias, de como o lugar havia mudado, das aflições e conquistas. Durante essas caminhadas o objetivo maior era o de estabelecer laços importantes de aproximação e respeito, esses laços permitiam estabelecer roteiros de entrevistas.

Esses roteiros passaram por adaptações, sobretudo para darem conta da questão das construções sobre o futuro e sobre as estratégias de escolha do (a) sucessor (a), não havia o objetivo de esgotar questões nem tampouco suprir todas as questões com apenas uma aplicação do roteiro. Os diálogos, independente do roteiro, objetivavam explorar novas facetas das subjetividades e aprofundar dimensões não percebidas ou que demandaram, por algum motivo, alguns aprofundamentos. Procurei fazer perguntas mais gerais que dessem a possibilidade ao (a) entrevistado (a) elaborar respostas longas, acreditando ser esse procedimento mais adequado para propiciar as interpretações.

A escolha da Comunidade de Barra de Ipueira como foco dessa pesquisa segue alguns critérios, a saber: é uma das maiores comunidades do PAE São Francisco; facilidade de acesso e contato; diversidade de trajetórias, identificadas a partir da pesquisa piloto com outras comunidades.

Vale destacar, por fim, que uma das medidas apontadas nessa Tese é a garantia do completo sigilo das informações e anonimato dos entrevistados. Algumas famílias demonstraram preocupação em serem de questões como a venda de lotes, por exemplo, e demonstraram receio em terem seus nomes citados. Em virtude de tal contexto, para garantir-lhes a fala, a medida adotada nessa pesquisa foi a de utilizar nomes fictícios para todos os entrevistados citados, utilizando os seguintes critérios: homens “chefes de família” se chamarão *José*, já as mulheres “chefes de família” serão chamadas *Maria*. Cada família

receberá um sobrenome correspondente a uma planta nativa da caatinga e seus (as) filhos (as) e netos (as) também terão nomes fictícios atribuídos.

Com o intuito de compreender a rede complexa de ações e relações, treze famílias participaram do processo de pesquisa. Algumas terão seus relatos apresentados nos Capítulos 2 e 3, outras só no Capítulo 5. Essa escolha se dá em virtude de que alguns relatos se tornam mais coerentes de serem tratados mais adiante, uma vez que tratarão sobre os projetos de vida.

Dessa forma, a escolha das famílias se deu nas primeiras etapas exploratórias da pesquisa, quando algumas famílias demonstraram interesse em participar da investigação ao me ouvirem falar sobre as minhas inquietações. Com o decorrer das primeiras visitas e caminhadas, outras famílias me procuraram para também participar da pesquisa. A menor parte das famílias foi indicada, os nomes surgiam de algumas entrevistas e perguntas durante as conversas. Nesse processo, as famílias me pediam para ir até suas casas e iniciar a conversa, inicialmente, informal.

Durante todo o processo, outras famílias me procuravam ou eram indicadas, mas para aprofundar a análise e permitir que as interpretações fossem possíveis, estipulei uma quantidade de treze famílias (um pouco mais que dez por cento do total das famílias da comunidade) que apresentavam heterogeneidade na composição familiar, na trajetória de ocupação do lote e na espacialidade da comunidade (próximos ao rio, afastados do rio, com familiares ocupando lotes diferentes na comunidade etc).

CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DAS FAMÍLIAS QUE CONSTROEM SEUS PROJETOS DE VIDA NO LUGAR

“Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”. (MILTON SANTOS)

Este capítulo dirige o seu olhar para a dimensão da família imersa em seu cotidiano, compreendida aqui como um grupo social que pode ser identificado pelas práticas sociais que elabora. Relaciona-se, dessa maneira, o cotidiano com as narrativas de vida, compreendendo que essa relação implica, aos sujeitos da pesquisa, organizar de modo coerente as lembranças desorganizadas e percepções imediatas: a reflexão de si mesmos e de suas trajetórias faz emergir em sua narração todos os *microeventos* que pontuam a vida cotidiana, provavelmente comum aos grupos sociais, mas que, dentro da experiência individual, contribuem para a construção social da realidade.

Destaca-se que algumas famílias abandonam ou objetivam abandonar seus lotes em virtude da inviabilidade de realizar seus projetos de vida naquele lugar. É muito comum nas falas o sentimento de decepção, de desconhecimento sobre o melhor rumo a seguir, das dificuldades concretas de continuidade e da resistência à adaptação àquela modalidade, enfim, constituem elementos importantes para a família cogitar a saída. Atrelada a essa decisão está a necessidade da escolha de um (a) sucessor (a) e, mais ainda, o patrimônio se coloca como meio de garantir meios de vida fora do PAE-SF.

Sodré (2008: 21) relativiza que por se tratar de um Projeto de Assentamento, situado em uma Área de Preservação Permanente (APP)²¹, e por possuir modos de vida diretamente atrelados à pesca e à agricultura, além de serem moradores antigos da área, “[...] as normas,

²¹ O conceito de Áreas de Preservação Permanente (APP) presente no Código Florestal brasileiro (Lei 4.771 de 15/09/1965) emerge do reconhecimento da importância da manutenção da vegetação de determinadas áreas - as quais ocupam porções particulares de uma propriedade, não apenas para os legítimos proprietários dessas áreas, mas, em cadeia, também para os demais proprietários de outras áreas de uma mesma comunidade, de comunidades vizinhas, e, finalmente, para todos os membros da sociedade. De acordo com o Código Florestal brasileiro, Áreas de Preservação Permanente (APP) são áreas “... cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. Distinguem-se das áreas de “Reserva Legal”, também definidas no mesmo Código, por não serem objeto de exploração de nenhuma natureza, como pode ocorrer no caso da Reserva Legal, a partir de um planejamento de exploração sustentável. As definições e limites de APP são apresentados em detalhes, na Resolução CONAMA nº 303 de 20/03/2002.

padrões e critérios de uso restrito da modalidade de Projeto impõem em termos de regras e limites [...]” uma nova forma de se apropriar do espaço. Essas novas regras os condiciona na impossibilidade de morar às margens do rio, onde é necessário possuir uma cisterna para a captação de água da chuva tanto para o consumo doméstico como para a produção agropecuária – o que leva a modificar os sistemas de produção agrícola e pecuária, devido à escassez de água –, além das dificuldades de divisão do lote para garantias de moradia das próximas gerações. Essas limitações os colocam em constante conflito entre o tempo em que ocupavam o espaço antes da criação do PAE e as adaptações de vida necessárias a essa nova realidade.

2.1 ENTRELACANDO AS PRIMEIRAS LINHAS EM BARRA DE IPUEIRA: O LUGAR ONDE RESISTE A FAMÍLIA XIQUE-XIQUE

Nascida em Xique-Xique, município situado na região semiárida do estado da Bahia, Maria Xique-Xique foi trazida pelos pais ainda criança, navegando através do curso do rio São Francisco para a “próspera” cidade de Bom Jesus da Lapa. Ela conta que desde a chegada até a “*cidade da Romaria*”, muitas atividades da vida cotidiana se mantiveram parecidas com a vida que tinham em Xique-Xique, pois acompanhava seus pais nas atividades de pesca e também iniciou o trabalho como agricultora, cultivando hortaliças para o consumo familiar e também para venda na feira do cais da cidade, o que a fez não sentir tanto as dificuldades enfrentadas por eles, considerando o deslocamento devido a construção da Barragem de Sobradinho.

Após o falecimento dos pais, muitos processos de transformação ocorreram na sua vida e no município. Filha mais velha, ajudou na criação dos quatro irmãos e se tornou a “*dona da casa*”, comenta. Casou-se com um pescador de Bom Jesus da Lapa e constituiu família (ver Quadro 01) às margens do rio, já no final da década de 1970. Muitas dificuldades financeiras surgiram, pois a pescaria e o trabalho agrícola não lhes garantiam “renda suficiente, mas não faltava alimento”, ela relata. Decidiram, então, seguir o “levante” migratório para São Paulo, conforme descrito por Estrela (2003), onde ela trabalhou como empregada doméstica e seu marido, à época, como pedreiro.

Quadro 01: Composição da Família Xique-Xique em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
Maria	57	Mãe/Avó	Xique-Xique (BA)	Sim
Horácio	34	Filho/Pai	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Cleide	29	Nora/Mãe	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Sávio	11	Neto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Consuelo	9	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Turíbio	33	Filho/Pai	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Santana	31	Nora/Mãe	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Luara	10	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Leila	8	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Moacir	29	Filho/Pai	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Dalila	26	Nora/Mãe	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Paulino	8	Neto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Joana	7	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Áurea	28	Filha/Mãe	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (na casa de Maria Xique-Xique)
Fabício	33	Genro	Carinhanha	Sim (na casa de Maria Xique-Xique)
Heitor	7	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (na casa de Maria Xique-Xique)
Bernadete	25	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (na casa de Maria Xique-Xique)
Giulia	15	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (na casa de Maria Xique-Xique)

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

Em nossas conversas, por muitas vezes percebi que ela evitava falar do período compreendido entre 1978 e 1982. Após alguns encontros, decidi perguntar, intuitivamente, se ela havia morado por algum tempo em São Paulo, foi quando ela preencheu essa lacuna histórica, descrevendo as dificuldades pelas quais passou na capital paulista e, de alguma forma, transparecendo alguma vergonha de ter sido doméstica e não agricultora. Choramos juntos em vários momentos desse relato. Para ela, “*Aquele lugar era difícil, não dava para*

aguentar, não tinha terra, e eu lá recebia ordens, trabalhava para os outros” e “não via a hora de voltar, pois lá o sufoco era tão grande em andar de ônibus, comer e parecia que o dia passava mais rápido, a gente também parecia morrer mais rápido”.

Na sua fala fica evidente que os trabalhos, dela como doméstica, e o do marido, como pedreiro, foram aviltantes. O tempo em São Paulo tinha o objetivo de acumular dinheiro para poder voltar e investir na agricultura, o que não foi possível devido ao alto custo de vida na capital paulista e ao baixo salário que recebiam.

A sua identidade de agricultora, durante esse período, teve que ceder espaço a um trabalho que não a fazia bem. Por esse motivo, Maria Xique-Xique sempre relata que não gostaria de ver mais parentes viajando para lá, pois *“aqui é difícil, mas ainda podemos nos sustentar mesmo que fracos e aqui é nosso lugar, que nos fortalece”.*

Ao retornar de São Paulo para Bom Jesus da Lapa, em virtude da doença de familiares (o que levou a não concretizar o objetivo de juntar dinheiro), retomou as antigas atividades de agricultora e também de pescadora. Durante esse período, acompanhou uma das mais significativas transformações no território: a construção da ponte sobre o rio São Francisco, ligando a cidade de Bom Jesus da Lapa a Serra do ramalho, Correntina e Santa Maria da Vitória.

Com a construção da ponte em 1990/91, as vendas no cais da cidade diminuíram, e ser pescadora não trazia mais “retorno financeiro”, sendo importante apenas para alimentar a família. A concorrência foi aumentando desde que as Agrovilas surgiram, pois *“[...] muitas pessoas eram ribeirinhas, pescavam e plantavam antes de ir morar ali e tentavam reconstruir suas vidas fazendo aquilo que sabiam fazer”* (Maria Xique-Xique).

A vida às margens do rio era tranquila e próspera antes do processo de criação do Projeto de Assentamento e também da ponte: “era mais fácil pensar no futuro, naquela época”, mesmo “tendo mais concorrência”. Essa compreensão que encontrei como recorrente nas conversas realizadas na comunidade de Barra da Ipueira parece coadunar com as constatações realizadas por Sodré (2008), no mesmo local.

A compreensão sobre a relação entre passado, presente e futuro torna possível perceber as construções subjetivas que elaboram as necessidades de planejar a manutenção da vida, de estabelecer as garantias das gerações vindouras e de construir laços de pertencimento

no âmbito familiar. Estes mecanismos de reprodução social tornam a sucessão²² e a transmissão da herança questões importantes para desvelar as construções dos projetos de vida daquelas famílias.

Esses projetos individuais e familiares se amparam em práticas que se desvelam no cotidiano, ao passo que o cotidiano elabora o PAE-SF enquanto lugar das representações, do simbólico, do trabalho, das experiências. A assunção dessa perspectiva contribui para a interpretação daquela realidade, i.e., entender o Projeto de Assentamento na perspectiva de “lugar como projeto”, como empreendido por Escobar (2005), permite um duplo movimento analítico: i) em que medida o Projeto de Assentamento se apresenta como território que possibilita concretizações de projetos de vida? ii) quais os projetos de vida que as famílias constroem pensando nas próximas gerações? Ao responder essas duas questões, torna-se possível compreender os caminhos da constituição, construção e formulação de estratégias de vida os quais o PAE permite às famílias.

Na memória de Maria Xique-Xique, o processo de deslocamento para a área onde sua casa seria construída, situada há pelo menos dois quilômetros das margens, é descrito como um processo penoso, onde “nos dividimos e nos organizamos aqui (comunidade) conforme nossa vizinhança anterior lá na beira do rio”, o processo resultou “[...] *em menos sofrimento, pois pelo menos já tinha companheiros por perto [...]*”, mas o ideal seria “[...] *continuar a vida nas margens do rio, ali tínhamos condições mesmo de criar os filhos com mais dignidade [...]*” (Maria Xique-Xique).

As representações sobre os modos de vida nas margens do rio sempre se relacionam com a ideia de fartura, de facilidade em plantar e colher devido o acesso à água, além das possibilidades de comercializar peixes e olerícolas na feira de Bom Jesus da Lapa, o que dava à família uma renda mensal. Sair das margens do rio mudou a vida da sua família. Essa ruptura aparente é eivada de resistências, como pude notar quando, em uma das caminhadas que realizamos, encontramos, às margens do rio, a sua antiga casa, edificada por seus pais, que teve que ser abandonada por conta da criação da APP. Maria Xique-Xique ainda vive aquele e naquele lugar. Sempre que pode anda até lá, planta feijão e milho – difíceis de serem plantados onde agora mora, em um lote. Mesmo que lá não possua energia elétrica, mas “de vez em quando, gostamos de passar a noite aqui, pra lembrar”, ela relata.

²² Por detrás da presença do sucessor, reside a continuidade do projeto coletivo familiar, a reprodução do estabelecimento e o nome da família (WOORTMANN, 1995).

Não houve a ruptura total, pois, “*após a criação da APP algumas coisas não mudaram*”. Algumas famílias, chamadas por Maria de “grileiros”, após a saída daquelas assentadas, ocuparam as margens do rio. Muitas cercaram terras, “[...] *invadiram onde disseram que nós não podíamos ficar!*”. A falta de uma solução que culminasse na retirada incomoda as famílias, por isso “[...] *algumas famílias de Barra de Ipueira que eram daqui cercaram suas antigas áreas, mas não moramos aqui já que tem que preservar [...]*”.

Para Maria Xique-Xique, se fosse criado um Projeto de Assentamento, o que, para ela, permitiria que os ribeirinhos permanecessem onde estavam, teria ajudado a preservação das margens do rio e as famílias não sofreriam tanto por terem sido “*expulsas e verem outras pessoas morando ali*”. Muitas famílias relataram esse descontentamento, o que revela a forma como o PAE-SF foi constituído e do sentimento que aquelas famílias compartilham.

A fala acima relata a presença de indivíduos que partilharam de um mesmo momento, reforça a ideia de Segalen (1999), para quem a geração não pode ser apenas entendida como um conjunto de pessoas com a mesma faixa etária, mas também aquelas com a mesma experiência histórica ou social, vista para a autora no âmbito da família, mas que pode ser extrapolada para a realidade do Projeto de Assentamento. Nessa perspectiva, ainda inspirado na reflexão da autora, “[...] a presença simultânea de gerações assegura a transmissão de modelos culturais [...]” e “[...] contribui para assegurar a reprodução social [...]” (SEGALEN, 1999: 122).

Maria Xique-Xique ressalta o fato de ter sua casa próxima às vizinhas do tempo em que moravam nas margens do rio, essa espacialização é um aspecto positivo: “*eu, a Maria Juazeiro, a Maria Mandacaru, ficamos próximas uma da outra aqui em Barra de Ipueira*”. Essa tentativa de reproduzir a organização espacial e laços de amizade permitiu uma escolha “*menos difícil de onde seriam as casas e de onde seria a área coletiva*”, ela completa.

A Maria Mandacaru (69 anos), que logo mais tratarei mais detidamente, relata que esse processo “parecia mudar tudo”. Por esse motivo, muitos “*voltaram para as margens do rio, e, de ribeirinhos alguns voltaram a morar nas margens do rio contra a lei*” e “*eu tive medo de fazer isso, apesar de manter uma casinha velha perto do rio em uma área onde eu planto minhas coisas [...] uma hortinha, milho e feijão*”. Situação que Maria Xique-Xique também relata:

“Manter a nossa vida longe do rio no início foi difícil. Ainda é. Deslocaram nós de lá, por causa dessa área de preservação, mas não tínhamos como esquecer ou nos afastar do rio. Mas de qualquer forma, estar aqui pelo

menos não fica ninguém atrás da gente, procurando saber e dizer que estamos ilegais”.

A mudança de morada resultou em um conflito importante decorrente da relação entre as normas referentes ao fato de se tornarem assentadas e seus modos de vida. Cotidianamente, essas famílias observam os movimentos de pessoas que extraem areia nas margens do rio, por exemplo, ocupando o espaço de onde foram expulsos por conta da criação da APP. Não é incomum, durante conversas, ouvir que “*nós antes cuidávamos melhor das margens do rio*” e agora, com a “*nossa saída, todo tipo de gente devasta a nossa antiga área*”.

As constatações realizadas por Sodré (2008) e também as minhas pesquisas de campo identificam que o nome Barra de Ipueira se refere aos barrancos surgidos da retirada (ilegal) de areia nas margens do Rio. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) fechou algumas estradas que davam acesso, mas as atividades permanecem até hoje, inclusive, já foram presenciadas por mim, como pode ser visto na imagem (Imagem 01) abaixo, registrada por um assentado:

Imagem 01: Processo de extração de areia no PAE São Francisco às margens do Rio São Francisco em 2014.



Fonte: Morador do PAE São Francisco²³.

Maria Xique-Xique relata que inúmeras denúncias ao IBAMA foram feitas e que não é incomum receberem visitas do poder público para averiguações, “*mas nada muda*”. Manter um pedaço de terra nas margens do rio significa, para os moradores da comunidade, não ceder

²³ Por se tratar de algo ilegal, não será informado o autor da imagem.

espaço para as pessoas que extraem a areia, mantendo, de alguma forma, a sua identidade ribeirinha e, ainda, possibilitando, mesmo que temporariamente, a inserção de algum membro da família que não tem onde morar.

Aquele pedaço de terra que tiveram que deixar, mas que ainda mantém de forma irregular, conforme as normas do INCRA e do IBAMA, representa um patrimônio que não pode ser abandonado, como percebe-se na fala de Maria Mandacaru: “*naquele lugar ali eu morei por um bom tempo, criei parte dos meus filhos, sinto que na verdade, aquele lugar ali é que é meu e não esse aqui que me inventaram pra morar*”.

Entendo que a história de vida não é uma progressão ao longo de um *continuum*, mas uma série de incursões sobre a experiência de um indivíduo ou de um grupo. Em relação ao (a) entrevistado (a), a história de vida constitui um conjunto significativo para sua seleção, seus procedimentos, sua ordem narrativa. Através das inúmeras visitas que realizei nas casas de Maria Xique-Xique e de Maria Mandacaru, além de conversas enquanto cuidávamos juntos da horta coletiva (ver Imagem 02), das conversas descompromissadas enquanto caminhávamos e até das entrevistas, com roteiro e acompanhada de um gravador de voz, pude perceber essa organização cheia de rupturas (não necessariamente intencionais) acerca das suas experiências, das suas vidas e, sobremaneira, das falas que se deslocavam entre uma presença simbólica com o tempo de vida nas margens do rio e a presença temporal de serem assentadas e estarem morando longe do rio.

Imagem 02: Produção de mudas para a horta coletiva.



Fonte: Autor (2013).

Por inúmeras vezes choramos. No meu caso, ao sentir a emoção que as lembranças das experiências vividas por elas me traziam, um misto de revolta, ternura e esperança. Repetiram-se inúmeras vezes a situação de termos marcado alguma conversa no lote e eu me deparar com a seguinte frase “*ela foi lá na beira do rio*”. Ficou claro, durante todo o tempo desse processo de interpretação, que o cotidiano sem o rio deixava lacunas. Além da relação com o lugar que havia sido “*deixado*”, a preocupação com os grileiros e com a extração de areia nas margens do rio feita por barcos e dragas de sucção, também deixa as famílias em atenção constante em relação às margens do rio. Vivenciei a situação de encontrarmos gado bovino, dos chamados grileiros dentro das cercas das áreas delimitadas pelas famílias assentadas. “*Eles cortam a cerca e os bichos vem comer, pois aqui tem mata nativa né?*”, disse Maria Xique-Xique.

A revolta era imensa, pois sua plantação de milho e feijão para autoconsumo²⁴ havia sido perdida. No mesmo dia avistei a extração de areia, que é feita de forma ilegal, segundo uma conversa eventual com um assentado contratado pelo IBAMA para o controle das queimadas na beira do rio. “*Nós cuidamos tanto disso aqui, mas parece que nós é que fazemos mal e esse povo ai é que faz da forma certa*”, retruca o assentado.

A comunidade de Barra de Ipueira (que margeava o rio São Francisco e agora faz limite com a APP) tem cerca de cem pessoas, mas boa parte dessa comunidade se explica através da trajetória de Maria Xique-Xique e dos seus filhos. Ali, na vizinhança, onde se constituíram famílias saídas da beira do rio, também moram seus filhos e irmãos, além de parentes de outro grau (primos, sobrinhos).

Durante a implantação do PAE-SF, muitas dessas famílias foram assentadas e se afiliaram à Associação de Barra de Ipueira, mas decorridos mais de vinte anos após a implantação, “*ficou difícil garantir as necessidades de todos aqui*”.

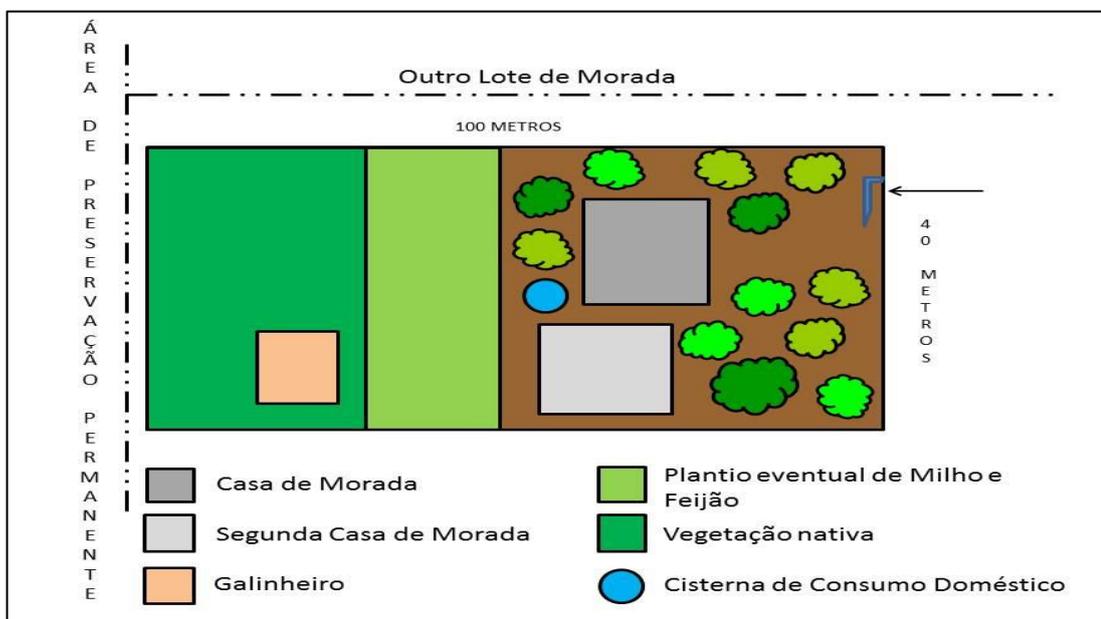
Sendo assim, algumas estratégias são elaboradas. A primeira delas segue a normatização da modalidade Agroextrativista e do estatuto da Associação, onde “*coletivamente (se referindo aos associados) as pessoas decidem quem vai ocupar o lote abandonado, onde uma nova família poderá construir sua casa ou ocupar a que tem*” e, dessa forma, “*tentamos ajeitar a situação das pessoas*”, diz Maria Xique-Xique. A segunda

²⁴ O autoconsumo desempenha importante função nas formas sociais de produção e trabalho e compõem o quadro de diversificação das estratégias de vivência das famílias. Nesse sentido, o que se quer demonstrar é que a produção com vistas ao auto provisionamento é a base sobre a qual se assenta, materialmente, grande parte da reprodução social e alimentar do grupo doméstico.

estratégia é ir aumentando a casa com “*um puxadinho, como nós chamamos aqui*”, para abrigar a segunda geração que se casa e/ou tem filhos. A terceira estratégia, que é bastante polêmica entre as famílias e também não é permitida pela norma da modalidade, é a construção de outra casa no lote de morada.

Durante os diálogos sobre este tema, algumas famílias afirmam que “*não há jeito*”, já outras afirmam que “*não está previsto isso na lei*” e que os “*lotes já são pequenos e a cada dia aquilo parece mais uma vila e não um assentamento*” (ver Croqui do lote de Maria Xique Xique na Figura 01). No caso de Maria Xique-Xique, as três estratégias foram acionadas, com vistas, segundo sua fala, a garantir que “*sua família não tenha que sair da comunidade caso não seja sua vontade*”.

Figura 01: Croqui do lote da Família Xique-Xique.



Elaboração: Autor (2016).

No seu lote de morada atualmente residem alguns filhos e netos (conforme visto no Quadro 01), todos na mesma casa onde iniciou a sua vida de moradora do Projeto de Assentamento. Ela relata que não há mais espaço para inserir novos lotes de morada, pois o estudo de capacidade realizado pelo INCRA delimita o máximo de 101 famílias na comunidade, ela acredita que já tenha aproximadamente 50 famílias excedentes a esse número

e algumas delas ocupam espaços sem constarem na relação de beneficiários, como chamam os assentados: “*os irregulares*”²⁵.

Por esse caminho de análise, a questão da terra se apresenta como o primeiro delimitador das ações entre as famílias camponesas, o que, em certa medida, Maria Xique-Xique parece concordar, pois suas reflexões sobre a chegada e a permanência das famílias perpassam pelo entendimento de que “*muitos não conseguiram ficar aqui, pois era difícil ter o rio tão longe e em um pedacinho de chão tão pequeno*”, o que “*desmotivou os que ficaram a plantar, pois aqui, mesmo estando distantes dois quilômetros do barreiro, sentimos os efeitos da seca*”²⁶ e, “*naquela nossa vontade de ser agricultora e ribeirinha, estando aqui, não dava para ser nenhuma das duas*”. Ela ainda completa que “*se tivéssemos ficado lá, teríamos terra, água e trabalho, e nossas famílias não teriam passado a dificuldade que enfrentaram tempos atrás*”.

Essa necessidade de uma espécie de completude identitária em tudo se relaciona com a Maria Xique-Xique que tenta não entrar em detalhes sobre sua vida em São Paulo. Para ela, o fato de não plantar às margens do rio fragmenta a sua identidade de agricultora. Mesmo assim, foi recorrente encontrá-la molhando a horta doméstica com o regador, alimentando as galinhas caipiras na frente de casa, falando em comprar sementes para plantar feijão ou milho. Mas sempre as ações vinham com a fala: “*lá na beira do rio era que a gente plantava mesmo, aqui as coisas quase nunca vingam bem*”, referindo-se ao fato de que a escassez de água atrapalha o desenvolvimento adequado a ponto de não colher o que espera. Para Maria Xique-Xique, “*estar na terra, com a terra, é estar segura*”.

O Plano de Desenvolvimento do PAE prevê que equipamentos de irrigação sejam instalados, inclusive com a utilização da água do rio em alguns casos ou a implantação de cisternas²⁷ de captação da água da chuva através de programas governamentais. Mesmo com as chuvas concentradas em uma única época do ano, obter a cisterna de captação da chamada “*água para a produção*” não tem sido fácil para todas as famílias. Algumas famílias

²⁵ Existem atualmente vinte e nove processos impetrados pela Associação ou por técnicos do INCRA de ações de reintegração de posse com estes ocupantes irregulares, na área existem irregulares que possui 500 ha e até 1000 ha de terras.

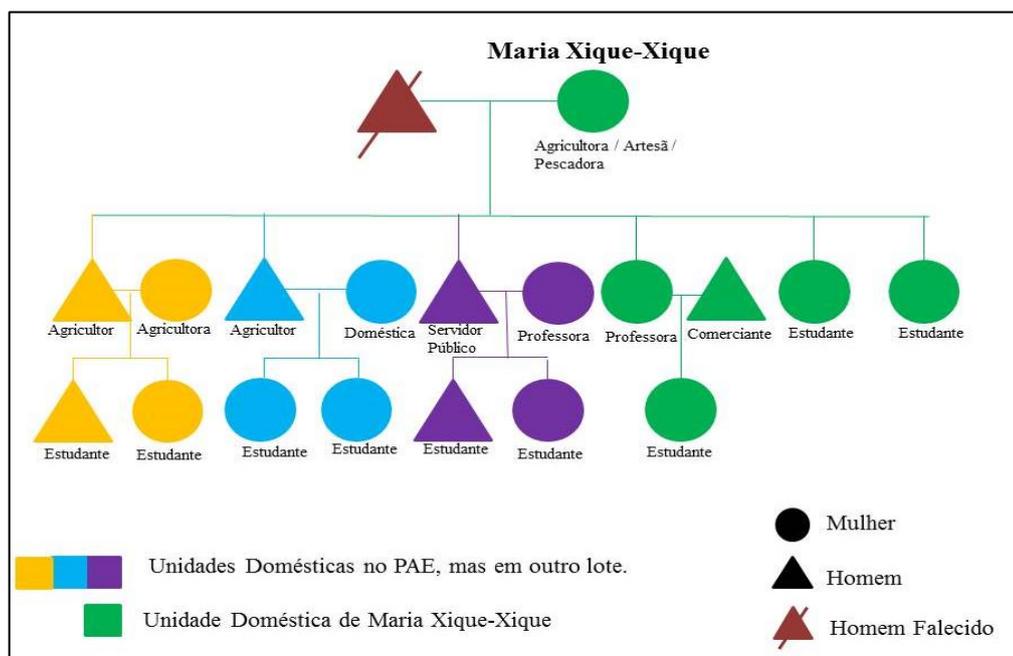
²⁶ Segundo o site Climate (2016), a pluviosidade média anual no município é de 868 mm, concentrada no verão.

²⁷ Através do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), priorizam-se a segurança e soberania alimentar a partir da produção agroecológica de alimentos, ancorada na construção de infraestruturas hídricas, como cisternas, calçadão de 52 mil litros, barragens subterrâneas, tanques de pedra/caldeirões e bombas d'água popular. (ASA BRASIL, 2011).

receberam as cisternas para consumo humano, chamada de “primeira água”. Já a “segunda água”, ou “água para a produção”, “ainda é uma luta da Associação”. Para Maria Xique-Xique, que não tem acesso a essa aparato de captação da “água para a produção”, a falta de água para irrigar “limita muito que podemos plantar aqui na comunidade”.

A falta de condições de plantar e criar dificulta ainda mais a adaptação de sua família aos limites impostos por uma vida em um lote. A renda da família vem dos programas assistenciais do governo, da produção agropecuária que excede – sendo possível comercializar eventualmente na feira – e das atividades não agrícolas da família, como pode ser percebido na Figura 02, a seguir. Maria Xique-Xique faz parte de uma associação que comercializa os subprodutos da mandioca (bolos, biscoitos, farinhas) e artesanato, além disso, o que consegue plantar em seu lote e na área coletiva gera renda.

Figura 02: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Xique-Xique.



Elaboração: Autor (2015).

Dentro desses limites, o lote onde Maria Xique-Xique está construindo a casa vai ganhando sistemas de plantio que suportam a dificuldade de irrigação e a escassez de água. Desde que a pesquisa iniciou, em 2012 (quando a conheci), até hoje, é possível perceber um processo de mudança em seu lote produtivo: está surgindo uma casa ao lado da sua, paulatinamente sendo construída no espaço destinado ao lote de moradia (residencial, como nomina Sodré, 2008). A casa para uma das suas filhas   a “concretiza o de um sonho e a

única possibilidade na comunidade”. Ela afirma que um *“filho não pode ficar sem-terra, sem chão”*, mesmo que essa modalidade de Projeto de Assentamento não permita divisão do lote de morada, pois é individual. Assim, o espaço que seria para a plantação, é destinado a construção de uma casa, já que *“cada dia que passa plantar fica mais difícil, nunca sabemos ao certo quando vai chover e não represamos a água”*.

A família Xique-Xique vai construindo o seu patrimônio através da edificação de casas construídas lentamente com os recursos financeiros adquiridos nos modos como relatei acima, além da ajuda de mão-de-obra da própria família e dos vizinhos. Essa lógica não está presente apenas nessa família. É muito comum, nas caminhadas pelas comunidades, observarmos a construção de outras casas nos lotes de morada que, segundo a previsão nos documentos do Projeto, deveriam constar apenas uma residência.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do PAE-SF, seguindo as próprias normativas da modalidade, em caso de transferência de lotes de morada, ou seja, quando outro indivíduo será o beneficiário do lote, sua solicitação deve passar pela anuência da Central de Associações do PAE-SF (11 no total) e do INCRA. O que é comum nas onze comunidades é encontrar duas ou três casas no lote residencial, sem que haja registro e, ainda, sem mudança do beneficiário do lote.

Essas casas, em algumas comunidades que visitei, mas tratando especificamente de Barra de Ipueira, demonstram a demanda por acesso à terra que se encontra reprimida. Nessa demanda está a segunda geração dos beneficiários, parentes, amigos etc. que, por demora nas tramitações da Central de Associações (CAPAESF) ou, até mesmo do INCRA, mas também por falta de espaços para a delimitação de novos lotes, como já dito por Maria Xique-Xique, ocupam desordenadamente espaços entre lotes de morada, espaços destinados à produção coletiva (lotes produtivos) ou dividem lotes de morada para a construção de novas casas.

Essa reorganização espacial, que necessariamente não se articula com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, tem consequências importantes. A produção agrícola na comunidade, antes prevista para ser realizada nas áreas coletivas, passa a ser, em escala muito reduzida, a ser desenvolvida nos lotes de morada. Essa lógica não representa a desvalorização da atividade agrícola pelas famílias, mas a valorização extrema, nesse momento, de possuírem acesso à moradia. Tratarei sobre a dimensão da agricultura e da moradia, mais aprofundadamente nos capítulos 4 e 5.

Essas estratégias de subversão às normas da modalidade Projeto Agroextrativista parecem coadunar com a visão de Da Matta (1985: 31), ao dizer que:

“[...] cada grupo social tem uma gramática de espaços e temporalidades para poder existir enquanto um todo articulado e isso depende fundamentalmente de atividades que se ordenem também em posições diferenciadas, permitindo lembranças ou memórias diferentes em qualidade, sensibilidade e formas de organização”.

Essa trama multirreferencial construída pelos indivíduos me faz concordar com Cardel (2008: 2), ao afirmar que “[...] o espaço mostra-se não apenas como um elemento topologicamente visível, mas um ambiente que é ao mesmo tempo eterno e transitório, real e imaginário, coletivo e individualizado.”.

Há uma rede de relações que transcendem os limites do Projeto de Assentamento e que, de várias formas, refere-se a um repertório de ações e práticas que permitem a construção dessas redes no Projeto de Assentamento, onde é permitido, de certa forma, os surgimentos desses novos espaços para abrigar novas famílias. Espaços que ocupados pelos grupos sociais camponeses, como completa Cardel (2008), “[...] exprimem uma ou várias éticas, uma ou várias visões de mundo [...]”.

Assim, Maria Xique-Xique diz que “*tem momentos que parece que isso aqui não vai dar certo*”, se referindo ao fato de que nem todas as pessoas que moram no Projeto Agroextrativista desejam realizar alguma atividade de produção agropecuária, mas apenas morar, afinal, depois que acessam ou constroem uma casa, não se inserem na Associação para a produção agropecuária²⁸.

Essa perspectiva se acentua pela necessidade de “*construir uma nova geração que queira manter o que nós conquistamos, mesmo que agora não esteja todo o tempo por aqui*”. Da mobilidade entre morar na sede urbana, possuir ou querer possuir um lote no Projeto de Assentamento e a vida cotidiana, Maria Xique-Xique parece compreender estes fluxos dizendo que “*o importante é batalhar cada um (falando dos filhos) para poder ter o seu e garantir o seu futuro*”, pois ter “*um mercadinho, trabalhar com saúde da família*” pode “*não ser o futuro certo*”, por isso “*é bom ir melhorando a casinha, cuidando deste espaço aqui, pois se plantar pelo menos tem o que comer*”.

²⁸ Por se tratar de uma PAE, a modalidade não permite criações extensivas, sobretudo pela sobreposição das normas inerentes à APP. Durante a elaboração do PDA foram delimitadas áreas para a produção coletiva que se soma à possibilidade das atividades de extrativismo na área. O que é percebido em Barra de Ipueira é que ocorre a produção de pequenos animais no sistema “casa-lote”, da criação de gado bovino e caprino em áreas destinadas a produção coletiva, mas não necessariamente este gado pertence ao coletivo, mas a apenas um assentado.

Uma das irmãs de Maria Xique-Xique possui seu lote de morada perto do lote da irmã, ela já ocupou o cargo de presidente da Associação de Barra de Ipueira. Atualmente, possui, em seu lote, um bar e produz manilhas para utilização em cisternas para captação de água da chuva e também para uso em esgoto sanitário. Seu filho, Moacir Xique-Xique, acaba de deixar a presidência da mesma Associação e possui um lote de morada em frente ao lote da mãe, ele se divide entre as atividades como agente de saúde comunitária e o mestrado em Salvador. Sua esposa, nascida em Bom Jesus da Lapa e não possuía relação social com o PAE-SF antes de conhecê-los, mantém as atividades no lote e trabalha na escola de ensino fundamental do município situada na comunidade de Barra de Ipueira. *“Estão todos por perto, fico feliz”*, diz Maria Xique-Xique.

Moacir Xique-Xique é o filho que resolve junto com a mãe as questões necessárias para o bem estar da família. Quando viaja para Salvador, aproveita para resolver pendências na Superintendência do INCRA ou em outros órgãos que possuam algum tipo de intersecção com a dinâmica da comunidade. Quando está na comunidade, se ocupa das atividades políticas (mediação de conflitos, participa de reuniões com a prefeitura ou com outras instituições, entre diferentes atividades) e cuida da *“pouca roça que possui”*, diz ele. *“Não dá tempo de ser agricultor, aliás acho que meu papel neste momento aqui não é plantar”*. Contextualizando a fala, conversávamos sobre o que significava o Projeto para ele e a resposta foi que *“era a comunidade dele e que cada um ocupa um papel e dá sentido ao lugar”*, o dele é *“ajudar a desenvolver a comunidade de Barra de Ipueira”*. Dos sete filhos, Moacir é o único beneficiário de um lote de morada, o outro irmão ocupou uma área às margens do rio e trabalha como agricultor e pescador.

Bernadete Xique-Xique, também filha, é casada e mora com a mãe. Seu marido nasceu na comunidade de Boa Vista, também no PAE-SF, e juntos criam duas filhas. Aguarda a possibilidade de um lote na comunidade. Trabalha como professora de jovens e adultos na própria comunidade, enquanto o marido trabalha como vendedor na cidade de Bom Jesus da Lapa. Áurea Xique-Xique é a única das mulheres que mora na comunidade e fora do lote de morada da mãe. Ela ocupou um lote vago e não teve ainda o seu nome aprovado na Assembleia. Nessa área não há produção agropecuária, e sua renda vem do trabalho no mercado da irmã.

A questão da regularização dos filhos foi demandada para uma reunião com a Associação e não teve solução, *“sabermos que estamos dando um jeito não situação, é difícil*

conseguir regularizar os filhos aqui”, diz Maria Xique-Xique. Nessas tentativas de inserção dos (as) filhos (as) em lotes ou “áreas” – como eles chamam no Projeto de Assentamento –, há ainda outra forma de inserção dos filhos na dinâmica de acesso aos benefícios sociais rurais, como o PRONAF. Maria Xique-Xique é parceira de sua filha, Bernadete, como consta no Documento de Parceria Rural²⁹. Com esse documento, sua filha conseguiu acessar o PRONAF B, que foi utilizado para organizar a atividade produtiva na antiga área às margens do rio – usada ainda pela família para plantar –, este recurso foi utilizado para a compra de sementes e outros insumos, além de pagar algumas diárias de um trabalhador rural. Para elas, este documento “*ajuda a conquistar direitos e a não ficar ilegal*”, afirma Bernadete, que tem a concordância com um aceno de cabeça dado por Maria Xique-Xique.

A partir deste contrato, tornou-se possível Bernadete pegar crédito no banco, afinal, já que não é beneficiária direta de um lote e, portanto, não possui Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP). Em posse desse documento, mãe e filha conseguiram acessar recursos para a aquisição de bens (como uma roçadeira manual, uma bomba pequena para puxar água do rio para irrigar a pequena área onde plantam às margens do rio) para a exploração agrícola, parte destes recursos financiou a construção da casa. Essa saída legal busca encaminhar uma solução à questão fundiária a que passam as famílias cujas gerações desejam permanecer no PAE.

Maria Xique-Xique coloca em questão o fato de que o Contrato de Concessão de Uso (CCU) venceu a sua vigência em 2012. Esse contrato afirma os direitos de Maria a permanecer no lote e a resguarda os direitos de beneficiária da modalidade PAE. A renovação do CCU precisa ser renovada para as famílias que já moram e, também, incorporar as novas famílias admitidas nas assembleias da Associação como novas ocupantes de lotes que foram abandonados ou terem suas casas construídas em áreas não previstas pelo desenho inicial do PAE.

Tal demora desvela três tipologias presentes na mesma comunidade, a saber: i) famílias com CCU vencidas; ii) famílias que aguardam a emissão do CCU após a aprovação

²⁹ Conforme o Decreto no 59.566, de 14, de novembro de 1966, Art 4º: Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei. (Artigo 96, VI do Estatuto da Terra).

em assembleia; e, por fim, iii) famílias que já ocupam lotes e que não passaram pela aprovação em assembleia. Há ainda os irregulares, que não reconhecidos pelos assentados, como pertencentes à comunidade.

Ouvi diversas vezes, durante as conversas, que algumas famílias gostariam que essa pesquisa que ora apresento pudesse ajudar na busca pela emancipação da área, que resultasse no título definitivo à família, o que, para elas, traria mais benefícios, já que *“muita gente vende o lote aqui, mesmo sem poder”*, mas se cada um tivesse sua terra, *“pelo menos a gente poderia comprar sem estar errado e colocar nossa família nesses lugares”*. A família Xique-Xique possui indivíduos que se enquadram nas três tipologias.

Acredito que a questão da legislação vigente sobre a realização da sucessão, antes da transferência do domínio definitivo da terra, e mesmo aquela que diz respeito ao domínio definitivo da terra, se refere sempre à categoria “unidade familiar” e não individualmente ao titular da terra. O formulário para a inscrição no programa de Reforma Agrária possui campos distintos para as informações da mulher candidata e do homem candidato, como estado civil, escolaridade, profissão, tempo de trabalho em atividades rurais, renda mensal, concessão de imóvel rural com área superior a um módulo rural, antecedentes criminais, aposentadoria, entre outros. Posteriormente são fornecidas informações sobre os outros membros familiares, se houver. Na legislação anterior, a referência à expedição do título de domínio definitivo era feita em relação ao(s) outorgado(s), ou seja, o titular da terra ou o titular e cônjuge, se houvesse.

A política de Reforma Agrária alude a uma determinada concepção de família. A denominada “unidade familiar” é aquela responsabilizada pelo gerenciamento produtivo do lote, com o trabalho apenas dos membros familiares para a consecução das atividades agrícolas. Especificamente sobre as práticas de herança após a morte do titular da terra, a legislação agrária impede o fracionamento do lote de acordo com limites impostos pelo Estado. É possível perceber que muitas estratégias realizadas pela família não estão de acordo com os limites legais impostos para o gerenciamento e disposição dos usos relacionados à terra: a autoridade sobre o lote é eminentemente feminina, pode não haver o desejo de continuidade dos jovens no trabalho no lote familiar e o seu uso para outros fins; bem como a concessão da terra, muitas vezes, acaba sendo dividida entre os membros familiares por meio do uso condominial.

Na Comunidade de Barra de Ipueira fica nítido que cada família assume a sua estratégia com vistas à garantia de trabalho e renda. Há famílias assentadas que em seus lotes possuem bares, restaurantes, mercearias, salões de beleza, já em outras observamos produção agrícola ou pecuária. No primeiro caso, ainda assim, percebemos algum plantio ou criação para autoconsumo, mas a produção em pequena escala se explica por ser difícil plantar e criar nas condições de temperatura e seca que enfrentam. Já as famílias que trabalham a terra, elas dizem que as dificuldades são imensas, mas que é importante plantar para colher. Nesse caso, o uso das cisternas (adquiridas por programas sociais de convivência com a seca) se destina tanto ao uso doméstico como para a produção, isso quando não possuem duas. Mesmo assim, a produtividade dessas áreas não garante uma renda capaz de sustentar a família, relata o atual presidente da Associação.

O que é bastante comum é a divisão do trabalho doméstico, trabalho com a agropecuária e trabalho fora da Comunidade, onde cada família também estabelece a sua própria lógica. Não é incomum que as mulheres realizem tanto os trabalhos domésticos como os da roça. A maioria dessas famílias entende que não pode deixar a terra “nua”, i.e., sem plantar ou criar nada, “*não é certo*”.

O Estado constrói uma representação fundamentada pelos documentos legais – principalmente o título definitivo –, as famílias devem ser capazes de manejar e produzir soluções adequadas para a disposição de sua família, sob o risco de não possuírem mais a propriedade da terra. Os camponeses têm de lidar com a conformação do trabalho simbólico e prático do “espírito de família” (BOURDIEU, 1996), tanto institucionalizado pelo Estado quanto aquele negociado no âmbito estrito do parentesco.

É preciso ressaltar, ainda, que o acesso à terra para essas famílias (sobretudo para as novas gerações) significa oportunidade de condições de sobrevivência e segurança para os filhos, afinal, ter a moradia no Projeto lhes garante não se preocuparem com uma renda para pagar casas de aluguel e, ainda, estar em lote permite, mesmo que em escalas pequenas, a produção agropecuária. Esse acesso surge como alternativa ao desemprego e oportunidade de utilizar a terra com vistas a novas possibilidades (sobretudo, atividades não agrícolas ou a agroecologia), “[...] antes decadente e que tem seu lugar econômico refeito em função da presença da luta por terra [...]” (MEDEIROS e LEITE, 1999: 14-15). Esse processo de luta pela terra, após a coerção do Estado, se ressignifica em lutar para permanecer na terra.

Essa organização para o acesso das gerações subsequentes à terra, empreendida por Maria Xique-Xique, se dá na proposição dos nomes dos filhos e filhas nas assembleias gerais com vistas na inserção deles em lotes na própria comunidade ou na divisão de seu lote. Alguns filhos já conseguiram acessar um novo lote. Esse processo de saída de casa em acesso ao lote é explicado por Moacir, que ocupa atualmente um lote em frente ao de Maria Xique-Xique:

“Sair da casa da nossa mãe é a coisa muito difícil. Posso afirmar que até hoje ainda não saí de lá. Mais como tradicional e culturalmente aprendemos que quando nos tornamos homem, não cronologicamente, mas homem no sentido de responsabilidade e compromisso e por isso temos que construir novos laços familiares”.

Assim afirma ele:

“Enfrentei muitas dificuldades, pois constituí família bem cedo, e as condições de vida nunca foram uma das melhores, haja vista que as terras para produção foram sempre pequenas e limitadas, e faziam com que tivéssemos pouca produção de alimentos para comer”.

Nessas falas de Moacir surge uma primeira pista sobre a importância de a família manter laços de proximidade, pois, para ele, “por conta disso, e mesmo já tendo novo núcleo familiar, ainda tivemos que ficar juntos para poder dar conta da roça”. Essa questão do enfrentamento das dificuldades de reprodução social, percebidas pela família Xique-Xique, é também uma questão posta pela Família Mandacaru, da qual tratarei a seguir.

Compreendendo sobre o percurso da família Xique-Xique ao acesso à terra ser possível aludir que a saída de Maria das margens do rio para ocupar um lote no PAE São Francisco criou um dilema: se tivessem permanecido na área anterior, a divisão do lote seria um questão familiar, a negociação se daria na medida da terra enquanto propriedade. Na condição de assentada, essa questão ganhou outros contornos. Com um lote que possui dimensões menores que sua antiga área, dividir o lote perpassa por questões como abrir mão de uma área apta ao cultivo e de, em caso de divisão, não atender a todos os filhos. Sua primeira iniciativa foi inserir os filhos na lista de demandantes de lotes.

Essa inclusão se deu enquanto ainda era Presidente da Associação e foi aclamada por decisão em Assembleia. Dos seis filhos, quatro tiveram, naquele momento, o desejo de possuir um lote, mas até o momento três apenas conseguiram. Tal condição se deu por uma alta demanda de pessoas por lotes, enquanto que a oferta se dá por desistência ou falecimento de beneficiários. A filha, Áurea, que não conseguiu o lote, atualmente aguarda na fila, para

garantir sua renda trabalha no comércio na sede de Bom Jesus da Lapa, a casa que Maria está construindo em seu lote deve ser destinada a ela.

Após esse processo de inclusão e aclamação dos nomes, uma das filhas mais novas, a Bernadete, após a maioridade, também demonstrou interesse em possuir um lote. Atualmente ela estuda para ser técnica agrícola e colabora com as atividades agropecuárias desenvolvidas por Maria, além de fazer parte da Associação de Mulheres da qual Maria participa. Devido às dificuldades enfrentadas na espera por um lote, Maria optou por construir uma casa para Áurea em seu próprio lote, pois “é mais rápido pra ela ter uma casa aqui e não ter que depender dessa espera”. Já Bernadete parece ser a sucessora, sobre essa questão tratarei no Capítulo 4.

2.1 MARIA MANDACARU E SEU DESEJO DE VOLTAR ÀS MARGENS DO RIO

Maria Mandacaru (69 anos) é migrante de Pernambuco. Sua família seguiu o curso do rio São Francisco e os pais estabeleceram moradia, durante a sua infância, em Muquém do São Francisco (também situada no Território Velho Chico, distante 190 km de Serra do Ramalho). Essa migração se deu pela busca de melhorias de vida. Seus pais saíram de barco, com alguns pertences, parando em vilarejos, às margens do rio São Francisco, em busca de oportunidades. A família chegou à Muquém em 1976, acompanhando os deslocamentos dos atingidos pela construção da Barragem de Sobradinho, que ainda seguiam mais acima, o curso do rio.

Ouviam falar da região de Serra do Ramalho, mais ainda da prosperidade da cidade de Bom Jesus da Lapa. Ainda na década de 1970, Maria se casou, decidiu deixar a família em Muquém e seguir contrariamente ao curso de rio (acima) e tentar a vida naquela cidade. Foi dessa forma que Maria Mandacaru chegou às margens do rio, no trecho de Bom Jesus da Lapa. A família passou a viver da pesca e logo iniciou as atividades na agricultura. Às margens do Rio São Francisco, em Bom Jesus da Lapa, constituiu uma vida em “*que não faltava nada*”, e acrescenta que desde quando começou a “*plantar milho e fazer pamonha, nunca mais minha família passou fome*”.

Assim como sua “*comadre*”, Maria Xique-Xique (elas se conheceram neste período da chegada às margens do rio, pois se tornaram vizinhas), Maria Mandacaru viu a sua vida e sua

família (ver Quadro 02) mudarem de uma existência às margens do rio para se tornarem moradores de um Assentamento. Segundo o seu relato, se fosse por escolha, ainda *“estaria ainda na beira do rio, é meu sonho ainda morar lá”*.

Demonstrando ainda uma dificuldade com essa ruptura, ela mantém uma casa de taipa naquela antiga área, onde ainda planta mandioca, milho e olerícolas. Ressalta, no entanto, que *“difícil ter que levar a bomba pra irrigar e ter que trazer de volta, todos os dias, pois, se deixar, alguém pode roubar”*. Quando pergunto os motivos de não ter voltado pra lá, comenta *“que o INCRA e o IBAMA disseram que não era pra morar na beira do rio”*, mas que *“há muita gente por lá, deixaram nós antigos aqui e os novos tomaram conta”*.

Quadro 02: Composição da Família Mandacaru em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
Maria	68	Mãe/Avó	Pernambuco	Sim
Roberto	49	Filho/Pai	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Suane	47	Nora	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Hélia	21	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Ronalda	46	Filha (falecida)	Bom Jesus da Lapa (BA)	-
Daniel	23	Neto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (na casa de Maria Mandacaru)
Adolfo	43	Filho /Pai	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Nair	39	Nora	Carinhanha	Sim (mas em outro lote)
Claudiane	20	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Janaina	19	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Amaro	40	Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas em outro lote)
Yone	38	Nora	Guanambi (BA)	Sim (mas em outro lote)
Marta	18	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

Nessa tentativa de reconstruir a sua vida, ela conta sobre a escolha de seu atual lote de morada. Antes *“o rio chegava perto, na minha antiga área (ver Imagem 03) e eu gostava disso”*. Em seus relatos, aparece a importância que havia em seu marido trazer o peixe

pescado naquele dia e a sua família comer o que eles plantavam nas margens do rio, com água boa para molhar a plantação e “*quando tivemos que nos mudar muitas coisas mudaram*”.

Imagem 03: Antiga área onde Maria Mandacaru morava, situada na atual APP. Ao fundo, é possível avistar o rio São Francisco.



Fonte: Autor (2014).

As condições de moradia mudaram. Antes residiam em casa de taipa, mas, atualmente, moram em casa de alvenaria, porém “*nem água encanada temos aqui, se não fosse meu poço (artesiano), meu filho e meu neto, não sei como estaria hoje*”. Ela fala inúmeras vezes, durante as entrevistas, que “*amo morar aqui*” e que não quer sair daquele lugar, mas queria estar mais perto do rio.

Para suportar essa mudança de vida, Maria estabelece um modo de vida que parece ressignificar a sua existência. Uma situação emblemática é o plantio do milho. Quando morava nas margens do rio, o plantio e colheita do milho eram comuns durante o ano. Dessa colheita ela conseguia alimentar a família e ainda produzir pamonhas para a venda na feira de Bom Jesus da Lapa. Com o deslocamento para o lote, o plantio do milho não é tão próspero. Afinal, esse tipo de lavoura exige uma quantidade de água que a da chuva, naquela região, não lhe dá grande rendimento e “*é comum plantar³⁰ e perder tudo com a seca*”.

³⁰ Daniel, seu neto, por diversas vezes brincou comigo sobre a insistência da avó em plantar milho. Ele se pergunta por que a avó, mesmo sabendo que vai perder, por causa da seca, todos os anos planta no dia de São José (19 de março) para colher no São João (24 de junho).

Mesmo com essa dificuldade, todos os anos Maria planta milho. Seu neto, Daniel, brinca, afirmando não saber mais o que dizer para “convencer vó a abandonar este cultivo”. É um sinal de resistência e de demonstração que a ruptura trouxe consequências à adaptação daquela família ao novo lugar. Por esse motivo, ainda mantem relações com a área antiga. Na Imagem 03 é possível ver, em primeiro plano, a lavoura de milho, a água que a irriga vem de regadores (manualmente) ou com a ajuda de uma bomba que puxa a água até o plantio. “*Viver da roça é muito difícil morando aqui no lote*”, reflete.

Na tentativa de superar essas dificuldades, as duas “Marias”, a Xique-Xique e a Mandacaru, ambas deslocadas do rio, trabalham coletivamente em uma horta no Projeto de Assentamento, no espaço onde para elas “*poucos se interessam em plantar*”. Além dessa atividade coletiva, também “*labutam na roça atrás de casa*”, pois o “*lote não pode ficar sem verde, mesmo que falte água*”, afirmações surgidas em uma conversa em grupo que tivemos embaixo do exótico Nim³¹.

Essa área coletiva separa os lotes de morada das duas “Marias”. Quando foi elaborado o planejamento da ocupação, alguns espaços, conforme normatização da modalidade, pressupunham a atividade coletiva. Na comunidade de Barra de Ipueira, a única área coletiva é essa em que as duas trabalham. Nela há uma produção de hortaliças, na qual o neto de Maria Mandacaru e dois filhos de Maria Xique-Xique também ajudam.

O maior objetivo dessa área coletiva é a produção dividida em partes iguais entre as duas Marias. Essa produção tem sido majoritariamente a cota de participação delas na Associação de Mulheres Camponesas. Essa cota de participação se soma ao de outras mulheres, distribuídas em outras comunidades do PAE, até em outras Agrovilas, e são entregues ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O que excede a cota de produção é escoada eventualmente para feiras livres dos municípios de Bom Jesus da Lapa e Serra do Ramalho, além de atender ao autoconsumo.

Nessa área há um tanque de água que as “Marias” ocasionalmente enchem com uma bomba ou até mesmo com o regador, quando a máquina não funciona. A rega das plantas é feita majoritariamente com regadores, o que, na área coletiva, propicia o revezamento. Nos lotes também plantam, mas “*horta precisa mais de água né? Ai, quando a gente faz junto,*

³¹ A planta de Nim é oriunda da Ásia, mais precisamente da Índia, e tem sido cultivada em vários países das Américas, da África e na Austrália. No Brasil, tem mostrado boa adaptação às regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Tem sido bastante propagada por possuir características repelentes (e tóxicas) a insetos e apresenta como potencial natural a controle de insetos que atacam plantações.

fica melhor”, dia Maria Mandacaru. Naquela área plantam mandioca, em menor quantidade, pois a ocupação da área é mais voltada à produção de hortaliças, sobretudo alface, cebolinha, coentro, beterraba, cenoura, maxixe e couve. O trabalho é dividido entre tratos culturais (capina, desbaste, transplante de mudas) e a rega. As atividades são realizadas coletivamente sempre no início da manhã e no final da tarde, quando há alguma atividade fora da comunidade um dos filhos ou netos se incumbem da rega. Enfim, os tratos culturais são sempre feitos por elas com eventual ajuda de algum parente.

Quando conversamos sobre a produção da horta coletiva, compreendo que já houve um grupo maior de pessoas (sobretudo mulheres) que se envolviam com essas atividades, mas a intenção de se dedicar à produção individual nos lotes e a necessidade de utilizar áreas coletivas para a divisão em lotes de moradia são questões que não podem ser ignoradas.

Essa modalidade de Assentamento estabelece a organização das famílias em trabalhos coletivos, mas, no caso do PAE São Francisco, essa divisão do trabalho não obteve sucesso. Na comunidade de Barra de Ipueira, a única área onde há produção coletiva, é a que Maria Mandacaru e Maria Xique-Xique possuem a lavoura. Outras áreas coletivas, em decisão nas Assembleias, foram divididas para se tornarem lotes de moradia, pois as famílias não consideravam viável o plantio em áreas coletivas e, de igual modo, nem manter essas áreas ociosas.

Essa área coletiva entre os lotes de Maria Xique-Xique e Maria Mandacaru foi definida desde a criação do PAE-SF. Elas relatam que ocasionalmente outras mulheres da comunidade ajudam, plantam leiras de hortaliças no local, mas que a participação efetiva ficou apenas entre as duas famílias, principalmente entre as mulheres dessas famílias. É instigante pensar, sobretudo a partir da leitura de Neves e Medeiros (2013: 21), que as mulheres ocupam um papel relevante, onde não abandonam as atividades domésticas, “[...] mas acrescentam mais trabalho para produzir e comercializar alguns dos produtos agrícolas, agroindustriais ou artesanais.”.

No caso das duas famílias, até agora apresentadas, e na sua rede de relações, é perceptível o nível de autonomia que as mulheres da comunidade de Barra de Ipueira exercem com vistas à constituição da renda familiar, de busca de alternativas produtivas e na assunção de espaços de poder – como a criação de uma Associação de mulheres e a participação na gestão da Associação de assentados.

O fato de plantar culturas de sequeiro em seus lotes e as hortaliças (que demandam mais cuidados e água) na área coletiva é uma das primeiras justificativas dessa área ainda se manter e não ter sido entregue à Associação para o rateio em lotes. A segunda justificativa é que, desde a vivência nas margens do rio, elas já cuidavam de plantações juntas: “*desde lá embaixo* (se referindo ao rio), *nós somos assim, trabalhamos juntas e é bom demais, nós conversamos, ajudamos, e conseguimos colher*”, disse Maria Mandacaru.

Maria Xique-Xique, em uma conversa naquela área coletiva, enquanto eu desenvolvia atividade de extensão com uma turma de alunos (as), comentou que seria melhor se houvesse mais áreas assim e mais pessoas que gostassem do trabalho coletivo, mas, percebem que a organização coletiva gera brigas, pois nem todos colaboram da mesma forma. “*Cada um que faz sabe o que ajudou, mas na hora de partir* (se referindo à divisão da produção) *cada um quer mais que o outro, ai não dá certo*”.

O trabalho coletivo em outros contextos na comunidade já possuiu outras características. Durante o processo de adaptação das famílias na década de 1990 à moradia em lotes, as áreas coletivas eram o lugar recomendado pelo Estado para a atividade agropecuária. As famílias iniciaram as atividades dessa maneira, mas, aos poucos, por desentendimentos ou insucessos das lavouras, foram se desmotivando e abandonando esse sistema de produção. Atualmente, o mercado institucional (PAA e PNAE) trouxe nova motivação para a produção coletiva, no caso da Associação de mulheres da qual as Marias fazem parte.

Para ambas, que já produziam nessa área coletiva, por possuírem laços de amizade e reciprocidade, potencializar a produção com vistas ao mercado institucional³² foi “*dar sentido e renda àquilo que labutávamos para conseguir*”, diz Bernadete, filha de Maria Xique-Xique, que também faz parte da Associação de mulheres. Possuir, então, essa área coletiva facilitou a organização dessas mulheres. Outras dessa Associação produzem individualmente, em seus lotes, visto que não moram na mesma localidade e a distância dificulta, mas há aquelas que preferem produzir individualmente e depois entregar a sua cota para a Associação.

A área coletiva das Marias parece imprimir o esforço de se adaptar aos mecanismos determinados pela modalidade de assentamento e, nesse caso, os laços de amizade entre elas

³² Maria Xique-Xique e Maria Mandacaru plantam em uma área coletiva da comunidade de Barra de Ipueira. A produção de hortaliças (pimentão, alface, maxixe, cenoura, beterraba, couve, coentro e cebolinha) é destinada para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da Associação de Mulheres Camponesas da qual ambas participam. A irrigação é feita com as mãos por meio de regadores e a gestão do tempo e das atividades é dividido entre as Marias e as filhas de Maria Xique-Xique, também associadas.

certamente colaboraram para a manutenção daquela área, mesmo que, para ambas, seus filhos e netos ainda estejam à espera de um lote para a sua morada. A coletividade, nesse caso, realça uma identidade de gênero e possibilita ações concretas como a promoção de renda mensal para as famílias.

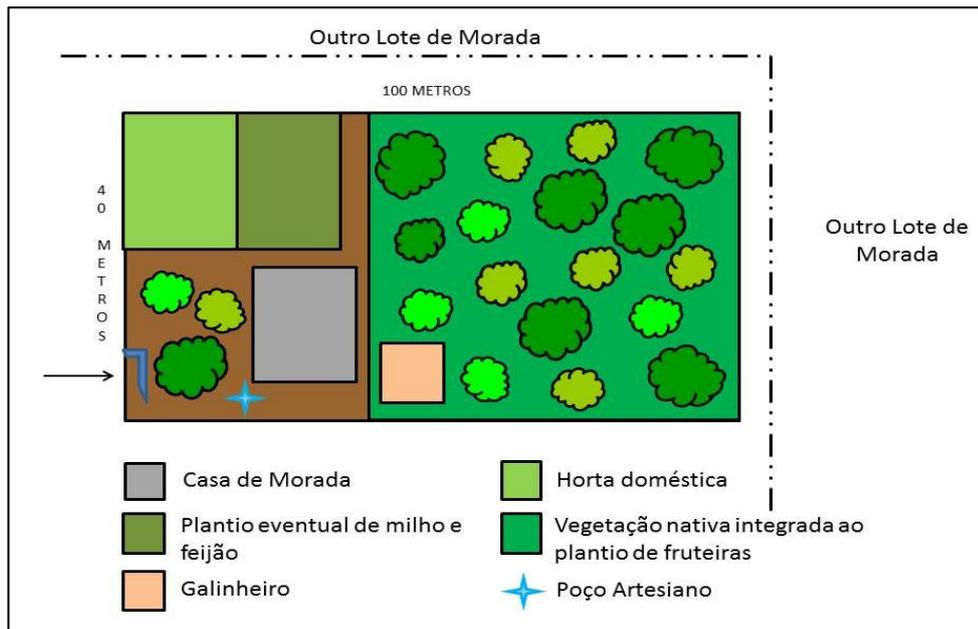
Embora no PAE-SF, a formação das onze associações priorize também a organização da produção agrícola, elas se destacam mais pelas atividades políticas do que econômicas. As atividades coletivas entre os assentados são materializadas pelas atividades “não produtivas”, sobretudo, na tentativa de solucionar os problemas cotidianos enfrentados no Assentamento ou para buscar alternativas que garantam a continuidade das famílias na comunidade. Certamente essas questões se explicam pela constituição social das famílias assentadas.

Esse grupo de Barra de Ipueira é originário, em sua maioria, de ribeirinhos (ou “beraderos”, como alguns dizem) que, às margens do rio, possuíam seus lotes individuais, ou, pelo menos, uma delimitação individual que permitia, mesmo sem cercas, produzir familiarmente. Acredito que após a necessidade de se reorganizarem no sistema de lotes e com a determinação de produção em áreas coletivas, houve uma ruptura em seus modos de vida, pois, anteriormente o trabalho agrícola era inerente à família e a cooperação era eventual e espontânea.

Por esse motivo, i.e., por uma alteração em seus modos de vida, as famílias, após o deslocamento, concebem os lotes de morada também como lotes produtivos (ver croqui do lote de Maria Mandacaru, na Figura 03, a seguir), contrariando as normativas do INCRA que pressupunham espacializar o PAE-SF com lotes de morada e áreas para a produção coletiva separadamente.

No caso específico de Maria Mandacaru, dos seus quatro filhos, dois moram na comunidade de Barra de Ipueira e um está na lista de beneficiários de lotes do INCRA. Os dois que atualmente possuem um lote construíram, antes da autorização, casas vizinhas ao lote da mãe. Ela afirma que aqueles estão “dentro da lei”, uma filha adotiva ocupou uma área e, também, construiu uma casa, por fim, um dos netos, filho de sua única filha já falecida, cercou uma área onde criam gado bovino, ela espera construir uma casa nesse lote, futuramente. Os dois filhos que possuem lote de morada plantam em seus lotes cultivos para autoconsumo (feijão, milho, hortaliças e frutíferas), mas não se dedicam a atividade agrícola como a Maria Mandacaru, que produz para o autoconsumo e também para a comercialização, como dito anteriormente, na área coletiva.

Figura 03: Croqui do lote da Família Mandacaru.

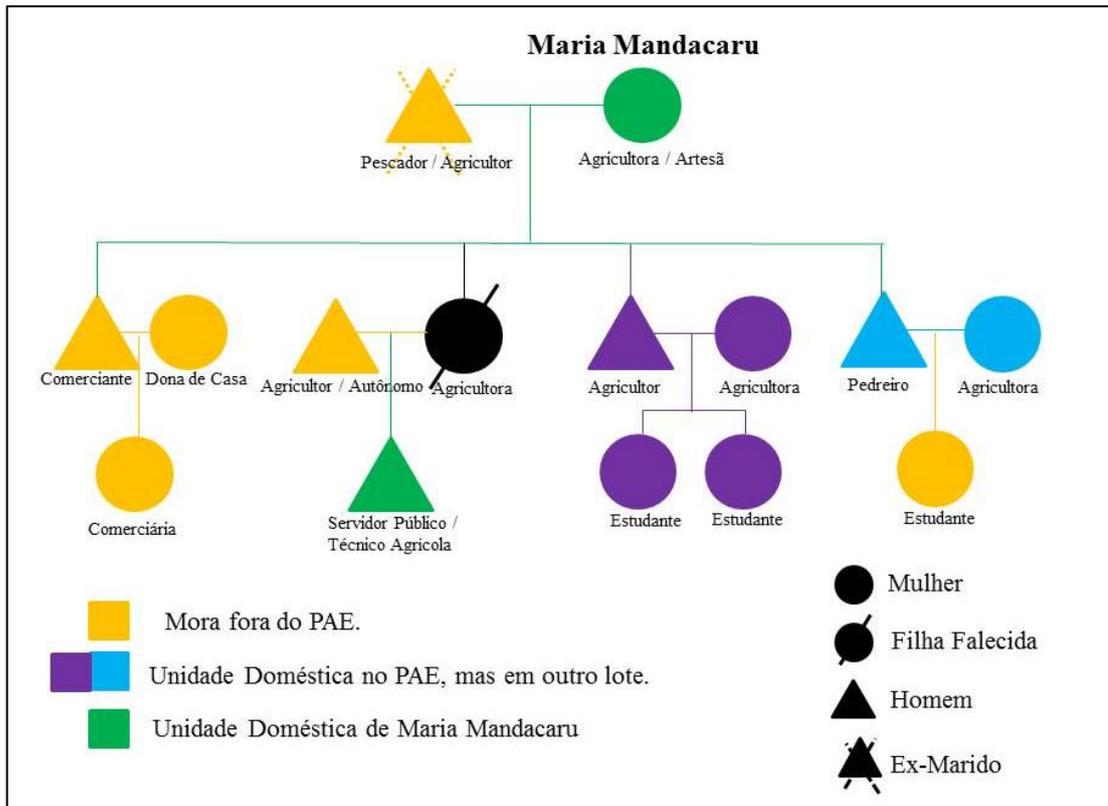


Elaboração: Autor (2016).

Para a família Mandacaru, a produção agrícola é possibilitada através de recursos vindos de atividades “não agrícolas”. O investimento feito pela família, que possui renda advinda de atividades não atreladas à terra (ver Figura 04), corresponde à compra de insumos (sobretudo sementes), ração e vacinas para os animais. O acesso à água não é simples para essa família e a irrigação é um grande problema, pois não foi contemplada com uma cisterna de consumo e outra para produção, só possui um poço artesiano cuja qualidade da água não é adequada ao consumo nem a irrigação.

No lote de Maria Mandacaru, verificamos que ela também incluiu uma diversidade de cultivos, superior em quantidade à dos filhos vizinhos, ela afirma “*que luta pela água, luta pra conseguir projetos, pois não se deixa área parada*”. O filho mais novo ainda está terminando de construir a casa, mas já mora nela. Seu trabalho como pedreiro, eventualmente na comunidade de Barra de Ipueira, com maior frequência na cidade de Bom Jesus da Lapa, “*dificulta trabalhar na roça*”, diz ele. Os outros dois filhos se dividem entre atividades como pescadores e vendedores nas feiras livres, cabendo às mulheres e filhas, nos dois casos, o papel de plantar no quintal.

Figura 04: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Mandacaru.



Elaboração: Autor (2015).

A família agora elabora novos planos. O sonho de Maria Mandacaru ganha novos contornos com as ações do neto Daniel. Após o término de seu curso como técnico agrícola e o ingresso no curso de engenharia agrônoma, o seu perfil agroecológico o leva a querer voltar para as margens do rio.

A tristeza de todos em ver a antiga área assoreada às margens do rio São Francisco, onde fica a APP, e a grande dificuldade que a família encontra para irrigar a plantação os faz reconstruir esse sonho. A agroecologia³³ para Daniel é o caminho para recompor aquela área, além de não permitir a invasão de posseiros que costumemente passam pelo local. Atualmente, debatem a possibilidade de inserirem a atividade da apicultura/meliponicultura e um sistema agroflorestal com vistas a manutenção da mata nativa e da complexificação da

³³ A agroecologia surge na perspectiva da produção integrada com a mata que há no lote, uso de insumos naturais e adquiridos na comunidade (esterco, extratos de plantas nativas, sementes nativas etc.). Além disso, a implantação de um meliponário, da produção de hortaliças em pequena escala, mas com uso de manejo e práticas sustentáveis, bem como os cuidados do solo, são práticas que Daniel utiliza no lote.

biodiversidade visando à recuperação das margens do rio. Para eles, torna-se necessário reestabelecer alguns laços com o local.

Imagem 04: Margem do rio São Francisco no trecho da APP na comunidade Barra de Ipueira onde a Família Mandacaru morava.



Os laços, do período em que moravam nas margens do rio, são assim retratados por Maria Mandacaru: “*lá trocávamos o que plantava, cada um tinha um pouquinho e repartia tudo ninguém tinha fome*”. De alguma forma, esses laços contribuíram para que, no momento do deslocamento das margens do rio para os lotes de assentamento, as “*famílias não ficassem separadas*”. Principalmente com os laços de parentesco, muitos são compadres e comadres e mais precisamente, no caso das “*Marias*” Xique-Xique e Mandacaru, ainda se mantem forte. Dessa forma, a área coletiva ainda resguarda características de reciprocidade, quando Maria Xique-Xique diz que “*quando ela está doente eu cuido de lá com nossos filhos, aquilo é de nós duas e de nossos filhos*” e o que é produzido, “*nós dividimos de forma igual, e até uma de nós leva pra vender em algum lugar e traz o dinheiro pra outra*”.

Do período de vida às margens do rio até o deslocamento para a atual casa, dada em virtude do processo de criação do PAE-SF, em 1995, e efetiva construção das casas, realizada entre 1998 e 2003, quando finalmente foram realocados, foi “*difícil viver*”, havia ajuda mútua para superar as dificuldades. Como alguns filhos de Maria Mandacaru já estavam adultos, eles entraram na lista de interEstados na divisão de lotes do INCRA e tiveram seus lotes de morada garantidos. O problema do acesso à terra para ela ressurge agora quando sua neta (18

anos) quer ter o seu lote. O seu desejo é ter uma porção de terreno para construir a sua casa. Ela não deseja plantar ou criar animais, mas ter sua casa perto dos parentes.

Maria mandacaru, no entanto, acredita que com o tempo a neta se interessará pelo trabalho na terra. Com o incentivo do primo, que tem inovado nas atividades no lote, implantando horta agroecológica, experimentando um sistema de irrigação alternativo que usa a força mecânica humana para a sucção e distribuição de água e com a criação de abelhas para a produção de mel, talvez ela possa vir a utilizar o lote também para a promoção de sua renda. Nas conversas que tive com a família, não ficou claro o interesse de um lote para um futuro casamento, mas para a independência e a sua própria moradia.

Torna-se necessário pensar que essas famílias, por conta das condições objetivas oferecidas atualmente, e dada a sua condição de assentadas, só as permite consolidar os projetos de vida no acesso à casa, mas não possuem uma roça produtiva, como muitos desejam. A atribuição da terra, enquanto patrimônio parece estar atrelada à condição da moradia. Ao mesmo tempo em que a primeira geração parece entender que ter a casa no assentamento representa a segurança para as gerações seguintes, não inviabiliza os aspectos com os quais viveram: ser agricultor na beira do rio, plantar e colher para o seu sustento, trabalhar a terra etc. Dessa forma, a ruptura entre essa experiência e o futuro do lote em que mora precisa ter também esse sentido e, assim, configura-se a necessidade da sucessão.

Cabe então agora delimitar (ao menos preliminarmente) o uso do termo “sucessor” nessa análise, pois se centra na indagação de quem fica responsável, como o centro de decisão moral e material, sobre os assuntos coletivos da família. Também pode aludir apenas à sucessão no que tange à titularidade do lote, isto é, um “sucessor agrícola”. É comum que esses dois papéis sejam coincidentes para um mesmo filho ou neto, no entanto, isso não constitui uma regra.

No primeiro sentido de “sucessor”, é possível utilizar esse termo apontando alguns pontos de congruência extraídos da análise do contexto da comunidade de Barra de Ipueira em relação à literatura sobre campesinato. Torna-se necessário aprofundar, nas famílias Xique-Xique e Mandacaru, ambas as lógicas construídas acerca da continuidade das próximas gerações no lote e no Projeto. Além disso, as titulares da terra (Maria Mandacaru e Maria Xique-Xique) possuem ou possuíram a incumbência de “reconhecer” aquele filho (a) ou neto (a) que possui mais “gosto” pelo trabalho na terra – esse reconhecimento, no caso de Maria

Mandacaru, foi construído por meio de um processo de socialização desde a infância de Daniel, seu neto.

O fato de Daniel não ter mais a mãe (a filha de Maria Mandacaru faleceu) possibilitou a assunção daquele papel, pois, desamparado ele não poderia ficar. Desde o falecimento de sua mãe, Daniel passou a morar no assentamento, com sua avó. Cresceu ajudando nas atividades rotineiras no lote, como o cuidado com as galinhas, a limpeza da lavoura, o trato com as poucas cabeças de gado, a atividade de pescaria (sempre acompanhando os tios).

Fica nítido, no caso, que Daniel foi preparado para suceder. A troca de experiências, o aprendizado, a assunção paulatina de responsabilidades e, atualmente, o seu papel no âmbito da família, o posiciona como ente familiar a continuar com as atividades no lote, inclusive para opinar sobre mudanças e novidades, pois, atualmente, é técnico agrícola e estuda engenharia agrônômica. Importante ressaltar que é o único ainda morando no lote com Maria Mandacaru.

Essa referência de sucessão é feita somente a um dos membros da família, talvez em virtude do tamanho diminuto do lote de Reforma Agrária, sendo difícil comportar mais de uma unidade doméstica de modo a não comprometer o espaço produtivo, ainda que seja somente para o autoconsumo. Mas, também, possa ser por não possuir na família muitos indivíduos com interesse em continuar as atividades produtivas empreendidas historicamente pela família ou, em último caso, de permanecer na terra.

A terra, portanto, permanece indivisa como em muitos casos de sucessão já analisados pela literatura sobre campesinato, ainda que não pelos mesmos motivos, tampouco pela mesma lógica. Neste texto, tratarei mais detidamente, à frente, dos casos de casamento encontrados na família e de como a reprodução social, nesses casos, gera algum tipo de conflito entre o papel do genro, empreendido por Maria Xique-Xique, e as necessidades individuais destes indivíduos.

Ademais, como percebido em estudos sobre sucessão e campesinato, Maria Mandacaru insere o neto nos processos de socialização no que diz respeito à transmissão de conhecimento em relação a culturas, à terra onde trabalham há pelo menos duas gerações. A transmissão de conhecimento é uma das principais heranças apontadas pela geração mais antiga, aquela que é titular da terra, em relação à atual: os filhos jovens e os netos, como se vê na fala de Maria Mandacaru: *“só posso deixar a minha luta e aquilo que aprendi cuidando e*

labutando na terra”, e ainda mais que “*vale a pena aprender a trabalhar na terra e ensinar, pois senão não tenho forças para continuar construindo isto aqui*”.

A “transmissão” de conhecimento é uma das heranças que também são reconhecidas como passadas pelas duas titulares de terra, ou seja, a herança imaterial ou simbólica se concretizou para elas como a única possibilidade de transmissão, uma vez que a maioria das famílias não tinha condição de possuir bens e, portanto, realizar uma transferência entre gerações de capital material antes do PAE-SF e também devido às impossibilidades permitidas pelo sistema normativo que estão inseridas. No entanto, permanece relevante até hoje, inclusive para dotar o sucessor de condições para a condução dos atuais bens da família.

2.1 JOSÉ ANGICO E AS CONTRADIÇÕES DE “UM CAMPONÊS ASSENTADO”

A fala inicial da primeira conversa com José Angico (ver composição familiar no Quadro 03), já nos diz muito: “*Sou um camponês assentado*”. Quando falávamos de história da comunidade e do Agroextrativista, sempre diziam: “*tem que falar com José Angico!*”. Importante encontrar, conhecer e conversar com essas pessoas, pois parecem se interessar em recontar os fatos.

Quadro 03: Composição da Família Angico em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
José	82	Pai/Avô	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Maria	75	Mãe/Avó	Bom Jesus da Lapa (BA)	Faleceu
Cláudio	58	Primeiro Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas não no mesmo lote)
Rosa	54	Nora/Mãe	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas não no mesmo lote)
Alberto	33	Neto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Josefina	32	Esposa do Neto	Guanambi (BA)	Não (mora em outra cidade)
Vinicius	17	Bisneto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Creuza	30	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com José Angico)
Severino	32	Esposo da Neta	Ibotirama (BA)	Sim (mora com José Angico)
Salustiano	11	Bisneto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com José Angico)
Diego	46	Segundo Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas não no mesmo lote)

Katia	41	Nora	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas não no mesmo lote)
Patricia	19	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas não no mesmo lote)
Clara	17	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas não no mesmo lote)
Irineu	16	Neto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas não no mesmo lote)
Hugo	42	Terceiro Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mas não no mesmo lote)
Marieta	37	Quarta Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com José Angico)
Sulamita	16	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com José Angico)

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

A narrativa “[...] não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador [...]” (BENJAMIN, 1994: 205). Importa muito mais perceber que nas versões dessas pessoas, a implantação das agrovilas se tornou narrativa e se coloca como uma das formas possíveis sobre a interpretação dos processos históricos inerentes ao PAE-SF.

O trabalho utiliza-se do conceito campesinato, postulando que a população habitante da região da Serra do Ramalho antes do PEC-SR era formada por camponeses. Sem entrar nas polêmicas que envolveram tal tema, cumpre apontar o seu sentido aqui. Segundo Klass Woortman (1990), apesar da grande variedade de definições para o camponês, há um elemento comum a todas elas: “o caráter familiar do trabalho”. Seria essa a característica que particulariza o campesinato. Com essa definição, Woortman (1990) procura distanciar-se de “abordagens economicistas”, pensando o campesinato em seus aspectos culturais, com singularidades que o caracteriza como um tipo específico de sociedade, um estilo de vida. Portanto, a categoria política “assentado” não será aqui desprezada, mas, concordando com José Angico, a categoria “camponês” se apresenta como a mais apropriada.

Dessa forma, percebo essa categoria contrastando entre uma apropriação territorial e as contradições dessa apropriação com uma forte mobilidade espacial. O predomínio de sistemas de posse precária da terra, nas formas de existência desenvolvidas pelo campesinato, tem resultado em uma condição de instabilidade estrutural, o que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social. No PAE São Francisco, essa instabilidade estrutural coexiste com o pertencimento à terra, são laços de vida, de existência. Assim, conforme lembra Wanderley (1996), é o seu modo de vida, mais do que a terra, o patrimônio que tem sido de fato transmitido entre gerações.

José Angico se refere a “*ser camponês*”, como algo inerente a sua própria história. Ele diz que “*trabalhávamos nas fazendas, mas tínhamos também o nosso pedaço de terra para morar e plantar, mesmo que fosse no lameiro*”³⁴. Ele comenta, por diversas vezes, que o “*fato de termos nascidos aqui, nos faz daqui*”. Ele se lembra da infância e narra que se recorda de quando, ali mesmo no que hoje chamamos Pambu, cresceu em volta dos currais de gado e da pesca artesanal à margens do rio.

A hipótese que tenho, segundo as pesquisas sobre a PEC-SR e os atingidos pela Barragem de Sobradinho, é que este grupo social que já morava nessas áreas eram camponeses, em sua maioria posseiros-foreiros, que exerciam atividades subsidiárias, como a pesca, a criação e o pequeno comércio. De modo geral, esses camponeses eram (e são) denominados de “ribeirinhos” ou “beraderos”. O termo “beradero” designa todo indivíduo que tira do rio, diretamente ou indiretamente, o seu sustento. O beradero expressa um modo de fazer e de saber bastante peculiar e inconfundível. Em muitos aspectos diferencia-se do ribeirinho e muito mais do caatingueiro. Segundo informantes e as próprias conversas informais que tive, a categoria beradero surge quando retrata o sujeito social morador e trabalhador dependente do rio. Já a categoria “ribeirinho” é acionada quando o sujeito social possui relações simbólicas, e até de trabalho com rio, mas que, por algum motivo, não está completamente dependente do rio, que possui necessariamente um vínculo simbólico, identitário. Essas duas categorias nativas aparecem nas falas e se confundem, parecendo significarem a mesma coisa. Elas surgem de forma espontânea nas falas das pessoas, mas não parecem, grosso modo, distinguir identidades.

Para o beradero são franciscano, o rio tinha importância fundamental, pois, além de possibilitar todo seu sistema produtivo, é o seu principal meio de transporte (ESTRELA, 2001). De acordo com Martins-Costa, a importância do rio São Francisco como referência é tão grande que os beraderos reassentados em Serra do Ramalho ficaram confusos quanto à sua localização. José Angico relata que recebeu, entre 1976 e 1979, muitas famílias que chegaram às Agrovilas e correram para morar, entre eles, às margens do rio. Para aquela população atingida, o rio estava longe, pela primeira ela teve a noção do que era viver na caatinga. As pessoas perceberam que, dali em diante, tornar-se-iam caatingueiros (MACHADO, 1987: 50).

³⁴ Lameiro é uma área alagada durante as cheias do rio, que com a vazão da água deixa o solo úmido.

A distância do rio incomodava bastante aos deslocados de Sobradinho. Convém lembrar que as agrovilas mais próximas do Rio são as situadas no Eixo 1, distantes dele aproximadamente oito quilômetros. Além do mais, as agrovilas não contavam com “água doce”. José Angico relata também terem passado em Pambu, que era naquela época uma “água salobra”. *“Essa água matou muita gente, criancinha e adulto”*, relata José Angico e também a Maria Mandacaru.

José Angico afirma que ao perceber a perspectiva de fracasso total do projeto, o INCRA começou a redirecionar sua política; famílias de sem-terra, vindas de diferentes pontos da Bahia, do Nordeste e até do Centro-Sul do país, receberam lotes e se estabeleceram nas agrovilas ociosas, frequentemente iam até a comunidade de Pambu para convidar pessoas para irem morar nas Agrovilas. Em razão da demanda, novas agrovilas foram criadas e o Projeto de Serra do Ramalho se “descaracterizou”, tornando-se uma válvula de escape do INCRA, conseqüentemente, sendo composto por indivíduos provenientes de diferentes pontos do Brasil.

Angico conta que naquele período, *“não entendíamos direito o que estava acontecendo com as Agrovilas que poderia afetar as nossas vidas”*, o que parece estar em consonância com as falas de Maria Mandacaru. Ele continua dizendo que *“nós víamos passar técnicos do INCRA, mas eles mediam, colocavam piquetes e sumiam”*, como também relatou Maria Mandacaru. O fato ocorrido, na questão da organização espacial, é que o PEC apresentava uma novidade e, em vez de cada lote preservar certo percentual de mata, “adotou-se um conceito inovador, que dava como coletiva a área de reserva” (BURSZTYN, 1988: 30). Havia duas grandes áreas de reserva, várias “reservas extrativistas” localizadas às margens do rio São Francisco e inúmeras pequenas reservas situadas nos interstícios das agrovilas.

Para Burszty (1988), a desapropriação e a padronização dos lotes geraram descontentamento entre os pequenos proprietários que viviam em Serra do Ramalho. Segundo ele, a maioria alegou, em tom de queixa, que os beneficiados com o projeto foram os “rendeiros” e “agregados”. A planta das agrovilas e a presença de gerentes-executores geravam temores entre os “nativos”, resultando na rejeição do deslocamento para as agrovilas.

José Angico diz que todos *“acompanharam as fazendas deixar de existir”*, parecia que *“as terras seriam então nossas, pois já estávamos lá fazia muito tempo”*. O que aconteceu é que *“sempre vinham boatos de que todos nós seríamos levados para as Agrovilas”*. Algumas famílias da comunidade de Pambu *“decidiram ir, e foram para a Agrovila 5”*, mas, quando

chegaram lá, “*estranharam ter uma casa longe do lote de produção*” e anos depois “*voltaram pra comunidade*”.

Não havia clareza para eles, segundo o José Angico, de que as reservas tinham duas finalidades: a preservação ambiental e a criação extensiva, uma vez que a pecuária era proibida nos lotes. As reservas eram de propriedade coletiva, mas não havia nenhuma identificação clara dessa propriedade. As áreas, diz José Angico, “*foram ocupadas por posseiros que as lotearam da forma como entenderam*”. Não dispondo de meios e de vontade política para coibir a ocupação, não restou ao INCRA alternativa senão assimilar os loteamentos, dando a alguns deles status legal. Fato que poderá gerar, futuramente, foco de tensões entre os posseiros – agora reconhecidos pelo INCRA – e os primeiros reassentados que receberam o título provisório com a parcela adstrita à reserva.

Para José Angico, toda essa mudança gerou grandes conflitos. Ele diz que “*ouvia meu pai falar que a única coisa que ele podia nos deixar era aquele pedaço de terra*” e mais ainda, ele falava “*que tinha sido empregado dos outros, e que gostaria que nós pudéssemos trabalhar no nosso chão*”. Essa memória ressignificada o emociona por alguns instantes. Por um momento há um silêncio, o calor de 41 graus e a umidade de 37% naquele dia misturaram as lágrimas e o suor no seu rosto. Retomamos a conversa e pergunto sobre o que mudou, ele é direto em sua resposta: “*agora não temos a terra no papel, mas sei que isso aqui é meu, mas se eu morrer, como será? Vão dizer que o lote está vago?*”.

Essa questão surge na fala do José Angico, mas de forma mais “velada”, também se apresenta nos discursos da Maria Xique-Xique e da Maria Mandacaru, sobretudo quando acreditam que inserir os descendentes em novos lotes é importante, pois não possuem garantias da transmissão e da continuidade das famílias naquele mesmo lugar.

A continuidade, a permanência nesse espaço se demonstra patente quando ouvimos as falas de gerações mais antigas. O que essas pessoas passaram, segundo os relatos, foi um processo constante de falta de informações precisas, de perdas de documentos importantes e da necessidade de ações concretas que objetivam a sua segurança. Nesse caso, as experiências vividas no passado, cujo modo de vida se ampara na relação com a terra e com o rio, se colocam em contradição com a identidade construída e a necessidade de um engajamento político, pois essas famílias, residentes naquelas comunidades, não passaram por processos de acampamentos sem-terra ou luta por terra através de engajamento em movimentos sociais. A

questão imposta a essa realidade parece estar centrada em uma luta familiar por sua permanência e garantias de reprodução social.

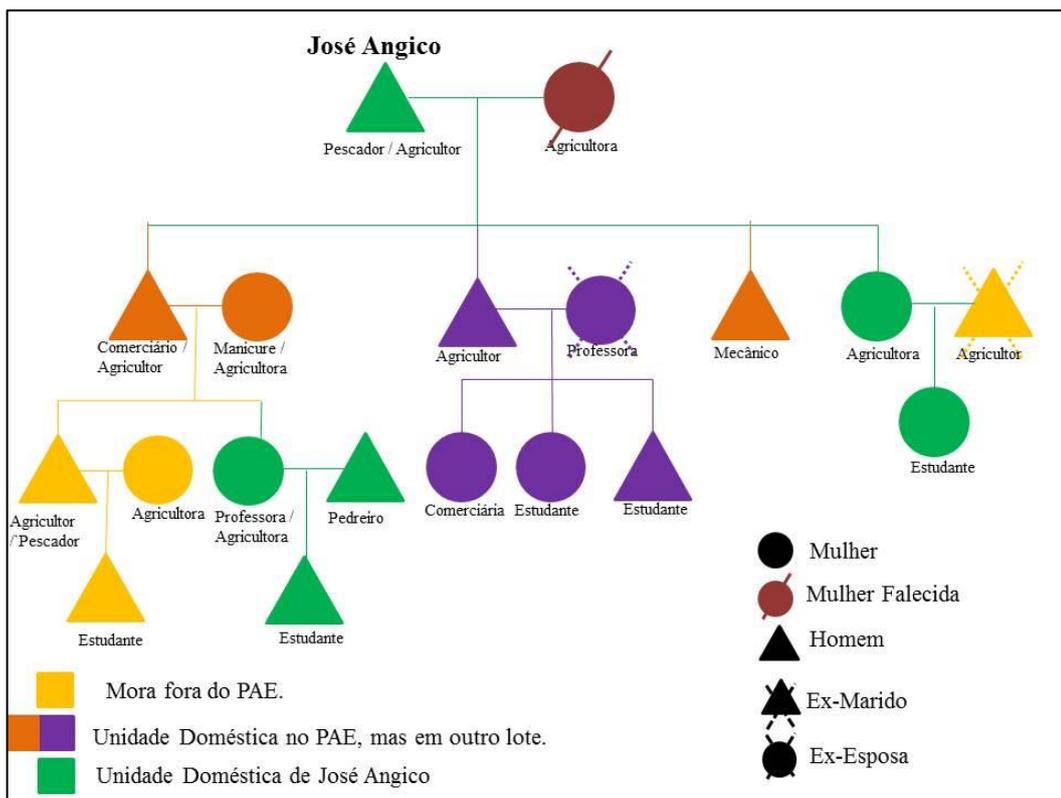
Para eles, a luta e a conquista de um território significam a conquista de um espaço de vida, um espaço apropriado, um espaço que passa a ter significações, tornando-se um lugar. Dessa forma, ao abordarmos a temática dos espaços de vida de famílias assentadas pela reforma agrária, nos defrontamos com famílias que já eram camponesas antes da criação do Projeto, moradoras, inclusive da mesma área, cujo processo de assentamento simboliza a perda de direitos (como a posse da terra, por exemplo).

Essa questão fica clara ao compreendermos que João Angico foi deslocado da beira do rio, constituindo morada dois quilômetros e meio de onde seus pais moravam. Ele conta que a escolha do local se deu pela proximidade a um lago, *“ficar ali perto do lameiro era uma boa ideia pra gente, até queríamos ficar na beira dele, mas não deixaram”*. Ele relata ainda que os seus pais, na década de 1970, decidiram permanecer à beira do rio, mas, com a premência de serem deslocados para a agrovila, decidiram ocupar a área onde atualmente moram. *“Meu irmão foi morar em Lapa e lá morreu tem dez anos”* e *“minha outra irmã se casou e foi morar na Agrovila 09”*.

Angico explica também: *“Como eu já tinha quatro filhos na época, que moravam comigo e minha esposa na beira do rio, não podia me arriscar a perder tudo e ir morar numa casinha lá na agrovila”*. Essa escolha de João Angico resultou que, no momento da regularização do PAE-SF, seus quatro filhos (três homens e uma mulher, ver Figura 05, a seguir) também receberam a concessão de uso, atualmente possuem lotes de morada ao lado de João Angico.

Ao analisarmos a Figura 05, notamos que a única filha e uma das netas de José Angico ainda permanecem morando em sua casa. Essa característica de encontrarmos, na segunda ou terceira geração, mulheres permanecendo no lote, não é exclusiva à da família Angico, mas entre as famílias pesquisadas. Mais à frente, no Capítulo 04, tratarei do que essa questão parece significar, sobretudo quando tratamos sobre sucessão.

Figura 05: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Angico.



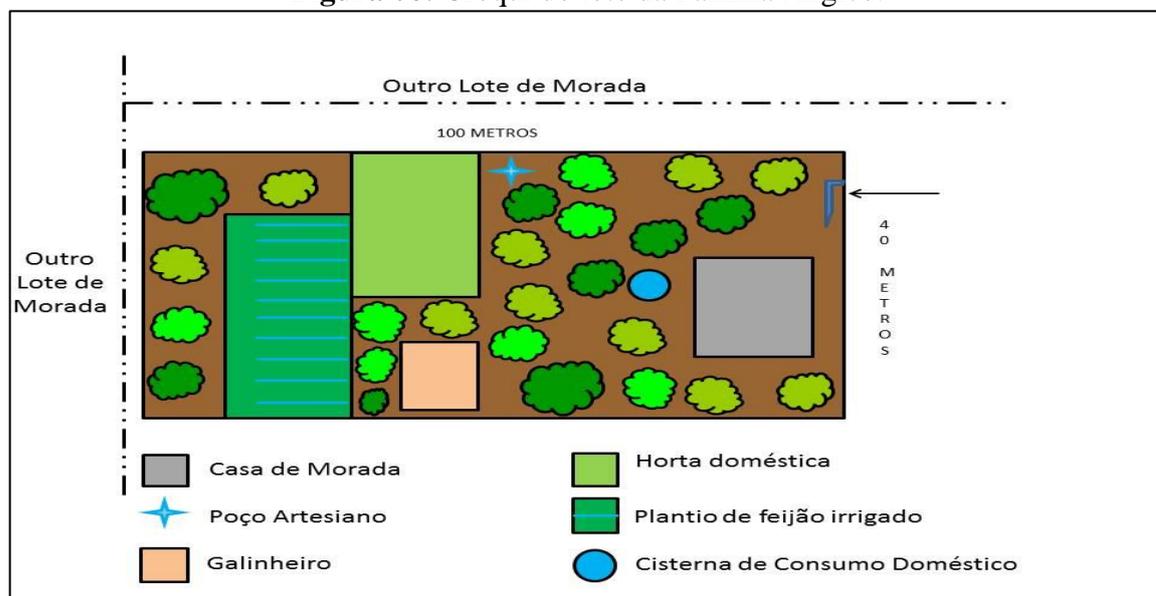
Elaboração: Autor (2015).

Mário Angico, o mais velho, possui um micro-ônibus que desloca os moradores da comunidade para Bom Jesus da Lapa diariamente. Sua esposa e os filhos menores ajudam nas “roças” (atrás do lote de morada). Ao utilizar o plural em “roças”, me refiro ao plantio de feijão e horta no lote de morada, delimitado por cerca; e à horta na área delimitada na criação do PAE-SF para a produção coletiva, que não possui cerca e só a família Angico trabalha. Sobre isso, seu Angico fala às gargalhadas: *“Temos duas áreas pra plantar, pois aqui ninguém quer labutar na roça”*. Na área onde seria coletiva, há plantações que apenas a família dele cuida. Quem havia se interessado aos poucos abandonou as atividades coletivas, restando apenas eles.

No seu lote de morada, como ilustrado na Figura 06, encontramos uma infraestrutura que não é comum entre as famílias da comunidade de Barra de Ipueira. Através de uma política governamental, a família teve uma cisterna de consumo construída em seu lote. Ela se localiza próxima à casa e armazena água da chuva para consumo domiciliar. Para a produção agrícola, a família perfurou duas vezes, até encontrar água, um poço artesiano, que mesmo

salobra, é utilizada para a irrigação do feijão e da horta. Uma mangueira também é deslocada para essa área coletiva para a irrigação do plantio de feijão, milho, mandioca e batata doce. Essas atividades são desempenhadas por toda a família, sobretudo pela filha e pelas netas.

Figura 06: Croqui do lote da Família Angico.



O filho mais velho de Mário Angico também mora no PAE-SF, mas na comunidade de Pituba. “Ele conseguiu um lote lá, pois ninguém queria”, ele diz que “lá é um lugar difícil, falta tudo”. Seu José Angico confessa que seu neto “está na labuta, pobre aqui tem que sofrer até com falta de água estando pertinho do rio”, lamenta.

Os outros dois filhos de José Angico (Diego e Hugo) – também beneficiários do INCRA – se casaram com mulheres da comunidade. Ambos possuem filhos ainda menores de idade e trabalham juntos em um mercadinho na comunidade, que está situado no lote de Hugo. “É um negócio da família, pois só a roça não dá muita coisa”, comenta João Angico.

Marieta Angico, filha de João Angico, possui também um lote de morada. Viúva e mãe de três filhos, que ainda moram com ela, possui plantio de hortaliças no lote de morada e os filhos a ajudam. Os equipamentos para irrigação trazidos pela CODEVASF são usados na sua área, pois “ela gosta de ter o dela também”, comenta João Angico. Os equipamentos recebidos por Diego e Hugo “estão na área coletiva, que vamos cercar logo. A área coletiva possui plantio de feijão, palma forrageira, milho e abóbora, que é cultivado pelo João Angico com eventual ajuda dos filhos e netos. Assim como para Maria Xique-Xique e Maria Mandacaru em Barra de Ipueira, a área coletiva “não possui interesse da comunidade inteira”.

Ele completa que “na outra área coletiva ali na frente (aponta o dedo), o pessoal já quer conversar pra gente dividir pro pessoal que é filho e neto da gente mesmo”.

Sobre o seu lote de morada, ele também já tem uma ideia: “Marieta Angico e meu neto vão ficar por aqui, pois já estou velho e ela que é mais nova, não conseguiu seu lote”. Durante este assunto, Marieta Angico comenta que “meu ex-marido morava aqui, mas depois que separamos, ele foi embora e nós não tínhamos nada, nem casa e nem nada” e “como já morava aqui, meu pai disse que não me preocupasse, que só faltava eu pra receber alguma coisa, que ali mesmo eu ia ficar”.

É interessante perceber que para José Angico, os filhos só se tornaram beneficiários do INCRA em virtude de que ele estava ali, indicando e pressionando para entrarem na Relação de Beneficiários (RB). Ana Angico, por ser menor de idade nessa época, ficou de fora, mas é um compromisso firmado entre toda a família, que após o falecimento de José Angico, ela assumirá o lote junto com o seu filho.

2.1 A FAMÍLIA CAGAITA E O PERTENCIMENTO ÀS TERRAS EM QUE NASCERAM

A construção simbólica sobre o lugar pode ser percebida na fala de Maria Cagaita, quando comenta sobre a compra das terras, ocorrida antes da regularização do PAE:

“quando eu vim pra aqui ainda era tudo mata, ainda. Só tinha mesmo só o lugarzinho que fez a casa aí. Aí nós fomos trabalhando, fomos limpando, foi crescendo mais, foi plantando, igual hoje tá aqui, mas quando mudei pra aqui, era mata. Só tinha o lugarzinho mesmo de entrar. Aí eu fui trabalhando, fui limpando, fui roçando, estamos até hoje aqui dentro e fizemos nosso paraíso”.

Maria relata que cresceu na área onde atualmente é o assentamento. Seus pais moram em outra comunidade e quando se configurou o PAE ela já morava na área onde atualmente fica seu lote, por isso não precisou ser deslocada. Na regularização das terras, ela recebeu, inclusive, “uns palmos de terra a mais”. Os pais de Maria compraram um pedacinho de terra para cada filho. Seu pai trabalhava como gerente rural em uma das fazendas da região e investia em terras com o dinheiro que acumulava. Durante o processo de regularização fundiária, Maria não precisou se deslocar para outro espaço, pois suas terras não estavam situadas às margens do rio, depois, com a entrada na lista de beneficiários, pode ter a sua casa

de alvenaria (antes era de adobe³⁵) construída na área. Naquele momento possuía uma casa de taipa que usava apenas para dormir e guardar ferramentas e sementes utilizadas durante o período de plantio.

Ela afirma que passou a morar no lote com a construção da casa e que a decisão de constituir família (ver abaixo a composição familiar da Família Cagaita) foi facilitada com a possibilidade de possuir um lote com casa.

Quadro 04: Composição da Família Cagaita em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO ?
Maria	47	Mãe	Serra do Ramalho (BA)	Sim
José	50	Pai	Serra do Ramalho (BA)	Sim (mora com Maria Cagaita)
Joaquim	24	Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com Maria Cagaita)
Bianca	21	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com Maria Cagaita)
Sara	18	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com Maria Cagaita)
Telma	12	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com Maria Cagaita)

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

Maria casou-se com José quando tinha vinte anos. Conheciam-se desde crianças, pois José nasceu e cresceu onde os pais de Maria moram até hoje, na comunidade de Pambu, que também integra o PAE. José saiu da casa dos pais e foi morar com Maria no lote dela, em Barra de Ipueira. Quando da saída da casa paterna, era trabalhador rural em uma fazenda e também agricultor nas terras dos pais, assim como Maria, que também era agricultora.

Quando foram morar no lote do assentamento, já casados, a opção era “*trabalhar a terra*”. Uma aguada próxima ao lote permitia a irrigação. Maria e José comentam que essa aguada era abastecida pela chuva e pelas cheias do rio São Francisco e que, atualmente, a área de “lameiro” costuma estar seca a maior parte do ano, pois, a escassez da chuva na região e na cabeceira do rio, em Minas Gerais, além da devastação da mata na beira do rio, está “*matando o velho Chico*”.

³⁵ Adobes são tijolos de terra crua, água e palha, moldados artesanalmente. Este material não possui grande resistência à chuva e precisa constantemente ser recomposto.

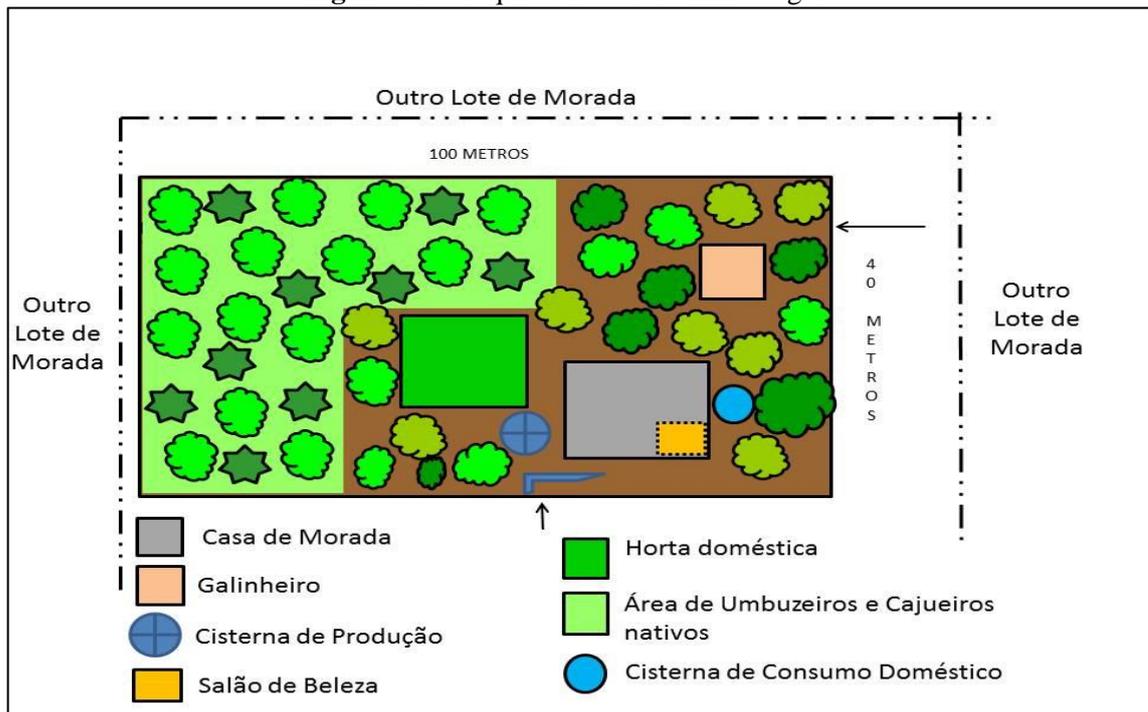
Apesar dessas transformações na paisagem, Maria e José dizem que aquele lugar ainda abriga seus sonhos, pois a história da família foi construída ali. Joaquim, o filho mais velho de Maria e José, por exemplo, nasceu com uma parteira, já falecida, na casa dos pais de Maria, em Pambu. As outras três filhas nasceram em Bom Jesus da Lapa, mas foram criadas com “*os pés naquele chão*”, diz, orgulhosa, Maria. Durante toda a vida, a segunda geração cresceu e estudou na comunidade de Barra de Ipueira, cotidianamente ajudam com as atividades agrícolas, como a rega da pequena horta e da área de feijão, além da alimentação das galinhas caipiras.

Na observação das práticas cotidianas da família Cagaita, pude perceber que Maria e José repetidamente falam sobre os benefícios da vida no campo, sobre como são valorosos o convívio com a natureza e estarem no espaço da família. Nas minhas visitas encontrava a família trabalhando coletivamente, todos com sua enxada e com a proteção contra o sol na cabeça, cuidando das plantas nativas, sobretudo os umbuzeiros e cajueiros, ou da horta.

Na família Cagaita, o umbu e o caju colhidos no lote ajudam na renda (ver Croqui a seguir na Figura 07). Apesar da sazonalidade, a família valoriza o cuidado com o solo e a rega as plantas o ano inteiro. Já a horta colabora com parte da renda semanal da família, que destina o que é colhido, sobretudo, para o autoconsumo. Essa família, dentre as que compõem essa pesquisa, é a que mais se aproxima do extrativismo, pois mantém e replanta, sempre quando necessário pelo menos duas espécies nativas (umbu e caju) para a colheita sazonal e venda nas feiras livres.

Essas espécies são comercializadas *in natura* e até fabricam, ocasionalmente, doces, licores e geleias. Em um projeto para a convivência com a seca onde poucas famílias foram beneficiadas, por estarem em maior condição de vulnerabilidade social receberam uma cisterna de produção e, quando chove, ajuda na irrigação da horta e dessas plantas nativas. A família não conseguiu adquirir os equipamentos para a irrigação e toda a rega é feita manualmente.

Figura 07: Croqui do lote da Família Cagaita.



Elaboração: Autor (2016).

Essa ordem social camponesa, imiscuída ao trabalho (visto como dever social) e com as garantias de manutenção de sua existência, se pauta nas possibilidades de construir redes de relações sociais permitidas pela proximidade. Dessa forma, a garantia de seus projetos de vida se ampara essencialmente na agricultura, na pecuária e com as demais subjetividades os quais o acesso à terra lhes permite elaborar (BOURDIEU, 1979). Essa percepção nos permite articular a experiência das famílias em ocupar um lote no PAE com as possibilidades às quais essa ocupação lhes permitiu. Assim, a moradia não se apresenta como uma ressignificação, mas como um importante componente desse mosaico de subjetividades, pois, ocupar um espaço e nele estar abrigado permite também a prática agrícola e a manutenção de sua ordem social.

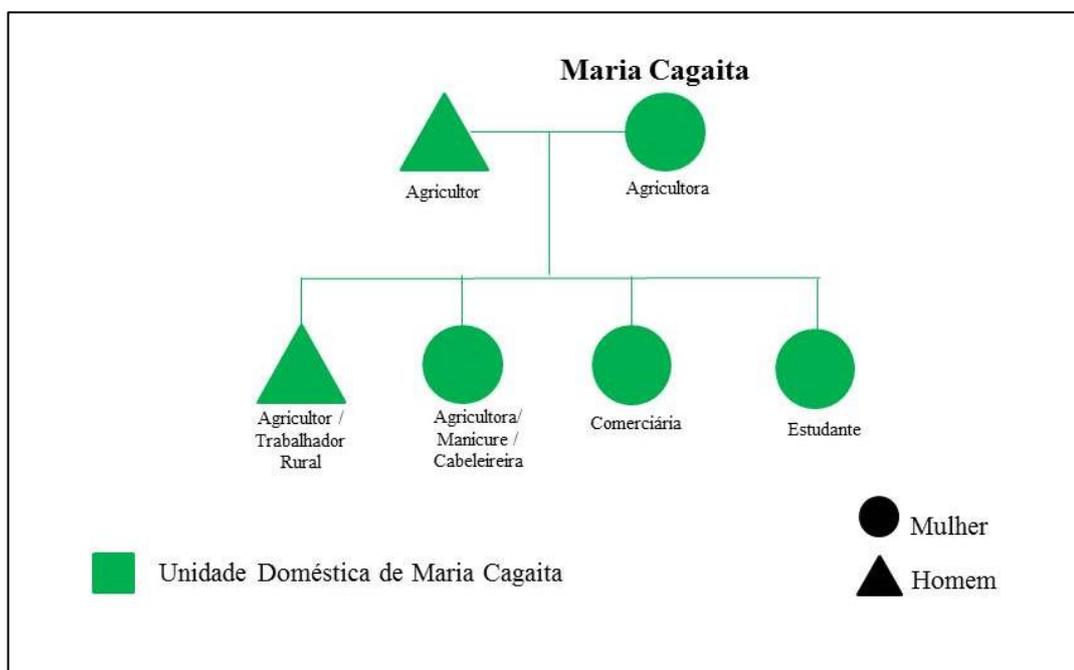
A família relata que a cada ano as dificuldades aumentam. A água é central, mas os preços dos produtos que conseguem colher e vender na feira livre de Bom Jesus da Lapa também é sinalizado como um problema. Essas dificuldades, naturalmente, trazem questões importantes à garantia de renda e permanência das famílias em seus lotes:

“Quando nós plantamos o feijão, o milho, a mandioca, fica bom... Então, agora, como você vê, que ficou sem chuva né..., então, já tem muito tempo que a gente não colhe muitas coisas. Não tem mais aquela renda que tinha antes. Aqui eu já colhi o quê? Quatro/cinco sacos de feijão, já levei pra

feira, vinha com minha feira, vinha com minhas coisas, mas acabou. Aqui, a única rendinha que eu tenho, assim, só a do Bolsa Família e do pouquinho que nós ainda vende”. (José Cagaita, 50 anos).

Para superar as dificuldades, a família trabalha junto. Joaquim eventualmente trabalha na colheita da banana no Projeto Formoso, em Bom Jesus da Lapa. O trabalho não agrada, pois, para ele, se paga pouco para enriquecer o empresário, mas que essa renda extra contribui com as despesas da casa. A família afirma que sua ocupação principal é a agricultura (ver Figura 08), no entanto, os três filhos mais velhos possuem uma segunda ocupação.

Figura 08: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Cagaita.



Elaboração: Autor (2015).

Fica claro que a decisão das famílias em se dedicarem ou não à atividade agrícola se deve a dois fatores básicos: o primeiro é a necessidade que a família observa em ocupar o seu tempo e parte da terra disponível com algum tipo de plantação. Nesse aspecto, a agricultura deve fazer parte de sua paisagem cotidiana, de suas práticas. O segundo fator que se relaciona com o primeiro, é a possibilidade que algumas famílias possuem em ter uma renda fora do lote e parte dessa renda permitir o investimento na agricultura. A compra de sementes, de meios para a irrigação (desde regadores manuais até poços artesianos) e de outros insumos, também validam a necessidade de produção para o autoconsumo e conseqüente manutenção da agricultura enquanto prática cotidiana.

No lote, em um quarto construído como extensão da casa, a atividade que gera renda a Bianca Cagaita não é agrícola:

“As oportunidades nós temos que criar. Comecei aqui a arrumar os cabelos e pintar as unhas das meninas aqui perto, aí foi aumentando. Antes eu saía de casa pra fazer isso, hoje elas vêm até aqui. E já ajudo com as contas daqui de casa e a ajudar com alguma coisa que precisa pra lavoura. Quero ver se logo consigo uma bomba para acabar com essa falta de água aqui”.
(Bianca Cagaita, 21 anos).

Geralmente durante os finais de semana, Bianca abre o pequeno quarto onde há uma cadeira e alguns produtos de beleza. Não realizou nenhuma formação para trabalhar como cabeleireira e manicure, mas a frequência de meninas que buscam o seu serviço é grande. Os preços que estabelece para a prestação dos serviços são menores do que em Bom Jesus da Lapa e a facilidade de acesso, para ela, é seu maior atrativo. Assim como no lote da Família Cagaita, em inúmeros lotes de morada, vemos bares, mercearias, salões de beleza, mecânica de motos, conserto de bicicletas, muitos desses negócios são comandados pela segunda geração.

A associação de atividades agrícolas e não agrícolas dentro e, por vezes, fora das propriedades rurais se relaciona, em alguns casos, com a modernização da agricultura, o que provoca liberação de mão de obra utilizada diretamente nas atividades agrícolas. Em outros casos, a proximidade do espaço rural com o urbano favorece as oportunidades de trabalho nas fazendas, como no caso do Joaquim, ou no comércio de Bom Jesus da Lapa, como o exemplo de Sara. Essa pluriatividade comporta uma agricultura de tempo parcial. Conforme Pereira e Ferreira (2009):

“[...] o exercício de atividades agrícolas e não agrícolas por membros de uma família, fora da propriedade, não informa necessariamente a desagregação do núcleo familiar. Essa ruptura depende de como a família consegue organizar seus projetos coletivos e individuais”. (PEREIRA e FERREIRA, 2009: 219).

A pluriatividade pode ser compreendida, nesse caso, como uma alternativa de reprodução da categoria social das famílias assentadas. A pluriatividade, segundo Schneider (2001), se configura a partir da combinação de forma permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, podendo ser uma estratégia de reprodução social da família ou uma estratégia individual de um dos membros do grupo familiar.

O autor limita a sua análise, no entanto, à associação de atividades no âmbito externo à propriedade familiar, entenderemos essa configuração da pluriatividade a partir da aceção de que ela pode ocorrer via diversificação da unidade produtiva, com exploração de atividades

não agrícolas (lazer e turismo rurais) e de nichos de mercado ou pelo emprego de indivíduos da família em ocupações externas (assalariadas ou não), não vinculadas diretamente à unidade produtiva (BACCARIN e SOUZA, 2012: 20).

Nas observações realizadas na comunidade de Barra de Ipueira, a segunda geração, que exerce a pluriatividade, também organiza a gestão do seu tempo para as atividades da agricultura (seja na rega manual, que é feita diariamente, pela manhã e à tarde, na limpeza da área ou outros tratos culturais). Bianca relata que não há a necessidade de dedicar-se em tempo integral ao salão de beleza, pois a demanda é maior nos finais de semana e que, mesmo assim, a frequência de clientes oscila bastante.

Mais nova que Bianca, Sara não se identifica com a agricultura. Durante a saída para estudar no ensino médio em Bom Jesus da Lapa, conseguiu trabalho em um supermercado na cidade. O salário pago é inferior a um salário mínimo, mas Sara afirma que enquanto está no trabalho não precisa “*pegar na enxada*”. Colaborar na agricultura nos finais de semana não é um problema, mas não deseja essa vida para si. Em contraposição, o trabalho temporário e fora da propriedade, para Joaquim, não representa satisfação, mas prefere o trabalho na colheita da banana a trabalhar como ajudante de pedreiro, por exemplo. Para ele, trabalhar no lote da família representa um orgulho e um objetivo.

Considerando o apego à terra como característica fundamental de agricultores, Alves (2006) coloca um ponto importante: o autor verifica que, para alguns agricultores do sertão nordestino, empregos considerados “bicos” podem, muitas vezes, representar um fracasso, um sofrimento, sendo encarados como uma incapacidade de continuar na atividade agrícola. A característica pluriativa estrutural dos agricultores familiares é uma realidade e, nesse sentido, acaba por facilitar e aumentar a gama de opções e soluções para suas dificuldades. Entretanto, apesar de procurar alternativas de geração de renda, o agricultor nem sempre encontra a satisfação pessoal ou até mesmo a complementação de renda esperada.

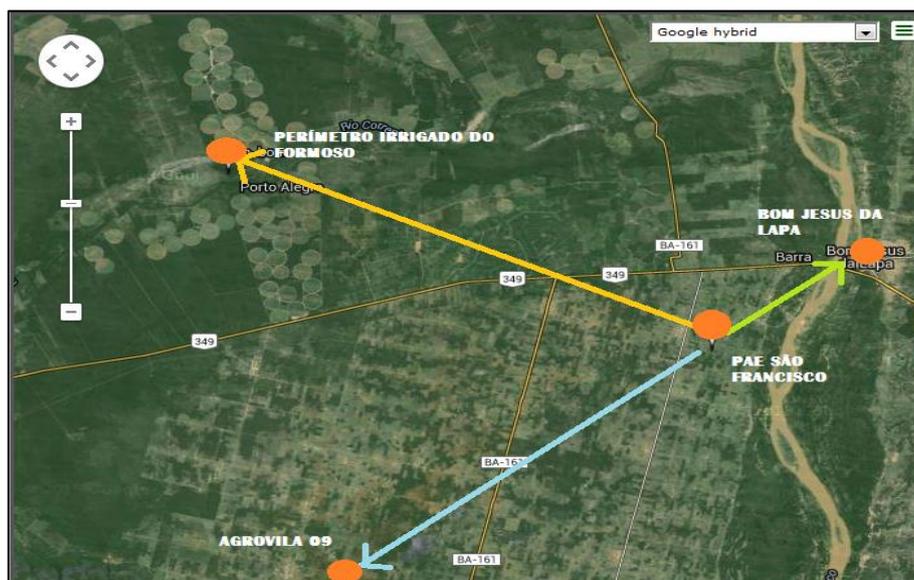
Dessa forma, a Família Cagaita apresenta características interessantes para pensarmos o objeto dessa tese. As relações intrafamiliares e as estratégias de sobrevivência e permanência relacionam as relações de diálogo estabelecidas entre pais e filhos, bem como os incentivos que os pais concederam aos filhos desde a infância sobre a vida no meio rural, preparando e incentivando eles a fazerem suas escolhas, tomando como base a qualidade de vida existente no meio rural.

CAPÍTULO 3 – FAMÍLIAS E SUAS EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE E PERMANÊNCIA COM O LUGAR

Compreendendo as relações que as famílias estabelecem com os padrões normativos do PAE-SF, algumas estratégias ganham força. Uma delas é a saída para o trabalho (agrícola ou não agrícola) em busca de garantias de renda. Com vistas a garantir a sobrevivência, as pessoas se deslocam, em sua maioria, para cidades vizinhas ou São Paulo. Nos dois casos, um parente, amigo ou familiar que conseguiu emprego naquelas cidades articula trabalho para outros que estão no PAE, constituindo uma rede de informações e de mobilidade.

A primeira rede está circunscrita às sedes urbanas dos municípios de Bom Jesus da Lapa e de Serra do Ramalho (Agrovila 09) e o Projeto Formoso (conforme Figura 09). A segunda rede é a migração para São Paulo, já descrita anteriormente, os chamados “sampauleiros”.

FIGURA 09: Redes de mobilidade nas proximidades do PA São Francisco.



Elaboração: Autor (2013).

Tratando sobre o que chamarei de rede curta de mobilidade, ela se configura a partir de algumas relações que as famílias possuem com esses locais. Na cidade de Bom Jesus da Lapa, muitos se empregam na prestação de serviços e na educação, como a filha de Maria Macambira. As oportunidades de acesso à educação de nível médio são possíveis nessa cidade, que conta também com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade

Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) ³⁶.

A sede urbana da cidade de Bom Jesus da Lapa é mais próxima da comunidade de Barra de Ipueira do que da Agrovila 09, sede de Serra do Ramalho. Por esse motivo, a facilidade de acesso permite que a compra de alimentos, vestuário, acesso à educação de nível médio ou superior e a serviços de saúde.

Já na sede da cidade de Serra do Ramalho, os (as) assentados (as) trabalham no serviço público e na prestação de serviços e ainda estabelecem relações ligadas ao pagamento de contas, por exemplo, em virtude de o PAE fazer parte do município. As oportunidades de trabalho na Agrovila são mais escassas.

Por fim, o Projeto de Irrigação Formoso, que é uma área do Governo Federal, através da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) implantou às margens do Rio Corrente, na região do município de Bom Jesus da Lapa, o Perímetro Irrigado Formoso em uma área bruta total de 19.500 hectares, sendo 12.100 hectares de área irrigável. Esse Perímetro emprega as pessoas para o trabalho rural, diretamente relacionado à produção de banana³⁷.

As fazendas produtoras de banana e a contratação de trabalhadores acompanham a sazonalidade da produção. Em picos de produção (boa parte da produção é vendida para o sudeste e para o exterior), a demanda por mão-de-obra aumenta e, com isso, os trabalhadores que estão nas fazendas são estimulados a indicarem amigos, vizinhos ou parentes, o que acarreta no fato de que as os fazendeiros produtores de banana não realizam grandes processos de divulgação de postos de trabalho. Por esse motivo, muitos moradores do PAE são convidados a assumirem os contratos temporários e colaboram com o processo de plantio das bananas ou, até mesmo, especificamente com a colheita e seleção dos cachos.

³⁶ A UNEB oferta atualmente os cursos de Pedagogia e Administração; a UFOB, os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica e o IF Baiano, os cursos técnicos de agricultura, agroecologia e informática, o curso de Engenharia Agrônômica e Pós Graduação em Inovação Social.

³⁷ Segundo a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do estado da Bahia (SEAGRI), a cidade de Bom Jesus da Lapa é a maior produtora de banana do Brasil.

3.1 A FAMÍLIA MACAMBIRA E A FAMÍLIA JITIRANA E SUA REDE DE MOBILIDADES

Nascido em Macaúbas, cidade distante 230 km de Serra do Ramalho, José Macambira chegou ao atual local onde mora na comunidade em 1993, ele afirma que “*meus pais compraram este lote*” Ele se refere que os pais compraram as terras e após a organização do assentamento, a área se transformou em lote. Isso gerou conflitos, pois a porção de terras era maior e o lote deveria ser de 40 m x 100 m. Apesar da tentativa de possuírem um lote maior, não havia nenhum documento que confirmasse serem donos daquela porção de terras, o que lhes causou grande tristeza. Não queriam a expulsão da área e por isso, admitiram a vida no lote, que “*inclusive, nos propiciou ter uma casa de tijolos, que não tínhamos*”.

Já Maria Macambira, sua esposa, nasceu em Alagoas e conheceu o José em São Paulo, onde trabalhavam como doméstica e pedreiro e jardineiro. José era um dos “sampauleiros” que sazonalmente deslocava-se para o sudeste para trabalhar na construção civil, já Maria trabalhava como empregada doméstica. Casados há 25 anos, compuseram uma família (ver Quadro 05) que possui um lote de morada. Nesse espaço desenvolvem algumas atividades agrícolas, sobretudo para autoconsumo.

Quadro 05: Composição da Família Macambira em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
José	57	Pai	Macaúbas (BA)	Sim
Maria	52	Mãe	Alagoas	Sim (com José Macambira)
Joana	22	Filha mais velha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (com José Macambira)
César	26	Genro	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (com José Macambira)
Clara	16	Filha mais nova	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (com José Macambira)

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

Desde a chegada da família ao lote, inúmeros desafios à permanência estiveram presentes: a saída das margens do rio em virtude da criação do Projeto Agroextrativista, as

dificuldades de adaptação à distância do acesso à água, o endividamento por conta da manutenção das atividades produtivas no lote, as dificuldades encontradas para a garantia dos estudos das filhas, são alguns exemplos. Segundo José Macambira, essas dificuldades não extirparam a necessidade de continuar a migração para São Paulo.

Essa situação bastante presente na comunidade também foi relatada por Sodré (2007: 172), ao afirmar que a mobilidade desses assentados para São Paulo, ou de parte deles, representa uma forma de preservação da cultura e da autonomia do grupo.

Nos lotes de morada há um tensionamento, por parte de algumas famílias, para transformá-lo em lotes que também sejam possíveis o plantio em escala maior, ou seja, para além do autoconsumo, o que permite a indagação sobre os limites que a modalidade Agroextrativista impõe às famílias. Nesse sentido, coletivizar a terra para a produção não se apresentou como viável, pois, muitas desistiram de realizar as atividades dessa maneira e plantam em seus lotes de morada. As poucas famílias que ainda persistem neste modelo coletivo também plantam em seus lotes de morada.

Temos então essa situação singular no PAE – SF: as famílias receberam lotes de morada de 40 × 100 m (esse perímetro é o mesmo para todas das famílias) e as áreas coletivas variam entre as onze comunidades. Nesse contexto, José e Maria Macambira reclamam de não terem recebido um lote, eles se referem tanto às possibilidades de produção agropecuária, em áreas maiores, quanto na possibilidade de divisão do lote para os filhos e netos.

Para a família, investir em áreas menores é, em alguns aspectos, mais difícil do que se pudessem, de forma integrada, em uma área maior, plantar e criar animais. Em seu lote de morada, conseguem criar apenas galinhas caipiras e se pudessem criar caprinos, ovinos ou bovinos, poderiam ter mais lucro. Além disso, afirmam que o plantio no quintal só permite colher para autoconsumo e qualquer tipo de tomada de crédito torna-se inviável, sobretudo para manter a adimplência.

Leite *et al* (2004) destacam a responsabilidade do Estado em viabilizar o assentamento, tanto no que se refere às suas condições infraestruturais, como realizar o adequado planejamento do tamanho dos lotes e a análise da qualidade dos solos. Esses elementos centrais, quando não considerados, podem se constituir em importantes gargalos na implantação dos assentamentos e na qualidade das condições de vida dos que neles vivem.

No entanto, essa situação vivida pela Família Macambira e inúmeras outras encontradas no PAE São Francisco, pode se apresentar uma contradição aos objetivos reais da

reforma agrária. Uma contradição se ampara na determinação de que o lote deva ser suficiente para a manutenção da família. Essa contradição, no entanto, parece não desconstruir o camponês assentado, pois a busca por atividades não agrícolas, ou mesmo a migração, visam garantir objetivamente a sua vida (e os meios de reprodução) no interior do lote.

Sobre essa questão José Macambira se emociona ao expor que

“[...] queria que tivesse essas duas hectares que falaram aqui que a gente teria, que esse pessoal não saísse pra fora pra trabalhar, por que dói né esse pessoal sair todo dia cedo pra trabalhar for, que tivesse aqui uma firmazinha ou um meio de vida pra gente, entendeu agora do jeito que tá aí é difícil pra a gente viver, é difícil, eu não sei como é que muita gente ainda sobrevive daqui, não sei, é difícil. Eu já cansei de sair e não quero que minhas filhas saiam [...]”.

José Macambira, quando retrata o projeto de futuro, se fundamenta na reprodução social da família, sobretudo na possibilidade de “*ter pra deixar para os filhos*”. São nesses termos que a terra é vista, como patrimônio a ser transmitido para os filhos. Assim, ela não é apenas um meio para produzir, mas, sobretudo, representa a possibilidade de dar continuidade ao trabalho iniciado pelos pais, configurando-se, ao mesmo tempo, como sobrevivência atual e futura. Além disso, a terra também representa para o camponês o *território de parentesco* (WOORTMANN, 1995; COMERFORD, 2003) e a sucessão, no caso da mobilidade por falta de condições locais, interfere na definição de mecanismos de sucessão.

Esse aparente paradoxo entre a terra possuir, em certa medida, uma importância maior para as famílias como meio necessário à garantia de moradia e de manutenção da proximidade dos filhos e netos no lugar, não inviabiliza o desejo de que esse lugar também possibilite o trabalho na terra e a garantia de renda a partir dela.

Nas condições em que as famílias se encontram e em suas percepções, se pensarmos as contribuições de Comerford (2003) aos estudos sobre sociabilidades na zona da mata de Minas Gerais, a terra, enquanto propriedade (o que explica a ineficiência da área coletiva nestes espaços), e uma espacialidade que garanta a proximidade dos parentes constituem o valor simbólico ao qual a terra garantiria os projetos de vida das primeiras gerações. O autor destaca em seu estudo que ter os “parentes” por perto permite interações e arranjos de cooperação. Esse território de parentesco, segundo o autor, contempla os compadres e comadres (como na relação entre Maria Xique-Xique e Maria Macambira), os chamados “agregados” que surgem de uma construção oriunda na fluência de relações.

Os relatos que ouvi, durante o processo de pesquisa, mostram que o sentimento de pertencimento, tensionado pela primeira geração (onde o patrimônio familiar e a garantia de possuir um projeto de vida abarca a moradia para as próximas gerações), se coloca no centro do entendimento do espaço enquanto meio para a reprodução da vida. Segundo a visão de Comerford, esses territórios de parentesco não costumam se constituir antes dos procedimentos³⁸ jurídico-administrativos, mas sim se constituem na relação com esses procedimentos.

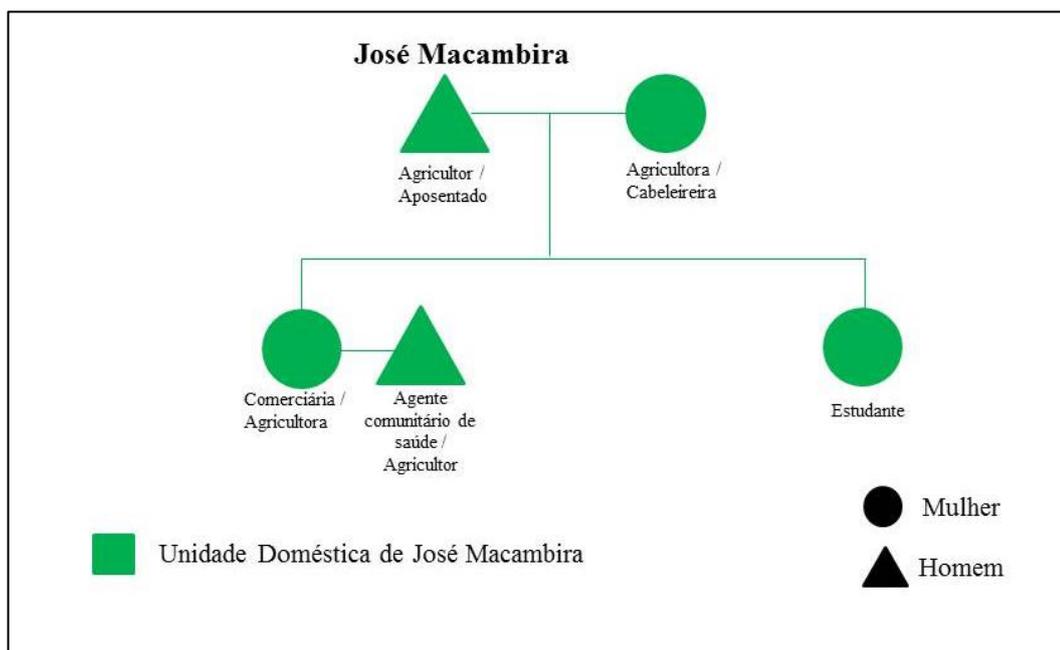
Mas, diante das dificuldades, os assentados reconhecem que os filhos “precisam sair da roça pra ser alguém”. Uma ambiguidade compreensível. Muitos pais classificaram o trabalho na roça como um trabalho penoso, o que se soma ao fato de a atividade compartilhada no assentamento, e viável para a constituição da renda, torna-se difícil em virtude do tamanho do lote. Maria Macambira, por diversas vezes, relata que as filhas, ao verem tamanha dificuldade de viver e garantir renda na terra, naturalmente não as motiva a continuar. Se percebermos as atividades desempenhadas por cada indivíduo da família (Figura 10) fica evidente os mecanismos aos quais a família construiu para garantir a sobrevivência.

A filha mais velha, Joana, descreve que os motivos pelos quais ainda mora na comunidade, mesmo sendo comerciária e, por isso, tenha construído sua perspectiva de trabalho e vida na sede urbana, Afinal, comprar uma casa exige mais dinheiro do que construir uma na comunidade e que, por esse motivo, a dificuldades em ter dinheiro, não comprou uma casa na sede da cidade de Bom Jesus da Lapa. Demonstra que se pudessem vender o lote, seria mais fácil saírem todos, mas que seus pais não aceitariam sair de lá, até porque vender o lote é ilegal.

Joana demonstra o desejo compartilhado com o marido, em criar caprinos. No entanto, constata que, com a disponibilidade de terra que possuem, não apresenta viabilidade. Dessa maneira, apenas José Macambira se dedica exclusivamente às atividades agrícolas. Sua esposa trabalha em um salão de beleza, em Bom Jesus da Lapa; Joana trabalha no comércio, também em Bom Jesus da Lapa, mesmo lugar onde sua irmã mais nova faz o ensino médio. Eventualmente, quando as dificuldades financeiras aumentam, Joana e seu marido, César, viajam para São Paulo, em busca de trabalho.

³⁸ Nessa Tese, entendo esses procedimentos como aqueles atrelados ao processo de criação do Projeto Agroextrativista.

Figura 10: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Macambira.



Elaboração: Autor (2015).

Quando conversamos sobre os motivos que os levaram a retornar, dizem que a vida em São Paulo não é fácil, sobretudo as condições a que se submetem. O período mais comum de migração é no final do ano, devido às possibilidades surgidas pelas compras de natal. Ambos trabalham temporariamente no comércio.

No caso da família Macambira, essa relação de trabalho temporário ocorre anualmente para a Joana e o ano inteiro para seu esposo. César, genro de José e Maria Macambira, que trabalha com diarista em propriedades rurais e se dedica ao contrato temporário já faz cinco anos, na colheita da banana no Perímetro Irrigado do Projeto Formoso. Como o trabalho no Perímetro exige carga horária extra, não é incomum que ele passe até quinze dias sem retornar para casa, mesmo que a distância entre o Perímetro e seu lote seja de trinta quilômetros. Para José Macambira, esse trabalho ajuda no sustento da família, porém “*seria melhor se ele tivesse a renda só daqui do nosso chão mesmo*”.

Para César, seu genro, essa atividade “*é cansativa, mas pelo menos é um dinheiro certo, que dá pra ajudar com os gastos*” e ainda “*nos ajuda a comprar alguma coisa pra tocar a roça*”.

Joana Macambira, esposa de César, acredita que o trabalho do esposo fora do PAE não traz problema. “*Seria pior se não tivesse né? Mesmo que meu pai quisesse que a gente tivesse*

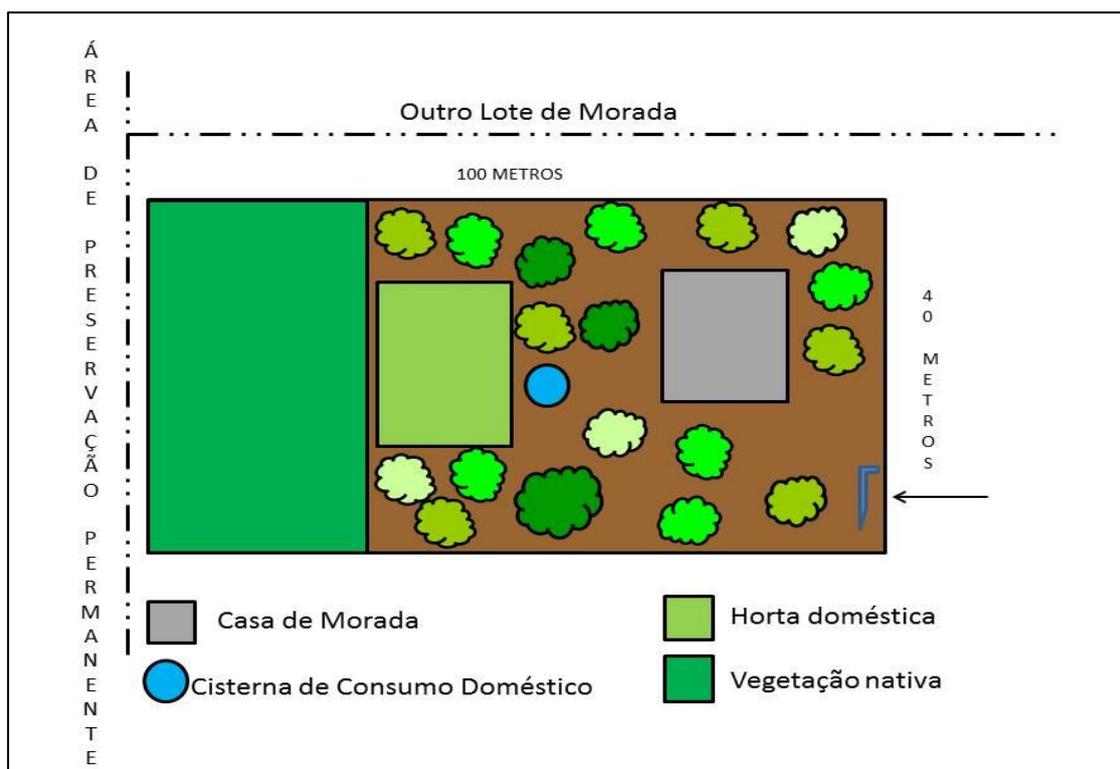
nosso pedaço de terra aqui e vivesse do que desse, ainda não dá". Para ela, o pai *"sonhava que nós fosse viver aqui sem precisar de ajuda de nada lá fora, sair só pra visitar alguém e passear, mas esse sonho está distante"* e que, mesmo morando no PAE, as condições necessárias para a concretização desse sonho dependem até do trabalho temporário.

Essa relação entre os sonhos dos pais e dos filhos parece estar em consonância com o estudo realizado por Wanderley (1999), no assentamento Pitanga. Nesse estudo, a autora amplia a compreensão do debate sobre os projetos idealizados pelos pais para os seus filhos. A orientação para um futuro melhor para os filhos é uma das características essenciais que move a vida das famílias tradicionais, seja dentro da atividade rural ou fora dela.

As relações estabelecidas entre os projetos de vida e as condições que o assentamento oferece para cada indivíduo, os sentidos que o seu papel social deve ser construído. Na família Macambira, todos realizam atividades no lote (limpeza da área, plantio, tratamentos culturais, rega manual) e descrevem que se as condições fossem mais adequadas, a produção seria maior, para, inclusive, comercializar na feira ou em mercados de Bom Jesus da Lapa.

A família, quando recebeu a construção da cisterna (ver Figura 11, a espacialização do lote), optou por ela ficar um pouco mais distante da casa, o que exigiu uma infraestrutura diferente, com mais tubulações. Dessa maneira, a água acumulada é utilizada para dois fins: o doméstico e a produção. A água acumulada é pouca, diz Maria, a família não produz, por esse motivo, hortaliças o dia inteiro. Além disso, José disse que tem planos de expandir a casa para os fundos, ter a cisterna muito próxima atrapalharia o plano de ter mais cômodos para cada filho e netos que, mesmo morando no lote e trabalhando fora, não quebraram completamente os laços de moradia e tampouco os projetos de em algum momento viverem do plantio no lote.

Figura 11: Croqui do lote da Família Macambira.



Elaboração: Autor (2013).

Essa relação entre os sonhos dos pais e filhos e as redes de mobilidade também aparece na família Jitirana (ver Quadro 06). Para essa família, a cidade de São Paulo se apresenta como melhor alternativa. Maria e José Jitirana já moraram por 13 anos em São Paulo e entendem que a cidade oferece oportunidades de emprego, de cultura, acesso a serviços de saúde, mesmo que suas raízes estejam na comunidade.

Para a primeira geração, ir morar em São Paulo se deu por acompanhamento de seus pais que, por motivos e momentos da vida diferentes, migraram para São Paulo na década de 1970, em busca de melhores condições de vida. José Jitirana tinha oito anos quando seus pais se mudaram definitivamente para São Paulo, em 1978. Maria Jitirana foi um ano depois, para morar com sua mãe e outros parentes, tinha, à época, nove anos.

Quadro 06: Composição da Família Jitirana em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
Maria	45	Mãe	Serra do Ramalho (BA)	Sim
José	48	Pai	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Marília	20	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim

Tadeu	08	Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Cláudio	26	Genro	Riacho de Santana (BA)	Sim
Tereza	03	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

Em São Paulo, moravam no mesmo bairro e se casaram treze anos após chegarem à capital paulista. Naquele momento, decidiram tentar a vida de volta na Bahia, pois seus pais e parentes relatavam costumeiramente sobre a vida no campo.

Maria Jitirana chegou ao município de Serra do Ramalho através de seus pais. Ela descreve a chegada da família dizendo:

“[...] Os meus pais, eles eram de Juazeiro da Bahia. Eles vieram desabrigados³⁹ de lá. E aí, é... Foi desabrigado. O INCRA deu uma casa na Agrovila 1. E aí, ficaram morando na Agrovila 1 por um tempo, depois passamos pra Barra da Ipueira, onde meu pai começou a plantar, ele era verdureiro. E aí, meus irmãos, alguns nasceram lá em Casa Nova, outros já nasceram aqui, na Agrovila 1 [...]”.

Mesmo com antes do deslocamento da região de Sobradinho para as Agrovilas, seu pai já migrava para São Paulo para o corte da cana ou para o trabalho na construção civil. A decisão de ir morar no sudeste se deu por busca de melhores condições de vida, sobretudo após terem filhos. Maria Jitirana afirma que não queria ir, alguns parentes permaneceram nas agrovilas nesse período de grande migração de pessoas das agrovilas para São Paulo por acreditarem em novos projetos de vida, dados pelo deslocamento forçado por conta de Sobradinho.

Mesmo José e Maria tendo nascido na região, vislumbram que atualmente São Paulo ainda “é um bom lugar pra ganhar dinheiro”, diz Maria. Seus filhos, porém, consideram que ir para as sedes urbanas de Bom Jesus da Lapa e Serra do Ramalho se apresentam como melhor alternativa, pois, para Marília, o afastamento da família não faz parte de seus planos.

Apesar de José e Maria enaltecerem as oportunidades que São Paulo pode oferecer aos filhos, esses dizem que gostam e preferem estar na comunidade. As dificuldades que Maria ressalta (falta de trabalho ou salários baixos, educação precária, falta de acesso à saúde e lazer) não aparecem como problemas para a sua filha Marília Jitirana. Para ela a sua vida está na comunidade e no entorno, pois seus amigos, seu marido e filha, seus sonhos, estão por perto. Já para Cláudio, seu esposo, atualmente viver em São Paulo não se apresenta vantajoso pelos custos de vida da cidade e pelos salários que não são tão vantajosos quando a

³⁹ Ela se refere ao fato dos pais terem sido retirados de suas casas para serem reassentados em Serra do Ramalho, por conta da Barragem de Sobradinho.

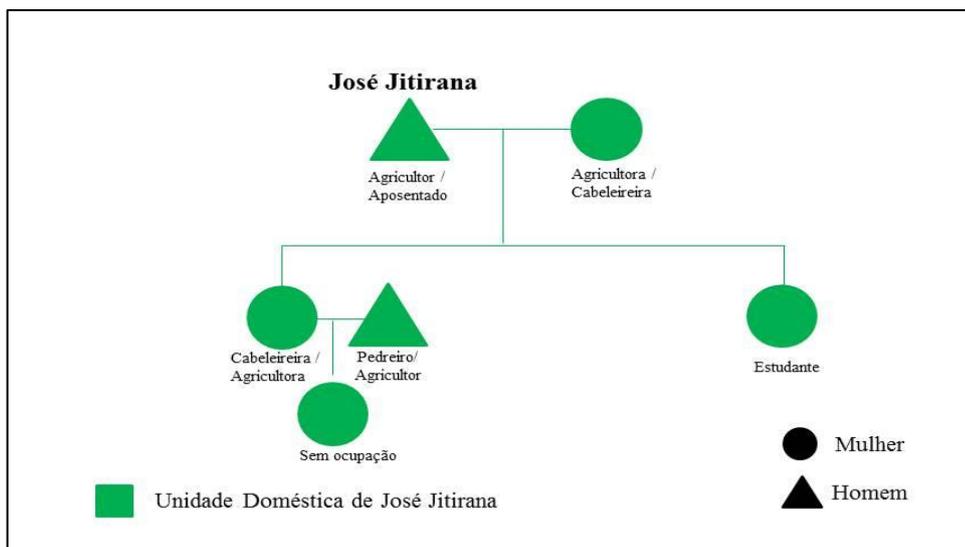
manutenção da vida por lá se soma. Ele conclui que o dinheiro que conseguiria enviar para sua família seria menor que o salário que recebe trabalhando como pedreiro em Bom Jesus da Lapa e na comunidade.

José Jitirana complementa que em São Paulo as oportunidades de educação são muito melhores, mas que na região já há oportunidades de cursos de nível superior e técnico. Para ele, essas oportunidades ainda são distantes para os sujeitos do campo e que levará significativo tempo para o desenvolvimento da comunidade. Para a primeira geração, estar no PAE é um alento da velhice, mas que seus filhos “*não precisavam estar aqui, está difícil se manter aqui*”, diz Maria Jitirana, Em São Paulo poderiam estudar e trabalhar com menos dificuldades e não deveriam se preocupar em juntar dinheiro neste momento, mas morar na capital paulista com o intuito de estudar e viver melhor.

A segunda geração de filhos pensa diferente. Ao observamos as ocupações da família Jitirana (Figura 12), todos os indivíduos que trabalham desempenham duas atividades. A divisão do trabalho se configura, para a família, como a divisão necessária entre a busca por renda e a atividade prazerosa de lidar com a terra. As atividades não-agrícolas representam o meio cujo salário permite a sobrevivência. Em virtude de não conseguirem garantir a renda com a produção do lote, ainda é necessário sair para trabalhar.

A filha mais velha admite que, se for necessário, por conta de dificuldades de sobrevivência, iria morar em São Paulo. Caso fosse, iria passar três anos no trabalho temporário natalino, mas voltaria, pois, nessa época do ano, as comissões compensam a viagem.

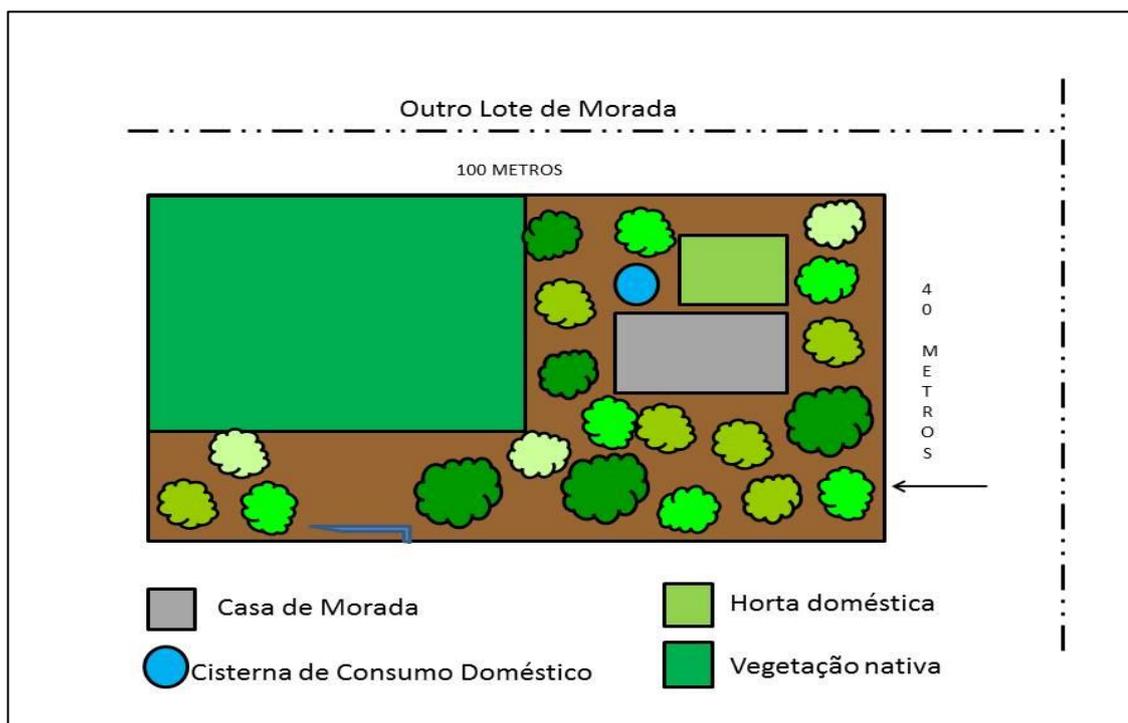
Figura 12: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Jitirana.



Essa mobilidade possibilita a escolha pela manutenção de um modo de vida que permita aos jovens ampliar suas redes de relações, sem necessariamente rejeitar um modo de vida rural, ainda considerado por aqueles jovens como “qualidade de vida”. Marília Jitirana pondera que “*morar aqui e trabalhar na Lapa é difícil, mas o bom é que consigo ter os dois lados bons disso, a paz desse lugar aqui e poder plantar e a agitação da cidade e de poder ganhar um dinheiro certo em Lapa*”.

Ao observamos a Figura 13, que ilustra o lote, fica perceptível que grande parte do lote não é manejado. O crescimento das espécies da caatinga sinaliza a dificuldade e inviabilidade do lote enquanto meio de produção agrícola, sobretudo porque José, que está aposentado e não desenvolve uma atividade laboral, não possui mais condições físicas de se dedicar ao plantio ou criação de pequenos animais. Mesmo assim, a família ainda cuida coletivamente de uma pequena horta, nos fundos da casa, que serve para o autoconsumo. Nessa horta encontramos abóbora, maxixe, mandioca, pimentão, couve e eventualmente, algumas plantas de feijão, tomate, alface e algumas plantas medicinais.

Figura 13: Croqui do lote da Família Jitirana.



Elaboração: Autor (2016).

Como cada indivíduo possui uma atividade principal que somada permite a sobrevivência da família, a produção agrícola ficou em segundo plano. Em síntese, com base em estudos já realizados e com as experiências coletadas nessa pesquisa, é possível perceber

que a segunda geração mostra-se integrada aos espaços da cidade e do assentamento. Essa flexibilidade das fronteiras das localidades, onde há facilidade de deslocamento físico através dos veículos automotores e pelos meios virtuais, permite-lhes estarem em várias localidades no mesmo dia, ou na mesma hora.

Essa dissociação entre espaço de trabalho e espaço doméstico, trazida pela segunda geração da Família Jitirana, reforça a observação que uma parte considerável dos indivíduos da comunidade de Barra de Ipueira tende a trabalhar em atividades não agrícolas ou associam atividades dentro do lote e fora dele. Essa situação contribui claramente para diversificação das formas de sociabilidade, nomeadamente com pessoas ou grupos exteriores ao espaço da comunidade. A intensificação da mobilidade espacial é o indicador mais representativo do aumento do nível de dependência, na medida em que a oferta de trabalho, o consumo massificado e as práticas de sociabilidade e de lazer tendem a desenvolver-se cada vez mais em espaços urbanos, levando a que as pessoas se desloquem com maior frequência. Nesse sentido, as Famílias Macambira e Jitirana reforçam que essa geração se mobiliza e interage perante em um espaço cada vez mais relacional e interdependente.

Neste caso, é necessário pensar que decidir ficar não significa passividade, tampouco sair, abandonar o local. O ato de assumir um projeto de vida que contempla e que leva em consideração autonomia e independência dos pais. Esse fato, por sua vez, não é livre de conflitos, tensões, negociações e disputas, ou seja, é uma vivência emaranhada por complexas teias de poder e significações (SCOTT, 2010; MENEZES, 2008).

Assim, busco voltar à atenção aos processos de formulação de estratégias para a permanência de alguns sujeitos e nas alterações dos objetivos e projetos de vida em relação aos sujeitos que primeiro chegaram ao assentamento. Isso porque o assentamento é visto, principalmente, por aqueles que participaram do processo de luta pela terra, como espaço de reconstrução e reordenamento da vida presente e redefinição das perspectivas de futuro. Assim, surgem diferentes modos de se relacionar com a terra e as experiências vividas socialmente refletem as diferentes estratégias, arranjos e negociações elaborados pela segunda e primeira geração, nesse processo de coexistência permanência no campo (MARTINS, 2003; SIMONETTI, 2011; D'AQUINO, 2011), que será tratado detidamente no Capítulo 5.

Dessa maneira, estratégias e arranjos de permanência provocam significativas mudanças no que se tinha como *ethos* camponês tradicional (ligado à terra em um sentido de veneração e reverência) e do sujeito da reforma agrária (ligado à luta política da

transformação social da sociedade), para uma nova forma de identidade, mais ligada à busca de renda e ao acesso a bens de consumo.

No PAE São Francisco, os modos de vida compõem um mosaico circunscrito ao morador. A terra não é (pelo menos em primeiro plano) para a segunda geração, o lugar onde atividade agrícola oportuniza a sobrevivência, mas o lugar onde se edifica a residência, onde a atividade agrícola possível de ser praticada alimenta (em certa medida) a família e possibilita direcionar a atenção para a busca de trabalho.

Ter onde morar (que se coloca no centro das preocupações básicas da vida) desloca os esforços do sujeito para as dimensões do consumo, como a compra de motocicletas (bastante numerosas na comunidade). Essa ressignificação da relação com a terra também ressignifica as relações com o trabalho e a destinação da renda. Apesar da renda baixa das famílias, não é raro que elas possuam motocicletas, pois é ela que facilita o acesso à cidade para o trabalho, comercialização dos excedentes agrícolas e a busca por lazer.

Nas famílias Macambira e Jitirana fica evidenciada essa fluidez. A segunda geração não percebe a terra enquanto único meio de garantia de renda, mas como um dos possíveis meios. Dessa forma, se juntam às redes de mobilidade sem necessariamente se desvincular do espaço conquistado, do lote.

Desse modo, cabe salientar que embora o espaço agrário esteja passando por transformações significativas, concordo com Alentejano (1997) e Wanderley (2000), sobre a necessidade de se reconhecer o rural brasileiro a partir de suas relações com o urbano e também segundo suas relações internas específicas, ressaltando a sociabilidade que garante a manutenção do rural.

Na perspectiva de Wanderley (2000), é na apreensão da diversidade (aqui ressaltada pelas relações de mobilidade) e da complexidade do rural, como um espaço de um modo de vida diferenciado daquele produzido no espaço urbano. Esse marco analítico permite a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações desse espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (singularidades do modo de vida e identidades) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do sujeito do campo e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2000: 02).

3.2 A FAMÍLIA MULUNGU E SUA VISÃO EMPREENDEDORA: O LOTE E A VIDA NO LUGAR

Na Comunidade de Barra de Ipueira, a Família Mulungu (ver a composição familiar no Quadro 07) traz uma perspectiva à análise bastante interessante: o lote de morada, morar no lote e suas possibilidades de geração de trabalho e renda.

A primeira questão é a concepção, por parte da família, da terra vista como local de trabalho e a outra parte da família trazendo a percepção da terra como meio de viabilizar renda, ou seja, vista como capital.

Quadro 07: Composição da Família Mulungu em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
José	51	Pai	Brasília (DF)	Sim
Maria	58	Mãe	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com José Mulungu)
Pedro	20	Enteado	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Clara	19	Enteada	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com José Mulungu)
Sávio	17	Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim (mora com José Mulungu)

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

Para a primeira geração das duas famílias, o acesso à terra significa voltar a ter a ligação física e cultural, mesmo que de forma ressignificada, pois a terra, enquanto bem simbólico e produtivo, tem, mesmo com o tamanho do lote reduzido, sua função social. Essa relação identitária pode ser percebida nas conversas com José Mulungu, que nasceu em Brasília e chegou ao município de Bom Jesus da Lapa através de uma oportunidade de trabalho no Perímetro Irrigado do Projeto Formoso.

Na capital federal, fez curso técnico em contabilidade e iniciou suas atividades profissionais em uma empresa que produz fertilizante e outra que produz sementes. Mesmo antes dessa inserção em empresas que trabalham com o setor agrícola, residiu em casas em uma das cidades satélites de Brasília e lá *“tínhamos jardim e pomar e, meus pais, do Maranhão, adoravam plantar alguma coisa no quintal de casa”*. Essa vivência desde a infância com as plantas, estimulou sonhar ter *“terras, ter um pedacinho de natureza pra mim”*.

Sua chegada à região de Serra do Ramalho foi repleta de desafios. O trabalho no setor administrativo do Projeto (permitido através de sua experiência em Brasília e com o convite de um administrador do Projeto Formoso) permitia conhecer a dinâmica social de Serra do Ramalho e Bom Jesus da Lapa e José enxergava que ali poderia realizar seu sonho. Quando chegou, em 1987, relata que havia uma dinâmica intensa entre a migração para São Paulo e, também, era comum a evasão dos lotes nas Agrovilas. Muitas casas eram colocadas à venda e a terra tinha um baixo valor de mercado.

Após trabalhar alguns anos (não sabe precisar, mas estima um tempo de três anos) comprou terras no período da construção da rodovia e da ponte⁴⁰ do Rio São Francisco que passa por Bom Jesus da Lapa e liga o município ao estado de Goiás. José Mulungu afirma que havia uma desconfiança sobre as consequências da rodovia, sobretudo quanto ao aumento da violência. Inicialmente, a compra das terras era um investimento, mas seu desejo maior era morar e investir na produção agropecuária.

Essa possibilidade se concretizou ao conhecer a sua esposa, nascida em Bom Jesus da Lapa. Maria Mulungu trabalhou com a recepção de romeiros, mais especificamente organizando caravanas e a hospedagem dessas pessoas durante os períodos de Romaria⁴¹.

Maria foi casada uma vez e teve dois filhos. Após um ano de separação conheceu José em uma festa da romaria e se casaram. Ele morava em Serra do Ramalho, em uma casa do Projeto na Agrovila 02, próximo ao Perímetro (não ocupava, neste momento, as terras que havia comprado), ela, na cidade de Bom Jesus da Lapa, em uma casa alugada. Decidiram então morar juntos e a possibilidade surgiu com a inserção das terras de José na área delimitada como PAE São Francisco, três anos após de conhecerem. Maria passou a trabalhar esporadicamente na romaria, dedicou-se à criação dos filhos e a vida no lote, enquanto José manteve, por alguns, anos o trabalho no Perímetro.

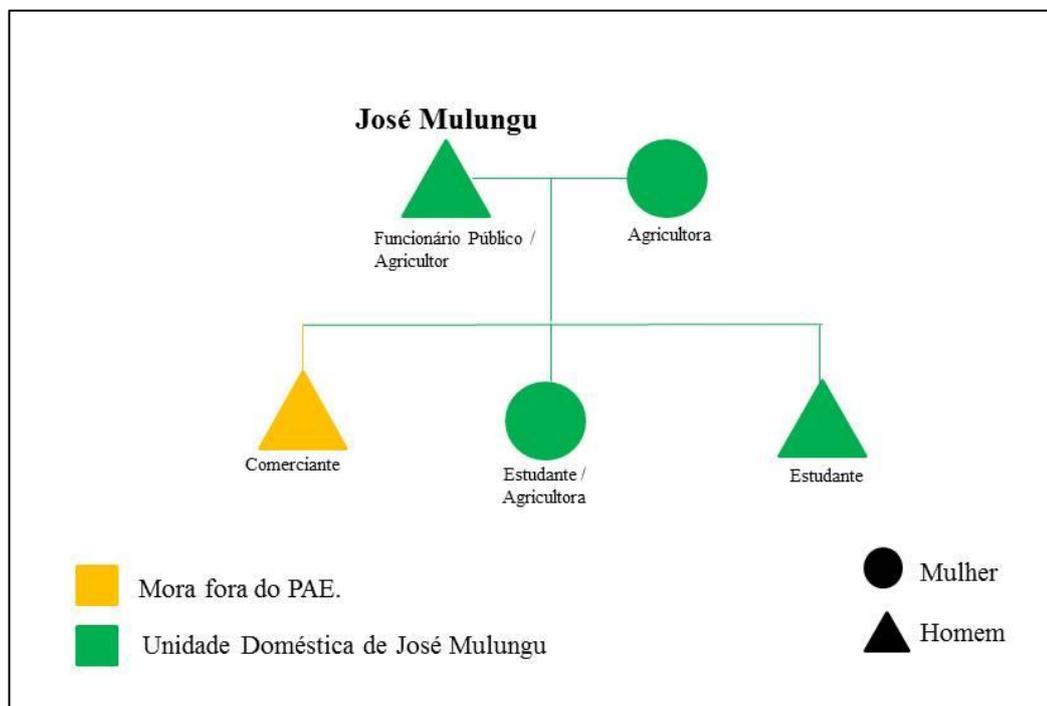
Após acumular uma reserva de dinheiro obtida no trabalho, ele passou a investir no lote, primeiro na casa. As condições de residência não eram confortáveis, foi, então, necessário reformar e investir na estrutura da casa, que pressupunha apenas a alvenaria, mas “*não tinha piso, laje, pois é muito seco, varanda*”. Durante esse período, ingressou como

⁴⁰ A inauguração da Ponte Gercino Coelho, que é a ligação existente entre as duas margens do rio São Francisco, à altura da cidade baiana de Bom Jesus da Lapa, com extensão de 1.180 metros, ocorreu em 1990.

⁴¹ A cidade de Bom Jesus da Lapa concentra a terceira maior romaria do Brasil, no mês de agosto, conhecida como a romaria do Bom Jesus, atrai milhares de fiéis todos os anos. O grande diferencial entre Bom Jesus da Lapa e as outras cidades da região é o morro e suas grutas, que lhe conferem um clima místico e diferenciado, com a presença permanente de romeiros.

funcionário público na cidade de Bom Jesus da Lapa e abandonou as atividades no Perímetro. Atualmente, a Família Mulungu desempenha (ver Figura 14) atividades agrícolas e não agrícolas, sendo que as atividades agrícolas não apresentam lugar secundário nessa divisão.

Figura 14: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Mulungu.



Elaboração: Autor (2015).

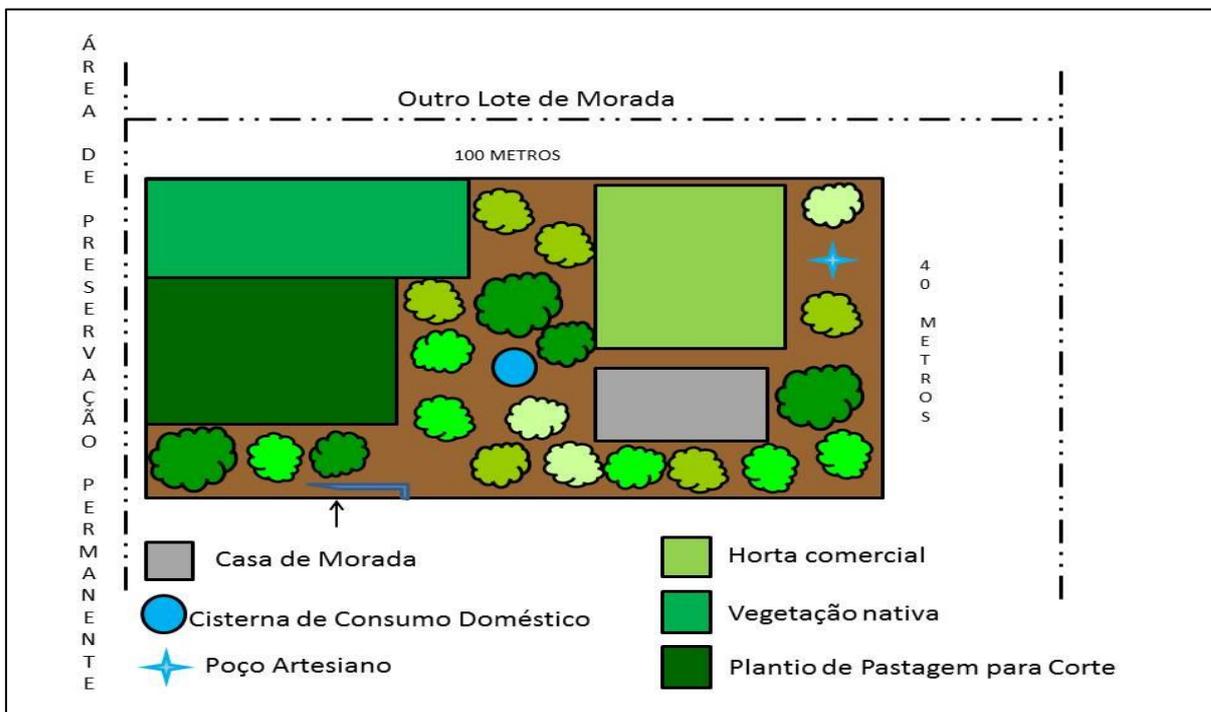
José Mulungu, desde que se tornou assentado, iniciou a criação de caprinos e bovinos. Essa atividade é possível, pois arrenda terras em outras comunidades do PAE, fragmentando o plantel em diversas áreas. Em seu lote, a família planta hortaliças, irrigadas com um poço artesiano perfurado com recursos próprios. Essa produção é gerida e manejada por sua esposa e por sua enteada.

Para uso do lote, José ainda desenvolveu uma área onde planta gramíneas e palma forrageira para alimentar os animais. Dentre as famílias que compõem essa pesquisa, o seu lote é aquele onde menos encontramos plantas nativas. Há algumas árvores frutíferas e nativas ao redor da casa (ver croqui na Figura 15), no fundo do lote há uma área onde ele ainda não destocou ou raleou para alguma atividade de produção.

Ele afirma que aquela área, onde ainda não mexeu, é seu serviço ambiental, ali ainda observa a presença de abelhas e de algumas aves, mas como o lote é pequeno, tem que fazer a escolha entre avançar na mata para plantar ou deixar o lote com a caatinga alta e não produzir.

Para ele, o lote deveria ser do tamanho dos projetos de produção de cada família e não padrão para todas, pois “*vejo gente aí que o mato toma conta e não produz nada*”, diz apontando para um lote próximo.

Figura 15: Croqui do lote da Família Mulungu.



Elaboração: Autor (2013).

José se divide entre as atividades como servidor público e a pecuária, sobretudo na comercialização da carne. O que produz é distribuído em supermercados e açougues de Bom Jesus da Lapa e Serra do Ramalho. Seu enteado mais velho mora em Bom Jesus da Lapa com o intuito de comandar essas atividades de vendas de carne e também se dedica a venda domiciliar do leite de vaca.

Durante nossas conversas, José afirma ser um empreendedor e que é possível obter renda da terra. Reconhece que a atividade não agrícola colaborou muito com o início da atividade agrícola, mas que conseguiria viver bem apenas com as atividades agrícolas. Muitos assentados que conheci admiram a família e reconhecem o exemplo de adaptação ao local. Para a Família Mulungu, o lote no assentamento significa a possibilidade de manterem a atividade familiar e de possuírem uma vida tranquila no assentamento.

Assim, a família Mulungu, nas falas da primeira geração da família, demonstra essa percepção sobre o acesso à terra como reconstrução que o contato objetivo com a terra lhes

proporciona, pois a viabilidade da atividade agrícola foi possível dada pelo investimento advindo de outras atividades.

A conquista da terra proporcionou, para essa família, a concretização de seus sonhos e, ao mesmo tempo, a possibilidade de elaborarem seu repertório de ações a partir das possibilidades que o acesso à terra lhes proporcionaria. Ocorre que esse contato com o lote do Assentamento, logo no início, lhes trouxe dificuldades de acesso à infraestrutura, serviços básicos como água e luz e educação. Algumas dessas dificuldades estão presentes até hoje:

“Ah, sim. A estrada se melhorasse seria melhor. Precisa dar uma melhorada na estrada, a educação eu acho que..., não acho adequada pras crianças, precisa melhorar mais. A água, eu tenho bastante água, porque eu tenho um poço, mas meus vizinhos sentem muita, muita a necessidade da água, porque nossos gestores não respeitam... a água. Então, já foram quase um mês sem água, eu ficava dando água [...]” (José Mulungu, 51 anos).

Essa relação contraditória entre a relação simbólica com a terra e as dificuldades objetivas que a falta de recursos financeiros ou infraestruturais condiciona as famílias, em alguns casos, conduz a família a buscar alternativas para não terem que trabalhar fora. Maria Mulungu relata que para vencer as dificuldades que o período de seca os condiciona. A decisão de criar caprinos se dá em virtude da adaptação desses animais à estiagem.

As percepções sobre as dificuldades dadas pelo acesso aos serviços básicos, o prolongamento da seca, dada pela estiagem cada vez mais longa, são descritas pelas famílias entrevistadas. Cada família traz nas suas estratégias para as garantias de sobrevivência, caminhos bastante distintos, como o trabalho assalariado ou a saída de alguns membros da família para morarem em casas de parentes e amigos nas cidades. A necessidade de empreender nos lotes, no entanto, para superar essas dificuldades é bastante perceptível na família Mulungu, descrita assim por José:

“Eu crio cabra leiteira, cabra de corte, ovelha e gado de leite aqui no Assentamento. Vendo minhas coisas na feira, para os donos de mercado e agora entrei na cooperativa de Serra. Eu saio daqui com a minha produção e vou oferecer por aí, pois ninguém vem aqui pra comprar né? Ai o que lucra em um investe no outro e as coisas vão aumentando”.

Importante destacar que a Família Mulungu, além de seu lote de morada, ocupa uma segunda área para a criação de animais (caprinos, ovinos e bovinos) e arrenda terras fora da comunidade para a rotação dos animais. Essa área aparentemente adentra os limites da APP, dada a sua proximidade com o rio, no entanto, nenhuma das famílias mencionou essa questão como um problema, pois outras famílias também utilizam essa área para o pastejo dos

animais. Essas famílias buscam sistematicamente espaços no PAE para a construção de casas ou criação de animais.

Não é possível afirmar que as falas e práticas da segunda geração vão contrariar totalmente a desconstrução da relação simbólica com a terra, parece claro que essas relações podem ser ressignificadas. Essas ressignificações atreladas ao lote, enquanto lugar de moradia, da transitoriedade dos sujeitos nesse espaço, de percepção das possibilidades que o acesso à terra os permite desenvolver atividades econômicas, puderam ser percebidas na segunda geração de algumas famílias entrevistadas, onde os (as) filhos (as) ou os (as) netos (as) possuem sua própria área de plantio, estão prestando algum serviço de manicure, corte de cabelo, mecânica de motocicletas, mecânica de bombas hidráulicas, construção civil, entre outros.

Como coloca Mannheim (1992), as ambiguidades e desencontros são constituintes dos estudos sobre as gerações, que desvelam possíveis descontinuidades históricas de gerações que possuem trajetórias inscritas no mesmo espaço e no mesmo tempo, mas que vivem subjetividades próprias. Tratando das famílias da comunidade de Barra de Ipueira e o perfil empreendedor encontrado em algumas dessas famílias, sobretudo na segunda geração, a permanência se dá pela reelaboração de estratégias.

Para alguns sujeitos, a terra apresenta-se como local de moradia, lugar onde está construída a casa e, dessa maneira, buscam alternativas que não estão objetivadas necessariamente no uso potencial do lote, mas a realidade concreta de possuir, nele, sua moradia. Para outras famílias, empreender significa investir e buscar soluções aproveitando o potencial para o plantio ou a criação de animais que o espaço lhes garante. De qualquer forma, é nítido que há famílias elaborando ações para a garantia de seus meios de vida, possibilitados pelo acesso ao lote, que, a depender da relação simbólica que construíram, alcançam estratégias de potencializar o uso dos recursos ou, de forma alternativa, dinamizar processos dados pela vida cotidiana.

Torna-se importante, então, distinguir que a ocupação dos lotes, dada a criação do PAE-SF, não significou para as famílias, necessariamente, a mesma inserção. Para muitas, o deslocamento de onde estavam para constituir uma nova relação com um espaço menor (lote de moradia), com a falta de água, e outras questões já aqui mencionadas, acentua muito mais as dificuldades atreladas a essa nova adaptação do que a possibilidade de análise de seu potencial.

3.3 A QUESTÃO DA DIVISÃO DA TERRA OU A COMPRA DE UM NOVO LOTE: OS DILEMAS DAS FAMÍLIAS MANGABA, PITOMBA E JUAZEIRO

Alf Schwarz (1990) esquadrinhou o funcionamento do “sistema econômico” camponês mostrando a sua incompatibilidade com os objetivos do Estado. O ponto irreduzível, fundamental, entre a “lógica camponesa” e a “lógica do Estado” está na ideia de acumulação. Enquanto essa última visa acumular para promover o bem estar da nação, a lógica camponesa funciona no sentido de garantir a reprodução da força de trabalho. Essa reprodução abrange os aspectos físicos, a satisfação das necessidades básicas dos membros da família e o equilíbrio entre o número de pessoas produtivas e não produtivas; os aspectos técnicos, que compreende a transmissão do saber; e os aspectos culturais, que dizem respeito à integração à sociedade.

A urgência na reprodução da força de trabalho coloca como principal objetivo a produção necessária, aquela que é suficiente para garantir a reprodução do sistema. Isto significa que não há preocupação com acumulação. A “opção radical” é pela procura da segurança, a garantia das necessidades fundamentais é mais importante que a renda monetária, já que a maximização dessa não necessariamente garantirá a reprodução. O projeto de futuro do camponês tradicional é o de garantir a sua sobrevivência.

Assim, o campesinato presente no Projeto Agroextrativista pode desenvolver uma ordem moral na qual a definição do que é legítimo ou não se dá a partir dos seus projetos de vida (no nível individual, subjetivo e também no âmbito familiar) em conformidade com a assunção de riscos e estratégias decorrentes da modalidade a que foram submetidos. Os camponeses, no período de criação do Projeto, parecem ter negociado a sua permanência na área pelo papel de preservação e saída das áreas que margeiam o rio, no entanto, a obediência a todos os padrões normativos ainda parece em aberto.

A Família Mangaba (ver composição familiar no Quadro 08) relata que na sua chegada ao local onde foi o criado o PAE São Francisco:

“[...] o que a gente passou, eu não quero que ninguém passe, não. Eu saí da Fazenda Paraíso, eu tinha uns dezenove para vinte anos, por aí. Morei na agrovila um tempo, mais eu morava lá, mas trabalhava na roça. Aí, eu vim até aqui, passear nessa região, achei bonito, peguei a casa que eu tinha na Lapa, troquei em uma roça aqui na beirada do rio [...]”.

Essa chegada se deu na comunidade de Barra de Ipueira antes mesmo da criação do PAE. Sobre o processo de deslocamento forçado que essas famílias passaram, a compreensão comum era a de uma saída forçada para a garantia da proteção do rio São Francisco. Ao perceberem que as margens do rio só se degradaram com a sua saída, aos poucos, muitas famílias voltaram a plantar, pescar e criar animais nos antigos locais.

Quadro 08: Composição da Família Mangaba em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
Maria	54	Mãe	Casa Nova (BA)	Sim
José	58	Pai	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Vilma	24	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Valéria	22	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

Maria Mangaba nasceu em um dos municípios atingidos pela construção da Barragem de Sobradinho. A chegada de sua família à Agrovila foi uma grande mudança. Mesmo na agrovila, a sobrevivência era dificultada pelas condições iniciais a que as famílias foram submetidas. Faltava água, fundamental para a produção agropecuária. Por esse motivo, seus irmãos e pais trabalhavam em fazendas de Bom Jesus da Lapa.

Sua família cogitou diversas vezes voltar para Casa Nova, mas temia o que podiam encontrar lá. Ocasionalmente se deslocavam às margens do rio São Francisco para pescar e banharem-se no rio, atividades de lazer muito comum na antiga moradia onde nasceram.

Na busca por melhores condições de vida, ocuparam uma área próxima ao rio. Um morador antigo faleceu e sua família vendeu a um valor que a família podia pagar. A compra das terras resultou na saída definitiva da família da agrovila, a mudança representou uma nova vida para todos. Rapidamente se inseriram nas atividades de pesca, cujos peixes eram comercializados no cais. Muitas famílias relatam que esse momento de venda de peixes e produtos agrícolas no cais era muito próspero. Ainda não havia a ponte que atravessa o rio e muitas embarcações passavam por Bom Jesus da Lapa, obrigatoriamente a caminho de Carinhanha, ao sul, ou a Ibotirama, Xique-Xique e Juazeiro, ao norte.

Seus dois irmãos mais velhos, relata Maria, constituíram família e se mudaram do local. Um deles mora em São Paulo, atualmente, o outro, em Bom Jesus da Lapa. Maria ficou com os pais, viveram o duro processo de um novo deslocamento forçado. Para Maria

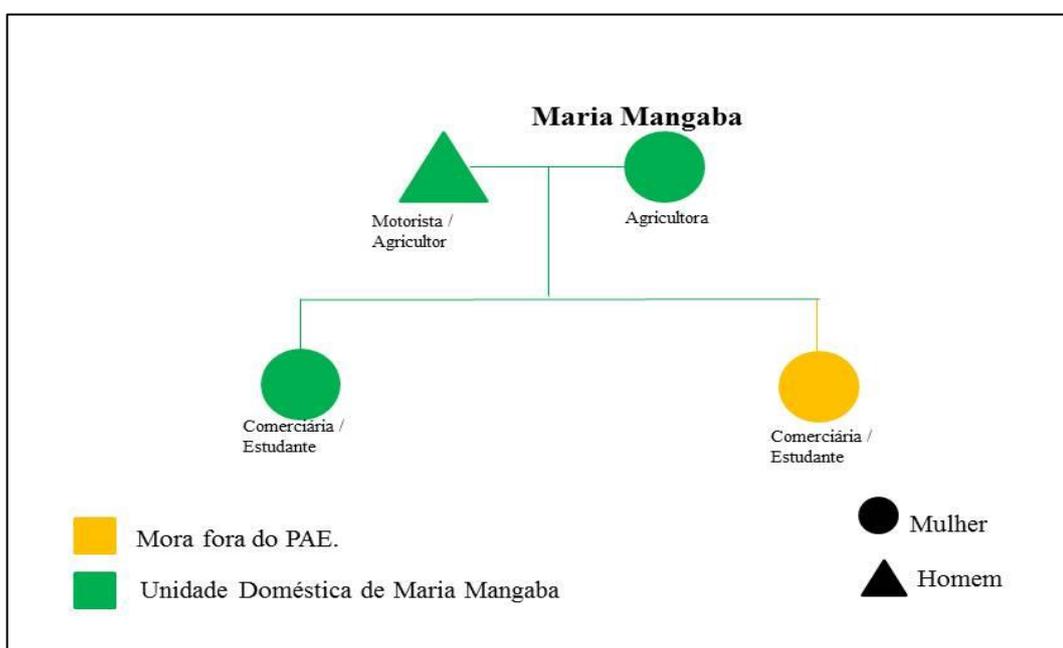
Mangaba, todo o processo de mudança foi difícil, chegar ao lote parecia chegar de volta à agrovila. As dificuldades eram as mesmas, porém o rio, dessa vez, não estava tão longe.

Já moradora do lote, no PAE, Maria Cagaita se casou com José. Conheceram-se durante uma romaria em Bom Jesus da Lapa. Ambos vendiam hortaliças na feira da cidade. José constata que a seca aumentou muito durante os anos: “*Nós até já conseguimos plantar e colher sem precisar estar perto do rio, mas agora a dependência de irrigação está presente em todos os espaços*”.

No período em que se conheceram, ambos moravam às margens do rio, porém em comunidades diferentes. Quando se casaram, Maria era a única filha que ainda estava na casa dos pais e José foi morar com ela. Após o falecimento de seus pais, já no lote do PAE, Maria continuou na casa, ela diz que herdou o lote e a resistência dos pais. As dificuldades financeiras e de infraestrutura impõem à família a busca por alternativas.

Quando tratamos, porém, de suas filhas, (ver Figura 16) o discurso de José e Maria Mangaba passa a retratar a vida na comunidade sob o olhar da precariedade. O discurso da vida pacata e de resistência histórica muda para a falta de oportunidades e as dificuldades que a moradia tem lhes atingido.

Figura 16: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Mangaba.



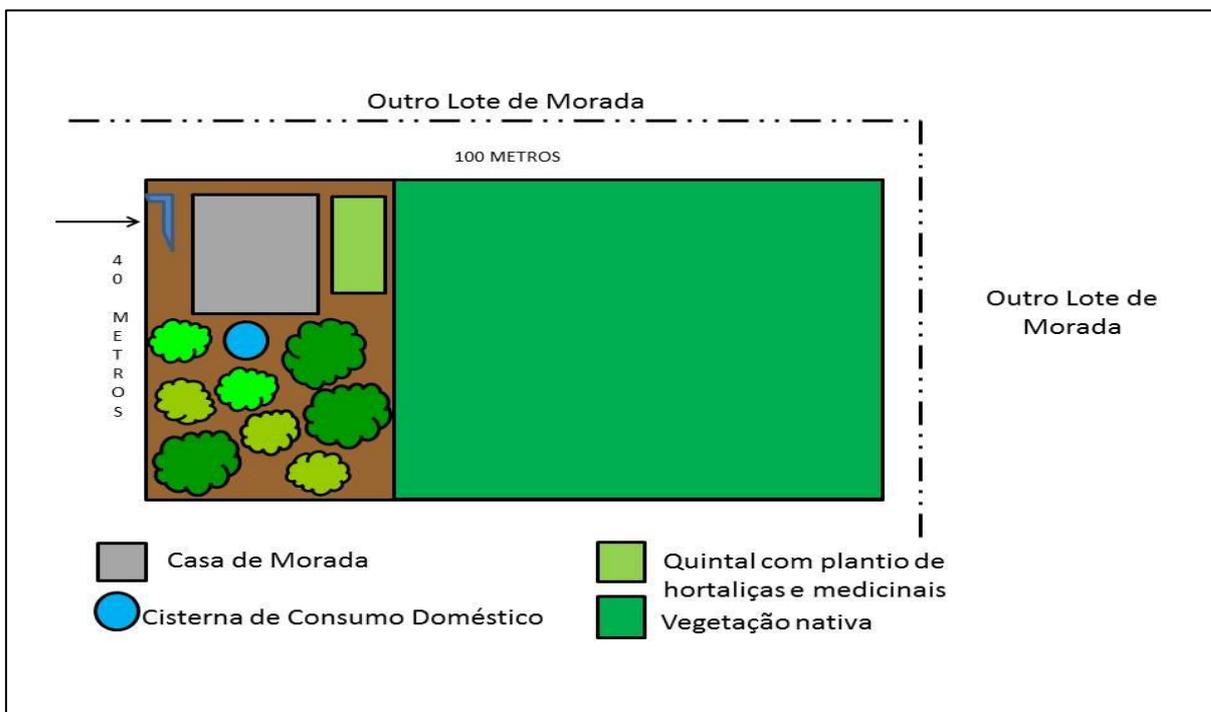
Elaboração: Autor (2015).

A filha mais nova foi enviada para morar em São Paulo com um dos tios. Já está a cinco anos morando na capital paulista, atualmente trabalha, faz faculdade e não demonstra o interesse em retornar. A filha mais velha mora com os pais, ela afirma que ainda não se mudou também para São Paulo para não deixar os pais sozinhos, mas que não pensa em constituir família no momento, pois deseja sua independência sem precisar, para isso, se casar.

Essa estrutura familiar reflete diretamente a forma como o lote é ocupado. A Figura 17 mostra que o lote da família Mangaba é utilizado basicamente para a morada, com uma pequena produção que Maria Mangaba desenvolve, com muitas dificuldades.

Atrás da casa ela planta algumas ervas medicinais que, para ela, representam todos os ensinamentos que sua mãe e sua avó lhes deram, Representa o seu pedacinho favorito no mundo, pois *“quando olho para essas plantinhas, me sinto bem, ainda mais se alguém precisa e vem até aqui pedir um ramo, uma folha”*. Além disso, aproveitando a rega que faz manualmente, planta algumas manivas de mandioca e hortaliças como abóbora, maxixe, pimentão, cebolinha, coentro e beterraba, que são utilizadas para autoconsumo.

Figura 17: Croqui do lote da Família Mangaba.



Elaboração: Autor (2016).

Maria diz que é importante que suas filhas se desenvolvam – o que para ela significa estudar para sair –, pois a roça só vai durar enquanto ela estiver viva. Para Vilma, estudar significa manter-se ocupada e não se inserir no trabalho na agricultura. Alguns estudos revelam que a escola pode ser vista pelos jovens como um espaço extremamente importante para superação das condições existentes, sobretudo no que diz respeito ao trabalho no campo. Segundo Carneiro (2005: 2) “[...] a valorização do estudo como condição para o jovem do campo conseguir um emprego está, em grande parte, associada ao abandono da atividade agrícola”.

Stropasolas (2002), em sua pesquisa, constatou que as moças deixam o rural para estudar e não retornam mais às comunidades. Ao sair para estudar, as jovens recusam o casamento com filhos de agricultores, que se configuraria na continuidade da condição social da mulher na agricultura. Para o autor, o casamento tem significados diferentes para homens e mulheres: para os homens, casar significa a garantia de continuidade da produção familiar; para as mulheres, o casamento representa a continuidade de uma vida de sujeição à vontade dos outros. Esse aspecto negativo do casamento decorre do fato de que poucas jovens tem acesso à terra, apresentam dificuldades em contar com uma renda própria, possuem baixa participação na gestão dos recursos financeiros da família e são pouco valorizadas nas atividades que desempenham (CASTRO, 2005).

Segundo Brumer (2004), as mudanças de aspirações que têm influenciado esse processo de migração rural-urbana dos jovens, sobretudo das moças, são decorrentes do desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte que aproximam os espaços rurais e urbanos, proporcionando, assim, um maior contato entre os jovens desses dois espaços e facilitando o acesso a outros tipos de informação.

Para Vilma Mangaba, se fosse possível, os pais venderiam⁴² o lote e todos se mudariam para São Paulo. A família compreende a ilegalidade da venda do lote e lamentam que muitos na comunidade sejam vendidos. José Mangaba admite a possibilidade de que em breve estarão no lote apenas ele e Maria. A inevitabilidade da saída da segunda filha é percebida, mas não estimulada. Apesar de as condições de vida lá serem melhores, observam a possibilidade de Vilma fazer um curso superior na área de agronomia e permanecer

⁴² O Artigo 189 diz que o Título de Domínio da terra é inegociável pelo prazo de 10 anos e a Lei 8.629/93 regulamenta o processo de reforma agrária previsto na Constituição Federal e diz, nos artigos 18 e 21, que a exploração do lote é pessoal e o Título de Domínio é inegociável pelo prazo de 10 anos e se atendidas as cláusulas resolutivas.

trabalhando na região ou continuar morando no assentamento. Vilma, porém, não aprecia o modo de vida no campo, admite que seus pais gostam da vida que levam no campo, mesmo que desejassem estar na beira do rio, por isso, acredita que será mais viável a sua saída do que a saída de toda a família do lote.

Para muitas famílias, o deslocamento forçado resultou na mudança de seus modos de vida. Anteriormente, a proximidade com o rio lhes permitia o plantio. A retirada da água do rio através de regadores ou bombas hidráulicas, dizem os relatos, traziam abundância às policulturas e criatórios:

“nós chegamos aqui por causa lá da barragem e não aguentamos ficar longe do rio e viemos pra cá. Era bom, pois a gente plantava igual, o rio era uma beleza. Nós não tivemos sorte, pois logo tiraram a gente de novo do lugar e puseram aqui. Não temos água aqui se não for da chuva. Nós éramos agricultores e hoje nós somos o que?” (Maria Pitomba, 65 anos).

A pergunta de Maria Pitomba (composição familiar, ver Quadro 09) demonstra a ruptura e a fragmentação de sua identidade. Sua chegada, por conta do deslocamento de Sobradinho, se deu conforme os relatos contados anteriormente. A chegada traumática, a não adaptação ao lote na agrovila e a fuga para as margens do rio São Francisco fazem parte de sua história.

Quadro 09: Composição da Família Pitomba em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO ?
Maria	65	Mãe	Sento Sé (BA)	Sim
Eulália	45	Filha	Sento Sé (BA)	Não
Ramiro	52	Genro	São Paulo	Não
Eduardo	27	Neto	São Paulo	Não
Perpétua	34	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Horácio	17	Neto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Ilza	32	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

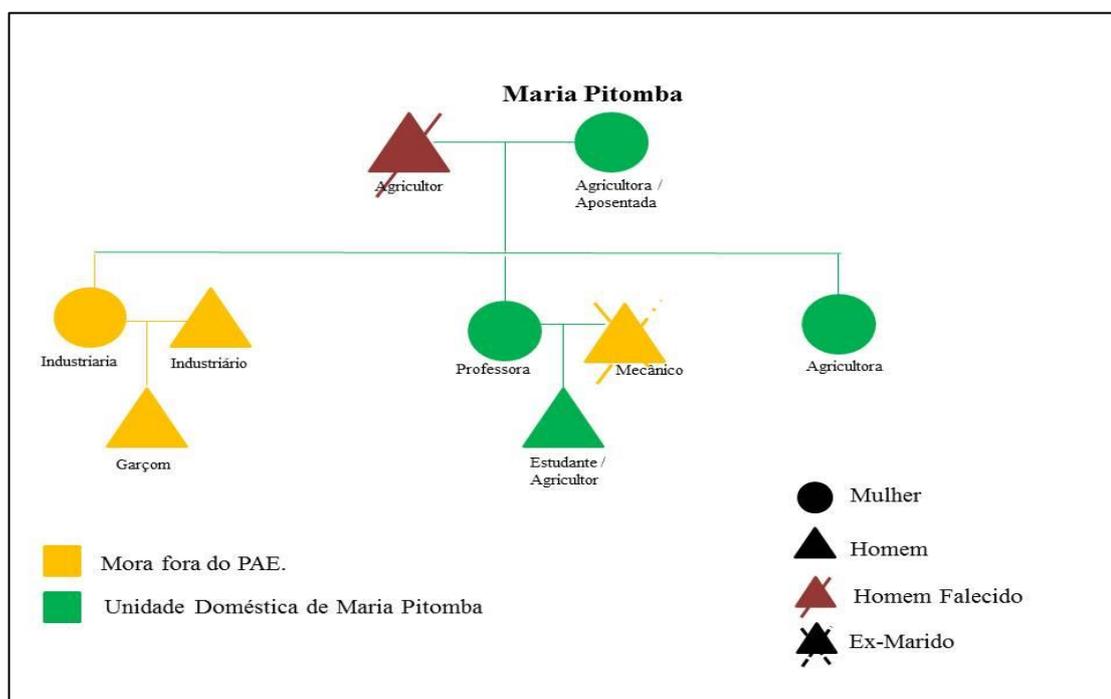
Nas observações durante o trabalho de campo, pude acompanhar Maria Pitomba em seu deslocamento para as margens do Rio. Em uma área pequena ela planta feijão e mandioca em parceria com outras famílias. Após a sua viuvez, logo após o nascimento de sua última filha, Maria teve que se adaptar à dinâmica de trabalhar na agricultura e criar sozinha as três filhas.

Muitas famílias que estavam na beira do rio eram as mesmas que migraram da região de Sobradinho para as agrovilas, foi a solidariedade dessas pessoas que tornou possível a

sobrevivência de Maria Pitomba e suas filhas. A produção agrícola possibilitava a alimentação e a renda era garantida pela venda dos excedentes na feira livre de Bom Jesus da Lapa. A sua filha mais velha migrou para São Paulo, lá constituiu residência, se casou e teve um filho. Desde que deixou a cidade, não retornou mais e mensalmente envia dinheiro para Maria Pitomba.

Perpétua, a filha do meio, se casou, teve filhos e foi morar em Bom Jesus da Lapa. Com a separação, voltou a morar com Maria Pitomba e seu filho, ela colabora com as despesas da família trabalhando como professora (ver Figura 18). Ilza, a filha mais nova sempre morou no assentamento e desenvolve atividades de agricultura no lote, sobretudo na produção de hortaliças além da avicultura.

Figura 18: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Pitomba.

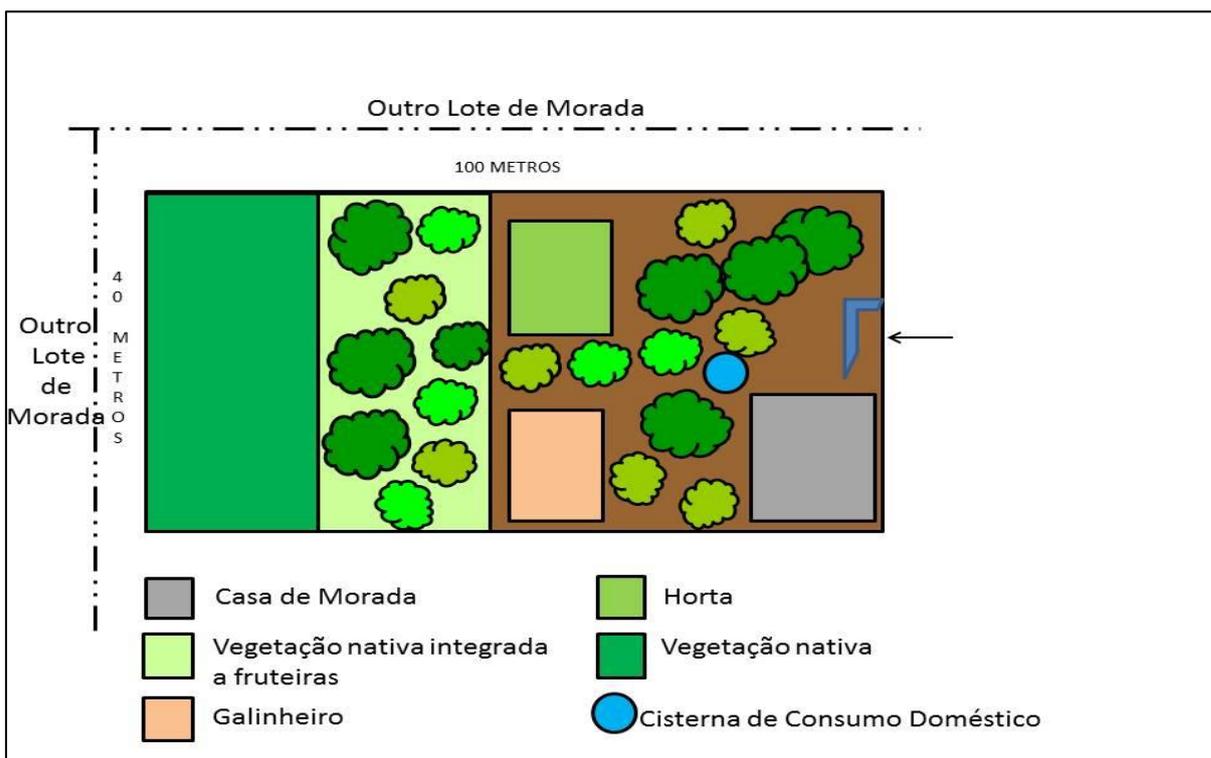


Elaboração: Autor (2013).

Perpétua e Ilza moram com Maria Pitomba, porém desempenham papéis diferentes na família. Perpétua trabalha fora e não colabora com as atividades na roça. Seu filho único, Horácio, estuda em Bom Jesus da Lapa e colabora com as atividades no lote, sobretudo aquelas atreladas ao manejo das aves, principal atividade desenvolvida no lote, que gera renda através da venda de ovos e da carne.

Ilza, em contrapartida, não terminou os estudos e não almeja sair do lote, pois ser agricultora é condição de sua existência. Dessa forma, a vida no lote é sua única ocupação. Para Maria Pitomba, a dedicação de Ilza ao lote favorece a renda da família e a alimentação. O lote possui água encanada devido à localização próxima à rodovia e a rega das plantas é possível graças a água que é armazenada em um tanque específico no fundo da casa (ver croqui na Figura 19).

Figura 19: Croqui do lote da Família Pitomba.



Elaboração: Autor (2016).

O neto desempenha as atividades junto com Ilza, incumbindo-se da comercialização dos ovos e da carne das aves, levados para Bom Jesus da Lapa ou vendidos quando há procura no lote. As aves caipiras se alimentam de ração e de restos da horta, que também recebe os cuidados de Ilza, que dispõe mais tempo para essas atividades e conta com a ajuda de Horácio, à tarde. Maria Pitomba é aposentada por idade e sua saúde não permite mais desempenhar atividades na roça.

Para Spanevello (2003), os rapazes possuem oportunidades limitadas de estudo em comparação às moças porque têm mais obrigações na lavoura. Há ainda a preferência por eles na sucessão dos pais como chefes da propriedade rural, que se confirma no caso da Família

Pitomba. Nas falas de Horácio, ele expressa o desejo de continuar no lote e desenvolver as atividades. Por esse motivo, Maria Pitomba relata seu desejo de dividir o lote, para que cada um cuide da terra da sua forma, o que é muito difícil na comunidade. A dimensão do lote é a questão limitante para essa divisão e os conflitos decorrentes do desejo de permanecer no lote serão descritos adiante.

A questão da divisão do lote também é uma questão para a Família Juazeiro (ver composição familiar no Quadro 10).

Quadro 10: Composição da Família Juazeiro em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
Maria	42	Mãe	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
José	45	Marido	Januária (MG)	Sim
Tulio	17	Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Tania	16	Filha	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Faustino	14	Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

Para os três filhos de Maria e José Juazeiro, permanecer na terra é um objetivo. Para José, a grande identificação que sua esposa e ele possuem é essencial para que os filhos admirem a vida no campo. José se deslocou do norte de Minas Gerais para trabalhar no Projeto Formoso quando tinha dezoito anos de idade.

Desde que chegou, seu desejo era possuir terras para desenvolver a agricultura. Seus pais eram agricultores e a vida no campo faz parte de sua memória. O casamento com Maria propiciou o acesso à terra. Quando se conheceram Maria Juazeiro já era assentada na comunidade de Barra de Ipueira, no PAE.

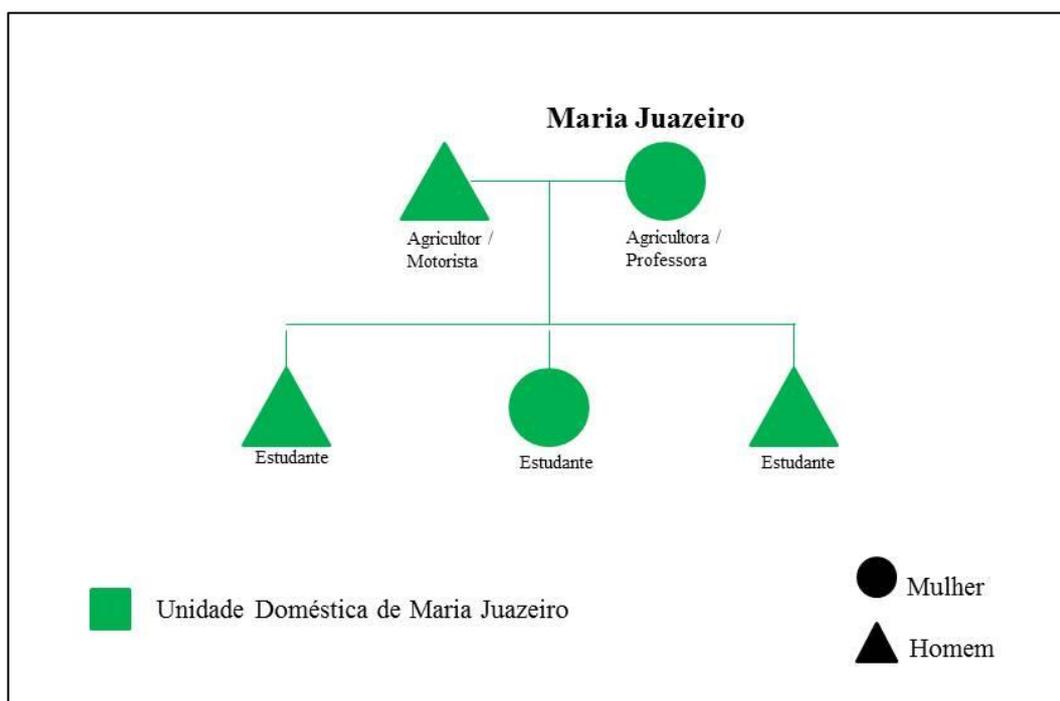
O acesso de Maria ao lote foi possível em virtude da sua inserção, através de seus pais, na lista de demandantes por lote no momento da criação do PAE. A família de Maria possui origem na comunidade de Boa Vista, ainda residem em um lote nessa comunidade. Maria foi inserida em um lote na comunidade de Barra de Ipueira, assim que recebeu o CCU mudou-se sozinha. Durante um festejo na comunidade de Pambu, se conheceram e ao se casarem, José e Maria passaram a morar juntos e tiveram três filhos (ver Figura 20).

José Juazeiro, quando perguntado sobre o seu lote e o futuro afirma que:

“Eles pensaram isso aqui errado. Um lote para agente morar e um coletivo pra plantar? Como eu posso não plantar no meu lote ou dividir plantio com vizinho? Nós queríamos ter o que é nosso, pra colocar a família pra trabalhar e repartir entre nós, um pedaço de terra maior”.

Porém há uma contradição entre essa fala de José e as conversas que tivemos com a segunda geração. Seus três filhos afirmam que não têm vontade de ter terras, mas ter uma casa. Dessa forma, ao observarmos a ocupação do lote na Figura 21, é perceptível que a maior parte do lote não possui nenhum manejo agrícola, mas ter a terra, para Túlio Juazeiro, já facilita a construção de uma casa.

Figura 20: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Juazeiro.



Elaboração: Autor (2015).

Cardel (1996) nos lembra que a terra é um espaço de constituição de identidade, a partir da qual, a família se articula e onde o indivíduo desenvolve o seu trabalho. Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e repensado no contexto de valorações éticas. As famílias entrevistadas concebem a terra não como natureza sobre a qual projeta o trabalho de um núcleo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Seja como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (WOORTMAN, 1990: 12).

Esse grupo social manifestou uma rejeição contundente à proposta de se deslocarem para as Agrovilas, também parecem rejeitar o modelo imposto de lote de morada e lote coletivo de produção. Fundamentalmente porque ele parece “criar a separação entre o local de produção/local de moradia, fato dos mais inusitados para a população rural” (ESTRELA, 2004: 154).

Enquanto que no processo de desapropriação, partiu-se de concepções de valor de mercado, para os camponeses a terra representa um patrimônio. Estudos sobre o parentesco mostram que a terra como patrimônio encerra um conjunto de regras de sucessão que garantem a sua unidade. A desapropriação, portanto, coloca em relação dois sujeitos, camponeses e agências, operando com noções irreduzíveis, terra como patrimônio e como propriedade privada, numa correlação de forças desiguais que resulta, normalmente, em prejuízo para os primeiros.

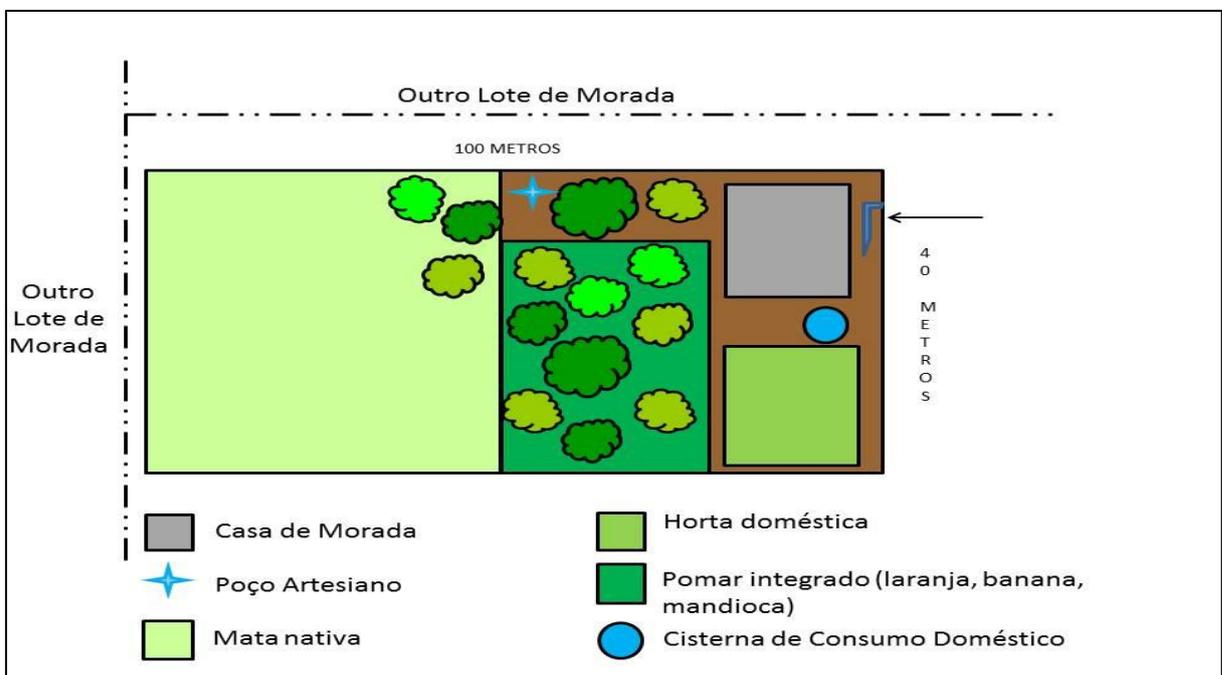
Levar em consideração os sistemas informais implica reconhecer a terra como patrimônio. O domínio de um grupo sobre um patrimônio afasta a ideia de propriedade privada. Propriedade privada é o conceito limitador fundamental no processo de licenciamento, pois, é a base jurídica que impede a mitigação de impactos a partir do grupo doméstico. Além disso, impõe aos membros desse grupo que se identifiquem não como componentes de reprodução do patrimônio familiar, mas sim como proprietários de pedaços cada vez menores de terra (MEDEIROS, 2007: 57).

Maria Juazeiro se divide entre as aulas em uma escola em Bom Jesus da Lapa e as atividades no lote, que possui dedicação de tempo secundária. José trabalha como motorista escolar e também trabalha no lote nos momentos vagos. Parte da renda da família com o trabalho não agrícola permitiu perfurar um poço artesiano, que facilita a irrigação da horta e do pomar (ver Figura 21). A família afirma que a agricultura não lhes dá renda, mas tudo o que produzem é consumido em casa e saber a origem do que comem é uma grande dádiva.

Os três filhos se incubem, ao chegarem da escola, de realizar as atividades de irrigação da horta, feita com um sistema de aspersão e de regar as plantas no pomar, feito manualmente. Eles se revezam e cada dia um deles cuida dessas atividades e afirmam que “cansa muito”. O trabalho de plantio e replantio, bem como o asseio da área, é feito por Maria e José, geralmente no tempo livre, nos finais de semana. Maria diz que não cria galinhas, pois os “bichos morreriam de fome e sede, pois estes meninos não iam cuidar”.

Os três filhos colaboram com as atividades no lote sob ordem dos pais, e quando conversamos sobre o que pensam sobre o trabalho na roça, na frente dos pais, dizem que é divertido e que estão acostumados, mas quando conversei com eles em separado comentaram que se pudessem, não fariam. Para Maria e José, a garantia dos meios de reprodução de seus filhos estão atrelados à terra, porém, caso os três decidam continuar na comunidade, dividir as terras será um problema. O tamanho do lote para ser repartido em três é inviável, para a família garantir que a vida no campo seja vista com bons olhos pelos filhos é percebido como uma estratégia importante para que, no momento certo, possam comprar terras em outro lugar e possam decidir quem permanecerá no lote.

Figura 21: Croqui do lote da Família Juazeiro.



Elaboração: Autor (2013).

Apesar de acharem cedo preocuparem-se com isso, alguns elementos na sociabilidade são perceptíveis. A possibilidade de a filha casar-se com alguém do campo é visto com bons olhos por José e Maria, já os deveres centrais no lote são estimulados a serem ocupados pelos meninos, sobretudo o mais velho. Essa dinâmica social da família será discutida adiante.

3.4 A CONTINUIDADE COMO UMA QUESTÃO LIMITANTE PARA A FAMÍLIA AROEIRA

Deslocado pela construção da Barragem de Sobradinho, José Aroeira ainda possui na memória esse processo de ruptura e de reconstrução da vida. Durante inúmeras vezes nos víamos falando sobre esses momentos que, nitidamente, guarda na memória para contar aos descendentes e fazê-los lembrar que “a história precisa estar na boca de quem viveu”, diz.

Ele relata sobre os momentos que,

“Nós viemos de lá, chegamos aqui no dia 05 de agosto de 1976, então agora ela vai completar 40 anos então é a data que nos viemos de lá, também já viemos direto, por que nossas áreas eram dentro da água, por isso o desabrigo da gente e ai viemos direto pra aqui, ai quando chegamos aqui ainda ficamos morando na Agrovila, só que mãe recebeu a casa, agora mãe já veio de lá viúva, na data que nós estávamos, tivemos que adiar a viagem foi que de repente meu pai morreu. Quando meu pai foi sepultado, provavelmente, os ossos dele estão debaixo da água por que lá foi inundado pela barragem e a gente saía na pressa ou morria afogado, por que as água lá se você passasse de manhã ai a tarde você não passava mais por que a água represou, fechou a cidade de Casa Nova”.

Nas suas reflexões, percebe-se que a família passou por uma dupla adaptação: a vida sem um pai e a vida fora de onde nasceram. As particularidades da ruptura espacial estão circunscritas às adaptações a um modo de vida sem a presença do rio, dos laços de vizinhança e do pertencimento. José relata, assim como inúmeros outros relatos já trazidos neste texto, que sua mãe e irmãos não conseguiram constituir moradia na agrovila e seguiram o fluxo de muitas famílias em se estabelecer às margens do rio, abandonando a casa na agrovila.

E completa que foi nessa época que constituiu família ao conhecer Maria Aroeira (Composição familiar ver Quadro 11), quando a sua família chegou para morar de favor na casa de outra família que tinha conseguindo comprar uma pequena residência nas proximidades do rio, conheceu, então, Maria Aroeira, que nascera na comunidade de Pambu.

Quadro 11: Composição da Família Aroeira em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
José	59	Pai	Casa Nova (BA)	Sim
Maria	55	Mãe	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Alberto	38	Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Celeste	38	Nora	Guanambi (BA)	Não (mora em outra cidade)

Yago	15	Neto	Guanambi (BA)	Não (mora em outra cidade)
Yuri	14	Neto	Guanambi (BA)	Não (mora em outra cidade)
Ycaro	12	Neto	Guanambi (BA)	Não (mora em outra cidade)
Antenor	34	Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Lya	28	Nora	Santa Maria da Vitória (BA)	Não (mora em outra cidade)
Fábrica	4	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Bruno	27	Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim

*Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

José comenta da tristeza que era para a sua mãe e irmãos terem saído de Casa Nova e se encontrarem morando de favor na beira do rio. Acreditavam, naquele momento, entre arriscar a vida nas agrovilas ou nas margens do rio, a segunda opção sinalizava ser a melhor alternativa. Desenvolveram, então, as atividades de pesca, quando todos os seus três irmãos saíam nas madrugadas para a pesca e comercializavam no cais do rio São Francisco, na cidade de Bom Jesus da Lapa.

Com o tempo, conseguiram construir uma pequena casa ao lado de onde moravam, esse processo, segundo José, foi tranquilo, pois a família que os abrigou e sua família já tinham por hábito plantar e colher juntos. Para ele, ali se formou uma família. José reflete que o maior elo entre eles é que o filho mais velho (já falecido) da família que o abrigou foi seu padrinho de casamento, ao passo que ele e Maria Aroeira são padrinhos de uma das filhas dele.

Na visão de Maria, no período em que muitas famílias chegavam para morar às margens do rio, haviam conflitos. Algumas das que já moravam, tratava as pessoas de Sobradinho como ‘invasoras’. Para ela, muitas famílias ao saberem da história das deslocadas ofereciam abrigo, um quarto na casa, até uma gleba de terra para plantarem, emprestavam os barcos ou as convidavam para o trabalho coletivo.

Essa coletividade acabou quando as famílias foram deslocadas das comunidades para a criação do PAE, diz Maria. Algumas famílias decidiram voltar para a região de Sobradinho, outras se deslocaram para diferentes comunidades e a maior parte das famílias aceitou ir para os lotes e se territorializarem em Barra de Ipueira, como a família Aroeira. A que os abrigou constituiu sua vida em Bom Jesus da Lapa e só retorna aqui para visitá-los.

O processo territorializante envolvendo desterritorializações e reterritorializações requer a recriação dos espaços de vida, pois envolve a perda e a reconquista de um território. Dessa forma, torna-se claro que um território representa para o indivíduo que nele habita o seu “espaço de vida”, espaço esse onde ocorrem as relações entre os indivíduos nas diversas escalas. Trata-se do lugar onde se luta pela sobrevivência, se mantém relações políticas, sociais e culturais, o espaço onde se vive, se cria identidade, o lugar apropriado pelo indivíduo material e abstratamente.

Ao encontro disso, Souza e Pedon (2007: 127) colocam que o território representa o “[...] lócus da vivência, da experiência do indivíduo com seu entorno com os outros homens, tendo a identidade como fator de aglutinação, de mobilização para a ação coletiva”. Maria Aroeira, em suas falas, faz a reflexão de que a maior luta pela qual as famílias tiveram que passar foi deixarem suas casas e se readaptarem.

Ela presenciou a adaptação de inúmeras famílias que se deslocaram de longas distâncias da região de Sobradinho para a região onde nasceu. A tristeza, as falas e olhares bucólicos, as saudades daquelas pessoas fazem parte de sua memória. A adaptação a uma nova casa que não estava situada tão afastada do rio e de sua história, e quanto dessas famílias reassentadas de Sobradinho eram o motivo de não se aterem a sofrimentos.

José e Maria relatam que a maior dificuldade era não acordar e pisar nas águas do rio, ter que adaptar a falta de água nas proximidades da casa para plantar, se relacionar com uma casa e um solo que não faziam parte de suas vidas. José se emociona ao contar que já havia passado por isso, mas que presenciar o sofrimento de Maria e demais amigos e vizinhos era difícil, mas que com o tempo, superaram.

Essa relação território-identidade toma forma de um processo em movimento que se constitui ao longo do tempo, tendo como principal elemento o sentimento de pertencimento do indivíduo, ou grupo, com seu espaço de vivência (SOUZA e PEDON, 2007). Esse sentimento de pertencimento, o fortalecimento dos laços com o espaço de vivência, tornam esse território cheio de particularidades e dotado de identidades, aproximando cada vez mais o espaço do lugar.

Para José e Maria Aroeira, o lugar é vislumbrado como a representação do particular, um espaço cheio de identidade, um espaço humano, um espaço vivido. O lugar é um espaço dotado de representações, de valores e significações. É através dele que se pode pensar a cultura, a história e/ou a organização espacial de determinados espaços, pois o lugar reflete

identidade através de seus elementos. Nas inúmeras conversas que tivemos, ouvi histórias, folclores, representações simbólicas sobre a terra, a adaptação, os elementos que os ajudaram a estabelecer a sua identidade no PAE, como a possibilidade de ver o rio São Francisco, mesmo que distante 3 km, estando em seu lote, ou de sair de casa e já conhecer boa parte dos vizinhos.

Com base nas qualificações, pode-se perceber claramente que o processo de reterritorialização no “novo” lugar tem um significado de conquista e melhoria da qualidade de vida, traduzido por ter um lugar que é seu, por ter onde morar, onde produzir com liberdade e autonomia. Portanto, essa conquista e consequente “recriação dos espaços de vida” se vislumbram através da garantia de permanecer na terra.

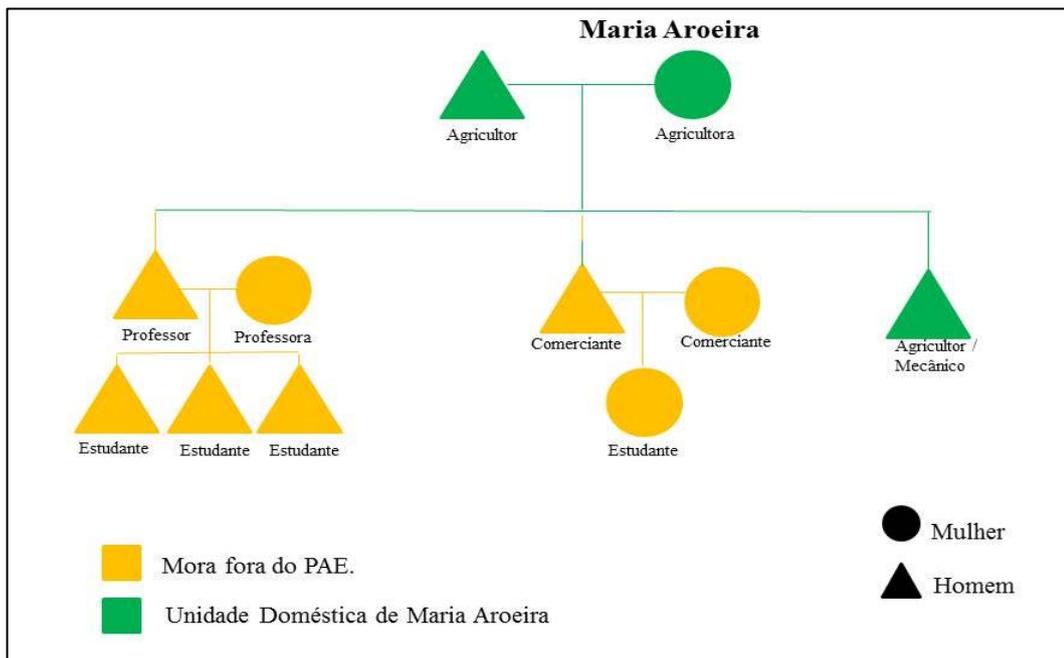
Essa relação com a terra, no entanto, não se reflete na segunda geração (ver Figura 10). Dos três filhos de Maria e José, os dois mais velhos já saíram de casa e constituíram família na cidade. Para Maria Aroeira se referindo ao mais novo: “*daqui a pouco ele vai sair e restaremos nós aqui, sozinhos (se emociona)*”. José completa:

“Rapaz, na verdade, eles hoje, falar pra vocês, ele hoje só tá aqui por causa de mim, mas meu filho não que nem mais saber de roça, por que já sofreram também, então a gente tá vendo se consegue outro meio por que eles disse que mesmo tendo a chuva eles não planta mais não, por que a gente trabalha, trabalha e no fim a gente perde tudo, esse ano mesmo o feijão que eu perdi ali estava tudo, a abobora melão, melancia e muitas coisa, plantei até batata, começa bem, quando é na hora que começa botar a flor pra produzi, os canivetinho de feijão estava de dar dó, ficava parecendo uma caneta assim oh, por ele mesmo ele seca né que a chuva falta ai ele fica ai nos ano e nem interessa mais, fala assim: pai, roça eu não quero nem saber mais”. (José Aroeira, 59 anos).

Essa fala deixa aparente que há o reconhecimento, por parte das duas gerações, de que o trabalho na terra é árduo, mas que é encarado de outra forma quando realizado pelo próprio sujeito, ou seja, para ele mesmo. Essas dificuldades naturais com o labor não os aflige e os resultados concretos que a dedicação ao trabalho agrícola os oferta torna-se questão à reflexão pelas famílias.

A partir dessa fala, é possível entender que o aparente conflito entre o projeto e a motivação desses sujeitos em se empenharem tanto para conquistar a terra, bem como a continuidade da manutenção deste projeto por parte de seus (as) filhos é central. Na fala de José Aroeira, é compreensível que dadas às condições pelas quais passou, e seus filhos passam, caso continuem no trabalho agrícola, é de que passarão inevitavelmente pelas mesmas dificuldades.

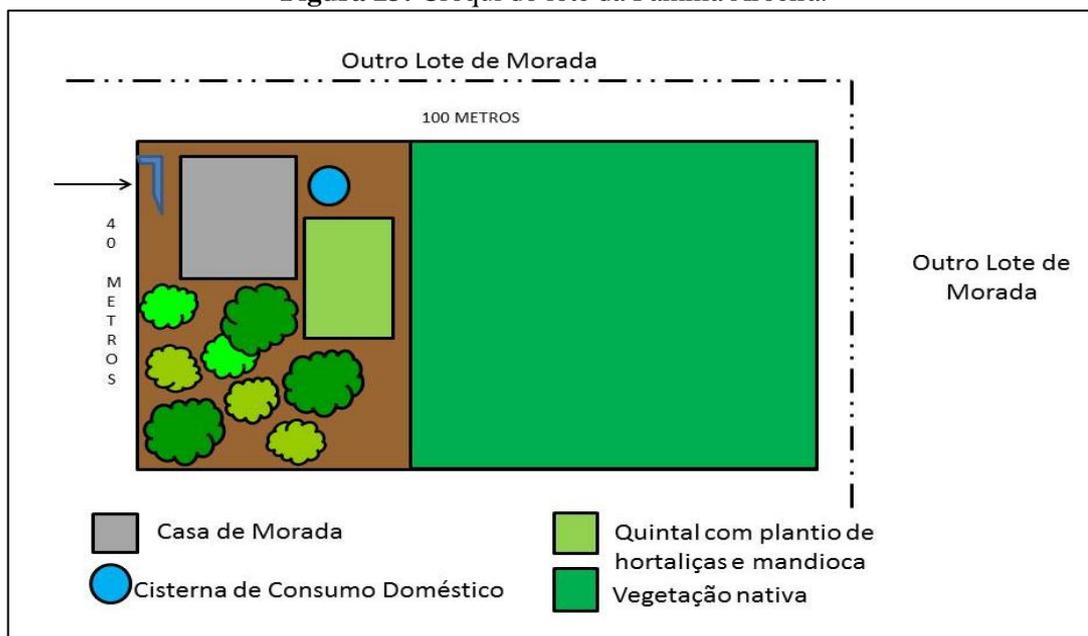
Figura 22: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Aroeira.



Elaboração: Autor (2013).

A percepção das experiências nas trajetórias desses sujeitos, da primeira geração, os levam a considerar que os projetos de vida da segunda geração poder ser elaborados fora do Assentamento, significa, em certa medida, admitir que os seus projetos não terão a continuidade esperada.

Figura 23: Croqui do lote da Família Aroeira.



Elaboração: Autor (2016).

Em ambas as famílias, a preocupação acerca da segunda geração se assenta na ideia de que não é necessariamente no trabalho com a terra que reside o projeto de vida. Essa compreensão reforça as estratégias ligadas à saída da segunda geração e ainda da construção do lote do assentamento apenas como local de morada.

Nesses casos, a reprodução social, no sentido do surgimento de uma nova geração dentro dos assentamentos, aqui chamada de segunda geração, e sua coexistência com a geração, reordenou sua vida e passou a viver da terra, chamada de primeira geração, fica comprometida.

Para Castro (2005), a relação entre “criação” e interesse pelo lote não é linear. Para a autora, em sua pesquisa, importância de tratar a herança e os padrões sucessórios implicados nas relações de reprodução do assentamento permitem compreender os processos de acesso à terra que envolveram as famílias observadas, a herança patrimonial e o capital cultural. Assim como os padrões de sucessão, possibilita problematizar a relação que a segunda geração estabelece com a terra, bem como suas estratégias e negociações com o “*passado, presente e os possíveis futuros*”. (CASTRO, 2005: 216, grifo meu).

É perceptível que os maiores desafios que os sujeitos da segunda geração identificam, quando questionados sobre as dificuldades da permanência, se referem diretamente na possibilidade de conseguir uma boa renda somente com o trabalho no lote e, por isso, as estratégias de permanência, como visto, sempre compreendem, em todos os lotes pesquisados, a busca por alternativas de geração de renda fora do trabalho agrícola, seja por meio do assalariamento, seja em outras atividades como o arrendamento de parte do lote ou a saída definitiva do Assentamento.

Nesse sentido, nos casos dessas famílias, é possível identificar que há uma mudança significativa no que se tinha como os valores morais do dito *ethos* camponês tradicional – com uma ligação sentimental com a terra –, e do sujeito da reforma agrária, ligado à transformação social por meio da luta política pela terra, para uma nova forma de permanência da segunda geração, que reformula sua identidade para algo não fechado e definido e em um jogo de referências construídas. Em síntese, a coexistência e sucessão geracional indicam transformações substanciais na localidade do assentamento. É possível perceber que as novas gerações estão demonstrando a busca de novas trilhas para a história do assentamento.

Partindo da concepção dessa coexistência, torna-se possível perceber os sujeitos como construtores e propositores de suas próprias histórias, conforme a noção de experiência de Thompson. Essa ideia de experiência dos sujeitos, portanto, está inserida dentro de um emaranhado das relações das realidades sociais, pois, em última instância foi gerada na “vida e nas relações materiais” e estruturada em termos de classe no que Thompson chama de *habitus de viver*.

Nessa percepção sobre a existência de um *habitus de viver*, são as regras e expectativas apreendidas pela experiência e pelo sentimento na família, no trabalho e na comunidade imediata. Esse conceito permite romper com a ideia de que os valores são impostos pelo Estado e pela ideologia e que os sujeitos os assimilam totalmente.

3.5 EM BUSCA DE ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR OU DOS LUGARES

Parece ficar claro que a pertinência de estudar a sucessão e herança neste Projeto se ampara nas questões descritas pelas famílias entrevistadas. A permanência, a continuidade, as subjetividades e as objetividades estão, de alguma maneira, circunscritas ao acesso à terra e suas consequências para as gerações.

A presente pesquisa elegeu, para trazer à tona essas questões, a história oral como fonte privilegiada, justamente para destacar os mecanismos da construção da realidade e da percepção do lugar enquanto projeto. A opinião de Ely Estrela se faz importante: não se trata de uma escolha diletante ou por escassez de fonte, mas a própria natureza do trabalho o exige (ESTRELA, 2004). A história oral promove uma mudança de perspectiva em que, ao interesse pelo fato, acrescenta-se o interesse pelo seu significado, o que uma pessoa ou grupo lembra de acontecimentos do passado, como elabora essa lembrança, por que isto é lembrado e não outros acontecimentos.

Alessandro Portelli (2010) considera que a especificidade da história oral está no fato de ela trazer para a história uma dimensão de subjetividade, “[...] você pode não somente reconstruir aquilo que aconteceu, mas também o que significa aquele acontecimento depois. E então, no centro da fonte, no centro da história oral, você colocará a subjetividade, a memória, a linguagem, o diálogo.” (PORTELLI, 2010: 49). O uso da história oral aumenta sua

relevância quando se quer captar representações. Portelli (2000) considera que “[...] representações e ‘fatos’ não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações.” (PORTELLI, 2000: 111). Para Portelli, o campo específico da história oral talvez seja essa interação.

É importante destacar que essas informações, até o momento apresentadas, abrem caminho para as questões levantadas para essa pesquisa: a sucessão e a herança. Fica claro, a partir das trajetórias de vida e projetos familiares, que a herança envolve elementos como: o envelhecimento, lotes sem sucessores e a divisão dos lotes entre irmãos.

É possível identificar cada um em diversos contextos, a dificuldade de sucessão, seja por falta de interesse dos mais jovens, ou por causa das dificuldades que os mais velhos submetem às gerações mais novas, sobretudo em processos de transição à assunção de responsabilidades. A esse ponto liga-se o problema da falta de sucessores em algumas famílias, pois os filhos, não tendo interesse, mudam-se para as cidades, enquanto os pais, idosos, ficam sem condições de “tocar” as terras sozinhos. Com isso, vem ocorrendo de modo sistemático, o arrendamento de terras dentro do assentamento e algumas vêm ficando ociosas, o que está alterando as relações de produção e reprodução social. Ainda na questão da herança, outro ponto a ser destacado – ligado à formulação da própria política de assentamento – é a divisão do lote, pois, no caso de mais de um filho ter interesse em permanecer na terra, a divisão não pode ser feita de modo oficial, o que limita o acesso aos já escassos recursos de crédito e políticas de compras de alimentos. Todo esse cenário merece a dedicação de um estudo atento.

Nas falas aparece a mudança na concepção da função da terra nas relações sociais e nas redes de sociabilidade, principalmente o que se espera da terra. Isso é percebido na alteração da racionalidade de como conduzir o processo produtivo dentro do lote e das atividades que vão além das de produção que passam a estar mais voltadas a uma maior relação com o mercado, visando maior rentabilidade financeira.

Nesse sentido, dado pelo olhar dos informantes, nos lugares, é possível perceber o Assentamento a partir das distintas gerações, dos projetos de vida e suas reformulações e dos conflitos gerados por essas duas dimensões. Assim, o lugar assentamento possui diversas significações simbólicas e instrumentais, sendo, notadamente, um campo de disputas cujos

processos sociais os reconstroem à medida que as negociações sobre o seu uso e apropriação se processam.

Permanecer, então, nesse contexto, implica aos sujeitos, diferentes estratégias. Os motivos que levam ao abandono da terra e venda dos lotes pelos beneficiários do processo de reforma agrária tem sido motivo de crítica por parte de opositores do programa federal de reforma agrária (INCRA, 2002). No PAE, tanto o abandono quanto a venda são praticados. O primeiro tem como consequência o estabelecimento de uma nova indicação de beneficiário que ocupa o lote. No segundo caso, as normas não permitem venda e esse processo ilegal acarretaria em consequências criminais para o vendedor e o comprador.

Marques *et al* (2000), analisaram evasões nos assentamentos rurais na região de Araçatuba, eles concluíram que a tendência ao abandono e desistência dos lotes pelos assentados diminuí ao longo do tempo. Em conversa com a ex-presidente da Associação de Barra da Ipueira, essa percepção se confirma. Segundo ela, no início da implantação, em 1995, muitas famílias abandonaram os lotes que, prontamente, foram ocupados por novas famílias, em alguns casos, pela segunda geração que já possui família e estava na lista de espera. A grande parte das evasões ocorre na fase da implantação dos projetos, o que poderia refletir a interferência de uma série de elementos, entre os quais se destacam: a falta de adaptação do assentado ao lote, a falta de experiência no trabalho agrícola e a dificuldade de assimilação a um novo meio ambiente. Por outro lado, Vera *et al* (2002) afirmam que a evasão de assentados decorre principalmente por motivos de conjuntura familiar, agravamento do estado de saúde por causa da velhice, dívida de financiamento, falta de condições hospitalares e de saúde médica e, por fim, de uma forma geral por causa da ausência de políticas públicas.

Um elemento importante para a permanência dos assentados nos seus lotes é a pluriatividade, que se caracteriza pela combinação da prática de uma agricultura diversificada como fonte principal de sobrevivência com o exercício de atividades extras, tanto dentro como fora do assentamento. Assim, segundo Alentejano (2001), o avanço da pluriatividade é parte integrante da estratégia de sobrevivência dos assentados. Para Alentejano, que estudou dois assentamentos no estado do Rio de Janeiro, os fatores que levam os trabalhadores rurais a adotarem a pluriatividade seriam as dificuldades crescentes que os impedem de sobreviver apenas da produção agrícola e a aceleração do processo de urbanização no meio rural (Alentejano 2001).

De forma similar, Silva (1996) afirma que a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar seu nível de renda. Assim sendo, a combinação de fontes de renda tornou-se uma estratégia comum entre a maioria das famílias no campo brasileiro, tendo dobrado a renda monetária familiar em relação à renda estritamente agrícola. Além disso, a utilização de outras fontes de renda, na maior parte dos casos, tem uma função complementar e não de substituição das rendas agrícolas (TARSITANO *et al*, 2000).

Não obstante das imensas dificuldades vividas dentro do assentamento, a maior parte dos assentados entrevistados manifesta a vontade de permanecer nos lotes e produzir. A paixão pela terra e o desejo de plantar movem muitos assentados, eles continuam depositando sua confiança no êxito do processo de reforma agrária em curso no país. A possibilidade de trabalhar de forma independente e livre de qualquer tipo de submissão laboral foi sempre o desejo de muitos dos assentados. Assim, apesar das dificuldades que enfrentam desde 1997, quando ocuparam a terra, os assentados que permaneceram na terra declaram que estão satisfeitos não só com a possibilidade de trabalhar por conta própria, mas também de deixar uma herança para seus descendentes. Esse aspecto psicológico dos participantes da reforma agrária talvez explique de forma indireta aquilo que muitos modelos econômicos não tem logrado explicar.

Na segunda parte dessa Tese, tratarei da problemática da sucessão, da transmissão de herança e de como o futuro do Assentamento pode ser minimamente esquadrihado a partir da interseção entre essas dimensões.

CAPÍTULO 4 – ESTRATÉGIAS PARA A REPRODUÇÃO FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO DO FUTURO

“A família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação do capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução”

(BOURDIEU, 1996: 131).

Tanto a noção e-quanto a percepção de futuro podem estar calcadas em diversos aspectos referenciais (psicológicos, culturais, sociais). Quando tratamos da ideia de futuro associada às áreas de reforma agrária, percebemos claramente um atrelamento dessa ideia à mensuração de aspectos ligados a sucesso/insucesso dos assentamentos, da emancipação dos assentamentos e de suas possíveis consequências e, ainda, da construção de redes de pertencimentos os quais o futuro é uma dimensão cimentante.

Neste capítulo o propósito se assenta em desvelar as construções sociais e simbólicas dos sujeitos sobre o Projeto de Assentamento São Francisco percebidas enquanto projeto de vida, ou seja, esquadrinhar ~~quais as~~ suas estratégias ~~no~~ assentadas no presente e que visem ~~esquadrinhar~~ revelará as descontinuidades inerentes neste este espaço. Dessa forma, conceber e viver o presente e planejar o futuro orientam a própria compreensão sobre quais possibilidades o Projeto Agroextrativista apresenta.

Concatenar dialogicamente as interrelações entre temporalidades e territorialidades que se desvelam no interior da família e as suas relações com o que é externo a ela, organizam o entendimento sobre a instrumentalidade que é delegada ao espaço. Aproxima-se também a este intuito, compreender as formas de sociabilidade e de modos de vida que são construídas nos espaços domésticos e sociais, que configuram o *ethos* que se ampara na construção cotidiana das ações negociadas entre o individual e o coletivo, o necessário e o complicado negociado. A intenção então, é a de ~~de~~ desvelar o jogo de espelhos que a observação das diferenças entre as percepções e a objetivação das ações cotidianas, ~~é~~ foe dessa reflexão.

~~Esse trajeto permeado~~ Estas ações são constituídas por subjetividades ~~base~~ refletir ~~sobre~~ circunscritas a um cotidiano construído, percebido e vivido pelas famílias. Farias

(2008) no texto *O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido* e FERRANTE *et al* (2008) constata que as pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária (ou pelo menos, parte delas) apresentam análises que envolvem diferentes dimensões da vida nesses espaços sociais, desde a chegada à terra (nem sempre, diretamente ao lote), até as formas de produção, de organização espacial e social dos lotes de morada. Destarte, estes espaços, demonstram que não se trata de uma contextura social de fácil entendimento, visto que no processo de constituição dos assentamentos estão presentes diversos atores e projetos de vida, bem como os projetos dos mediadores e do próprio Estado. Esses sujeitos então

“[...] procuram organizar as relações internas de modo a apresentar para a sociedade uma alternativa viável a um número maior de pessoas: o acesso à terra e, conseqüentemente a uma qualidade de vida superior àquela que tinham em outros tempos e em outros lugares.” (FERRANTE *et al*, 2008: 151).

Sob esta perspectiva, o assentamento se configuraria como o *locus* de melhoria da vida dos indivíduos e de (re) configuração de objetivos que só são possíveis a partir da objetivação do espaço. Sob essa perspectiva, o Assentamento inscreve projetos de vida, que nos processos cotidianos e de conflitos, se confronta com outras objetivações (dadas por outros atores/mediadores) e que, no processo cotidiano, redesenham as relações e as sociabilidades a partir das limitações e potencialidades vividas e percebidas pelos (as) assentados (as).

Assim, estes sujeitos ao chegarem aos assentamentos trazem histórias de vida que se apresentam como um importante elemento para definir as estratégias familiares, estruturando e reestruturando alternativas para a permanência nessa terra, como já foi percebido pela análise das falas dos (as) moradores (as) da Comunidade de Barra de Ipueira.

Dito dessa maneira, a permanência nos assentamentos rurais significa então, um período novo, porém difícil, na vida das famílias que vivem entre o desencantamento, entre o conhecido e o desconhecido, entre o existente e o que pode vir a acontecer, em uma mediação constante entre o presente e o futuro. Para Farias (2008: 13), os assentamentos rurais devem ser entendidos considerando sua “temporalidade dinâmica e, também conflituosa, espaço-tempo onde é possível encontrar um mosaico de subjetividades” e distintos projetos familiares que se cruzam e se conflitam cotidianamente .

Não é possível, sob essa perspectiva, estabelecer analiticamente uma visão linear – com padrões e modelos únicos e homogêneos – das condições para a permanência no lote,

principalmente, porque não é possível definir uma unidade de ações no interior desse espaço social, há uma dinâmica constante e pulsante. É possível, nesse arcabouço analítico, desvelar, sem correr risco de tautologias, as trajetórias e representações das famílias e suas percepções acerca de seus projetos de vida ante as condições objetivas do Projeto Agroextrativista, afinal é nesse espaço que se conflitam constantemente as múltiplas necessidades e fruições dos sujeitos, i.e., o PAE será (até então) visto como um espaço em construção, onde é possível encontrar rupturas frente aos variados projetos presentes no cotidiano das famílias.

A compreensão aqui sinalizada é que nas redes de relações que se tecem no cotidiano do PAE, os sentimentos de solidariedade e as relações de conflitos renascem no dia-a-dia, confirmando a presença de diferentes estratégias dessas famílias para a organização da vida no lote e na própria comunidade de Barra de Ipueira. Isso acontece porque a família é o elo fundamental do processo de luta pela terra e se reproduz na terra. Suas decisões e ações marcam uma vida de constante busca por bem-estar para os familiares, construindo uma identidade caracterizada pelo modo de vida dos sujeitos. Essas estratégias abrem possibilidades para um futuro dinâmico, possibilitando talvez, a construção de um novo modo de vida, cujas estratégias de reprodução são implementadas a partir deste novo contexto e do mosaico de possibilidades apreendidos e percebidos pelos sujeitos.

Neste cenário – o Projeto Agroextrativista –, a visão e a construção ‘sobre’ e ‘no’ cotidiano se refere a uma noção de espaço-tempo diacrônico, sem delimitações precisas, o que abre precedente a denegações. Esse aparente caos no espaço-tempo pode dominar e limitar as sensações, as emoções e os desejos dos sujeitos, fomentando transformações, que se edificam em detalhes do mundo da vida, ao passo que esses sujeitos agem, reagem, se indignam, rememoram momentos vividos, choram, enfim, se emocionam. Essa ampla gama de sensações foram vividas amplamente durante a pesquisa.

O cotidiano dos assentamentos rurais (independente da modalidade) se coloca então como um campo no qual as pessoas “produzem a sua vida”, a sua história e deixam fluir as intencionalidades. Esse cotidiano deve ser entendido como um espaço-tempo de conflitos – inerente às relações sociais –, pois há momentos de incertezas e de inseguranças, o que ocorre desde a divisão dos lotes e deslocamento da beira do rio até o dia-a-dia de permanência na terra com as implicações das cláusulas do contrato e das dinâmicas sociais estimuladas pela necessidade e busca por renda.

Não se trata, então, de um espaço harmônico somente, mas contempla também instabilidades e reequilíbrios, quando as relações sociais e de interesses são marcadas por descontinuidades e conflitos. Nem sempre é fácil trilhar este caminho, muitas vezes, as famílias vivem um desencanto frente às necessidades de reconstruírem o projeto familiar, fazem escolhas, que poderão facilitar ou dificultar a permanência na terra e, espera-se dessas famílias, êxito e sucesso, com parâmetros de exigências definidos pelo Estado, pela sociedade e também pelos mediadores da luta pela terra.

Nas pesquisas em assentamentos, é possível observar a existência do confronto entre os objetivos dos mediadores, e entre os próprios assentados com os valores, a cultura e o modo de vida, os desejos e sonhos de cada indivíduo levando a inúmeros processos de desencantamentos.

De algum modo, a sociedade de modo geral e, principalmente, o Estado, espera que as famílias assentadas alcancem uma produtividade que corresponda à demanda do mercado; somente assim, estariam fortalecendo, ou melhor, ratificando e justificando seu projeto de reforma agrária economicista. Com isso, o Estado contribui ainda mais para o conflito que desde os primeiros anos de permanência na terra se processa, na medida em que não assegura políticas públicas e espera o “sucesso”, onde as famílias, sob a tutela do Estado, precisam estabelecer mecanismos próprios para a sua manutenção neste espaço.

As famílias que acessaram estes lotes não lutaram por terra, já estavam na terra. Foram deslocadas e passaram de ribeirinhos a assentados, o que as levou a assumirem as consequências da tutela do Estado. Seus projetos de vida tiveram que se reformulados, amparados, naturalmente, na nova condição.

Faz-se necessário através dessa constatação, o entendimento desse espaço social estruturado sob uma temporalidade dinâmica e, sobretudo em construção e constante adaptação, que compreende os projetos familiares estruturados sob diversas subjetividades, heterogeneidades e representações sociais, que se misturam e se redesenham sob a lógica das limitações da tutela do Estado e das possibilidades das famílias em subvertê-las ou manterem uma subalternidade.

As possibilidades de sucesso (entendido na perspectiva de garantia de execução de projetos de vida e sua viabilidade) dos assentados são eminentemente determinadas (*a priori*) por decisões de atores relevantes, sobretudo pelo Estado, que no caso do PAE São Francisco, reforçam tendências e limitações prejudiciais a seu desenvolvimento, por

não compreender e assimilar as identidades ribeirinha e camponesa, de estabelecer proibições à produção e convivência com a caatinga que não fazem parte do modo de vida dessas famílias, para citar algumas.

As implicações da modalidade Agroextrativista como recurso à regularização fundiária de famílias com modos de vida ribeirinhos reforça a ideia de que identidades não são construídas apenas com a garantia de permanência na terra, outros fatores se somam às dificuldades de adaptação dessas famílias, sobretudo na obrigação de se adequarem à agricultura de sequeiro.

Reitero considerar que a forma de distribuição dos recursos produtivos neste espaço, as matrizes produtivas e tecnológicas recomendadas, a proposta de estruturação fundiária (módulos individuais para a morada e produção de autoconsumo e lotes coletivos para a produção previstos pelo INCRA) e outros elementos associados ao ambiente e aos instrumentos de governo, contribuem para a individualização das famílias, impondo uma lógica interna prejudicial a formas de convivência em áreas coletivas tais como as previstas em um PAE. Desta maneira, perceber em quais condições as famílias assentadas se encontram com vistas a garantir sua sobrevivência calcados nestes aspectos limitantes torna-se uma questão importante para a compreensão das consequências da escolha da modalidade para a regularização fundiária e assentamento das famílias.

Importante abarcar a noção que o assentamento também “resulta de um processo de subjetivação” (Gomes, 1995:36), surgido a partir de componentes da memória, da experiência, do projeto familiar, bem como de expressões originadas no deslocamento forçado das famílias da beira do rio para os lotes e quando as famílias enfrentam a necessidade de mudança de vida: a chegada ao assentamento. Como afirma Carlos (1996: 133),

“[...] o espaço é um campo também de imprevistos, nele o vivido abarca a utopia, sendo, então, o lugar das possibilidades concretas, onde a vida vai seguindo rumos mais ou menos incertos, onde os projetos familiares vão pouco a pouco se configurando, ou se (re)estruturando, como espiral”.

À barca deste contexto, os sujeitos lançam mão de gestos e papéis internalizados desde a infância, sendo que existem momentos de superação e de conservação dos costumes e valores que estão arraigados na experiência pessoal, na projeção para o futuro.

Em um movimento constante, a família busca as condições materiais de existência, tecendo no cotidiano os seus projeto de vida, ultrapassando “o campo das possibilidades instrumentais”, colocando em prática principalmente, ações nem sempre aleatórias, mas com

uma base de significação que advém de sua experiência, ou seja, passado e presente se articulando com vistas ao futuro.

Dentro do exposto, a permanência nos assentamentos recoloca para as famílias um novo cenário em que os projetos podem ser gestados, estes que não deixaram de existir, mas a possibilidade de reconstruí-los buscando elementos na experiência do passado, redefinindo o presente diante das condições concretas de vida impostas pela sociedade capitalista que a cada dia expropria e exclui maior número de pessoas. Além do mais, na reconstrução de seus projetos, as famílias lançam um conjunto objetivo de representações de um mundo internalizado, assimilado, reinventado, para além da vida presente.

Então, de que forma esta tecitura não normativa, mas constituidora de papéis e de planejamento objetivo da vida, se coloca na constituição do Projeto Agroextrativista como espaço de vida e de condução de projetos para este espaço? Tais compreensões das famílias da comunidade de Barra de Ipueira poderão ser percebidas a seguir.

4.1 MECANISMOS DE ESCOLHA DO (A) SUCESSOR (A): DILEMAS À REPRODUÇÃO SOCIAL

Como já percebido na discussão dos outros capítulos, os dramas que as famílias vivem no lote colocam a cidade para muitos da segunda geração⁴³ como um local de estranhamento, de desejos e de inquietação (por ser um local de oportunidades, o que não significa facilidades para essas oportunidades). O lote (como contraste às oportunidades dadas pelo urbano) por outro lado representa “[...] lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional).” (WANDERLEY, 2007: 21).

A articulação entre a segurança da moradia e das possibilidades de colheita, se contrasta com a realidade vivida, cercada de dificuldades e incertezas ocasionadas pela ausência de infraestrutura, pelo agravamento dos períodos de estiagem e ausência de oportunidades de geração de emprego e renda para a segunda geração. Este cenário de incertezas cria conflitualidades onde é possível sobreviver, i.e., ele organiza arranjos familiares que recriam formas de permanência dentro da dinâmica social da localidade e

⁴³ Entendo a segunda geração como os filhos e filhas da geração beneficiária dos lotes no PAE.

novas formas de se relacionarem com a terra, onde se delimitam papéis sociais nas famílias acerca da continuidade dos projetos de vida no interior dos lotes e fora deles.

Torna-se instigante perceber os arranjos elaborados e as formas de permanência que são possíveis de serem encontradas. Foi possível observar falas de sujeitos da segunda geração que esboçam desejos que se inserem no projeto de assentamento, mas sob uma nova perspectiva, realizando um reordenamento do *ethos* do camponês tradicional. (PAULO, 2010; CASTRO, 2008; 2009; WANDERLEY, 2007).

Este reordenamento pressupõe não considerar um *ethos* camponês fixo, dado e imutável, pois, em um Projeto de Assentamento é nítida uma coexistência de diversos estratos de racionalidade, além da possibilidade da (re) criação e transformação camponesa. Daí o conceito de campesinidade⁴⁴ (WOORTMANN, 1990) servir tão bem aos propósitos deste trabalho, já que antes de insinuar um tipo camponês puro, tal terminologia nos permite pensar quais traços são constitutivos de uma determinada ética e ordem moral campesina, em dinamismo e em interação com outras ordens, como qualquer identidade motivada na modernidade.

No PAE – SF a segunda geração ressignifica os planos dos pais em construir um lote direcionado unicamente à produção agropecuária. Estes planos não são extirpados no cotidiano, porém, se alicerçam em atividades não agrícolas. Além da dinâmica econômica, a mobilidade da segunda geração para o trabalho no Projeto Formoso (este voltado à produção agrícola) e no comércio de Bom Jesus da Lapa e Serra do Ramalho, também se justifica na saída para estudar.

Os projetos da primeira geração significam lidar com um lote produtivo (sobretudo com o trabalho agropecuário) e admite as possibilidades de atividades que a segunda geração observa como oportunidades (majoritariamente, atividades não agrícolas). No caso estudado, as atividades não agrícolas colaboram, inclusive, com o financiamento da produção, na compra de insumos, ferramentas e equipamentos. Não obstante, a segunda geração respeita e valida estes projetos dos pais e nas suas falas, não a depreciam como um projeto “falido”, mas que precisa seguir caminhos diferentes, como, por exemplo, conciliar a produção agrícola no

⁴⁴ Para Woortmann (1990), a campesinidade é uma qualidade comum a diferentes grupos específicos e que se expressaria em maior ou menor grau a depender do tempo e local. Assim, o autor identifica a família, o trabalho e a terra como categorias empíricas, bem como a honra, a reciprocidade, a hierarquia e a liberdade como categorias valorativas fundamentais para a organização do grupo camponês.

lote com a moradia, com a atividade não agrícola e com a mobilidade para estudar ou trabalhar.

Sob esta ótica, o meio urbano se estabelece como um importante meio de garantia desses projetos circunscritos ao lote, pois as possibilidades que Bom Jesus da Lapa⁴⁵ oferece, sobretudo nos serviços de hospedagem e serviços aosromeiros (alimentação, deslocamento), comércio e transporte. Apesar da sazonalidade dessa atividade econômica (a romaria é mais intensa entre os meses de julho a outubro, apesar da visitaçãode pessoas à gruta ocorrer o ano inteiro) assim como a periodicidade das contratações para a atividade da bananicultura, são atividades que garantem renda para a segunda geração.

A rearticulação entre interesses e projetos, possibilita novos processos e uma heterogeneidade social e cultural onde coexistem os moradores agricultores e os moradores que trabalham na cidade. A constituição de uma teia complexa de interrelações, promovem a construção social das localidades, que é vista a partir do movimento de desterritorialização da cultura onde é possível “[...] pensar a ruralidade como um espaço onde o urbano também se constitui em elemento definidor da identidade de atores coletivos” (CARNEIRO, 2012: 43). Tal percepção é fundante nessa análise, em virtude de que a sucessão perpassará pela noção de que as relações sociais vividas no Projeto Agroextrativista recriam mediações entre o lugar e outros meios para a criação de sociabilidades, os quais o (a) sucessor (a), não necessariamente é aquele (a) que possui seu projeto de vida exclusivo ao lote.

Nos espaços familiares a transitoriedade da vida na comunidade é entendida, de forma bastante generalizada como dito por Maria Jitirana, compreende que,

“pra pessoa conseguir alguma coisa, na verdade, aqui não é o suficiente pra garantir o futuro de ninguém. Por conta de, aqui não tem trabalho, aqui a maioria das pessoas vai trabalhar no Projeto. Porque aqui não tem oportunidades. Você não tem água pra poder trabalhar pra si mesmo, né. Então, assim, eu tenho uma preocupação grande com relação a meus filhos continuarem aqui, casarem e ficar aqui, a minha preocupação é só essa. É porque aqui, pra viver, é muito difícil, é complicado por conta, assim, de oportunidades [...]”.

Nesta dimensão da vida inscrita no cotidiano, torna-se importante pensar que a decisão de ficar não significa passividade, mas sim o ato de assumir um projeto de vida que leva em

⁴⁵ A cidade se destaca pelo turismo religioso, que é a principal fonte econômica do meio urbano. Como já dito, a cidade é a maior produtora de banana do Brasil e a romaria se destaca como a terceira maior do Brasil, menor apenas que a romaria de Aparecida (SP) e o Círio de Nazaré (PA).

consideração a autonomia e a garantia da permanência de parte da família no lote. Tal fato, por sua vez, não é livre de conflitos, tensões, negociações e disputas, ou seja, é uma vivência tecida por disputas por poder e significações acerca das estratégias possíveis de serem executadas (SCOTT, 2010; MENEZES, 2008).

Os processos familiares ficaram nítidos durante as pesquisas de campo, visto que entre as famílias que colaboram com o estudo, os processos de formulação de estratégias para a permanência de alguns sujeitos e nas alterações dos objetivos e projetos de vida em relação aos sujeitos, são presentes. As famílias criam diferentes modos de se relacionar com a terra e as experiências vividas socialmente refletem as diferentes estratégias, arranjos e negociações elaborados pela segunda e primeira geração com vistas a sua permanência no campo (SIMONETTI, 2011; D'AQUINO, 2011).

Assim, o lote permite um projeto de produção agrícola convencional, onde a horticultura se apresenta como a mais presente (ausente apenas na família Quixabeira). Algumas famílias estabeleceram um manejo extrativista (com percebido nas famílias Mandacru e Cagaita), com a coleta de frutos de caju e umbu. Alguns lotes abrigam as atividades não agrícolas (famílias Cagaita, Macambira e Aroeira) onde a produção agrícola, mesmo que em pequena escala, coexistem neste espaço. Alguns desejos da segunda geração (como nas famílias Xique-Xique, Mandacaru, Cagaita, Aroeira, por exemplo) são negociados de serem projetados e executados no próprio lote, uma negociação amparada na permanência desses indivíduos no lote, mesmo que não se dediquem às atividades agrícolas ou dediquem todo o seu tempo a esse espaço.

A coexistência entre projetos de vida que se concretizam no lote e os projetos que possuem significado apenas na mediação entre uma vida entre o campo e a cidade estão presentes nas percepções que se assemelham a de Maria Cagaita, onde

“[...] o local aqui é bom. Só que não tem desenvolvimento... pra desenvolver direito..., de jeito nenhum, não tem... Pra mim, é um lugar sossegado. É... eu crio galinha, crio meus bichos aqui, ninguém nunca triscou... Rapaz, lá na roça, eu fico lá, passo a semana trabalhando aqui e lá, os meninos, quando eu não vou, os meninos vão de manhã, mas é um lugar, pra mim, sossegado, agora, só que não tem desenvolvimento de ganhar dinheiro, então alguns precisam ajudar com o trabalho lá na cidade né?” (Maria Cagaita).

Torna-se então necessária a percepção de que, como visto em Scott (2007), a rede de interações na família realocam sujeitos que permanecem no projeto de assentamento e elaboram a sua identidade, mas articulando esta identidade aos seus projetos de vida,

entrelaçando uma relação estreita com o urbano, com os moradores do assentamento e com a busca de oportunidades as quais sentidos atribuídos ao lote sejam garantidos. As famílias parecem apontar que, para a sua permanência, é preciso negociar ações objetivas com a cidade para que seus projetos possuam a mínima garantia de continuidade, ou seja, para continuar na terra (e todas as dimensões a ela atribuídas).

A continuidade das famílias nos lotes pode ser explicada por várias perspectivas. A comunidade em Barra de Ipueira se configura a partir de uma rede de relações as quais a posse da terra permite a moradia, o trabalho (mesmo que precário, neste caso) e a possibilidade de construção de projetos de vida os quais a família é central. Continuar na terra significa que as identidades sociais e simbólicas não precisam ser reconfiguradas completamente, afinal o cotidiano, mesmo que eivado de dificuldades, também expressa a possibilidade da autonomia de decisões e planejamento (mesmo que de forma limitada). Permanecer no lote não simboliza apenas uma relação com a atividade agropecuária, mas de pertencimento ao lugar, de respeito aos projetos dos pais em estabelecer a vida naquele local, de lidar com as possibilidades que a vida fora no lote pode lhes oferecer, e “[...] *ficar aqui, entre nós, mesmo que cada um ao seu modo, já é bom demais, não acha?*” (Maria Mulungu).

Cabe então relativizar a dimensão atribuída à *sucessão* para estas famílias. Suceder se relaciona com um compromisso com o projeto inegociável (em certa medida) de continuidade do lote, e não no lote. Estabelecer redes de compromisso com a manutenção da vida de parte da família no lote assegura a garantia de continuidade do projeto original do sentido de acesso ao lote, como dito por Maria Cagaita:

“É, eu mesmo, não penso em deixar nada pra ninguém. Porque se for pra deixar pra todos que tem aqui, vai transformar o quê? Em briga. Porque só é uma casa pra o quê? Pra nove pessoas. Agora, você para e pensa... como é que vai fazer pra dividir? Olha, o que eu tenho é essa casa, enquanto eu tiver viva, ela é minha, mas em vida é minha e depois será deles, na verdade, de quem no momento precisar mais, mas por enquanto, todos devem trabalhar pra não deixar isso aqui se perder [...]”.

Suceder, dessa forma, não é apenas permanecer no lote e garantir a continuidade no trabalho agrícola (não necessariamente), mas sobretudo garantir que o lote agregue a família e permita, pelo menos, a moradia daqueles que desejam ficar. A escolha do sucessor agrega então um importante elemento: não fragmentar a família e preconizar o lote como promotor de um projeto familiar coletivo.

O lote (que compreende a terra e todas as outras dimensões propiciadas pelo acesso à terra), ainda que muitas vezes insuficiente para a reprodução social de todos os filhos dos titulares da terra, é preservado por ser primordialmente um ponto de apoio para os arranjos e estratégias empreendidos pela família assentada. O Estado, sob esta perspectiva, não prevê meios com vistas a criação de possibilidades para a segunda geração. Algumas políticas voltadas para a juventude rural, por exemplo, não chegaram ao PAE – SF e esta ausência, fortalece o surgimento de estratégias as quais a modalidade agroextrativista deixa de ser operacionalizada e reconhecida como tal e passa a ser ressignificada. As áreas coletivas, por exemplo, que poderiam ser um espaço de integração entre as gerações e inclusive propiciar a inovação social (amparada na produção agroecológica, na agroindustrialização de vegetais nativos da caatinga, etc) não têm a adesão das famílias, ao contrário, elas negam, em maioria, esta possibilidade de atividade.

Com base na dificuldade das famílias em aderir os pressupostos normativos da modalidade, reificam estratégias em que os padrões estabelecidos para uma organização social agroextrativista, ou seja, de trabalho coletivo, produção ecológica, são desconstruídos ou pelo menos, relativizados. A coletividade prevista para ações de produção e gestão só ganha sentido nesse último, quando torna-se necessário participar das decisões da Associação, que são pautadas sobretudo na ocupação das áreas coletivas para a divisão de lotes e inserção de novos beneficiários (majoritariamente, a segunda geração). As reuniões realizadas também tratam de aspectos de produção, sobretudo quando objetivam operacionalizar alguma política pública de produção ou extensão rural, convivência com a seca, entre outras, mas a participação dos assentados só acontece quando sabem que serão beneficiados, de alguma forma, pelas decisões ocorridas nas reuniões da Associação.

Scopinho (2010) estimula a reflexão de que as famílias no assentamento não apenas interpretam a realidade vivida e partilhada, mas agem de forma propositiva e transformadora. As transformações se justificam (ou se expressam) no redimensionamento do espaço e na atribuição de novos rumos para a comunidade que necessariamente não foram previstas em documentos como o PDA. A contradição entre a tutela do Estado e a assunção de medidas dinamizadoras advindas da Associação, demonstram o descompasso entre o concebido pelo INCRA e o vivido pelas famílias assentadas.

A Associação parece ter esgotado as possibilidades de inserção de novas famílias através da divisão de lotes nas áreas disponíveis ou aquelas destinadas à produção coletiva.

Na comunidade de Barra de Ipueira, a criação de mecanismos à sucessão se torna necessária não apenas à garantia da permanência, mas sobretudo à criação de meios que se integrem entre si para um projeto maior: que o lote não perca o seu significado coletivo. O futuro então se assenta na ideia objetiva de que as trajetórias individuais podem ser constiduidoras de um objetivo em comum, que em certa medida, horizontaliza estimulas estratégias que não abandonem o projeto familiar com vistas a garantia da continuidade do lote.

Naturalmente, a dimensão da vida social da família é constituída por conflitos, dentre os quais, as assimetrias entre projetos individuais e coletivos mais destacadas. Nota-se, entre as famílias, a perda do papel decisório da primeira geração, que percebe o seu projeto de produção agropecuária com vistas ao sustento da família, fracassado ou em segundo plano. A tentativa de manter áreas produtivas para o autoconsumo em nada desmerecem a importância desta prática, porém, há casos em que a segunda geração possui maior poder de decisão acerca das atividades a serem desenvolvidas e também, no seu papel na composição da renda das famílias.

Surge desse processo, um impasse: os esforços para a continuidade no lote se configuram em um esforço coletivo para o benefício de um indivíduo da família? Atualmente, alguns limites encontrados são a insuficiência de terras para aparentemente servir como espaço residencial. Porém, a principal conquista a partir do assentamento foi o espaço de moradia de forma autônoma, constituindo o bem primordial a ser repassado às gerações subsequentes e a possibilidade, ainda que permeada de dificuldades, de plantar, mesmo que exclusivamente para o autoconsumo.

Esta constatação pode ser explicada, uma vez que para o caso do PAE São Francisco o princípio organizador que fundamentou a participação das famílias assentadas foi o pertencimento à localidade, muitos, na condição de ribeirinhos, forçados em se deslocarem das margens do rio onde a regularização fundiária os impôs a condição de assentados sem valorizar seu modo de vida construído às margens do rio. Assim, somente a partir deste processo de deslocamento foi permitido construir a figura efetivamente de um sucessor na família, que pode conjugar as funções produtivas na terra com a garantia de um espaço de moradia para as gerações subsequentes, não se atrelando a uma concepção idealística do camponês que deve permanecer a qualquer custo imobilizado na produção da terra, como parece prever o planejamento do INCRA.

Outra característica relacionada à terra como lugar de reprodução da família refere-se à transmissão indivisa da terra, prática tão corrente “em grupos sociais onde se privilegia a perpetuação do patrimônio e da família e não a reprodução social do indivíduo” (WOORTMANN, 1990: 51-52). No caso do PAE, a divisão do lote é uma questão percebida e até mesmo executada, porém entendida como uma divisão necessária à manutenção da unidade doméstica e não representa uma prática sem conflitos, sem sofrimento e sem perdas. O lote perde o seu sentido familiar enquanto totalidade do espaço e passa a ter um sentido individual a qual a manutenção da família neste espaço é a questão central.

Mas o que a continuidade do lote significa para os assentados do PAE São Francisco? Qual é o projeto coletivo em relação ao lote? Se o lote não garante o trabalho e nem a manutenção das famílias, por que haveria um esforço coletivo para mantê-lo? Fica evidenciada nas falas da primeira e segunda geração que a assunção de estratégias com vistas a permanência se articula entre aquele indivíduo que precisa continuar no lote no sentido objetivo do trabalho na terra e outro indivíduo da família que decide ou precisa sair (para morar e/ou trabalhar). Assim, um dos elementos constituidores das intencionalidades de permanência se ampara na garantia de renda que permita certo investimento financeiro no lote e na manutenção da família neste espaço, como percebido nas famílias Cagaita, Mulungu e Angico.

Para a maioria das famílias, abrir mão do lote não se apresenta como uma questão. Mais a frente discutirei os conflitos que advem do estabelecimento de estratégias, mas, nesse momento, torna-se importante analisar como esses mecanismos de provimento através do trabalho fora do lote ou do PAE coexistem com o trabalho no lote. Esta primeira estratégia de continuidade, que chamo de negociação de estratégias, foi um primeiro mecanismo que percebi na comunidade. O segundo mecanismo importante, refere-se à busca de um novo lote no PAE.

Para algumas famílias as relações estabelecidas com a cidade não são apenas de busca por serviços (saúde, educação, lazer) mas se assenta também na busca de alternativas à renda (trabalho temporário ou mesmo permanente). A busca de um emprego fora da localidade é visto como necessária e demonstra o insucesso das alternativas viáveis no interior do Projeto, como a produção agropecuária, por exemplo. No contexto apresentado, sem os referenciais e os repertórios necessários a uma saída, esses sujeitos se enraizam no sentido dado por Ecléa Bosi (2003) e constroem seus projetos de vida na comunidade através de “sua participação

real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (BOSI, 2003: 175).

A vida no Assentamento parece se apresentar circunscrita à dimensão da vida enquanto desafio e de suas possibilidades, onde os tesouros do passado se constituem pela experiências vividas às margens do rio, não muito distante dos atuais lotes do Projeto e que de alguma maneira, ainda alimentam a esperança de um futuro que permita viver momentos de abundância de produção agrícola, que simboliza um desejo ainda alicerçado no passado às margens do rio, um certo bucolismo, posto que no cotidiano, a produção agrícola tem sido cada vez mais difícil.

Como dito por Maria Xique-Xique: *“É melhor lutar por aqui todos juntos... união ajuda todos. Se a gente não ocupar e lutar, desgarrar todo mundo, ai não tem jeito, isso aqui acaba.”*. Esse aparente receio pelo desenraizamento pressupõe que a fragmentação da vida social pode gerar o insucesso ao projeto familiar de constituir a vida na comunidade. As experiências e os sentimentos de pertencimento possibilitam a ação de forma propositiva, transformadora e utópica na luta por um sonho e por um projeto de vida inscrito em sua memória. Assim, a vida passa a ter sentido. É justamente a busca pelo enraizamento, marcado na experiência e nos sentimentos da trajetória desses sujeitos em sua localidade, que os estimulam a estabelecerem os laços sociais e reordenarem os seus projetos de vida em busca de estratégias e projetos de vida que levem em consideração autonomia, independência dos pais, realização subjetiva e renda e significação do lote (MENEZES, 2008).

O Projeto percebido então como espaço de múltiplas vivências abarca as várias subjetividades que se diferenciam por abarcar projetos alicerçados em trajetórias distintas e que se cruzam e se conflitam dentro das famílias e no próprio PAE (SCOPINHO, 2010; FARIAS, 2008).

A ampla variedade de projetos vividos possibilitam uma diversidade de experiências e diferentes histórias que percorrem caminhos diversos. É o homem de origem urbana (José Mulungu) que enxerga possibilidades e as dinamiza, servindo de exemplo para inúmeras famílias. É a ribeirinha que persiste no plantio de milho (Maria Mandacaru) e não deixa suas origens e memórias desaparecerem, ou mesmo, a jovem (Bianca Cagaita) que estimulada pelo seu sonho, cria seu negócio para continuar a morar no lugar em que os pais desejam. A permanência, sendo assim, não é uma decisão fácil e realizada de forma inequívoca, muitas vezes ela percorre caminhos variados, passa por projetos frustrados, por tensões entre os

familiares e por acontecimentos inesperados. Passa por períodos de desenraizamento e de mobilização de novas formas identitárias ao se refugiarem no “porto seguro”, que é a continuidade da família (ou parte dela) na terra.

O que se constrói são os objetos de memória, a memória do espaço, a memória afetiva dos sujeitos, o sentimento com a localidade e seu modo de vida, o enraizamento que esses elementos proporcionam e a segurança ontológica que o “ser” pode aproveitar. Isso não é uma idealização do lote como local isento de problemas e dilemas, mas sim a constatação de que o assentamento é uma localidade permeada por sociabilidades e sentimentos específicos e que pode ser uma possibilidade de realização de projetos de vida como afirma Scopinho (2010:1576).

O enraizamento, na primeira geração, é perceptível com a relação que ainda possuem com as margens do rio. Mesmo após o deslocamento desses locais, ainda plantam em meio à mata ou próximos aos barrancos, sobretudo mandioca, milho e feijão. As antigas casas, que não foram completamente derrubadas, ainda são visitadas e servem como abrigo para as ferramentas da lavoura ou da pescaria. As histórias sobre aqueles momentos vividos, sobre as conquistas, dificuldades, são constantemente lembradas e contadas aos filhos e netos. Essa narrativa objetiva justificar os projetos de vida atuais e estimular as gerações a valorizarem toda a trajetória de vida até chegar ao lote. Maria Mandacaru observa o rio de sua casa no lote e comenta que *“o rio já deu abundância e esperança para todos que moravam às suas margens”* e Daniel, seu neto, deseja inclusive voltar a morar nas margens do rio, reconstruir a casa que está lá e plantar.

Outro mecanismo de sucessão é aquele em que o (a) sucessor (a) surge da continuidade entre as gerações, onde o acompanhamento das atividades cotidianas faz parte da socialização para suceder. A escolha de quem sucede se ampara na percepção de quem possui enraizamento. Dentre as famílias, os projetos individuais são construídos com o objetivo de aglutinar interesses construídos pela coletividade, que é a de manter o significado do lote, como percebido na fala de Maria Xique-Xique: *“Aqui é nosso lugar e temos que pensar nisso aqui, cada um tem que fazer sua parte aqui em casa senão pra que tanta luta?”* e quando fala acerca da saída de algum indivíduo da família ela completa que *“[...] se algum que sair, nós entende, mas eles acaba voltando, aqui é o lugar deles, não tem jeito [...]”*.

A busca por melhorias no lote, a superação das dificuldades e a construção da identificação no lugar edificam o cotidiano onde o lote ultrapassa o sentido de conquista e chega na significação de espaço vivido, internalizados pelos sujeitos. Não se pode, no entanto, perder de vista que as percepções desses indivíduos sobre o espaço não está desarticulada das dimensões contemporaneas (ressignificação das atividades produtivas, por exemplo).

Acredito, dessa maneira, que as três formas encontradas na busca do estabelecimento de mecanismos de sucessão para a garantia da continuidade dos projetos de vida alicerçados na comunidade de Barra de Ipueira, bem como seus desdobramentos, aglutinam-se nessas três tipologias encontradas. Com o intuito de organizar a análise, as estratégias serão agrupadas da seguinte forma:

- Famílias que o sucessor é aquele que assume a continuidade da atividade agrícola e, portanto, dá sequência ao projeto da primeira geração, como visto nas famílias Xique-Xique, Mandacaru, Mulungu e Pitomba;
- Famílias que o sucessor decide continuar a mora no lote devido à dedicação a uma atividade não agrícola no lote, e por este motivo, têm seu projeto individual posicionado na família, percebidos nas famílias Macambira, Cagaita, Aroeira e Angico;
- Famílias os quais o sucessor continua a morar no lote mas trabalha e estuda fora do PAE. Nestes casos, o sucessor assume a posição de morador e na composição da renda da família, vistos nas famílias Mangaba e Juazeiro.

Estas tipologias objetivam apenas organizar a análise para o entendimento destes mecanismos de sucessão e permanência. Não cabe aqui negar ou invisibilizar que existem famílias que abandonam os lotes, aquelas que os utilizam apenas para o lazer ou aquelas que por ventura, ultrapassem as três tipologias anteriormente elencadas. O foco aqui é tratar de famílias analisadas que estabelecem estratégias de sucessão e os seus mecanismos e subjetividades, sem o intuito de simplificações.

4.2 A MOBILIDADE COMO ESTRATÉGIA E A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA COLETIVOS

Há uma construção bastante presente de que os Assentamentos são espaços dinâmicos e de que novas *territorialidades* são construídas cotidianamente. As permanências e deslocamentos, a definição dos sucessores e as escolhas sobre a apropriação do lote, fazem parte desta percepção. Nesse campo, torna-se relevante desvelar as formas e as dinâmicas que essa construção assume. Neste espectro circunscrevem-se inúmeras dimensões da vida cotidiana e dos meios necessários à reprodução social das famílias assentadas.

Como já dito, algumas famílias utilizam estratégias de mobilidade para a garantia de suas vidas nesse Projeto. Alguns elementos instigantes se conectam para que essa dinâmica se sustente e articule: a assunção de estratégias, a mediação de conflitos, as identidades e alteridades, a relação com a cidade, a transitoriedade.

As negociações assumidas entre os sujeitos sociais da primeira e da segunda geração, com o intuito consensuado de apoio e garantia às atividades no lote possuem diversos matizes, inclusive com a presença da terceira geração (de netos e netas) como parte das negociações. Na fala de Maria Jitirana, sua estratégia fica bastante clara quando “[...] *a área que, nos temos hoje, é essa área aqui, que ela é quarenta de largura e cem de comprimento, essa área aqui. Aí, quando a gente vamos plantar, aí a gente planta nessa área aqui pra não deixar a terra nua e nem deixar a agricultura perder o sentido aqui [...]*”. Reforça a importância da família para a sobrevivência no local, onde “[...] *hoje, se a gente quer viver bem, a gente tem que ter uma família unida. Uma família bem estruturada, que é o mais importante, né. Quando a gente tem uma família estruturada, a gente vive melhor.*” e, portanto, “[...] *enquanto alguns tem que sair pra ir na Lapa ganhar o pão, os mais novos ficam aqui e ajuda no pouco da roça e eu quero que meu neto cresça vendo que a labuta na terra existe é não é ruim não (sorri).*”.

Quando em sua fala ela se remete àqueles que saem para a cidade trabalhar, está falando dos dois filhos mais velhos e do marido. Na sua família as estratégias estão definidas, e isso fica mais claro ainda quando afirma que “[...] *quando forem crescendo e estudando, vão ai buscando emprego pra ajudar aqui, pois eu tô por aqui e vou dando conta da roça com os mais novinho*”.

De forma bastante parecida, este mecanismo também está presente na família de Maria Cagaita:

“Eu mando eles ir pra escola. Chegar em casa, estudar o dever, pegar o caderno, porque televisão, não é futuro pra ele, [...] porque eu pego no pé dele, eu falo: amanhã tem aula, só que quando fala assim: vai estudar, vai

estudar pra você ser alguém na vida, isso aí eu pego muito, se tem uma coisa que eu pego mais dentro de casa, é isso aí. Agora, ele aí, chega, depois das tarefa vão ajudar a gente na roça, pois isso eles vão fazer muito ainda né? Pra eles aí, que possa dizer, toma vergonha na cara, assumo quem você é [...] Se for trabalhar ai fora, saiba que sempre tem a roça aqui pra ajudar, ela não vai largar nós e nem nós ela [...]

Surge para ela uma clareza suas representações sobre gênero:

“Ah... a Telma fala assim: mamãe, eu vou formar pra ser uma “bailarina”. Eu falo “Telma, como é que você vai ser isso?!”. Aí hoje, ela tava me falando: mãe eu já sei fazer assim na ponta dos pés, oh, eu já fico assim, empezinha e sei rodar... Isso logo passa, pois nós sabemos o que é pra nós... Enquanto ela roda esses pé pela casa vai ajudando a gente aqui com as coisas...”

Já quando fala dos meninos, o marido de Maria Cagaita diz que “[...] coisa que eu não queria, quebrar a cabeça com meninos, um deles é o Joaquim. Eu comecei trabalhando no campo, pois é a mim Joaquim que ele puxou [...] porque ele só gosta de andar montado à cavalo [...]” e, confirma que “[...] já disse a ele pra trabalhar com a roça, mas também já ta na hora de procurar algo ai fora, dá pra fazer os dois!”

No caso dessas famílias com trajetórias de mobilidade espacial, ou seja, moravam em outros lugares e por diversos motivos, foram assentadas no PAE São Francisco, os que é desejado ante ao trabalho agrícola não parece seguir uma dimensão secundária, visto que todos trabalham na roça. O que ocorre, de forma estratégica, é a saída dos mais velhos para o trabalho na cidade e a garantia de que os mais novos ajudem no trabalho da roça e, por fim, que estes que saem para ajudar com a renda adquirida fora do lote, se comprometam com a ajuda financeira e com a força de trabalho na roça de de forma mais eventual, nos finais de semana ou em atividades que exigem maior força de trabalho, como o plantio e a colheita.

Na fala de Maria Jitirana, essa estratégia se elucida quando diz que “*meu filho vai lá e volta, trás comida e até paga algumas coisas por lá, ai no fim de semana, ele nos ajuda aqui com algo que precise na roça*”. Instigante que, quando perguntados sobre quem daria continuidade nas atividades do lote no futuro Maria Jitirana responde: “*Ave maria, todo mundo não pode abandonar isso aqui não, tem que cada um fazer um pouco aqui pra isso não parar*””. Maria Cagaita e o marido seguem na mesma direção e apontam que “[...] eles podem até querer morar fora, mas tendo isso aqui como a casa de verdade, nem que seja trabalhando na roça de vez ou outra, pra nos ajudar e não esquecer quem são.”

Estes trechos das falas desenham quais estratégias as famílias elaboram para a continuidade do lote enquanto espaço coletivo e de garantia da manutenção das atividades agrícolas. Em primeira medida, as falas dos pais orientam a uma estratégia concensuada de que o elo de ligação com o lote não pode ser perdido com o trabalho na cidade. Quando pergunto a um dos filhos de Maria Jitirana, o Tadeu, de oito anos, sobre essa questão ele diz:

“Eu gosto daqui e da cidade. Na verdade eu queria era só trabalhar aqui e ter condições de ir pra cidade só passear. Aqui a gente que faz a nossa hora, manda na gente mesmo. Meus pais batalharam muito por isso aqui, até fome passamos, é muito bom hoje poder ajudar eles aqui. Na verdade eu acho que estou me ajudando também né?”

E ele complementa que

“Eu quero poder fazer um pé de meia pra nós não precisamos trabalhar na rua. Cada um aqui de nós pensa em agora fazer um pouco pra deixar isso aqui como agente quer. Ainda vamos ver se dará pra aumentar a casa ou fazer o puxadinho né? Algum jeito nós dáremos!”

Através desta perspectiva, ele afirma que a irmã mais velha e o marido estão conjuntamente trabalhando para a garantia de melhorias no lote. Para essa família, a divisão de lote ou a saída para a moradia em outro lote ou área rural não é vista como possibilidade. Assim como na família de Maria Jitirana, os filhos de Maria Cagaita, também elaboram falas semelhantes. A mais velha diz que “[...] *se não nos unirmos, cada um fazer um pouquinho, isso aqui acaba, por isso eu vou todo dia pra farmácia trabalhar e quando volto com um dinheirinho, e ajudo aqui, fico bem feliz*”. Quando eu pergunto se pretende sair para morar em outro lugar, fala que *“Eu e meu filho vamos continuar aqui. Já fizemos um quartinho pra gente e vamos ficando. Não penso em ser da cidade. Meus irmãos também não*”. Ela afirma que sua saída e de seu irmão para trabalharem fora se dá por que *“Nós percebemos que só da roça não dava. Ele tá trabalhando e quer ser agrônomo, pra mudar isso aqui. Já eu digo a ele que aqui no lote, ele vai fazer o projeto de agrônomo e nós vamos executar, tipo empresa sabe? (risos)”*.

No sentido proposto por Thompson (1978), voltar a atenção para a *experiência* torna possível compreender os sujeitos como construtores e propositores de suas próprias histórias. Essa noção de experiência dos sujeitos está inserida em amplo espectro de relações do mundo da vida, pois em última instância foi gerada na “vida e nas relações materiais”.

Torna-se possível perceber que as trajetórias dos sujeitos da segunda geração são múltiplas e marcadas por várias idas e vindas⁴⁶, ligadas à formulação e reformulação contínua de seus projetos de vida, que neste caso, confluem para o propósito da continuidade da ocupação *do* lote pela família, mesmo que, transitoriamente, não isso implica a continuidade deles *no* lote familiar. Ao observar as trajetórias, as idas e as vindas, foi possível perceber que os sujeitos acumulam um repertório que os faz perceber a localidade, o trabalho na agricultura, a conquista da terra pelos seus pais e a construção de um patrimônio familiar em outra perspectiva e, por isso, elaboram distintas estratégias de permanência.

Assim, a mobilidade para São Paulo, como na família Cagaita e Pitomba e outras famílias que possuem parentes no sudeste, não fragmenta necessariamente a família, pois o envio de recursos todos os meses, as viagens frequentes de ida para São Paulo ou retorno para o PAE, fortalecem laços e viabiliza projetos, como ampliar a casa ou investir no lote. Sob essa perspectiva, essa fluidez entre morar no lote, estar fora e manter laços de reciprocidade e ajuda mútua, fortalece sobremaneira a parte da família que permanece, pois é perceptível que o lugar comum, o espaço que os une, é aquele em que a primeira geração reside.

Claro está que a elaboração dos projetos de vida amparados na manutenção de laços com o lote e na busca de alternativas de vida que objetivam a sobrevivência e a viabilização de projetos circunscritos ao lote, não são em si um determinismo. Os projetos tornam a localidade do PAE viável e, enquanto espaços de vida (com o cotidiano dinâmico, repleto de chegadas e saídas), engendram territorialidades distintas, onde a fluidez perpassa pelo pertencimento ao lote mas também se assenta na busca por oportunidades de trabalho e geração de renda, de estudar, de lazer. Os indivíduos buscam alternativas à sobrevivência e manutenção do projeto familiar (coletivo) através de ações de projetar suas vidas para este fim.

A ideia clara de ter onde morar, i.e., de ter uma casa, fortalece uma série de dimensões na vida cotidiana, como juntar dinheiro para a reforma ou ampliação da casa, investir em ferramentas e sobretudo, em formas de captação de água, com vistas a garantir a produção e, conseqüentemente, tornar a moradia naquele espaço mais aprazível e relacionada com a identidade camponesa, fazem do lote um espaço onde os projetos confluem, se concretizam.

⁴⁶ Idas e vindas pensadas no sentido de saírem do assentamento para terem as mais variadas experiências de trabalho de formação profissional fora do assentamento (ARBAROTTI, 2014).

A conformidade deste arranjo configura novas formas de organização dentro da localidade, com uma comunidade que estabelece suas formas de inserção dos sujeitos, sobretudo, com o surgimento de prestação de serviços e de estímulo à empreender a partir das oportunidades identificadas e na verificação das demandas deste grupo social, afinal, em certa medida, quanto mais tempo ficarem no PAE e dependerem menos da cidade, as permanências se concretizam.

A experiência de vida no lote e a consequente configuração do Projeto como espaço de vida, marcam um cenário marcado pela existência de um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas, de lotes repletos de especificidades. As atividades agrícolas são realizadas em pequena escala e eminentemente para o autoconsumo, e quando possível, a comercialização é feita nas feiras e em quantidade reduzida de produtos. Já as atividades não agrícolas se circunscrevem à prestação de serviços (mecânica de motos, estética e transporte) no próprio PAE. Os lotes passam a abarcar as possibilidades de execução que as famílias observam, porém, mesmo em lotes cuja atividade não agrícola se apresenta como significativa para a renda (Cagaita e Mandacaru), a atividade agrícola possui importância no provimento e no incentivo à participação da primeira geração, nas atividades no lote.

A ida à feira livre de Bom Jesus da Lapa para comercializar é sempre ocasional e não possui uma frequência, cujo motivo é a produção em pequenas quantidades e a colheita aquém do que seria possível se tivessem os meios de produção adequados. As famílias que conseguem comercializar (Xique-Xique, Mandacaru, Angico, Mulungu, Cagaita, Pitomba, Gueroba) chegam a levar quatro ou cinco quilos de mandioca (em períodos favoráveis, levam dez vezes mais que essa quantidade), de cenouras, alguns molhos de couve ou coentro, o que lhe dá uma renda muito baixa, mas importante, pois permite comprar alimentos ou pagar remédios.

Em períodos de chuva, quando a produção e colheita são possíveis, sem a dependência de muitos insumos, a comercialização ganha outro status e as famílias, com o recurso que adquirem, conseguem reservar o dinheiro para os períodos mais difíceis. Sob essa lógica, a vida no lote torna-se muito difícil do ponto de vista da comercialização agrícola, mas os sujeitos identificam outras relações de geração de renda e trabalho, o que tratarei a seguir.

4.3 SUCESSÃO, PROJETOS DE VIDA E RESSIGNIFICAÇÕES SOBRE O LUGAR

É preciso pensar sobre o vivido pelas famílias nos assentamentos rurais, considerando as as ambiguidades e as contradições, as possibilidades, as estratégias e as limitações, os desejos e frustrações, desvelando este vivido, revelando o que dele está aparente e/ou oculto nas representações sobre suas vidas nesse lugar. Ao construírem as suas redes de relações, no interior do PAE e com o meio externo, as famílias procuram definir/redefinir estratégias de permanência na terra, lançando mão de seu saber-fazer e buscando/assimilando novos saberes, principalmente nas definições das alternativas de produção, passando pelas escolhas entre o trabalho individual e o coletivo, respeitando as experiências com a terra que trazem de outros tempos.

Ao refletir a organização da vida no PAE, considero os sentidos que as representações assumem, e percebo os valores que organizam e caracterizam os projetos familiares, bem como a aceitação e/ou rejeição dos projetos e valores apresentados pelos mediadores e pelo Estado. Quando conversamos sobre a questão dos projetos de vida e se alguém daria continuidade a eles (referindo a filhos/as e netos/as), José Mulungu diz que “ [...] *eles sabem que estou construindo o futuro deles, por isso eles acompanham todo o processo. Clara e Sávio eu vejo que entendem isso e querem seguir nosso trabalho, eles já disseram isso*”.

Quando colocamos a mesma questão para Clara, enteada de José Mulungu, ela diz que “*Aprendi a gostar de tudo isso aqui e o bom é que trabalhamos pra gente. Gosto de saber que não terei patroa e que meu tempo é para cuidar das coisas da gente*”. E sobre assumir o papel de continuar as atividades dos pais, complementa ainda que “*Farei curso técnico e estudarei para administrar isso aqui com Sávio, ele também quer fazer. Adoro acompanhar meus pais na roça, pois cada dia é uma novidade. Meus amigos falam que sou a herdeira das terras (risos)*”.

Sávio, filho de José Mulungu brinca que “*Seremos os herdeiros, não é? Acho que essa casa aqui vai ter que crescer pra cima, ter andares, pois tem que ter espaço para plantar*”. A configuração familiar onde a sucessão foi construída durante a vida, com o exemplo dos pai, configura uma unidade doméstica em que as gerações elaboram o mesmo Projeto. Essa dinâmica também está presente na família Pitomba. Para Perpétua, filha mais nova de Maria Pitomba, “*Nós pensamos em continuar aqui. Eulália (irmã mais velha) quer conseguir um lote pra voltar e eu, acho que ficarei por aqui mesmo, mainha ta envelhecendo*”. A condição para ela de continuar no lote não está necessariamente ligada à sucessão ao trabalho, quando

diz que *“Talvez eu pense em montar um negocinho aqui na porta, pra dar um dinheirinho. Não sei se aguento essa vida toda na roça não”*.

Maria Pitomba, no entanto, reflete que *“[...] quem ficar aqui vai ter que pelo menos plantar alguma coisa ai, não dá pra deixar a terra nua. Nem que seja pra comer fruta na época e fazer sombra, tem que cuidar das plantas, não aceito o contrário!”*, questão que Perpétua concorda quando diz que *“Fruta e planta de remédio eu sempre quero cuidar, senão não é roça né? Ainda mais que mainha plantou tudo isso ai (aponta) e não pode deixar perder”*.

No cotidiano destas mulheres assentadas observam-se diferentes espaços de vida e de trabalho compondo seus cotidianos, dentre eles o espaço da roça. Na comunidade de Barra de Ipueira é nítida a participação efetiva das mulheres nestes espaços, sobretudo porque, na maioria dos casos, os homens trabalham fora da comunidade em atividades do comércio em Bom Jesus da Lapa ou como trabalhadores no Projeto Formoso ou se dedicam a atividades não agrícolas no próprio lote de morada.

A produção é feita em pequena escala e em maior parte, como já dito, eminentemente o para autoconsumo, e parece reproduzir uma extensão do papel atribuído à mulher como dona de casa. São elas também que vão à feira livre vender o excedente, o que lhes proporciona uma pequena renda que é convertida em benefício de toda a família (compra de alimentos, remédios, vestuário). Os homens das famílias estudadas possuem renda advinda da aposentadoria ou das atividades não-agrícolas. Tratarei sobre tal questão, mais detidamente, no Capítulo 6.

A participação das mulheres nesse contexto influencia diretamente sobre as acepções acerca da sucessão e as fazem refletir sobre possíveis dilemas. O conflito entre quem continuará no lote se apresenta na família Juazeiro. Maria Juazeiro diz que os filhos Tulio, Tania e Faustino *“[...] só faltam brigar quando a gente fala que uma hora eles vão ter que seguir a vida deles”*. Os três, que ainda não atingiram a maioridade, falam a respeito quando os interpele. Túlio, o mais velho diz que *“Se um dia meus pais morrerem, acho que eu devo continuar, sou o mais velho né?”*. Essa fala logo é retrucada por Tania (um ano mais nova), dizendo que *“É melhor meus pais dizerem logo de quem é isso aqui, ou então cada um ter sua casa aqui no lote, senão vai dar briga (gargalha)”*.

Inicialmente a questão da casa parece ser a questão central, mas logo essa aparente relação com um patrimônio material é elucidada em uma fala de Túlio que *“[...] não adianta*

construir um monte de casa aqui e não poder plantar nada. Tem que ficar quem planta né? Quem gosta de roça” o que tem a concordância de Tânia: *“Sim, concordo, mas a gente é da roça, não vai plantar?”*. Durante a conversa somos interrompidos por uma fala interessante de Faustino, o mais novo: *“Acho que é melhor logo cada um ter seu pedacinho, dar um jeito ai, senão como vai fazer? Já falei pra mainha que quero ter uma roça de mandioca só minha!”*.

Pergunto a Maria e José Juazeiro sobre o que pensa a respeito, eles demoram a responder José conclui: *“[...] sofro com esse problema, pois se a terra fosse minha e maior, dividia um pedacinho igual a todo mundo pra trabalhar mas não dá [...]”*. Já Maria diz que por ela *“Tulio é que vai continuar isso aqui, pois Tania vai casar e sair daqui com certeza e Faustino nem sabe o que quer direito. Até ir pra São Paulo ele quer”*. Quando pergunto a ela por qual motivo ela pensa em Túlio a resposta trata que *“Ele é mais velho e já é responsável, nos ajuda aqui sempre e até brincamos que ele tem que aprender tudo logo senão nós faltaremos e ai só terá ele”*.

José Juazeiro pensa um pouco e constata que *“[...]~não quero pensar nisso agora, mas já da pra ver que eles precisam pensar em quem vai ficar com isso aqui, só não quero brigas”* e *“Tulio de fato já sabe como penso e como gosto das coisas aqui, desde pequeno ele nos acompanha pra trabalhar, os outros iam pra brincar”*. Pergunto então ao José Juazeiro sobre o que ele acha da ideia de Tânia gerir a propriedade caso Túlio desista da ideia e sua fala é no sentido que:

“Ela daria conta, com certeza. Mulher tem mais capricho nas coisas. Só não sei se ela ia aguentar sozinha tudo isso, tem mulher que aguenta né? Com um marido as coisas ficaria mais fácil, então se ela casa com alguém daqui, o cabra vai ter sorte, pois ela gosta disso. Gostaria na verdade que ela estudasse pra não precisar, pois isso aqui acaba com a gente”.

Esse conflito na sucessão atrelada à questão de gênero e escolha do filho mais velho ficou explícito apenas na Família Juazeiro. Estudos anteriores sobre sucessão (Carneiro, 2001; Woortmann, 1995, Santos, 1984) relatam a ocorrência destes mesmos conflitos, onde o chefe de família escolhe o filho mais velho ou mais novo, do sexo masculino, para a sucessão à propriedade. Maria Juazeiro espera que a filha saia do lote com o casamento, que também foi descrito nos estudos acima citados. Nas outras famílias, ser mais novo ou mais nova, parece se colocar como questão central à sucessão. Na segunda geração das famílias Xique-Xique, Angico, Mulungu, Pitomba e Aroeira, são os mais novos que permaneceram,

majoritariamente, as mulheres. Certamente as oportunidades de trabalho fora do PAE, o contexto favorável de acesso a novos lotes, o casamento e conseqüente saída, apresentam-se como possibilidades a essa configuração.

Na família Mangaba, por exemplo, a sucessão é limitante para a família. A família não possui na segunda geração homens, então pensar nas atividades produtivas no lote perpassa pela percepção de que *“Nós só temos filhas mulheres, então melhor pensar em horta e galinha que é menos pesado. Não dá pra Vilma ou Valéria quererem criar gado ou pegar pesado na enxada todos os dias”* diz a agricultora Maria Mangaba. Para a primeira geração, as sucessoras, de alguma forma, precisarão de aporte masculino como dito por José Mangaba: *“Sempre cuidei das coisas com a ajuda delas. Mas o pesado mesmo não deixo, prefiro pedir ajuda ou pagar alguém né?”*, e se no futuro, *“[...] quando nós faltarmos aqui, tomara que elas tenham filhos pra ajudar, sozinha não dá”* e finaliza: *“[...] pra ter filhos pra ajudarem elas ganharem o dinheirinho e cuidarem delas quando ficarem velhas como elas fazem conosco”*.

Seguindo a lógica, é possível refletir, amparados em Bourdieu (2002) e Woortmann (1995), que o estabelecimento familiar (*family farm*) pode ser compreendido como uma continuidade entre gerações. Essa relação constituída através de um atrelamento entre deveres morais e os projetos de vida, levam à compreensão de que os sucessores da terra assumirão também o compromisso de cuidar dos pais na velhice (Dirven, 2002; Spanevello, 2008).

A semelhança no que tange o tratamento dos filhos e filhas igualmente, no entanto, é perceptível quando eles (as) são motivados pelos seus pais para aprimorarem a educação formal, uma vez que o (a) filho (a) estudar significa que possui alternativas concretas para obter empregos formais ou até mesmo, acessar estratégias complementares (fazer um curso técnico para ajudar no lote, por exemplo). Esta questão da importância dos estudos para a segunda geração foi percebida em todas as famílias que participaram da pesquisa e admitem a necessidade de que essa geração saia, pois a partir do ensino médio, não há mais possibilidades de realização no PAE.

Ao estudar especificamente a juventude rural assentada, Malagodi e Marques (2007) explicitam que ficar e sair são estratégias complementares, pautadas por condições objetivas das famílias de agricultores familiares e pelos significados que essas oferecem aos jovens, na montagem de seus projetos de vida. Para realizarem este estudo, foram analisadas as principais estratégias de reprodução social dos jovens assentados por meio de trajetórias de vida. Os pontos positivos apontados por eles na vida no assentamento são as condições de

moradia e a possibilidade de estudar. Alguns pontos negativos são as dificuldades de lazer e de renda, falta de políticas públicas para a viabilização do assentamento, que se repetem entre a segunda geração estudada na comunidade Barra de Ipueira.

Os dilemas da sucessão em Assentamentos também foi levantado por Cordeiro (2009), para quem “a sucessão é um dos momentos cruciais para a manutenção do patrimônio familiar e para a continuidade da atividade agrícola, quando são negociadas as orientações coletivas da família e os interesses individuais” (CORDEIRO, 2009: 3). Assim, existiria uma relação dialógica para o estabelecimento de limites a um projeto coletivo familiar (STROPASOLAS, 2002; CASTRO, 2005).

Importante refletir que as condições objetivas que possibilitem a construção e execução de estratégias de reprodução social das famílias estão previstas pelo Estado. Conforme o INCRA (200) aponta, o objetivo da política de assentamentos não é, tão somente, a distribuição de terras, mas a viabilização da permanência do da família neste espaço, possibilitando-as a construção de estratégias para essa permanência. Por este caminho é criada a expectativa de que alguém permaneça no lote para dar continuidade ao empreendimento realizado por essa política pública.

A legislação agrária federal estima, após o processo de demarcação e estudos iniciais, a entrega de lotes para as famílias e assume através de um Plano de Desenvolvimento, que a família irá viver a partir da renda obtida com o trabalho agrícola. O lote é propriedade da União, mas há uma concessão de uso até ser realizado o processo de titulação definitiva do assentamento, o que significa dizer que os assentados possuem apenas o direito de uso (plantio) no lote, ou seja, não há propriedade legal sobre o lote até a emissão do título definitivo. No caso do PAE, este título definitivo não pode ser emitido e a propriedade do lote é da União, sendo o INCRA o guardião dessa e será por todo o tempo da vigência dos Contratos, que são renováveis (Lei no 8629/1993).

Acerca da continuidade das famílias, Miranda (2003) esclarece que, tanto na sucessão ainda em vida, quando da morte do titular, o INCRA não permite a divisão do lote entre mais de um herdeiro, já que este é tratado como ligado a uma unidade familiar. Ademais, a partilha não é possível, uma vez que cada lote representa um módulo de assentamento, ou seja, uma parcela por si só já indivisível.

A questão da indivisibilidade do lote atrelada à sucessão, torna-se importante de ser analisada. Segundo Maria Mandacaru “[...] o lote que deram pra gente é muito pequeno, que

só da pra plantar horta e ter a casa”, e que possui a concordância de José Angico onde pra ele *“Parece que pensaram isso aqui pra nós sofrermos. Onde já se viu agricultor com este pedacinho de chão?”*. Para Maria Mandacaru, *“[...] as casinhas que já conseguimos fazer aqui pra meus filhos, não foi INCRA nenhum que deu [...]”*.

Para as famílias assentadas, a garantia que o (a) sucessor (a) permaneça, está ligada diretamente à sua condição de moradia e autonomia. Algumas famílias não demonstraram a preocupação do local de morada, mas outras afirmam que o convencimento da continuidade perpassa por acesso à terra, mesmo que o acesso seja através da divisão do lote.

Uma possibilidade que é recorrente em vários assentamentos como solução extra-oficial para as questões de sucessão é a posse condominial, segundo Miranda (2003). Para a autora, ainda sobre as normas aplicadas pelo INCRA, afirma que as sanções para os assentados que cometem irregularidades não são muito bem delineadas, o que pode levar à perda da condição de assentado e impossibilidade de retornar ao programa.

Para a primeira geração, a possibilidade de terem os sucessores como novos “sem terra” é uma questão importante. Clara Cagaita, a filha mais nova, relata que Pedro (seu irmão mais velho) costuma dizer que, se ele quiser um lote apenas seu, precisa entrar na fila da Associação, para conseguir. Essa dificuldade para ela se apoia na ideia de que *“[...] ele não vai querer ficar esperando essa fila que ninguém entende. Melhor pensar a vida de outro jeito”*. Completa que *“Meu pai diz que alguém tem que ficar nas terras, mas que seria bom dividir em dois pedaços pra nem eu nem Pedro precisar pedir nada a ninguém”*. Deste modo, a sucessão parece estar clara quando José Cagaita diz que *“Ele (o filho) já saiu pra trabalhar, então, temos que dar um jeito de Clara se empolgar com isso aqui, senão fica quem? Já falei a ela que a casa é dos dois, mas que tudo indica que é ela que vai tomar de conta”*.

Então quando pergunto quais os motivos de não terem construído outra casa no lote, já que na sua fala, a casa surge como patrimônio e não o lote, José Cagaita diz que *“Nós somos fracos, mas se construir outra casa ai, quase não teríamos onde plantar. Acho que só essa casinha aqui dá, pois Clara fica nela quando nós morrermos [...]”*.

Para Anjos e Caldas (2005, p 187), *“[...] a sucessão é um verdadeiro código cultural que orienta as escolhas e procedimentos dirigidos a garantir com que o sucessor passe a reproduzir a situação original”*. A questão da renúncia também aparece relacionada entre as famílias estudadas, tanto no estímulo da primeira geração para que alguém desista, ou entre os indivíduos da segunda geração, como visto na família Mangaba. Na Família Aroeira, por

exemplo, Antenor, um dos filhos, afirma que “[...] *vendo as possibilidades que tinha aqui, preferi logo sair*”, a decisão partiu da compreensão de que “[...] *não dá pra todo mundo morar aqui e assim que eu vi uma oportunidade, pensei que seria mais difícil no futuro, algum irmão meu conseguir sair daqui*”. Para Bruno Aroeira, o mais novo, “*Eu imagino se quisesse ficar todo mundo aqui, iamos ter que dividir o lote que ia virar condomínio (sorri) ou ocupar outro aqui na comunidade, mas não tem espaço né?*”.

Antenor coloca que “*Até gostaria de viver da roça, mas quando eu saí daqui, as chances de emprego eram boas*”, o que é percebido por Bruno, que diz que “[...] *hoje trabalhar tá difícil, por isso é bom pensar no que fazer aqui na roça, em dar um jeito disso aqui dar dinheiro, a gente pensa nisso, eu quero ver se isso aqui rende pra nós*”.

Interessante pensar que há, entre as famílias analisadas, a percepção de indivíduos da segunda geração em permanecer no lote. A escolha se assenta em alguns aspectos, a saber: garantia de moradia dada pela casa construída no lote; percepção de que há possibilidades de mobilidade com a cidade (trabalho, estudos, lazer); e, por conseguinte, conciliar a produção agropecuária no lote com atividades não agrícolas a partir do potencial de serviços demandados no Projeto.

Estes são os fatores principais que definem se esse processo será mantido ou rompido. O rompimento acontece quando emergem os projetos individuais dos filhos sobre os familiares e torna-se difícil formar um sucessor. Não havendo sucessores, a questão se volta para o destino do estabelecimento e na forma de divisão do patrimônio quando permanecem e quando não permanecem sucessores (SPANVELLO; 2008:22). Para Gasson e Errington (1993) a reprodução social de longo prazo, também denominada de reprodução intergeracional, é um processo composto por três partes/fases: 1) sucessão; 2) herança; 3) retirada ou aposentadoria dos pais.

Para as famílias assentadas, as três fases se demonstram interligadas no mesmo conjunto espaço-tempo. A sucessão (desde o processo de definição da assunção de quem continuará) e a constituição de patrimônios herdáveis ou da definição das estratégias relacionadas ao lote (divisão, construção/ampliação da casa, por exemplo) estão imbricadas aos projetos de vida individuais, que dão conformidade às ações estratégicas das famílias para garantir a continuidade.

Há o caso em que a relação também pode seguir a ordem inversa, como no caso da Família Angico, onde com a aposentadoria de José Angico, ele afirma ter pensado em “[...]”

com quem ficará a minha roça e as minhas coisas? To cansado e velho já [...]”. Ele afirma que Nestor Angico sempre demonstrou querer ficar com a casa, então José Angico decidiu que *“Se então tu quer ficar com a casa, vai ter que cuidar da roça também”*.

Nestor, quando pergunto sobre o que ele acha de cuidar da roça ele é enfático:

“Não era meu sonho, mas gosto muito de morar aqui, então, vou cuidar sim. Talvez eu mude umas coisas ai de meu pai, mas acho que se der certo, vai dar certo a roça. Vejo essas ações de vocês ai (se refere ao nosso trabalho no IF Baiano) com agroecologia, e quero tentar isso”.

A sucessão não tem como elemento constituidor o desejo de continuar o processo produtivo, mas de continuar ocupando o lote. A partir desse movimento, forja-se o “agricultor” para garantir o desejo de ser “morador”. Se analisarmos as informações já descritas sobre a ocupação laboral dos indivíduos, a maior parte está ocupado com atividades não agrícolas ou, em alguns casos, conciliam atividades não agrícolas com agrícolas. Essa configuração possibilita o fortalecimento da família através de novas atividades que podem produzir uma renda adicional e também propiciar o investimento em meios para armazenar água e irrigar, que é a principal dificuldade das famílias à atividade de produção agropecuária. As famílias analisadas exercem simultaneamente múltiplas atividades, o que permite certo grau de autonomia e ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico.

Bianca Cagaita e César Macambira exemplificam bem este processo, os quais, as relações de trabalho e de geração de renda conciliam multiplas dimensões. Para ambos da segunda geração de suas famílias, a continuidade no assentamento torna-se possível a partir das atividades não agrícolas. Essa dedicação, no entanto, é parcial, pois ambos colaboram com as atividades agrícolas realizadas no lote. Ambos percebem que a sua contribuição para a renda da família advém das atividades não agrícolas.

Por mais que a primeira geração desejasse que as atividades agrícolas no lote representassem a atividade principal e, por conseguinte, ratificassem a função social da propriedade⁴⁷, a segunda geração, nessas duas famílias, não percebe como negativo a dedicação a atividades fora da agricultura, sobretudo porque essa dedicação permite viabilizar as atividades agrícolas, com recursos financeiros para investimento em compra de insumos e

⁴⁷ A função social da propriedade rural essa regulada no artigo 186 da Constituição Federal de 1988, onde considerou o aproveitamento racional e adequado do imóvel rural como elemento necessário à observância da função social que lhe deve ser inerente. Pressupõe a sua exploração de forma compatível com as técnicas científicas e de experiências agrícolas adequadas, bem como a observância das potencialidades do solo, relevo e clima. Importante destacar, a função social da propriedade rural como elemento de produção. A Lei 8.629/93 no seu artigo 6º estabelece os critérios para que a propriedade rural seja considerada produtiva, conceito que se próxima da noção de aproveitamento racional e adequado.

equipamentos e com isso, garantir a manutenção da identidade camponesa da primeira geração.

A questão levantada pela Família Angico demonstra a dimensão que a agricultura ocupa no espaço familiar, norteados pela busca da continuidade do patrimônio da família através da transmissão (da terra e de saberes) aos seus descendentes. A lógica preponderante da sucessão se ampara na necessidade de manter o patrimônio familiar baseado na terra. Para a manutenção desta lógica, os agricultores buscam entre seus filhos um sucessor para o seu patrimônio. Além de ter um sucessor é preciso levar em conta o encaminhamento do estabelecimento aos filhos e a forma de transmissão do patrimônio.

No entanto, como percebido nas oralidades das famílias da comunidade, os possíveis rompimentos nessa dinâmica ocorrem quando emergem os projetos individuais dos filhos em detrimento dos familiares, o que torna difícil formar um sucessor, ou, quando em outra instância, os projetos individuais se conflitam com as possibilidades normativas inerentes a serem assentados (as) de reforma agrária. Neste sentido é possível citar Vilma Mangaba, que deseja estudar e morar fora do assentamento e Joana Macambira que já trabalha fora e deseja comprar uma casa na cidade. Para ambas as famílias, estes desejos individuais representam o fracasso do projeto familiar de constituir as possibilidades de sobrevivência e moradia no PAE. Nitidamente, para ambas, a saída não se apresenta como estratégia que visa fortalecer a permanência da família na comunidade de Barra de Ipueira, mas se ampara com vistas às consequências individuais de oportunidades de saída definitiva do lote. Tal questão não descarta, entretanto, que ambas não cogitem colaborar com as famílias, mas nas conversas, essa questão é subliminar.

De todas as maneiras, não havendo sucessores (prováveis ou definidos), a sucessão se direciona para o que será feito com o lote (visto sob o viés produtivo) e com a casa e, ainda, na forma de divisão deste patrimônio, o que será debatido mais detidamente no capítulo 5.

Na delimitação da pesquisa fica evidenciada que a sucessão enquanto um processo envolvendo as condições que permitem aos filhos permanecer ou sair e as dimensões da transmissão do patrimônio quando os agricultores contam com sucessores e quando não podem contar com essa possibilidade, direcionam ao entendimento que os projetos individuais, em sua maioria, buscam uma adequação a um projeto familiar (coletivo) que se ampara nas condições objetivas percebidas pelo acesso à terra.

4.4 DINÂMICAS SOCIAIS E DILEMAS DA SUCESSÃO ENTRE AS GERAÇÕES

Gasson e Errington (1993) compreendem que os processos atrelados à sucessão representam um processo dinâmico e não um ponto específico no tempo. Estes processos dependem de cada família, e variam conforme a dimensão jurídica (ou legal) e cultural em que estão inseridos os agricultores. Segundo os autores, as formas de sucessão são muitas e variadas e na prática, os atuais padrões sucessórios podem ser resumidos em quatro modelos, que também contemplam a maioria dos casos encontrados na comunidade de Barra de Ipueira:

a) O sucessor reside em outra casa e estabelece uma forma própria de gestão. Este (a) filho (a) pretende exercer o processo de tomada de decisão de forma independente. Também é independente financeiramente, mas assume o estabelecimento paterno em caso de aposentadoria do pai/mãe, como no caso da Família Angico, por exemplo;

b) O filho possui um estabelecimento separado e tem boa autonomia na atividade que realiza, podendo ser, por exemplo, uma criação de suínos. O filho aprende a desenvolver ou aprimorar as habilidades que aprendeu com o pai/mãe e possui relativa independência financeira, o que lhe permite construir algum capital próprio, como no caso da Família Mandacaru;

c) O filho reside com o pai e eles trabalham em forma de parceria. O filho vai gradualmente aumentando sua responsabilidade na realização de algumas atividades, com possibilidade de tomada de decisão em determinadas tarefas em comum acordo com o pai/mãe, como visto na Família Jitirana;

d) O filho mora com o pai, mas participa muito pouco do processo de tomada de decisões das atividades do estabelecimento, apesar de conviver e trabalhar com seu pai e sua família por muitos anos no mesmo estabelecimento. O (a) filho (a) é tido como uma força de trabalho importante no estabelecimento e assume como sucessor (a) em caso da morte ou aposentadoria do pai/mãe. Nesse caso, o (a) sucessor (a) é menos preparado (a) para assumir o estabelecimento em razão da pouca experiência administrativa realizada durante sua vida (GASSON; ERRINGTON, 1993), como percebido na Família Mangaba.

Na realidade, os padrões sucessórios combinam um ou vários elementos de um tipo ou de outro, o que move essas combinações são as particularidades individuais das famílias (trajetórias, projetos de vida, relações simbólicas com o lugar), o gênero e as gerações

(conforme a composição familiar), e especificamente, nos casos dos assentamentos, as condições as quais a modalidade criada interfere na projeção das famílias.

De maneira geral, o padrão sucessório predominante privilegia a escolha de um (a) único (a) sucessor (a) pelos pais, devido muitas vezes pela pouca extensão de terras na agricultura familiar e a exclusão dos demais como forma de garantir a continuidade dos estabelecimentos por aquele que notar maior aptidão para os negócios agrícolas. Os demais filhos constituem-se nos deserdados. Segundo Woortmann (1995: 314), “o deserdado é o indivíduo produzido pela totalidade interna para viver no mundo externo. O expulso é necessário para que a totalidade se reproduza”.

No PAE, os deserdados, na condição de assentados, possuem a possibilidade de solicitar um lote e se colocar na lista de demandantes avaliadas pela Assembleia da Associação. Os estudos de Carneiro (2001) e Santos (1984) mostram a predominância do filho mais novo para a sucessão, já o estudo de Woortmann (1995) e Gasson e Errington (1993) mostram a predominância na escolha do filho mais velho para a manutenção da propriedade agrícola nas mãos da família.. No caso de Barra de Ipueira, fica evidenciado que não há uma hegemonia nessa escolha⁴⁸, ela é bastante particular a cada família, mas predominam as mulheres mais novas, não apresentando, porém, um padrão.

Segundo Paulilo, com o aumento da longevidade da população, especialmente dos mais idosos, “os que trabalham junto à família ficam na posição de dependente por longo tempo” (PAULILO; 2004: 235). Em outras palavras, os pais ainda são a voz de comando na administração dos estabelecimentos, mesmo os filhos estando preparados para assumir o negócio.

Os agricultores geralmente oferecem pouca abertura aos sucessores dentro da unidade produtiva, seja na gestão dos negócios ou no comando de algumas ou determinadas atividades. Em seu estudo, Abramovay *et al.* (1998) constata que os pais conduzem o estabelecimento familiar sem a participação ativa e efetiva dos sucessores, apesar do aumento da expectativa de vida dos pais e do maior contato (em número de anos) entre eles. No PAE, ao contrário, percebi participação dos sucessores, e também, a ajuda daqueles que já não moram mais no lote ou que moram no lote mas não são os possíveis sucessores. Neste caso, o

⁴⁸ Diferentemente dos países como a França e o Canadá, não há no Brasil, um mecanismo legal capaz de beneficiar a transferência gradativa da administração das propriedades para os filhos (BRUMER *et al.*, 1993), o que não parece estimular que as famílias iniciem logo cedo a buscar mecanismos de escolha à sucessão.

projeto coletivo e o individual não assumem uma hierarquia do primeiro sobre o segundo, ou seja, os pais convivem com os projetos dos filhos.

O estudo de Juchem *et al* (2005) confirma que apesar dos pais terem interesse na continuidade dos estabelecimentos pelos filhos, os mesmos responderam não pretender se afastar do empreendimento após o filho assumir, alegando “o que vamos fazer se não mais trabalhar na terra?” (JUCHEM *et al.*; 2005:11) e dito por José Mulungu na pesquisa “[...] *tenho que estar atento a tudo até sentir firmeza, ter experiência e olhar é que garante que nada dará errado*”. Em famílias onde essa transferência é gradativa, a inserção dos filhos nas atividades da gestão do estabelecimento também os prepara para a reprodução de longo prazo, como os possíveis sucessores das Famílias Juazeiro. Nesses casos, a sucessão ocorre com menor possibilidade de conflitos entre os pais e os filhos por ocasião da transmissão da herança.

Para Almeida (1986) a reprodução social da agricultura familiar envolve duas dimensões: a reprodução de ciclo curto e a reprodução de ciclo longo. Por reprodução de ciclo curto compreende-se a combinação de fatores relativos ao trabalho, conhecimento tradicional e recursos naturais para atender ao consumo familiar e repor os insumos necessários para o reinício do processo produtivo. De forma geral, o autor relaciona a reprodução de ciclo curto com a lógica econômica da família, englobando elementos como trabalho e consumo, enquanto a reprodução de ciclo longo trata dos aspectos do ciclo geracional e da perpetuação das famílias através do nascimento, casamento, morte e herança (ALMEIDA, 1986).

É através da característica referente à passagem do patrimônio e da gestão do estabelecimento familiar ao longo das gerações que a agricultura familiar assegura a sua reprodução social ou a sua continuidade ao longo das gerações. Dentro dessa perspectiva, uma das questões centrais referentes à reprodução social da agricultura familiar de ciclo longo é a continuidade do estabelecimento familiar pelos filhos e a transmissão do patrimônio entre os descendentes.

Peixoto (2002) discute uma questão que julgo importante para compor os elementos de análise da Tese. A análise que se pressupõe em entender os processos constituídos no assentamento a partir da análise de sua história, no intuito de compreender as (des) continuidades dos assentados em seus lotes, deve perceber a importância do planejamento do assentamento para o desenvolvimento social e econômico dos beneficiários. Assim, para o

autor, desde 1995 (ano de criação do PAE São Francisco) o INCRA intensificou o planejamento como enfoque no desenvolvimento sustentável.

A noção estratégica e operacional descrita pelo autor, incorre em um erro comumente cometido pelo INCRA (PEIXOTO, 2002:11): a realização dos trabalhos de parcelamento, antes da discussão do planejamento com os assentados. No PAE São Francisco, fica evidente que o parcelamento da área contígua à APP não vislumbrou as próximas gerações, o que afeta diretamente a reprodução social da agricultura familiar de ciclo longo.

Ainda para o autor, o procedimento padrão de instalação de um assentamento deveria ser a identificação de terras agricultáveis e estudos de viabilidade econômica (de mercado), edafo-climáticos (capacidade e aptidão de uso dos solos) e da área. Somente a partir desses estudos iniciais é possível identificar a capacidade efetiva de assentamento, e, assim, definir o número de famílias que serão assentadas. O custo e o prazo necessários para a realização dos estudos é elevado e pode, algumas vezes, ultrapassar o tempo determinado para a conclusão do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O parcelamento da área do assentamento seria então uma etapa do planejamento do seu desenvolvimento, posterior à realização desses estudos.

A partir deste documento, ações efetivas de dimensionamento dos lotes, de estudo da capacidade de lotação, bem como da localização ecogeográfica dos lotes são tomadas, além de informações para a assunção de créditos, entre outros. Seria então o Plano de Desenvolvimento do Assentamento um balizador de ações, que traria consequências diretas ao desenvolvimento do assentamento. Acredito que este elemento é importante para análise em virtude de que, a escolha do tamanho e localização dos lotes resvala diretamente nas condições as quais as famílias assentadas irão se inserir, produtivamente, socialmente, culturalmente.

Giuliani e Castro (1994) concordam que é fundamental avaliar as dinâmicas internas geradas pela convivência de família, Valorizar a origem, as identidades, composição familiar, motivações, e que,, cada caso é um caso. Na constituição do PAE as identidades, a origem, a composição familiar, parecem não fazer parte do planejamento, pois as famílias reclamam justamente de perceberem um Projeto que não foi criado para eles.

Assim, salientam que apesar de claro, é importante considerar o PAE a partir dos processos políticos, sociais, que passam necessariamente por diferentes fases. Assim, faz-se importante avaliar a possibilidade do individuo ou da família optar pelas estratégias a serem

adotadas e considerar a possibilidade do surgimento de novas formas organizativas e de cooperação a partir da inserção individual admitindo que este espaço são internamente uniformes.

A sucessão a partir do que foi dito encontra inúmeros aspectos que ameaçam, severamente, a sua configuração e estímulo. A modalidade escolhida para o Projeto imbrica às famílias algumas dificuldades à sua reprodução social: indivisibilidade do lote, obrigatoriedade de trabalho agropecuário coletivo (entre famílias em mesma área pré-difinida), a concepção do lote de morada como espaço apto apenas ao extrativismo. Dessa maneira, a não adesão dessas famílias à modalidade e conseqüente insucesso deste modelo, estimulou a formulação de estratégias que se articulam em primeira instância à sobrevivência e permanência das famílias nos lotes; e, em segunda instância, a validação de mecanismos próprios de ocupação, formulados à partir das subjetividades que se assentam nas identidades camponesas, na associação entre atividades agrícolas e não agrícolas e no fortalecimento da Associação para a validação dessa reapropriação dos espaços.

No PAE São Francisco, a sucessão está circunscrita a continuidade da segunda geração com fins à gestão do lote e não necessariamente da unidade produtiva. Desta maneira, a atividade produtiva não se assenta como princípio inicial à sucessão, mas como algo secundário. Suceder significa continuar a morar e por conseqüência, não perder totalmente o perfil produtivo do lote. Seguir o princípio agroextrativista (criado pelo Estado) e converter ações para a viabilidade do lote (como moradia, como meio de produção) aloca à terra outra dimensão: a do usufruto.

As famílias compreendem que nesse momento, o mais importante é não perder o lote e que, para que seja possível garantir o mínimo de qualidade de vida, torna-se fundamental negociar com a segunda geração, os seus projetos de vida e articulá-los com a continuidade no lote. As redes de mobilidade, as atividades não agrícolas, a negociação de papéis sociais comumente atrelados aos gêneros (trabalho doméstico, trabalho agrícola) e a reformulação das identidades com o lugar, constituem o contexto construído por estes sujeitos sociais.

CAPÍTULO 5 – OS BENS PATRIMONIAIS: O QUE PODE E O QUE PRECISA SER HERDADO

“Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem habitus, sistemas de disposições duráveis e transmissíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a um objetivo sem supor uma visão consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem se constituir no produto de obediência às regras. Tudo isso se orquestra sem ser o produto da ação organizadora de um chefe de orquestra” (BOURDIEU, 1983).

5.1 CONTEXTO PARA A TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO: OS PADRÕES NORMATIVOS E SOCIAIS EM QUESTÃO

Como já descrito nos capítulos anteriores, algumas razões direcionam os jovens a relativizarem a sua continuidade no Projeto de Assentamento, como: o tamanho do lote⁴⁹ (que dificulta a divisão), a (in)viabilidade econômica (atrelada diretamente ao uso do lote como unidade produtiva), a redução da probabilidade da herança em virtude da composição familiar e ao lugar ocupado nessa composição, as dificuldades inerentes aos padrões normativos da modalidade Projeto Agroextrativista (lote de moradia/lote coletivo para a produção, termos de concessão de uso, para citar alguns), a proximidade com centros urbanos (o que facilita o acesso a trabalho e à moradia), as dificuldades da infraestrutura do Assentamento, o que os faz desejar a busca por melhores condições de vida e um direcionamento de não seguirem integralmente as atividades dos pais.

Na percepção de Woortmann (1995), as dificuldades das famílias no âmbito da continuidade, estão centradas em reter um sucessor. A dificuldade da sucessão se orienta através das dimensões objetivas da terra, do capital, das tecnologias, além do convívio social com outros jovens frente a um meio rural que tende ao esvaziamento.

Hoje é necessário cativar um sucessor, modernizando a unidade de produção e realizando a transmissão da propriedade mais cedo, apesar das consequências para os mais velhos. (WOORTMANN, 1995, p. 197).

⁴⁹ O lote do PAE-SF médio, para cada família, é de 40m x 100m, ou seja, 4.000 m², o que representa uma área menor do que uma “tarefa baiana”, que é igual a 4.356 m².

As consequências previstas por Woortmann são a solidão e a permanência de um filho celibatário. No PAE, as consequências parecem também seguir a configuração da solidão dos mais velhos (em alguns casos) ou, na maioria deles, a reconfiguração do lote, de modo que pode ocasionar na dimensão da área agricultável ou até mesmo a caracterização de um lote com a presença de atividades não agrícolas em proporção maior que as agrícolas. Segundo Champagne (1986), a maior parte dos filhos pode “escolher” entre permanecer ou não na agricultura, lançando questionamentos principalmente em relação às condições econômicas do estabelecimento familiar, acerca da sua rentabilidade e do futuro. Ao questionar a viabilidade do estabelecimento, os filhos levam em conta mais os aspectos econômicos do que o interesse nas dimensões simbólicas que envolvem a ocupação e a continuidade do estabelecimento. Sob essa perspectiva, a segunda geração possui a decisão acerca da continuidade na terra.

Ao abordar o tema da transmissão do patrimônio entre as gerações presentes nas famílias da comunidade de Barra de Ipueira, acredito que dois aspectos devam ser articulados: a família possuir um(a) sucessor(a) para dar continuidade ao estabelecimento familiar condicionado, sobretudo, a não tornar o lote ocioso e, por conseguinte, não perder a única garantia legal que possuem, ou seja, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). A partilha dos bens deve se associar diretamente a ter um(a) filho(a) disposto(a) a permanecer e garantir a viabilidade do lote. Nessa perspectiva, a transmissão do patrimônio familiar é a transferência dos bens dos pais para os(as) filhos(as), especialmente a terra, através da transferência do Contrato de Concessão de Uso. Há também, entre as famílias estudadas, de forma bastante secundária, a percepção das ferramentas e dos animais como um patrimônio. Tratarei sobre essas questões neste capítulo.

No caso do PAE São Francisco, os lotes cujos pais são titulares não lhes darão uma posse definitiva⁵⁰, mas continuidade da concessão de uso. A herança, então, se torna uma questão que deve ser relativizada, afinal, o que é “herdável” não é a terra, mas o direito de usufruto dela. Como parte do processo de criação do PAE, em 1995, as famílias assentadas

⁵⁰ O processo de titulação definitiva consiste na entrega dos documentos que atestem a propriedade do lote, quando o INCRA passa a não ser mais o guardião do lote que está em regime de concessão de uso à família assentada. Ao criar um projeto de assentamento, o INCRA concede o uso do lote à família. Este é um termo inegociável até dez anos a partir da emissão deste contrato. Outra condição é a existência de infraestrutura básica (estrada, sistemas de abastecimento de água, açude, etc).

firmaram um Contrato de Concessão de Uso (CCU)⁵¹ para usufruto do lote concedido. Esse documento é parte constituinte do processo da homologação dos beneficiários no projeto de reforma agrária em questão. Esse contrato foi firmado por um prazo de cinco anos e deveria ser prorrogado por igual período. Maria Xique-Xique afirma que ainda não houve essa prorrogação e que “[...] *estes documentos nossos estão todos atrasados, pois é um problema resolver isso no INCRA*”.

Após a vigência desse período e revalidação por igual tempo, devem ser reafirmados novos termos ao Contrato que seguirão, então, nova vigência. Segundo a Norma de Execução DD/INCRA nº 93 de 19/07/2010, os Contratos de Concessão de Uso deverão ser substituídos pelo Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU⁵².

Quanto à emissão do Título de Domínio (TD), esse documento não “será outorgado aos beneficiários de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, Projeto Agroextrativista - PAE, Projeto de Assentamento Florestal - PAF e outros, definidos pela Autarquia INCRA, conforme Instrução Normativa 30/INCRA de 24 de fevereiro de 2006. Portanto, o PAE São Francisco está condicionado aos parâmetros estabelecidos apenas ao Contrato de Concessão de Uso⁵³, que deve ser, nesse momento, substituído pelo CCDRU.

Ainda tratando das fundamentações normativas da modalidade, a Portaria/INCRA/Nº 268 de 23/10/1996, que criou a modalidade de assentamento agroextrativista, estabelece que o PAE seja uma modalidade destinada à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas. Essa modalidade tem como fundamento integrar o indivíduo às

⁵¹ O Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal. O Título de Domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do Contrato de Concessão de Uso e o assentado têm condições de cultivar a terra e de pagar o Título de Domínio em 20 (vinte) parcelas anuais. Além da garantia da propriedade da terra para os trabalhadores rurais assentados, a titulação efetuada pelo INCRA contém dispositivos norteadores dos direitos e deveres dos participantes do processo de reforma agrária, especialmente do poder público (representado pelo INCRA) e dos beneficiários, caracterizado pelos assentados (INCRA, 2016).

⁵² Conforme Nova de Execução, Art. 7º, o CCDRU será firmado observando-se os seguintes prazos de validade: I - Prazo indeterminado para os Projetos Agroextrativistas – PAE.

⁵³ Conforme a Lei Nº 13.001, de 20 de junho de 2014, § 10. Falecendo qualquer dos concessionários do Contrato de Concessão de Uso ou de CDRU, seus herdeiros ou legatários receberão o imóvel, cuja transferência será processada administrativamente, não podendo fracioná-lo. § 11. Os herdeiros ou legatários que adquirirem, por sucessão, a posse do imóvel não poderão fracioná-lo.

peculiaridades naturais e culturais de cada região, viabilizando o equilíbrio ambiental e a racionalização do uso dos recursos naturais.

De forma complementar, a Instrução Normativa/INCRA/Nº 15, de 30 de março de 2004, exige o Contrato de Concessão de Uso como instrumento para promover o desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos. O fundamento para que os projetos ambientalmente diferenciados não sejam titulados de forma definitiva, é garantir que as famílias tradicionais tenham acesso aos recursos naturais, em áreas especialmente protegidas, sem que a União perca o domínio dessas áreas, precipuamente para auxiliar no controle e na supervisão do Estado sobre a conservação ambiental. Assim, torna-se importante entender que os lotes de morada podem ser compreendidos como patrimônio familiar, posto que o CCDRU (que ainda precisa ser emitido) assegura a permanência das famílias na área delimitada para a criação do PAE, desde que essas famílias cumpram os parâmetros de convivência e manutenção do patrimônio natural.

Nessa análise, surge como questão contextual, os motivos pelos quais a criação da modalidade PAE foi definida e quais os mecanismos legais são possíveis às famílias para o acesso ao título definitivo do lote. Sobre a primeira questão, como dito no Capítulo 1, a regularização fundiária da área limítrofe ao Rio São Francisco foi tensionada pelo IBAMA na década de 1990. As famílias ribeirinhas moradoras nessa faixa de terra deveriam ser retiradas das margens do rio, com posterior alocação em lotes a partir de uma margem de distância de dois quilômetros das margens do rio, com vistas à criação da Área de Preservação Permanente.

Durante o processo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que já atuava na mediação do reassentamento das famílias atingidas pela construção da Barragem de Sobradinho, iniciou uma mediação desse processo de realocação das famílias ribeirinhas a partir da criação de uma área de proteção das margens do rio São Francisco. Algumas dessas famílias, como descrito nos capítulos 2 e 3, têm a origem no Território Velho Chico oriundas do deslocamento e reassentamento no PEC Serra do Ramalho por conta da construção da Barragem de Sobradinho e ocuparam as margens do rio após abandonarem as casas nas agrovilas.

A percepção dos entes de Estado (INCRA e IBAMA) era que, deslocar as famílias para locais muito distantes do rio (a exemplo das casas ociosas disponíveis nas agrovilas do PEC Serra do Ramalho) não se apresentava como o mecanismo mais viável. Assim, optaram

por associar a APP com a modalidade PAE sem consulta prévia às famílias. Como consequência, as famílias foram deslocadas para as margens da APP (no mínimo dois quilômetros das margens do rio) e passaram à tutela do Estado, como assentados de reforma agrária. Duas questões pareciam ter a solução encaminhada: a regularização fundiária (através do INCRA) e a proteção⁵⁴ das margens do rio (através do IBAMA).

Ocorre que as famílias não foram devidamente esclarecidas sobre as consequências desse processo de realocação e regularização fundiária. Muitas delas que atualmente moram na comunidade de Barra de Ipueira (uma das onze que compõe o PAE) já habitavam há duas gerações às margens do rio.

É possível observar, nos lotes da comunidade de Barra de Ipueira, que o não reconhecimento da modalidade resulta em ações muito personalistas, que se processam acerca da apropriação e gestão do lote, afinal, as áreas coletivas destinadas à produção tornaram-se lotes de morada, ao passo que os lotes de morada agregam a produção agropecuária essencialmente para autoconsumo e não se observa o agroextrativismo (de umbu, caju, jenipapo, por exemplo) como prática comum entre as famílias. Ademais, muitas famílias ainda praticam a produção de hortaliças e a criação de animais às margens do rio, nas antigas áreas onde residiam antes da criação da APP. Por fim, alguns lotes que, segundo a determinação da modalidade e do planejamento do desenvolvimento do assentamento, preveem apenas uma casa, possuem duas ou três residências construídas.

A transgressão a todos os ditames legais da modalidade comprometem diretamente a avaliação dos termos previstos no CCU e também será um problema para a emissão do CCDRU. Ocorre, no entanto, que nenhuma avaliação desses termos e do próprio lote até o momento foi realizado, enquanto as famílias aparentam não ter instruções acerca das consequências dessa não conformidade. O processo de apropriação do lote parece refletir a visão de José de Souza Martins quando afirma que no instante das rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação (MARTINS, 1998, p. 06).

Fica evidenciado que as famílias desenvolvem suas práticas sociais alheias à modalidade, vivendo como se assentadas em um Projeto de Assentamento (PA), ou mesmo,

⁵⁴ A área contígua ao rio São Francisco que atualmente é a APP e margeia o PAE em suas onze comunidades, inclusive remanescente de quilombos, ocupa uma faixa de aproximadamente trinta quilômetros.

como se ainda habitassem em uma comunidade rural comum e não em um Projeto Agroextrativista. O município de Serra do Ramalho possui dois PA, já os assentados do PAE não parecem se distinguir dos demais assentados do município, segundo sua própria percepção ou, até mesmo, se observarmos a apropriação e organização dos lotes e da área do Projeto como um todo. Essa percepção torna-se possível quando não há diferenciação entre a apropriação do espaço entre os assentados do PAE e outros assentados, e mais, quando não há a prática da produção coletiva (obrigatória nessa modalidade e dispensável na modalidade PA), a não existência de uma identidade extrativista, necessária à conduta de vida na modalidade agroextrativista e, por fim, no não entendimento das diferenciações dos termos do Contrato de Concessão de Uso que os implica imposições e limitações.

Essas características encontradas na comunidade de Barra de Ipueira estimulam a reflexão de que a única garantia que as famílias possuem acerca da terra é a sua continuidade assegurada pelo CCU. As famílias não parecem relativizar que a continuidade é ameaçada por uma decisão do Estado em cercear essa concessão. Desta forma, o que se coloca em jogo é garantir a continuação das próximas gerações no lote, precisam que ele seja adequado, via regra, aos padrões normativos. Essa questão então formula os sistemas de herança. O que se coloca em foco é que o maior bem que a família possui é a casa construída no lote, nesse momento, garantida legalmente apenas pelo CCU. O direito real de uso sobre a área do imóvel é a permissão de acesso e usufruto aos beneficiários do programa nacional de reforma agrária, podendo ser transmitido *inter vivos* e *causa mortis*.

No caso em estudo, temos um sistema singular: o único patrimônio concreto, relacionado à terra, que a família possui, é o Contrato, que apenas garante a sua permanência e, naturalmente, não possui nenhuma efetividade além das previstas em seus termos. O contrato atrela a permanência da família em um lote aos pressupostos de convivência com a caatinga. Este Contrato pode ser repassado a apenas um herdeiro, que também estará condicionado aos requisitos já descritos.

A não efetividade dos mecanismos de controle do Estado, e sua eminente ausência, permitiu o surgimento de práticas em que as famílias buscam garantir a continuidade da segunda geração no lote, sem necessariamente cumprir os termos do contrato. A construção de novas casas no lote é o melhor exemplo dessa transgressão às normas. Torna-se possível apreender que há uma relação direta entre o sucessor, percebido na análise como aquele que permanece no lote e tem o dever de garantir, de alguma maneira, a continuidade da família no

lote e o herdeiro, que é aquele que legalmente irá continuar no lote através de mecanismos legais e será o detentor formal do patrimônio da família, ou seja, a Concessão.

Convém então lembrar, conforme analisado por Seyferth (1985), que a principal implicação de uma herança com partilha generalizada, na qual todos os filhos recebem terra, é a impossibilidade da reprodução econômica das novas famílias. Considerando o tamanho dos lotes de moradia – e as particularidades da modalidade – a subdivisão acaba inviabilizando ainda mais a manutenção dos filhos ali instalados, pois afasta a possibilidade de, em algum momento, possuírem espaço para programarem qualquer forma de produção agropecuária. Essa forma de divisão, segundo Seyferth (1985), pode ser viável quando um agricultor exerce a atividade agrícola em tempo parcial e faz do estabelecimento uma unidade de produção somente para o consumo da família.

No caso da comunidade de Barra de Ipueira, e mais detidamente das famílias analisadas, os lotes de moradia (que também são usados para a produção) são percebidos como pequenos e difíceis de serem divididos na dimensão de 40 m x 100 m (4000 m²). Assim, as garantias de manutenção da moradia e da produção são hierarquizadas, assim, a moradia assume uma preocupação principal que segue em consonância com a previsão da modalidade prevista no Contrato, que é a ocupação em um lote de moradia. A contradição se assenta, porém, na ausência de atividades produtivas nas áreas coletivas, sendo as atividades transferidas também para o lote de moradia.

A ausência do Estado fica evidenciada nessa questão, afinal, a fiscalização não notifica as famílias sobre o não cumprimento das determinações da modalidade, assim como parece não transferir nenhuma consequência (como notificação ou punição) relacionada ao não cumprimento de cláusulas descritas no Contrato, como a construção de novas casas. Como disse um assentado, em uma de nossas conversas na beira do rio, “[...] *as casas não surgem ali de um dia para o outro, fazem a chamada vista grossa*”.

Percebendo que o contexto se compõe de duas instâncias distintas, de decisão e controle (o Estado e os pais), as formas de transmissão (amparadas em múltiplas estratégias) adotadas parecem resguardar uma característica estruturante à determinação da permanência da segunda geração no lote: a moradia como garantia à sua reprodução social. A residência, então, se apresenta importante na medida em que torna o futuro menos incerto, além de permitir a construção de uma identidade com o lugar e a apropriação do espaço.

Fica evidenciada que a regularização fundiária para o trabalho na terra, e suas consequências, são ressignificadas pelas famílias, como o acesso à terra onde se constitui a morada. Entra em negociação a escolha do sucessor que assume dois papéis igualmente importantes: aquele que dá sentido à terra (seja trabalhando fora ou em atividades não agrícolas, mas também investindo na produção agropecuária no lote) e aquele que a ocupa, dedicando-se à produção agropecuária essencialmente para o autoconsumo e com comercialização eventual de excedentes, assumindo o compromisso de morar no lote.

Entre as famílias analisadas, essa composição fica bastante evidenciada. Um caso emblemático é o de Daniel Mandacaru, percebido como o sucessor por Maria Mandacaru, que desenvolve atividades fora do lote como vigilante. Ele mora no lote e investe parte do seu salário em melhorias da casa e na infraestrutura necessária ao aumento da produção de hortaliças e galinhas de Maria. A percepção de Daniel é a de que é necessário aumentar a produção (para melhoria da renda) sem avançar na área (que é pequena, não sendo possível, para eles, extirpar a vegetação natural). A sua saída encontrada é a produção integrada de base agroecológica, já possui uma horta agregada à produção de galinhas e um meliponário⁵⁵ para a produção de mel. Esse exemplo é notável, pois, dentre as famílias analisadas, representa o que mais se aproxima de um processo agroextrativista.

As abelhas sem ferrão convivem de forma harmônica com o sistema natural, com a caatinga. As abelhas polinizam a vegetação nativa, garantindo a sua reprodução. Para a produção, é necessária apenas a colocação das colmeias (caixas de madeira) entre a vegetação, sem a necessidade de retirada dessa mata, ainda possui valor agregado, pois é um mel diferenciado (na textura, na cor) gerando renda à família.

Outro exemplo interessante é o da família Jitirana, cuja segunda geração se empenha em garantir a viabilidade do lote, dedicando-se a duas atividades (agrícolas e não agrícolas) com vistas à garantias de renda e da permanência da família no lote. Para Marília Jitirana e seu esposo, é fundamental não abandonar a terra e garantir que seus filhos possam ter um local aprazível e estruturado para viverem. Quando estimulados a pensar sobre a continuidade e a relação entre os dois filhos no mesmo lote, Tadeu (filho mais novo, que tem oito anos) não é percebido como demanda urgente a ser tratada por Maria e José Jitirana, mas ele já se percebe como parte do elo de continuidade da família no lote, como descrevi no capítulo 4.

⁵⁵ O meliponário é o agrupamento de colmeias de abelhas sem ferrão (Meliponíneos) de vários tipos. Essas colmeias podem ser colocadas perto das casas, porque as abelhas sem ferrão não são perigosas.

Marília, a mais velha, admite que, após o casamento, continuar a morar com os pais tornou-se uma questão a ser resolvida. Decidiu, com o seu marido, inserir o seu nome na lista de intenções de ocupação de um lote no PAE. Dessa maneira, “[...] *temos um pouco de privacidade e ainda aproveitamos as poucas possibilidades de ainda termos um lote, que na época de Tadeu, será mais difícil [...]*”. Caso não houver a possibilidade de assumirem um lote, “[...] *pensamos em começar a juntar um dinheiro para construir uma casa aqui ou fazer um puxadinho, sei lá, pra trás ou pra cima*”, completa. Fica nítido que a preocupação que cerca a família é a morada, não necessariamente, em primeira instância, possuir a terra para plantar, mas para construir, para habitar. O herdeiro, nesse caso, é o último a conseguir a casa.

No Brasil, o Código Civil garante o direito igualitário à herança a todos os filhos denominados herdeiros legítimos ou naturais. No entanto, em função das normas do Código Civil e do direito à igualdade na repartição da terra entre todos os descendentes, os(as) filhos(as) estão inseridos em um campo de disputa onde se atrela, nesse âmbito, a decisão do(a) sucessor(a). Ademais, no caso estudado, não há a titularidade definitiva da terra, o que condiciona a terra à característica de usufruto.

Nas observações propiciadas pelas caminhadas e convivência, até alguns relatos, as famílias desconsideram ou sequer conhecem as normas do Código Civil, e fazem predominar as tradições sucessórias em detrimento das determinações legais (CARNEIRO, 2001; DEERE e LEÓN, 2002; MOURA, 1978; PAULILO, 2004; WOORTMANN, 1995). Isso equivale a dizer que as regras culturais (costumeiras) adotadas pelos agricultores se sobrepõem no momento da divisão do patrimônio, através da divisão não igualitária entre os filhos, formando uma espécie de norma que se atrela a um direito consuetudinário.

Justifico esta percepção no entendimento de que quando tratamos sobre a dimensão do lote e sua apropriação, as famílias falam em construir casas para aqueles que querem morar na comunidade. A terra não se apresenta secundária sob essa perspectiva, mas substancializam a moradia como a única dimensão concreta, afinal “[...] *a casa é feita de tijolo e suor, é debaixo dela que sorrimos e choramos e até mesmo descansamos para o duro trabalho na roça e paramos para pensar de cabeça fria nos problemas da vida [...]*”, diz José Cagaita.

Ao fazerem uso dessa estratégia, os agricultores evitam o fracionamento excessivo, pois as casas são construídas muito próximas umas das outras. Tal lógica de espacialização se ampara em não avançar muito sobre o lote e garantir minimamente o espaço para a produção agropecuária, que necessariamente se ampara na coletividade da família.

A família, entendida como uma unidade cujos interesses coletivos devem ser preservados, se impõe como uma entidade ‘supra jurídica’, cujas regras internas (do mundo privado, da casa) são tidas como particulares, não devendo ela, portanto, submeter-se às determinações de qualquer ação estranha (exterior) e impessoal da modalidade. Assim, o que se estabelece dentro dos limites familiares deve ser respeitado e acatado por aqueles que se reconhecem (e são reconhecidos) como integrantes do grupo. De acordo com essa lógica, o signatário do Contrato é responsável pela manutenção do grupo familiar. Assim, as determinações das famílias aos pressupostos de estarem assentadas sob as normativas da modalidade Projeto Agroextrativistas, não esmaece o papel dos pais ante as decisões da herança, porém, no caso estudado, as famílias ressignificam os mecanismos com vistas à garantia da permanência da segunda geração, redimensionando o lote e reassegurando os protagonismos dos projetos de vida, que, em certa medida, se articulam com a terra enquanto patrimônio.

5.2 OS DESEJOS DE CONTINUIDADE E A CONSTRUÇÃO DA APROPRIAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DOS LOTES

Conforme Tedesco (1999, p. 107), “[...] o direito de decisão sobre a partilha da herança é atribuição exclusiva do esposo (pai)”. Os arranjos propostos pelo pai são entendidos pelos demais como regras que visam sustentar a unidade familiar de forma simbólica e econômica, garantindo a manutenção de um filho na terra e a perpetuação do patrimônio ao longo das gerações, bem como a reprodução econômica da família agricultora através da viabilidade produtiva do estabelecimento.

Estes arranjos, cuja determinação central parte do pai, surge na fala da família Mulungu, uma vez que, para o José, “[...] *penso que enquanto eu estiver vivo, eu estou certo do que deve ser feito aqui, pois tenho mais experiência com o lote, com os caminhos que devem ser dados*”. O que conflui com a fala de José Angico, ao dizer que “[...] *sou o mais velho e o homem da casa ainda né, então eu que tenho que tomar decisões ainda, senão, de que adiantou tanto trabalho?*”. Isso, de certa forma, pode ser complementar à fala de José Jitirana, ao afirmar que “[...] *nós decide junto, mas quem tá no dia-a-dia aqui sou eu, lidando com o banco e com o povo ai fora, então, acho que sou o chefe daqui, não acha? (sorri)*”.

A partir dessas três falas, é possível concordar com Carneiro (2001), sob a concepção de que a forma como o pai conduz o processo reforça eminentemente o valor da família, sobretudo enquanto uma unidade cujos interesses coletivos devem ser preservados. No meu entendimento, essas falas expressam a autoridade do pai – chefe de família e da unidade de produção –, signatário do Contrato, responsável legal pela família enquanto beneficiária do lote.

As três falas apresentadas representam opiniões de beneficiários do lote. Quando ouço beneficiárias, o discurso muda. Para Maria Aroeira “[...] *temos que dialogar muito, para entender o que deve ser feito aqui, todos decidindo juntos, José tem a ideia dele, eu a minha, temos que tentar chegar a um lugar só [...]*”. Já Maria Juazeiro pensa que: “*Se não for bom para todos, não adianta forçar. Eu aqui decido pouco, pois não dá pra forçar a vida do outro. Conversamos, dou a minha opinião, mas no fim, não decido sozinha [...]*”. Por fim, Maria Pitomba acrescenta que “[...] *aqui somos apenas mulheres, imagina se uma quiser mandar na outra, não queremos que homem mande, vamos querer que a mulher mande? Tenho opinião, mas não decisão. Aos poucos as coisas tomam jeito, vamos organizando como é melhor pra todas*”.

Há uma diferença entre as falas quando os interesses e os valores da família acabam se impondo sobre os interesses dos indivíduos. Os filhos acabam legitimando as atitudes e ações do pai em nome da família, como dito por Bianca Cagaita, em relação aos interesses de seu pai: “[...] *por enquanto eu estou aqui arrumando cabelo e unha, mas o principal aqui é a roça, como diz meu pai. Então, mesmo que eu queira montar um salãozinho ele diz que não pode acabar com a roça, senão vira comércio e não roça*”. A preocupação de José é a de perder o lote, como já relatadas as proibições sobre o uso do lote, mas também revela a sobreposição de estratégias e, sobremaneira, as negociações imbricadas para que as estratégias possuam lugar e importância.

A autoridade paterna, ao deter o controle sobre o processo de transmissão do patrimônio, também condiciona o momento da transferência. Essa tende a se concretizar antes da morte do pai ou da mãe (beneficiário do lote), mas só cabe a ele ou ela o momento de decidir; o sucessor (a menos que o pai ou a mãe se aposente) deve aguardar o momento em que possa eminentemente tomar decisões. Muitos pais retardam ao máximo esse momento, já que ele corresponde a uma espécie de abdicação ao poder e à autoridade (WOORTMANN, 1995). Como dito por José Aroeira: “*Imagine se Bruno (filho) começar a mandar aqui de*

qualquer jeito? Já pensou a bagunça? Ainda tem coisas aqui que dependem de mim, senão, pra que eu continuar aqui?'

O momento da transferência depende da determinação do pai ou da mãe, da sua escolha ou de quando ele ou ela achar conveniente, mas certamente não será realizado enquanto os pais puderem ou tiverem condições de dirigir o estabelecimento (Silvestro *et al.*, 2001). Paulilo (2004) observa que, no sul do Brasil, a sucessão é um processo tardio, pois os filhos somente assumem a responsabilidade do estabelecimento familiar quando os pais se aposentam (embora muitos não deixem de trabalhar) ou quando morrem. Na fala de Maria Jitirana isso fica claro quando ela elucida que “[...] *quem for continuar isso aqui, quando eu morrer, tem que entender que a luta de cada conquista nesse pedacinho aqui foi suado [...]*” e também na fala de Maria Juazeiro, quando afirma: “*Eu acho que eles não se preocupam agora, mas quando eu faltar [se refere à morte] ai sim eles terão mesmo que tomar a frente, por enquanto eu estou por aqui*”.

Essa, porém, não é a única conformação social encontrada na pesquisa, há também aquelas famílias cujas mulheres são titulares no contrato, como Maria Xique-Xique e Maria Mandacaru – ambas desquitadas –, e Maria Pitomba, viúva. As duas primeiras assinaram o CCU no momento da criação do PAE, à época eram casadas e a decisão de serem as signatárias do Contrato foi diferente para cada uma delas. Já Maria Cagaita se tornou a beneficiária legal do lote após a morte de José Cagaita.

Para Maria Xique-Xique, ser beneficiária do lote não foi uma questão fácil. No momento de decisão, o que pesou foi que, quando se casaram, ainda no momento em que moravam às margens do rio, foi na casa dos pais dela onde o casal constituiu sua primeira moradia. Com a separação, José Xique-Xique saiu do lote e buscou seus meios de sobrevivência, enquanto Maria permaneceu com a guarda legal dos filhos menores de idade. Já para Maria Mandacaru, assinar o contrato foi uma decisão sua, mas aceita com dificuldades por José. Para ela, a oportunidade de assumir o lote era única, pois não queria depender do marido para gerir as atividades no lote.

José, seu marido naquela época, trabalhava como pescador, “[...] *ele nem gostava de plantar, a terra dele era o rio, assim ele falava*”. No momento de abundância de peixes no rio e da plantação da gente na beira do rio, viviam bem, pois os dois conseguiam manter a família. “*E como era pra ser assentada na terra, eu disse a ele que seria no meu nome, já que*

o rio da gente ia ficar longe e que eu plantaria, mesmo nessa área aqui, como faço até hoje (fala em tom mais alto)”.

Nas três famílias é perceptível a diferença na gestão da unidade familiar e as estratégias constituídas. Na família Pitomba, a segunda geração também é formada por mulheres. A divisão, no entanto, segue uma definição semelhante à dos lotes cuja chefia da unidade familiar é masculina. A filha mais velha mora na cidade e envia periodicamente dinheiro para Maria Pitomba. A filha do meio, após sair da comunidade em virtude de casamento, com a separação, retornou a morar com Maria, mas não desenvolve atividades no lote. A sua renda advém do trabalho como professora, que representa a maior renda da família, composta também pela aposentaria de Maria. Já Ilza, a mais nova, é aquela a desempenhar maior protagonismo nas atividades agropecuárias desenvolvidas no lote, realizando junto com Maria, ela ajuda em trabalhos de menor esforço físico, como o plantio e a colheita. O que é produzido no lote colabora bastante com a alimentação da família, porém não tem visibilidade quando conversamos sobre cada papel que os indivíduos desempenham na família.

Mesmo assim, Maria evidencia que Ilza é a sua sucessora e que, com a sua morte, a casa, por *“merecimento é dela, pois não tem trabalho fixo e gosta mais da terra”*. Assim, o fato de Perpétua colaborar com o maior valor em dinheiro, mas Ilza prover a família no que é basicamente consumido em casa, pois planta feijão, milho, hortaliças e cria galinhas, a valoriza, pois a dedicação à atividade agropecuária representa ao mesmo tempo o merecimento de permanecer na casa e, ao mesmo tempo, parece significar para a família uma fragilidade/incapacidade em conquistar sua própria casa.

Da mesma forma, na família Xique-Xique, a casa construída por Maria é para uma das filhas que, após a separação, não tinha onde morar. Os filhos possuem lotes na comunidade, o que ocorreu por serem maiores de idade no momento da divisão para a criação do PAE. As filhas mais novas continuam a morar com a mãe. Para Maria, a que se casar primeiro e tiver a oportunidade de morar com o marido deixará a casa para a última que casar, independente de qual das duas seja. A última a casar assumirá então o papel da sucessão, pois permanecerá na casa e deverá assumir as obrigações legais com o lote. No caso de a primeira filha que casar não ter um lugar para morar, a decisão de casar deverá contemplar a construção de uma casa no lote, ou morar em um dos quartos enquanto essa construção não é possível.

De acordo com Seyferth (1985), o processo de transferência da titularidade é gradativa e geralmente iniciado pelos(as) filhos(as) através de abertura de conta no banco, emissão de opinião nos processos decisórios da família, assunção de algumas responsabilidades atreladas ao lote, entre outras. No PAE, essa dinâmica é perceptível e pode ser representada por Vilma Mangaba:

“Eu posso agora até dar minha fala aqui, meu pai já entende. Ele me ouviu quando eu disse que era melhor a gente pensar num empréstimo menor, por causa da dívida, ele entendeu e fez a que eu tinha pesquisado. Ele também ouviu quando falei a ele que era melhor fazer um quartinho aqui do lado pra por as ferramentas”.

Diante desse processo, a confiança e a determinação de poderes decisórios são criados e significados não só à sucessão, mas a quem este patrimônio deve ser repassado. Mostrar zelo, preocupação, boas ideias, compreensão sobre o projeto familiar, adequação dos projetos individuais a ao projeto coletivo (o de dar viabilidade ao lote), tornam-se determinantes, sobretudo quando fica claro que o(a) sucessor(a) e herdeiro(a) demonstra uma aptidão ou interesse pela permanência.

A partir desses elementos, dados pelas sociabilidades, interesses, oportunidades e projetos individuais, surgem então as possibilidades eminentes de indicação de um sucessor e que, por conseguinte, tenderá a ser o(a) herdeiro(a), ou principal herdeiro(a). Surgem, então, arranjos em torno da compensação dos demais irmãos. Neste mosaico, algumas questões tornam-se fundantes desses arranjos.

Para a Família Juazeiro, os três filhos concordam que: *“Quem ficar aqui, sabe que vai ter que aumentar a casa, pois painho e mainha não vão sair daqui né? Então, tem que ver ai, como fica isso”*, diz Túlio. Essa questão é compreendida por Tânia, que completa dizendo, *“[...] se cada um de nós casarmos, ai tem que ver, pois se todo mundo sair, nós não vamos abandonar eles”* e que *“seria melhor que se alguém casasse, continuasse aqui, mainha mesmo já disse que pode fazer mais quartinhos aqui e nós não sairíamos”*. Aproveito então que os três filhos e os pais estão falando a respeito e pergunto, se alguém quiser sair, ou seja, não morar no lote, o que poderia ser feito e Túlio propõe: *“Eu acho que não deveria deixar quem saísse se virar sozinho, pois pra quem fica é mais fácil né? Já tem a casa aí”*, nesse sentido *“Seria bom que todo mundo fizesse um esforço pra ajudar um pouquinho quem sair, sei lá, dar um jeito de vender um gado ou dar a ele a moto pra ele poder começar a vida”*.

Proposta semelhante à de Tulio também foi ouvida em uma conversa da Família Cagaita, onde Joaquim, o mais velho, é contundente em afirmar que:

“Eu não quero nada, mas eu acho que Sara e Telma devem ficar com a casa, pois são mulheres e vão cuidar de mainha ai que tem as doença dela. Bianca a gente fala que a poupança dela ai é os boi magro de painho [gargalhadas]”.

No entanto, essa relação se explica muito mais na dimensão do desejo de morar no lote do que necessariamente o de continuar as atividades desenvolvidas pelos pais. Para os (as) demais filhos(as) que não herdarão a terra (e a casa) há algumas formas de compensação, como receber dinheiro oriundo de poupanças, vendas de lavouras, animais ou de outro bem da família.

Quando os(as) filhos(as) não herdeiros acessam de alguma maneira outras terras, ou a família assume a divisão do lote, podem vir a receber equipamentos agrícolas ou dinheiro, para que possam ter condições de ser instalar como agricultores em outros estabelecimentos. Tal estratégia, mesmo que incomum, foi encontrada na Família Mandacaru, cujo filho que construiu uma casa do lado do lote recebeu a doação de máquinas agrícolas, bem como os excedentes da reforma da casa para a construção da sua e, ainda, a escolha da construção da casa se deu em um local com bom potencial para a lavoura. E neste sentido, Maria Mandacaru diz:

“Tem que dar um jeito na vida dele é? Ele quer ficar aqui e eu acho bom. Então se ele quer ficar, nós temos que dar um jeito, fazer uma forcinha. Ele sempre disse que ficaria aqui se tivesse o canto dele, tá certo né? O bom é que ele já está ali plantando e se sente todo importante pois diz que tá mandando nas terras dele, que agora ele decide [risos]”.

O outro filho de Maria optou por construir a sua vida em outro município e mesmo com a morte de sua esposa, ainda permanece naquela cidade. Maria, preocupada com o futuro de seu neto, o chamou para morar com ela e assumir a sua criação. Dessa forma, estabeleceu-se uma relação de proximidade entre ambos. Durante esse processo, os demais filhos de Maria conquistaram seus lotes através das assembleias da Associação, no momento, o neto é o único apoio efetivo que Maria possui. Essa percepção de haver terras os quais ele determina as ações são meramente subjetivas, pois, na verdade, essa terra é parte das terras determinadas no lote de morada de Maria. Esse exercício de gestão se constitui como uma tentativa de garantir a sua permanência e estimular a assunção de responsabilidades no lote.

A ausência de filhos sucessores nos estabelecimentos familiares, de certa maneira, desperta a atenção para o destino do patrimônio familiar e para quais são os arranjos dados

pelos agricultores nessa situação, o que tratarei adiante, no Capítulo 6. Para os agricultores, a ruptura da lógica da continuidade coloca um impasse sobre o destino a ser dado ao patrimônio, como a terra, a casa e os demais bens, pois a perda da Concessão pressupõe a saída da família do lote e, conseqüente, perda da casa e da terra.

Essa mudança entre a determinação da sucessão e conseqüente transmissão da herança fica clara na fala de Maria Aroeira, quando relata que

“[...] do jeito que as coisas vão aqui, ninguém quer morar aqui, imagine só plantar e colher? A gente fica convencendo Bruno que isso aqui é nosso, pra ele tentar tomar gosto, ai ele diz que só restou ele, então que por enquanto vai ficando, mas que um dia, nós podemos até ter que ficar sozinhos”.

Então, a partir dessa situação ela diz que: *“Eu até falo pra ele que ele pense se pode fazer algo com o lote, tipo, pensar em montar um negocinho pra ele aqui, ou pelo menos morar aqui com a gente, pois se tiver netos aqui, já dá a vida né? Sei lá, pra isso aqui não ficar perdido [...]”.* Abramovay *et al* (1998) sinalizam que não se pode invisibilizar as vocações e capacidades profissionais dos indivíduos. Para os autores, os novos desafios dos processos sucessórios devem assimilar as mudanças e condições objetivas cujas relações entre gerações e sexos nos estimulam a pensar, sobretudo pela importância da solidão e da continuidade do lote, para a primeira geração.

Esse dilema de que o herdeiro surge de condições dadas pelo sucessor, não a partir dos pais, também se confirma na família Xique-Xique, quando Maria confirma que *“[...] depois que fomos ampliando a casa ou construindo ai do lado, foi que eles começaram a querer ficar”.* Condição que para ela parece proposta pelos filhos, pois, *“Eles até diziam, que se não tivesse um cantinho aqui, preferiam era morar na Lapa, que é melhor”*, e para isso *“Eu achei melhor fazer uma forcinha pra construir ai um cantinho pra não ter desculpas”.*

É possível então observar que as percepções sobre o que é “herdável”, por parte das famílias, se concentra na terra (circunscrita ao lote descrito na CCU) que permite possuir a casa. Os equipamentos agrícolas, motocicletas e animais não se colocam como patrimônio para as famílias, mas como um bem que é utilizado, não possui status de bem “herdável”. Nas várias falas das famílias, há também a herança no entendimento dos valores morais, da educação familiar, da motivação.

Durante todo o processo da pesquisa (entrevistas, observações, visitas), pude perceber que os processos atrelados à transferência e aos arranjos em relação ao patrimônio, tanto para as filhas como para os filhos, são construídos ao longo da vida. Os encaminhamentos dados

pelos pais se configuram através do apoio aos estudos para os (as) filhos(as), pelas tentativas, nas assembleias da associação, em propor um(as) de seus herdeiros(as) como ocupante de um lote que foi abandonado, na compra de uma área de terra para um(as) dos filhos(as), na construção de uma nova casa no lote de morada, na ampliação de um cômodo na residência e na aquisição de bens (motocicletas, máquinas agrícolas).

Por isso, os agricultores afirmam que não há um momento demarcado para resolver o que oportunizará o protagonismo de seus(uas) filhos(as) na propriedade, na verdade, tendem a estendê-lo o máximo possível, configurando um processo de transmissão tardia. Maria Pitomba diz que, *“Por enquanto é bom continuar assim, pois ainda estou viva né?”*, José Mulungu diz que *“Eles ainda não estão em condições de assumir nada aqui, ainda dependem de mim”*, para citar alguns exemplos.

As famílias entrevistadas parecem seguir uma lógica particular de transmissão da herança, de modo que os(as) filhos(as) de alguma maneira percebem que o lote é uma concessão e não uma posse definitiva e, ainda, que é mais importante pensar na sobrevivência e viabilização da terra que possuem do que preocupar-se em uma divisão. Independente de ser o(a) mais novo(a) ou mais velho(a), a herança tem o sentido de apoio e não necessariamente o sentido de repartição igualitária, pelo menos não em primeira instância. Quando ouvimos Maria Jitirana falar que *“A casa vai ficar pra quem, quando nós faltar, estiver mais fraco, mais precisado?”*, José Angico fala aborrecido que *“[...] tem filhos nossos que dão conta do recado ai, nem precisam de nós pra nada”*. Já Maria Xique-Xique demonstra entender que *“[...] a casa pra eles nem é mais tão importante, pois até alugar ai na cidade eles fazem quando querem morar, esse pessoal vende a casa sem nem querer saber da história dela”*. É possível perceber que a importância do(a) sucessor(a) para a transmissão da herança se confirma.

A desistência dos(as) filhos(as) do recebimento do patrimônio em terras, ou mesmo em uma casa, parece não gerar a possibilidade de conflitos futuramente, nem mesmo a primeira geração afirma que o recurso econômico a ser repassado a cada filho possa gerar descontentamento. De maneira geral, a distribuição do patrimônio no PAE obedece à lógica da divisão desigual⁵⁶, pois o Contrato só pode ser transmitido a uma pessoa e o único caminho possível, a partir das famílias, é a construção de casas no lote, com vistas às garantias de

⁵⁶ O Código Civil Brasileiro que rege o direito de igualdade na herança entre todos os descendentes, determina a divisão igualitária dos bens.

moradia; o estabelecimento é dado ao(a) filho sucessor(a), tendo como justificativa a manutenção econômica dele(a) e a aceitação dessa condição pelos demais filhos.

A concepção descrita acima, que relaciona a escolha de um(a) sucessor(a) com as necessidades de acesso aos bens, organiza as relações sociais de forma que a sucessão legítima a escolha. Quando Sávio Mulungu fala que *“Eu mesmo quero cuidar da roça aqui, morar aqui, já vejo até um dia chegando na minha moto e vendo minha esposa me esperando ali na porta”*, está simbolicamente demonstrando que dará seguimento ao patrimônio constituído pela família. Sua irmã, Clara, demonstra também querer ficar, ela afirma: *“Estou vendo que temos logo é que fazer uma casinha aqui do lado, pois seremos vizinhos [risos], pois eu também quero plantar aqui minha roça de horta e criar minhas galinhas”*.

Conforme argumenta Wolf (1976, p. 28), “[...] a propriedade é tanto uma unidade econômica como um lar”. Embora a terra seja um bem tratado sob a ótica do valor monetário, valores fundados nas identidades construídas em relação a terra tendem, de alguma forma, a persistir. Preservar de alguma forma a continuidade do estabelecimento familiar busca, em grande medida, manter o valor moral e econômico da terra. Com isso, os agricultores passam adiante a responsabilidade sobre o destino do patrimônio familiar, deixando para a geração seguinte a “solução” do impasse.

Na Família Juazeiro o conflito é mais aparente. José e Maria Juazeiro aparentam não querer lidar agora com a questão, suportam de forma a não demonstrarem sua decisão nesse momento. São três filhos que compõem a unidade doméstica, eles não sinalizam, ainda, a vontade de sair do lote. Essa estratégia da postergação leva a uma compreensão de que se o processo sucessório é tardio, o mesmo acontece com a distribuição do patrimônio. A justificativa para tal atitude da primeira geração está relacionada à falta de pressão ou ao desejo dos filhos para que os pais procedam com os acertos, pois não utilizam a terra como meio de produção e sustento, nem buscam usar o recurso da herança para se instalar de forma independente dos pais, seja dentro ou fora do estabelecimento.

A perspectiva da Família Juazeiro em protelar essas decisões ocorre em virtude da idade dos(as) filhos(as) e da centralidade das decisões ainda estar amparada nos pais. De certa forma, a família também não deixa clara a decisão da partilha igualitária, o que algum modo poderia amenizar o conflito da segunda geração.

Pode-se afirmar que, por se tratar de um espaço onde a questão de que as famílias possuem o CCU, – documento que limita a construção simbólica da pertença e da propriedade

–, talvez estabeleça a continuidade no lote como uma questão mais fluida para as famílias, pois elas seguem amparadas por um documento que não as atrela à posse, mas à concessão. Mesmo que essa situação legal seja determinante, objetivamente as famílias falam dos lotes como proprietários, mas é perceptível sua insegurança, o que os leva a protelar ou até mesmo a não tratar sobre as questões de herança no momento.

Em relação aos arranjos internos familiares relativos à transmissão do patrimônio, apesar da maior abertura e diálogo entre as gerações na atualidade, os temas de natureza sucessória ainda são pouco discutidos no interior das famílias, pois são considerados incômodos, assim, a definição da herança e compensação dos demais fica “para depois” (SILVESTRO *et al.* 2001; STROPASOLAS, 2002; TEDESCO, 1999).

De todo modo, a continuidade da segunda geração nos lotes a condiciona a pensar sobre essa questão. Fica claro, pelas falas e observações, que a compensação dos demais filhos, que por alguma razão não permanecerão na terra, não será uma casa ou terras em outro lugar. A possibilidade de ser herdeiro é dada, eminentemente, por permanecer no lote.

Uma estratégia de estímulo à permanência, no entanto, pode ser percebida na família Aroeira. Da segunda geração, Bruno é o único que mora no lote. Ele afirma o desejo de sair, pois não se identifica com a vida no assentamento, mas José Aroeira o presenteou e paga as prestações de uma motocicleta para facilitar o seu deslocamento. O veículo representa o meio pelo qual “[...] *ele pode sair e passear ou trabalhar sem precisar ir morar na cidade*”, afirma José Aroeira. Bruno, que trabalha como mecânico de forma autônoma, também colabora com os pais na pequena produção de hortaliças no lote, ele confirma que até a renda melhorou com a motocicleta, pois o deslocamento para outras localidades, quando surge demanda de concerto de motos ou carros, foi facilitado.

Assim, reforça-se o argumento de que os assuntos relativos à questão da permanência são discutidos entre os pais de idade mais avançada, como encontramos nas famílias Xique-Xique, Mandacaru, Angico e Aroeira, como mostrado acima. O momento da transferência e dos acertos propriamente ditos é parte de um processo geralmente “negociado” entre todos os interessados, resultando em acordos sobre a parte do patrimônio de cada um. Observa-se que o momento da transferência não se constitui em um momento específico, mas em um processo composto de várias fases, determinado por circunstâncias diversas, porém, as ações são desenvolvidas no intuito de estimular a permanência, recriando os objetivos.

As principais circunstâncias encontradas sobre a permanência e transmissão do patrimônio foram: quando a primeira geração percebe a saída da maioria dos indivíduos da segunda geração, aqueles que ainda permanecem são estimulados a ficar sob a condição de possuir um dia uma casa; a percepção da chegada da velhice, a necessidade de negociar protagonismos e estabelecer estratégias com vistas a permanência perpassam pela busca de construir a viabilidade do lote, admitindo a atividade não agrícola que permite, inclusive, ocupar parte da casa; quando surge a necessidade de moradia de indivíduos da segunda geração, e a construção de uma residência ou ampliação da única casa tornam-se uma questão, todos os indivíduos precisam assumir essa expansão, colocando o patrimônio como bem coletivo; por fim, quando o desejo de indivíduos da segunda geração é terem autonomia de decisão, entra em negociação um papel mais central em alguns processos de gestão da unidade e até de criatividade na superação de problemas e o patrimônio permanece, seguindo essas novas conformidades.

A transmissão vista como um processo estabelece relações. A primeira geração configura relações de “parceria” com a segunda, sobretudo com o(a) possível sucessor(a). Os pais continuam, dessa maneira, realizando ou acompanhando o trabalho no estabelecimento. Esse processo consiste na progressiva autonomia do(a) sucessor(a), tanto produtiva como administrativa.

Sob a égide das estratégias descritas, os lotes são apropriados pela segunda geração seguindo alguns aspectos possíveis de serem esquadrihados. Diferente de agricultores detentores da posse da terra, ou mesmo de assentados cuja modalidade acena para o recebimento, em algum momento, do título definitivo da terra, no PAE São Francisco, o patrimônio só é garantido com a permanência do(a) sucessor(a). Esse atrelamento imbrica relações interessantes no âmbito intergeracional e na negociação dos projetos de vida de cada indivíduo da família, onde a centralização nos pais sai de cena, entrando em destaque a negociação.

Entre as famílias analisadas, fica evidente que o principal elo para a superação de projetos de vida díspares (como trabalhar na agricultura e trabalhar na prestação de serviços, por exemplo) é atenuado pela disponibilização da morada. A casa não é percebida como transitória pelas famílias, na verdade, a ideia de perdê-la só é aventada a partir da percepção de que não haverá a continuidade de pelo menos um indivíduo da segunda geração.

O que se coloca em negociação são as necessidades dos indivíduos da segunda geração e como elas podem ser mediadas no intuito de sua permanência. O cerne da questão, que lhe confere particularidade, é inerente a uma modalidade transposta de uma realidade amazônica (onde a regularização fundiária na modalidade PAE ou na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável), que tem como principal mecanismo o reconhecimento de comunidades tradicionais extrativistas, para uma realidade do semiárido, com famílias ribeirinhas.

No caso do PAE São Francisco, fica claro que não há uma identidade extrativista entre as famílias, enquanto a regularização fundiária constitui-se em um ato formal do Estado para sanar a preservação das margens do rio, sem estabelecer uma relação com os sujeitos residentes na área para tal finalidade. Assim, as famílias vivem como se fossem assentadas na modalidade Projeto de Assentamento (que pressupõe lotes individuais, a posse definitiva, a produção agropecuária no lote), negando inúmeros pressupostos aos quais a modalidade PAE os condiciona (lotes de morada e produção em lotes coletivos, concessão de uso, produção agropecuária integrada à caatinga). Inúmeras questões podem ser refletidas sobre esse contexto, mas a que trago nesse momento é: qual o futuro do Projeto Agroextrativista São Francisco? Reconheço a impossibilidade de prever, porém, no próximo capítulo, trarei algumas questões para refletir sobre quais são os caminhos possíveis para a construção e convivência nesse espaço.

CAPÍTULO 6 – A CERTEZA DE QUE O FUTURO É (IN) CERTO E O LUGAR DE ONDE SE PROJETA A VIDA

A mente humana deve desconfiar de seus produtos “ideais”, que lhe são ao mesmo tempo vitalmente necessários. Precisamos estar permanentemente atentos para evitar idealismo e racionalização. Precisamos de negociação e controle mútuos entre nossa mente e nossas ideias. Precisamos de intercâmbio e de comunicação entre as diferentes zonas de nossa mente. É preciso tomar consciência do id e do alguém que falam por meio do ego, e é preciso estar sempre alerta para tentar detectar a mentira em si mesmo. (MORIN, 2000, p. 31).

6.1 OS PADRÕES NORMATIVOS, A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AS POSSIBILIDADES DE CONVIVÊNCIA NO LUGAR

O futuro da comunidade de Barra de Ipueira se constitui de inúmeros desafios. Conforme já descrito e analisado, as famílias enfrentam, em seu cotidiano, incertezas que se colocam como cruciais à sua permanência.

No âmbito normativo, as famílias são obrigadas a lidar com a Concessão de Uso, o que não lhes garante a conquista do Título Definitivo, ou seja, a propriedade definitiva da terra não lhes é uma possibilidade. Seguindo esse sentido, a articulação entre terra, trabalho e família é cotidianamente ameaçada. A fragilidade dessa dinâmica é consequência da criação da Área de Preservação Permanente, às margens do rio, que deslocou as famílias, obrigando-as a se adequarem ao padrão de assentados de reforma agrária, não mais aquele de vivenciarem seu modo de vida ribeirinho. A pergunta que Maria Pitomba me fez, “[...] *porque não criaram aqui um Assentamento que a gente pudesse pelo menos almejar a posse definitiva da terra?*”, fica no ar. Refletirei aqui sobre outras questões na tentativa de responder a essa pergunta.

Primeiramente, chama a atenção acerca da definição da modalidade PAE que, ao contrário do que observou Bergamasco e Loder (1996), ao compreenderem que a constituição dos assentamentos “não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo”, no caso do PAE São Francisco, a criação do Projeto objetivava resolver uma questão ambiental (ocupação das margens do rio São Francisco) e uma questão social (regularização fundiária de famílias ribeirinhas), o que acabou por

engendrar conflitos com uma população que possuía seus modos de vida em consonância com as possibilidades e limites propiciados pela proximidade com o rio. Arrisco-me, então, a perguntar: será que essa população não protegia, à sua maneira, as margens do rio da degradação e da ocupação desordenada?

As intencionalidades do Estado acerca da preservação das margens do rio só se explicam até a criação da APP. A tentativa de associar a preservação das margens com a regularização fundiária das famílias ribeirinhas não surgiu do diálogo entre Estado e famílias. Inúmeras famílias foram deslocadas das margens do rio, no entanto, não houve, nem ainda há, fiscalização das ocupações e práticas irregulares na APP. Como já descrito, a especulação fundiária e a extração ilegal de areia são mais constantes do que a época em que os ribeirinhos ocupavam aqueles espaços, segundo os relatos das famílias. Além disso, não há nenhuma ação de recomposição da mata ciliar e o assoreamento dessa área é perceptível, como pode ser observado através da Imagem 05, a seguir.

Imagem 05: Margens do Rio São Francisco e localização da Área de Preservação Permanente.



Fonte: *Google Earth*, maio de 2016.

Essa situação responde, em certa medida, a pergunta que deixei em aberto acima e reforça a primeira motivação da decisão da criação do PAE: solucionar uma questão ambiental, sobretudo proposta pela recomposição das margens do rio, mantendo-o livre de

antropizações, o que não deu certo, como visto na imagem acima. Infelizmente não há uma imagem aérea que nos permita comparar as margens do rio antes e depois da criação da APP, mas antigos moradores das margens, e mesmo da cidade de Bom Jesus da Lapa, descrevem que a cada ano, essa área aparece mais desmatada e mais assoreada.

As imagens a seguir (Imagem 06 e 07), trazidas por Guimarães (2015) em sua pesquisa sobre educação ambiental no PÀE, ilustram a realidade das margens do rio São Francisco, no perímetro da APP.

Imagens 06 e 07: Assoreamento das margens do rio ocasionadas pela extração de areia, em 2015.



Fonte: Guimarães (2015)

A ausência de diálogo, como terceira questão, determina o desconhecimento ou confusão que as famílias fazem sobre o fato de serem assentados e de serem assentados em um PAE. Foi mencionado, na introdução dessa Tese, que as famílias não compreendiam a presença de técnicos que aferiam e caminhavam pela comunidade sem serem apresentados. A mediação da Comissão Pastoral da Terra colaborou com o diálogo com o INCRA e o IBAMA, mas boa parte das informações não era claramente assimilada pelas famílias.

As justificativas de garantir a preservação da caatinga e do rio formaram o principal argumento para o convencimento das famílias, seguida do convencimento de que a criação da APP os levaria ao estado de ilegalidade caso permanecessem a morar nas margens do rio e, conseqüentemente, acarretaria na expulsão deles daquelas áreas. Associada a essa questão, a maioria das famílias não possuíam documentos de posse das terras à margens do rio, logo, a

compreensão da legalidade e regularização foi assimilada como uma possibilidade de garantirem terras.

Por fim, o quarto elemento que arremata a análise é que a ideia de tutela do Estado representa, para as famílias, a noção, sobretudo, de proteção e garantia de direitos. Entretanto, até o momento, não foi realizada uma avaliação com vistas à renovação do Contrato de Concessão de Uso para transferência de direitos prevista em um CCDRU. As famílias seguem na linha tênue entre ocuparem um espaço e não terem seus direitos validados. Elas, então, seguem reorganizando o espaço e validando suas decisões em assembleias. Essa tem sido a única instância decisória e de retificação de formalidades (como ocupação de lotes e desistências, por exemplo) das famílias assentadas. Ademais, as famílias não recebem regularmente assistência técnica, sobretudo, assistência específica à produção de base sustentável, o que implica nas dificuldades de produção em consonância com a preservação dos recursos naturais, como está previsto no Contrato.

Como nos mostra Sigaud (1986), estudando os deslocamentos oriundos da construção de barragens, mas que pode ser traduzido no caso da formação do PAE, os grandes empreendimentos não percebem a importância daquele lugar de vida (e da constituição dos seus modos de vida) para o camponês. A autora destaca, ainda, que a *imprevidência do estado* e sua incapacidade de compreender que aquele ambiente é o responsável – além de garantir a subsistência da família – pelo valor cultural e moral de grande significado para o camponês, destituiu os sujeitos dos seus projetos de vida e os insere em uma nova lógica em que sobreviver se torna a questão principal de suas vidas. Foi o que presenciei na comunidade de Barra de Ipueira.

Quando o INCRA e o IBAMA chegaram no início da década de 1990 a aquela margem do rio São Francisco, com vistas à regularização fundiária, depararam-se com uma população ribeirinha que ali nascera, vivendo nos próprios barrancos do rio São Francisco, dentro de um modo de vida tradicional cuja produção se baseava na pesca e na agricultura para o autoconsumo, praticada na várzea do rio, i.e., nas áreas de alagadiço – *lameiro*. Para Sodré (2007), essa prática estabelecia *um ajuste ecológico* (Cândido, 1964), ou seja, uma ligação entre a população e o meio natural, onde a sobrevivência, quase que exclusivamente, dependia do meio ambiente.

A regularização fundiária da população deu-se através de um Termo de Reconhecimento de Ocupação, fornecido a cada uma das famílias, habilitando-as a explorar

e fazer uso da oferta ambiental dos recursos naturais “de forma sustentável”, o que significa não desmatar, produzir conforme os pressupostos técnicos da Integração⁵⁷ Lavoura-Pecuária-Floresta, respeitar os ciclos reprodutivos e produtivos (como o período de produção de fruteiras nativas, épocas de reprodução dos peixes, corredor ecológicos de aves e demais animais da caatinga).

Em contrapartida, os assentados teriam o compromisso de cumprir as orientações contidas no *Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco*, como limpeza dos canais de condução da água do rio até as lagoas; conservação e fiscalização das lagoas; conservação dos caminhos, varadouros, ramais e estradas; e, efetuar denúncias de irregularidades à CAPAESF.

Nesse plano, está contida a relação das atividades não predatórias incorporadas às condutas que devem ser cumpridas, pelas famílias, quanto ao cumprimento da legislação ambiental para o uso dos recursos naturais existentes na área, bem como um conjunto de direitos e deveres dos assentados. O PAE São Francisco “deve ser tratado como se fosse uma Unidade de Conservação” (PLANO, 2001, p. 17), cuja especificidade é o fato de atribuir à população tradicional, atualmente assentada, a corresponsabilidade pelo seu gerenciamento e conservação. O objetivo é reassentar a população e reclassificar a área ocupada como uma reserva extrativista.

O plano de utilização considera que “moradores, unidos em suas relações, tradições e cultura, vivem em harmonia com o meio ambiente em que estão inseridos, imbuídos da missão de preservar o meio ambiente” (PLANO, 2001, p. 1). Sodré (2007, p. 201) afirma que esses termos foram “discutidos e elaborados” com os moradores e, após a construção, foi aprovado pelo INCRA e referendado pelos órgãos ambientais. Assim, o plano de utilização se estabeleceu como um guia para que moradores realizem suas atividades dentro do critério de “sustentabilidade econômica, ecológica e social”, além de conter *prescrições e proibições*⁵⁸.

Importante ressaltar que, apesar de não haver no PAE-SF a possibilidade de obtenção do título individual de terra, a regularização fundiária baseia-se na atividade em áreas coletivas e a disponibilização de um lote para moradia e produção para o autoconsumo no espaço delimitado, com tutela governamental. Apenas os lotes residenciais – em torno dos

⁵⁷ A Integração objetiva garantir a competição e equilíbrio ecológico, manejar adequadamente o sistema, inserir espécies nativas, planejar a implantação de espécies exóticas.

⁵⁸ As prescrições e proibições principais são: estimular a produção nas áreas coletivas, não realizar queimadas, não caçar, estabelecer formas de gestão participativa, não dividir o lote.

quais é possível, em determinadas épocas do ano, realizar uma pequena atividade produtiva – são efetivamente ocupados pelas famílias para a produção para o autoconsumo, como pode ser visto nos croquis. Já as áreas coletivas diminuíram em quantidade, pois algumas foram divididas e se tornaram lotes de morada; outras, como percebemos na família Angico, por conta da desistência de famílias, são manejadas por apenas uma família; enquanto poucas áreas de fato possuem manejo coletivo, como aquela ocupada pelas famílias Mandacaru e Xique-Xique.

Uma parcela da área do PAE se destina à preservação ambiental, não comportando nenhum projeto produtivo, incorporando as áreas onde se formam lagos, nas épocas de chuvas e conseqüente cheia do rio São Francisco. O INCRA, dentro desse bojo, tem a responsabilidade de incentivar atividades como a pesca não predatória, uso dos recursos de forma sustentável (retirada da madeira, uso do solo para atividades produtivas), que visem promover uma reforma agrária ecológica, mas que, ao mesmo tempo, também proporcione às famílias apoio técnico e infraestrutura que permitam o seu desenvolvimento sustentado com respeito à sua cultura e seus valores.

Em síntese, o exemplo do PAE São Francisco ressalta que a reforma agrária não deve ser apenas regionalizada, no sentido de contemplar diferentes formatos e arranjos na distribuição da terra aos trabalhadores rurais, mas deve garantir a flexibilidade para que a organização da produção e dos assentados nos projetos reflitam as condições econômicas, sociais, a participação política, o engajamento e a valorização da importância da organização associativa na construção do futuro.

Fica evidente que a tutela possui um papel desmobilizador, que incentiva e promove ações alheias à presença do Estado. As ações viabilizam sobremaneira a inserção das gerações nos processos de apropriação do lote, cujo intuito se ampara na construção de mecanismos próprios de permanência. No PAE é possível constatar que a regularização fundiária desassistida não promove qualidade de vida, tampouco garante que o planejamento estabelecido seja executado. A tutela pressupõe acompanhamento, diálogo, replanejamento e adequação à dinâmica social.

As famílias, sob a tutela ausente, convivem com a insegurança de “[...] *e se um dia alguém tomar isso de nós?*” (Maria Cagaita), ou ainda, “[...] *se criarem aqui outra reserva que tenha que tirar a gente daqui?*” (Maria Licuri), reforçando os sentimentos de transitoriedade, de ameaça ao bem estar da família, de distanciamento dela com o Estado na

construção do espaço. As percepções sobre as possibilidades de reprodução social no assentamento revelam uma insegurança que, certamente, afeta os projetos de futuro dessa população. Mesmo que tal insegurança seja presente em outras áreas de reforma agrária, nesse caso específico, as famílias não podem, seguindo a modalidade, sequer tencionar um processo de emissão de título definitivo ou emancipação, resta-lhes apenas continuar.

Segundo a Norma de Execução DD/INCRA nº 93, o prazo da concessão será válido por “trinta anos contado da data de emissão da presente, podendo ser prorrogável por igual período a critério da Autarquia ou ainda, se estiverem sendo cumpridas as obrigações pactuadas”. O aspecto nevrálgico nessa condição é o cumprimento das obrigações. Conforme uma das cláusulas do Contrato, não é permitida à unidade familiar, sem prévia e expressa anuência da concedente, “desenvolver atividades e/ou construir edificações na área do projeto estranhas ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e/ou Plano de Utilização - PU”. Fica claro, na contramão do exposto, que o exemplo da família Xique-Xique é apenas um dos vários lotes encontrados nas comunidades que compõem o PAE que possuem uma segunda casa e até duas casas além da casa-lote.

Naturalmente, as casas são construídas paulatinamente, devido à ausência da fiscalização e até mesmo do próprio INCRA no PAE, essas casas são erguidas sem nenhuma intercorrência. De fato, o que gera enorme preocupação entre as famílias é que se em algum momento terão consequências, como quebra do Contrato, por construção não autorizada no lote.

De forma paralela, no PAE, as práticas de produção agropecuária e a construção de novas casas são avalizadas através das assembleias da Associação e seguem para a aprovação do INCRA, que atrasam nas respostas. Há casos em que a construção não segue essa aprovação coletiva, sendo feitas sem serem avalizadas. Já em outros casos, a anuência, através da assembleia, é emitida após a construção das edificações. As famílias reforçam que tais práticas se justificam pela ausência ou morosidade do INCRA no acompanhamento e fiscalização do PAE, bem como pela urgência dessas ações com vistas à solução de problemas de alocação de famílias.

No âmbito da organização social, a coletividade também aparece como questão importante aos encaminhamentos a serem dados ao PAE. O associativismo (base constituinte do processo de formação de qualquer modalidade de Projeto) parece também ser afetado pelas configurações atuais da comunidade tratadas aqui. As lideranças atuais são compostas pela

primeira geração, as consequências trazidas pelo envelhecimento levam a associação a perder sua dinâmica, não havendo um grande número de pessoas da segunda geração que se interesse por ocupar cargos na gestão.

Encontramos na primeira geração (Maria Xique-Xique, Maria Mandacaru, José Angico) um histórico na gestão da Associação e participação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Já ouvi Maria Xique-Xique falar que ocupou duas vezes a presidência da Associação de Barra de Ipueira, onde, na segunda vez, foi por não ter ninguém interessado. Ela também participa do Movimento CETA, do Sindicato, e representa o PAE no Colegiado territorial.

Durante o tempo da pesquisa, participei de atividades do Movimento, do Sindicato e da Associação, nunca presenciei a participação massiva e regular da segunda geração nas atividades. Segundo uma das lideranças do CETA, o movimento precisa renovar, pois a juventude precisa adquirir interesse, porque os mais velhos já estão cansados.

O Movimento surgiu no mesmo período da implantação do PAE-SF, realizada em 1995 pelo INCRA, e se propunha como Comissão Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados (CETA), atualmente chamado Movimento CETA. Essa comissão, junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), teve, naquele momento, e ainda tem, no atual contexto, o papel de auxiliar as comunidades no sentido de dialogar e mediar com o Estado, em parceria com a associação dos agricultores, em busca por melhorias para a comunidade.

O Movimento CETA foi um dos mediadores na organização das onze comunidades com uma associação (imprescindível para a criação do PAE) para serem incorporadas ao Projeto. Percebe-se que esse aspecto elucidada a importância da Central de Associações (que conta com três representantes de cada Associação), para viabilizar o processo organizativo formal dos assentados, com representação de cada uma das onze associações, enquanto mecanismo essencial e responsável por reforçar os laços de sociabilidade e de reciprocidade entre elas. Assim como para despertar o papel que o associativismo formal tem enquanto agente socializador de suas práticas, geradoras de formas sócio organizativas.

O que percebo é que, apesar dessa organização em comunidades, o isolamento entre as demandas de cada uma delas posiciona a Central em uma dimensão secundária, pois é acionada em casos muito específicos, i.e., aqueles que envolvem demandas do PAE como um todo. O que acontece com maior periodicidade são as reuniões das associações de cada comunidade (algumas quase não se reúnem), elas ocorrem com o intuito, também, de solucionar questões específicas, como a alocação em lotes ociosos, avisos sobre vacinações

ou outras campanhas de saúde coletiva, avisos sobre alguma política pública, renovação de cadastros, para citar alguns exemplos. Não fica nítida a formação política e de lideranças, o que afasta a segunda geração dessa participação, pois, nas reuniões, são os pais que possuem poder de voto e decisão, delegando-lhes papel secundário, quando ocorre.

Sodré (2007) afirma, em seu trabalho, que no PAE-SF ocorreu a formação de líderes ambientais (muitos deles, jovens), com a articulação entre o Movimento CETA, a Central e o IBAMA e essa formação culminou na contratação de algumas pessoas para o controle de incêndios florestais, muito comuns nas comunidades.

Reflete, ainda, que durante as suas entrevistas, as famílias das comunidades já sinalizavam a pouca participação das pessoas nas reuniões da Associação, que só se deslocavam de suas casas para participar quando havia alguma discussão sobre dinheiro ou acesso a projetos em seu benefício. Por fim, a autora cita que havia uma participação importante das pessoas em sindicatos, o que, atualmente, minha incursão percebe o contrário. No momento de sua pesquisa, em 2007, autora também constatou uma apatia das pessoas em participar de processos políticos fora e dentro do PAE, Eu constato, atualmente, uma participação reduzida, atualmente representada por Moacir Xique-Xique e Daniel Mandacaru (segunda geração) que ainda tentam estimular a participação dos jovens naqueles espaços, os dois atualmente ocupam funções na Associação e na busca de ações de melhoria da comunidade.

As duas questões integradas: as dificuldades enfrentadas na associação (e conseqüente perda de lideranças) juntamente com a forma de ocupação e reordenamento da comunidade, criam um contexto em que a comunidade segue redimensionando seu “projeto para o lugar”, subvertendo o planejamento oficial.

Os lotes de morada abandonados pelas famílias deveriam, segundo o Estatuto da Associação e as próprias normas da modalidade, serem ocupados por indivíduos que solicitam acesso a elas (geralmente são parentes de famílias assentadas). Esse processo não ocorre, como já dito, pois não há o acompanhamento⁵⁹ do INCRA, o processo de decisão nas assembleias sempre é precedido de articulações (pois não é definido por quem entrou primeiro na lista de demanda, mas por quem precisa mais, ou seja, um critério bastante subjetivo) e a

⁵⁹ Quando pergunto os motivos da ausência do INCRA, as famílias dizem que os líderes da Associação vão ao escritório, conversam com pessoas, mas a instituição alega falta de equipe e de automóveis para deslocamento.

comunidade, paulatinamente, vai se tornando um lugar de morada e um espaço de reprodução social das famílias assentadas no âmbito do lote e nas suas interrelações.

No âmbito familiar, encontramos inúmeras famílias cuja relação com a terra é muito simbólica e há uma persistência em plantar, mesmo com as dificuldades, como percebido nas famílias Juazeiro, Macambira, Angico. Durante a pesquisa, sobretudo nas caminhadas, não é raro encontrar famílias que plantam e criam animais. Todas as famílias que participaram da pesquisa reclamam da falta de infraestrutura (acesso à água para a irrigação e falta de assistência técnica, por exemplo) e também das dificuldades naturais (a estiagem cada vez mais prolongada).

Segundo informação obtida na extinta Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), atualmente chamada Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), a última equipe de Assistência atuou na comunidade de Barra de Ipueira em 2014, e, ainda assim, com o intuito específico de formação para um Projeto de Quintais Produtivos, que não caminhou muito, por falta de água⁶⁰.

Ao caminhar pela comunidade, observei nos lotes a prestação de diversos serviços, como corte de cabelo e manicure (família Cagaita), mecânica de motos (família Aroeira), construção de manilhas para cisternas (irmã de Maria Xique-Xique), por exemplo. Nos lotes, é possível perceber a integração das gerações, na qual, por muitas vezes, a primeira geração cuida da plantação e a segunda cuida do negócio, como já relatado. A consequente ressignificação do lugar, consequência direta da intersecção dos projetos de vida com as trajetórias dos indivíduos, reformula o espaço e suas oportunidades.

Há também a ocupação do lote de forma integrada entre as gerações, mas não com uma integração entre atividades agrícolas e não agrícolas, como vista acima, mas apenas com a atividade agrícola. A produção nos lotes em escala mais ampliada ocorre nas famílias Mandacaru, Angico e Mulungu, nelas a segunda geração atua de forma colaborativa. Assim, os assentados procuram cultivar, no pequeno lote individual, os mais variados tipos de alimentos em pequenas quantidades, buscando, além de viabilizar o autoconsumo, garantir, em alguns casos, também a venda, para o mercado, de parte do que é produzido. Assim, uma das estratégias do grupo está pautada no ritmo do *aprovisionamento*, com produtos diversificados, conforme afirma Maria Aroeira: “[...] *se planta um pouco de tudo*”.

⁶⁰ As famílias informam que os últimos cinco anos têm sido de grande estiagem, com chuvas espaçadas e/ou com pouco volume, mas tem sido suficientes para encher as cisternas e as lagoas.

Lessa (1996, p. 15) expressa que “[...] toda nova situação concreta é avaliada através de uma contraposição com todos os conhecimentos e experiências passadas, com elementos da situação presente e com as perspectivas traçadas pelos indivíduos como visão prévia e ideal do futuro”. A segunda geração das famílias analisadas traz fortemente essa questão, pois, na busca por autonomia de decisões sobre suas vidas, se veem com deveres estabelecidos simbolicamente com os pais e também na iminência de enfrentar os desafios de concretizar seus projetos individuais.

Abandonar ou executar o projeto familiar de viabilizar o lote como meio de moradia e de produção na terra torna-se o elo que separa ou une essas gerações. Não obstante, os quadros genealógicos apresentados mostram que a unidade familiar se complexifica nas relações, com redes de sociabilidade e interação não circunscrita apenas ao lote de morada, mas com aqueles indivíduos que saem para trabalhar nas cidades próximas e até com aqueles que se deslocam para São Paulo em busca de melhorias de vida e de ajuda daqueles que ficam no PAE.

Ao pensarmos sobre as consequências da implantação do “modelo de tutela” inconcluso para o modo de vida camponês dos ribeirinhos no PAE-SF, evidenciam-se as divergências entre o projeto do INCRA e o das famílias assentadas. As normas e limites restritivos que hoje regulam o uso das terras do PAE-SF têm causado às famílias assentadas sérias dificuldades e, por este motivo, cada família resiste e articula estratégias com vistas a não perderem os lotes, mas, ao mesmo tempo, garantir que cada indivíduo estabeleça um projeto viável para sua vida sem abandonar esse lugar comum, eminentemente habitacional. O fato de as famílias terem construído as suas histórias de vida há muito tempo nessa área, que passou a ser uma unidade de conservação, muitas vezes dá origem a tensões e conflitos entre elas e o Estado, porque suas expectativas, objetivos e valores são dicotômicos.

Na primeira geração fica claro o apego à terra e sua valorização como patrimônio. A terra, enquanto ordem moral, se sustenta no modelo de tutela, visto a partir de valores morais desses tradicionais ribeirinhos, ainda que o direito de concessão real de uso, estabelecido após a implantação do projeto, não garanta terras para todos os beneficiários, sequer para a produção de autoconsumo. Esse apego se pauta diretamente com uma relação muito forte com o modo de vida ribeirinho, que se concretiza na insistência do modo de produção nos moldes do que era realizado às margens do rio e na dificuldade de se adaptar à escassez e à racionalização de água, por exemplo.

A inviabilização do lote segundo os pressupostos da modalidade se reproduz amparada em seu modo de vida ribeirinho em contraposição com o modelo produtivo imposto pelo INCRA/IBAMA, que se refere à imposição de cultivar o lote em “terra firme⁶¹”, mantendo-se uma distância de 150 m das margens do rio e das lagoas, com restrições aos limites da APP. Assim, essas famílias não podem mais utilizar o sistema tradicional de plantio no lameiro, em área de várzea, em terras úmidas, mesmo aquelas que persistem na produção à margem do rio, apresentam as dificuldades de morarem há dois ou mais quilômetros de distância e se deslocarem às margens do rio para o plantio de mandioca, feijão e milho.

O modelo produtivo do INCRA não permite também plantar pastagem. A criação animal autorizada é de, no máximo, cinco cabeças por família, em geral criados soltos e até ocupam as áreas coletivas que sobraram, em um acerto informal entre as famílias de juntarem seus animais nessas áreas. Não é raro caminharmos pela comunidade e avistarmos animais pastejando entre os lotes, ocorre, inclusive, a entrada de animais em alguns lotes, quando eles se alimentam das hortas ou pomares das famílias assentadas.

A indisponibilidade de terras para o desenvolvimento da produção dos assentados de forma familiar (pois fica claro a inviabilidade da produção coletiva), associada à falta de apoio técnico e de tecnologias adequadas, estimulou a busca de estratégias de sobrevivência e permanência, nelas a sucessão estabelece uma dimensão importante, sobretudo a de permitir às famílias continuarem acreditando no lote.

É inegável a mobilidade dos indivíduos, mantendo a prática comum de “sair para manter-se dentro”. No entanto, cabe ressaltar que as famílias, mesmo enfrentando dificuldades no assentamento – o que as obrigam sair para realizar atividades fora do PAE-SF –, buscando estratégias de sobrevivência, não manifestaram o desejo de abandonarem o lote no PAE-SF. Mas, em alguns lotes, cuja segunda geração está fora e a primeira é composta por idosos, manter a produção no lote é praticamente inviável.

Soma-se a isso a dimensão do “modelo de tutela” do INCRA, com a proibição de contratação de mão-de-obra externa nas atividades dos assentados (exceto quando o chefe da família se encontra impossibilitado). Na realidade, não é comum a contratação de trabalhadores pelos assentados, mas, quando se altera o ritmo de trabalho do grupo familiar,

⁶¹ Segundo consta na legislação vigente, o limite legal para se plantar e residir é a uma distância de 500 m das margens de rios e lagoas. O IBAMA/INCRA instituiu o limite de 150 m para a população tradicional através de um acordo justificado pela não adaptação dessas famílias para viverem e trabalharem distantes do rio, mas mantiveram a proibição quanto a plantar na várzea (lameiro).

principalmente em ocasiões específicas de plantação e colheita em que se precisa de mais força de trabalho, a contratação é algo importante. A contribuição dos filhos que moram próximos, ou não se dedicam às atividades agrícolas, quando é percebida a necessidade nos períodos de chuva de aumentar o trabalho, merece destaque, pois o trabalho manual se intensifica.

As famílias, quando situadas nesse contexto, se empolgam para a produção agrícola. Motivam-se na busca por aumento da produção de alimentos; fomentam projetos que são levados à Associação, para que encaminhe aos órgãos financiadores projetos alternativos para implantação de horticultura irrigada, apicultura, caprinocultura e ovinocultura.

As dificuldades de viabilizar os projetos esbarram, no entanto, no tamanho do lote de morada, que não é compatível com as necessidades da criação em uma escala possível de tornar sustentáveis os projetos de caprinocultura e ovinocultura, mesmo que haja certa tradição na criação desses animais pelas famílias tradicionais assentadas.

Assim, a possibilidade desses projetos se demonstraria viável seguindo a execução nas áreas coletivas, mas entra na dimensão da organização para essa finalidade, a dificuldade das famílias com o trabalho coletivo, que, na opinião de José Mulungu, “[...] *logo esses projetos acabariam, pois cada um quer cuidar do seu e não enxergam sua parte quando se fala de coletivo [...]*”.

Há, no plano de desenvolvimento da comunidade, o apontamento da atividade pesqueira e de produção de mandioca. A respeito da primeira atividade, as famílias ribeirinhas estão acostumadas a saírem em barcos para a pesca em rio aberto ou mesmo a coleta de crustáceos e pequenos peixes nas áreas de lameiro. Com a queda da vazão do rio, o aumento dos bancos de areia e alteração na temperatura da água, a pesca artesanal tem se reduzido bastante. Daniel Mandacaru, que ainda sai às madrugadas com tios e amigos para pescar, relata que “[...] *a cada saída nossa, percebemos que os peixes estão diminuindo e algumas espécies nem encontramos mais, como o surubim, algumas espécies sumiram*”. Para a viabilidade de um projeto como esse, seria necessária a implantação de tanques-rede, o que representa custos importantes, além da necessidade da formação dos assentados para esse tipo de produção. Agrava-se, ainda, o fato de que essa atividade em tanques ocuparia a mesma área onde é realizada a extração de areia.

Já a produção de mandioca para a produção de farinha e derivados apresenta outra dinâmica e dificuldades. O plantio de mandioca é comum nos lotes de morada das famílias

que já possuem o conhecimento das variedades melhor adaptadas ao clima e correspondem melhor ao consumo *in natura* ou aquelas que servem para a produção de farinha. Para o beneficiamento, é necessária a construção de casas de farinha e de melhor organização das famílias, de maneira a reforçar essa forte tradição no meio rural, baseada na sociabilidade, na reciprocidade e no trabalho coletivo das famílias assentadas. Ambos os projetos citados (pesca e mandiocultura) necessitam do fortalecimento das relações coletivas.

Podemos observar que as famílias assentadas no PAE-SF não podem se sustentar apenas em uma agricultura de autoconsumo. Já ficou sobejamente demonstrado que a insuficiência dos espaços disponíveis para o plantio e criação, associada às restrições do modelo do INCRA, ainda os fatores ambientais, estão longe de assegurar a plena satisfação do provisão familiar e da geração de renda.

Cabe mencionar que as feiras são tipicamente os locais de venda e compra dos produtos que propiciam ao assentado a sua autonomia, assegurando uma renda monetária. No entanto, não podemos deixar de atentar para o fato da relativa autonomia dos assentados, na medida em que suas ações são determinadas por uma série de fatores e circunstâncias que vão desde a própria dificuldade de sobreviver apenas do trabalho desenvolvido no lote, até a demanda do mercado para os produtos que produzem – de baixa qualidade – e a lei do preço de mercado.

Convém lembrar que as restrições do INCRA e do IBAMA, somadas à falta de investimentos e aos problemas climáticos, são os fatores principais que, até o momento, não permitiram alavancar o trabalho com os produtos agroextrativistas (sobretudo umbu, caju e jenipapo), no que se refere à produção e à relação mais positiva com o mercado. Dentro de uma estratégia comercial prevista no Plano de Utilização do PAE-SF, que norteia a exploração dos recursos ambientais do PAE-SF, essa atividade não aparece bem descrita e planejada. Também não aparecem delineadas no Plano quais as iniciativas de apoio a uma produção eficaz e destinada à comercialização, nem a disponibilidade de microcréditos para a formação de capital de giro para os beneficiários dos lotes.

O que parece pouco aproveitado pelas famílias, e até estimulado pelo INCRA, são as relações de reciprocidade e vizinhança estabelecidas. Em alguns poucos casos, as preferências locais dos lotes foram condicionadas às relações familiares e de vizinhança que respeitavam os laços estabelecidos anteriormente à implantação do projeto, como vimos entre as famílias Xique-Xique e Mandacaru e veremos, a seguir, entre as famílias Gueroba e

Quixabeira. Em consideração a essas relações anteriores, podemos destacar as construções das casas novas nas comunidades que buscaram, na medida do possível, se aproximar (dentro do limite da APP) dos locais anteriores de residência dos assentados, dos parentes e dos amigos.

No total da área do PAE-SF, ele disporia de uma área de 5.000 ha, destinada às atividades coletivas. No entanto, não há uma atividade efetivamente se desenvolvendo nessa área. Este espaço correspondente a ¼ da área total do Projeto. No que se refere às atividades permitidas, cada família tem o direito de praticar as atividades agroextrativistas respeitando costumes e tradições, de acordo com sua força de trabalho, dentro da lei ambiental (PLANO, 2001, p. 23). Poderá utilizar áreas para produção de alimentos, incluindo capoeira, pasto, plantio e quintal, respeitando sempre o limite máximo por família beneficiária do projeto (40 x 100m).

Assim, a integração das famílias a essa dimensão particular de produção, ou seja, praticada de forma ecológica, como previsto no documento de criação do PAE, exige uma formação para que tal produção, nos moldes descritos, seja elaborada.

O Plano dedica suas páginas a listar as atividades e atitudes que são proibidas, tais como: a contratação de força de trabalho extra familiar (trabalho de meia, arrendamento, contratação de mão-de-obra) que venha a submeter qualquer pessoa à condição de empregado, a não ser que o dono do lote sofra de alguma deficiência física que o impeça de trabalhar (PLANO, 2001, p. 19-20); são proibidas a compra e a venda de terras, dentro do PAE-SF (Caso haja desistências do direito de uso por uma das famílias beneficiárias, as transferências devem ter a anuência prévia da Central das Associações) e do INCRA (PLANO, 2001, p. 22); é proibido jogar lixo a céu aberto, principalmente agrotóxico, nas margens de curso d'água e também das lagoas (PLANO, 2001, p. 24-25); não é permitida a caça, a captura ou qualquer outra intervenção sobre animais silvestres que estejam sob proteção da legislação vigente (PLANO, 2001, 26); não é permitido, no rio, o uso de redes com malhas inferiores a 14 cm, como também do tipo de arrastão, marim ou outros que venham a prejudicar o ecossistema (PLANO, 2001, p. 26); não é permitida a pesca em época de piracema, assim como o uso de materiais tóxicos, como cipós ou explosivos (PLANO, 2001, p. 27); é proibida a queimada às margens do rio e lagoas (PLANO, 2001, p. 27), assim como qualquer atividade de extração de minérios (PLANO, 2001, p. 28). Fica nítido o desafio que as famílias enfrentam em conciliar seu modo ancestral de produção (cuja queimada é inerente, por exemplo) com a concepção sustentável pretendida.

O Plano também estabelece quais são os compromissos que o INCRA deve assumir com os assentados. Entre eles está, além da liberação de terras disponíveis para o cultivo através da regularização da situação fundiária das famílias tradicionais ribeirinhas (PLANO, 2001, p. 7), fiscalizar que as terras e suas ascensões naturais classificadas de preservação permanente sejam de uso exclusivo das comunidades (PLANO, 2001, p. 10). Também é de responsabilidade desse órgão fazer a articulação entre a Diretoria de Assentamento do INCRA e os demais organismos governamentais de níveis federal, estadual e municipal que tenham atuação nas áreas ambiental e de desenvolvimento rural para fins de:

- a) Construir 600 unidades residenciais agrícolas familiares (PLANO, 2001, p. 10);
- b) Implantar a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural (PLANO, 2001, p. 10);
- c) Prestar assistência nas áreas de saneamento básico, saúde, educação e demais serviços necessários à evolução plena do projeto (PLANO, 2001, p. 11-12);
- d) Determinar a promoção de parcerias multidisciplinares e interinstitucionais via protocolos de cooperação com órgãos federais, estaduais e municipais, priorizando as interveniências dos bancos do Brasil e do Nordeste, do IBAMA e da CODEVASF, do Governo do Estado da Bahia e de ONGs, buscando a gestão participativa nos campos de crédito rural (crédito implantação – alimentação, fomento e habitação e PROCERA – implantado de forma coletiva), fomento agropecuário, pesquisa, assistência técnica, extensão rural, extensão florestal, extensão pesqueira, comercialização, beneficiamento, armazenamento e transporte do pescado;
- e) Recomendar a elaboração do projeto técnico de desenvolvimento sustentável através de parcerias com instituições governamentais e não governamentais (PLANO, 2001, p. 12) a exemplo da construção do PDSA da área, cuja aplicabilidade ficou apenas no papel;
- f) Recomendar a elaboração de norma instrutiva que oriente quanto ao uso das áreas e impeça qualquer forma predatória de uso do meio ambiente (PLANO, 2001, p. 12);
- g) Proporcionar educação ambiental aos moradores residentes no PAE-SF.

Dos deveres mencionados acima, apenas a construção das casas foi plenamente executada, entretanto, mesmo considerando o fracasso da produção nas áreas coletivas, ocorrido pela forma de inserção dessas famílias (sem diálogo, planejamento e divisão de tarefas), os deveres acima relacionados dinamizariam, caso executados, os processos de organização social e produtiva das famílias na comunidade.

A análise acerca da importância do trabalho familiar em detrimento da dedicação à área coletiva, não apresenta uma completa inviabilidade de produção coletiva entre famílias vizinhas e que comunguem de ideias semelhantes. É preciso estabelecer um diálogo, fomentado pela Associação, sobre essa questão.

O diálogo suplantaria uma dificuldade descrita por várias pessoas entrevistadas: a difícil relação entre assentados e a Associação dos Moradores, sobretudo no que concerne às divergências de projetos destinados para o grupo. Existem moradores que não compreendem que a área do PAE-SF é também uma área coletiva, e que, por isso, deve ser pensada em conjunto e para o conjunto dos moradores. Segundo os assentados, as divergências giram em torno de união e compreensão do trabalho coletivo (sobretudo, que trabalho seria esse).

Ocorre é que o INCRA não tem realizado ações de estímulo entre os assentados com vistas à coletivização. Também não foi amplamente apresentada a viabilidade do trabalho em áreas coletivas no PAE-SF, de modo que alavancasse a produção e acarretasse na melhoria das condições de vida das famílias assentadas, como o exemplo de Maria Mandacaru e Maria Xique-Xique, que entregam hortaliças para o PAA e PNAE. Além dessa dimensão da ação, a regulamentação de novas atividades coletivas tem um caráter ambíguo, tanto no que se refere aos direitos de uso das áreas quanto aos de responsabilidade sobre as atividades.

Observei, nesse tempo de pesquisa, que muitos projetos implantados no PAE-SF passam pela direção dos mediadores. O clientelismo no PAE-SF se impõe em muitos aspectos, seja através das relações marcantes entre parte dos assentados e os mediadores (movimentos sociais, ONG's e o Estado), aspecto que fica claro na entrega das cisternas. Um fato a ressaltar, dito por algumas famílias, é que as pessoas mais próximas da direção da associação ou dos mediadores que afirmam serem agroextrativistas, ou seja, que se reconhecem como pertencentes a um projeto de reforma agrária, possuem benefícios diferenciados.

Durante o trabalho de campo, diversas falas relatam as relações autoritárias e centralizadoras pelos quais os órgãos governamentais, e outros mediadores, muitas vezes atuam. Embora as famílias assentadas se estruturam a partir de fortes relações internas, como as de interconhecimento, de sociabilidade, pelas atividades festivas e de lazer realizadas internamente, abre-se cada vez mais ao espaço social externo, através de comunicação, das relações de mercado, política, lazer, religião, da participação em movimentos sociais etc.,

rompendo definitivamente a imagem de isolamento que se atribui às comunidades tradicionais, revelando-as como aptas à capacidade de adaptação a novos contextos.

Positivamente, podemos ainda identificar a existência das relações mantidas entre os assentados e as redes sociais de ONGs e de movimentos sociais, como CETA e a CPT, que atuam como mediadores e mitigadores de diversas questões sociais, ambientais e econômicas. Esse apoio reforça a importância que a terra representa para o assentado, ressaltando sua condição para o desenvolvimento do trabalho e exercício da liberdade. Ainda que as famílias ribeirinhas assentadas tenham sido colocadas frente a questões que estabelecem novas diretrizes ao seu modo de vida, os seus valores estão enraizados em seu antigo estilo de viver e em seu modo de ver o mundo.

O afastamento desse padrão significa a impossibilidade de manter-se em termos materiais e culturais. Assim, projetos que determinam condições às quais a população ribeirinha não pode atender (por conta da tradição e dos valores) – como, por exemplo, os que introduzem formas diferenciadas de lidar com o tempo, com a terra, com o rio e até mesmo com os vizinhos – estão destinados ao fracasso, pois implicam mudanças que dizem respeito ao aspecto cultural permeado por símbolos, valores, crenças e hábitos dessas famílias. A não observação dos aspectos que conformam o modo de vida dos ribeirinhos pelo INCRA, e que são importantes para essas famílias, pode, por exemplo, se expressar através da ineficiência na aplicação das políticas públicas propostas que geram a insatisfação, como os quintais produtivos, para citar um exemplo.

No que se refere às proibições do INCRA, no que tange as atividades tradicionalmente realizadas pelos ribeirinhos assentados, e que podem, em algum momento, apresentar uma fonte de tensão e conflitos entre o Estado e os assentados, atualmente as famílias praticam à revelia do Estado. As famílias têm preferido ignorar as normas, como forma de reação e resistência às proibições do Estado, do que se opor frontalmente. Emblemático nesse sentido é o plantio no lameiro – terras úmidas banhadas pelo rio – prática que, mesmo sendo proibida, muitas famílias assentadas praticam.

Essas práticas, que podemos defini-las enquanto formas cotidianas de resistência, realizadas pelos assentados no PAE-SF, podem ser interpretadas tanto no sentido de resistência em relação às imposições e restrições do INCRA/IBAMA, quanto na possibilidade de sobrevivência. O que é importante apresentar nesse caso é que os assentados não obedecem às regras e restrições do INCRA de forma acrítica ou subalterna.

Por outro lado, também cabe ressaltar que tal situação ocorre devido às brechas dadas pelo próprio estado, que não tem sido capaz de assegurar uma fiscalização eficiente nas áreas, ou melhor, ainda não tem desenvolvido atividades e treinamentos que apresentem às famílias os danos causados ao meio ambiente em decorrência de algumas práticas utilizadas, de forma constante, por muitos assentados, como formas de resistência. Sob esses padrões normativos, há a resistência e ressignificações construídas no cotidiano e respeitando as concepções sobre o lugar necessário à sua reprodução simbólica e da vida.

6.2. OS CAMINHOS DE UM FUTURO POSSÍVEL E AS CONSTRUÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA: ALGUMAS (IM)POSSIBILIDADES

As ressignificações acerca da vida cotidiana e da apropriação do espaço são nítidas quando nos defrontamos com a assunção de estratégias que não são consonantes com os padrões normativos e contratuais que as famílias assinaram. As famílias Macambira e Jitirana, por exemplo, já cogitam construir novas casas no lote, pois percebem que os filhos demandarão, em algum momento, uma mudança de casa, mesmo que se mantenham no lote. Uma nova casa já foi construída por Maria Xique-Xique.

No âmbito geracional, ficam nítidas duas questões estreitamente relacionadas: os efeitos do envelhecimento e os projetos de vida dos jovens. Sobre a primeira questão, em cinco, das treze famílias estudadas, a primeira geração já se aposentou (Macambira, Jitirana, Pitomba, Gueroba e Quixabeira, essas duas últimas apresentarei a seguir). Paulilo (2004, p. 235) ressalta que a aposentadoria entre os agricultores familiares “[...] não significa parar de trabalhar, mas receber todo o mês um pequeno montante de dinheiro bastante apreciado”. Esse valor acaba sendo apreciado também pelos filhos, porque os pais acabam usando o dinheiro para ajudá-los no estabelecimento, através da compra de mantimentos para casa, pagamento de pequenas contas (energia elétrica, água) ou mesmo para auxiliar algum(a) filho(a) que necessita de recursos financeiros.

As famílias têm sobrevivido através da aposentadoria. Essa renda também possibilita investir na atividade agrícola porque, mesmo não sendo a atividade principal, plantar ou criar, para prover a família de alimentos que eles mesmos produziram, reflete o quão simbólica é a atividade na terra para a primeira geração.

Visto por outro ângulo, o envelhecimento pode significar, no caso de não haver sucessores, que o projeto de vida poderá não ter continuidade, como a lida na lavoura, por exemplo, e a continuidade das terras em nome da família. No universo pesquisado, duas famílias atualmente passam por este dilema, trazendo questões contemporâneas sobre continuidade, consequências da imbricação das famílias à modalidade, sucessão e transmissão de patrimônio.

A família Gueroba (ver constituição familiar no Quadro 13) apresenta, em seus relatos, a real dimensão de não possuir um(a) sucessor(a). Maria e José fazem parte do grupo de famílias que veio para a PEC Serra do Ramalho atingida pela construção da Barragem de Sobradinho, mas que não se adaptaram à organização das agrovilas, optando por ocuparem as margens do rio São Francisco. Maria Gueroba diz que “[...] *foi ruim sair de lá, mas pelo menos aqui nós teve como parar ficar na beira de um rio [...]*”, e mais, que o novo deslocamento, por conta da criação da APP, parecia para ela “[...] *que a cada dia ia jogar nós de lá pra cá*”.

Maria, ao descrever o deslocamento forçado de Sento Sé para a PEC, relata, emocionada, que chorou por toda a viagem. “*Éramos nós e os meninos [referindo-se aos dois filhos], e se já vivíamos em uma vida pobre lá, não sabíamos o que viria pela frente*”. A chegada à PEC trazia inúmeras certezas, mas, sobretudo a desconfiança do que essa nova vida apresentava. Para José, a casa na Agrovila “[...] *era bonita, pintada de branco e azul, mas quando se via da soleira da porta, passava aquela poeira, não era o som do rio que se ouvia*”.

O arrependimento de não ter permanecido em Sento Sé, como outras famílias, acarretava, por inúmeras vezes, deixar vir à tona o desejo de voltar. As notícias que chegavam de lá era de que as águas haviam levado tudo, que não havia mais aquela vida que se tinha por lá, portanto, era melhor aproveitar a oportunidade e construir nova vida na Agrovila. José e Maria relatam que ao saberem de algumas famílias se deslocando para as margens do rio ficaram intrigados, pois ouviam falar da pesca abundante e das possibilidades de plantar e pescar, como praticavam antes do deslocamento.

Quadro 12: Composição da Família Gueroba em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
Maria	72	Mãe	Sento Sé (BA)	Sim
José	73	Pai	Sento Sé (BA)	Sim

Clóvis	54	Filho	Sento Sé (BA)	Não (mora em outra cidade)
Clotilde	53	Nora	Xique-Xique	Não (mora em outra cidade)
Suzana	29	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Wilian	30	Esposo da Neta	Vitória da Conquista (BA)	Não (mora em outra cidade)
Aloísio	3	Bisneto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Beatriz	28	Neta	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Amaro	50	Filho	Sento Sé (BA)	Não (mora em outra cidade)
Gilsa	42	Nora	Sento Sé (BA)	Não (mora em outra cidade)
Francisco	26	Neto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Fabiano	22	Neto	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

A decisão de se deslocar novamente não demorou muito. A família tinha dinheiro trazido de Sento Sé, conseguido com a venda de alguns animais e ferramentas. Com esse dinheiro, eles compraram um casebre de dois cômodos, na beira do rio, e se mudaram na madrugada, pois “[...] *não queríamos que ninguém nos visse saindo da casa na Agrovila, saímos meio fugidos [...]*”, conta às gargalhadas o José.

Na chegada, havia pessoas que eles conheceram durante o primeiro deslocamento e outras famílias já moravam lá, com seus pais e avós e logo se integraram ao cotidiano das pessoas e do lugar. O problema era que naquele local não tinham o mesmo conforto de Sento Sé e da Agrovila, dessa forma, os filhos não se adaptaram.

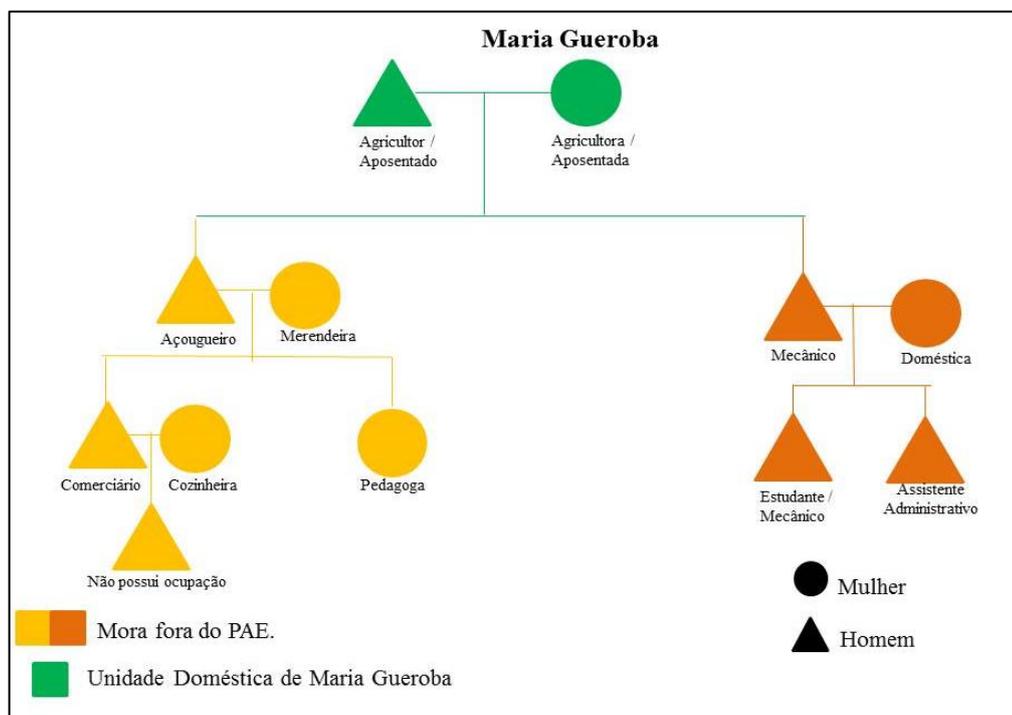
Assim como a primeira geração da filha Xique-Xique, para superar as dificuldades, pois as economias foram usadas para a compra da terra, optaram por ir trabalhar em São Paulo, em 1979, ficando por quatro anos trabalhando na construção civil. Maria relata que “[...] *havia uma grande seca naquele momento, e não tínhamos muito o que fazer [...]*”. Antônio Gomes Barbosa descreve, em seu texto “O Genocídio do Nordeste”, que o ano de 1983 marcou o fim de um longo período de estiagem no Semiárido, período esse iniciado em 1979. Conforme o texto, nessa época, “A expectativa de vida no Nordeste era de 52,6 anos, haviam 22.227.520 flagelados da seca, desses, apenas 2.775 milhões trabalham nas frentes de emergência recebendo um terço do salário mínimo”.

José e Maria, e tantos outros, viveram as consequências dessa seca, assumiram, então, a migração para São Paulo, já descrita nesse texto pelos estudos de Ely Estrela, como sua estratégia para não viver os flagelos e buscar melhores condições de vida.

Durante esse trecho da vida, os dois filhos do casal optaram por voltar a morar na cidade onde nasceram e lá constituíram suas famílias, que representam a terceira geração. Amaro, o filho mais novo, no início da década de 1990 decidiu voltar a morar em São Paulo, onde permanece até hoje. José Gueroba diz que o filho, sua esposa e os netos “[...] *conseguem morar na cidade, no meio do asfalto, nós não, somos ribeirinhos, aqueles tempos foram difíceis*”.

Clóvis, o outro filho, não saiu mais de Sento Sé, ele só se desloca até o PAE, no fim do ano, para as festas de Natal e Ano Novo. A comunicação é feita sempre por telefone. José e Maria estiveram pela última vez na cidade natal quando a neta, Suzana, nasceu, há quase 30 anos. Segundo ela, “[...] *como havíamos chegado de São Paulo, queríamos ver se era melhor voltar para Sento Sé ou ficar aqui na comunidade, e lá não tinha mais nossas lembranças, melhor ficar na nossa terra mesmo, que nos daria menos sofrimento que viver de aluguel*”. Desde esse período, o casal vive sozinho no lote, sua unidade doméstica pode ser conhecida através da Figura 24, a seguir.

Figura 24: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Gueroba.



Elaboração: Autor (2015).

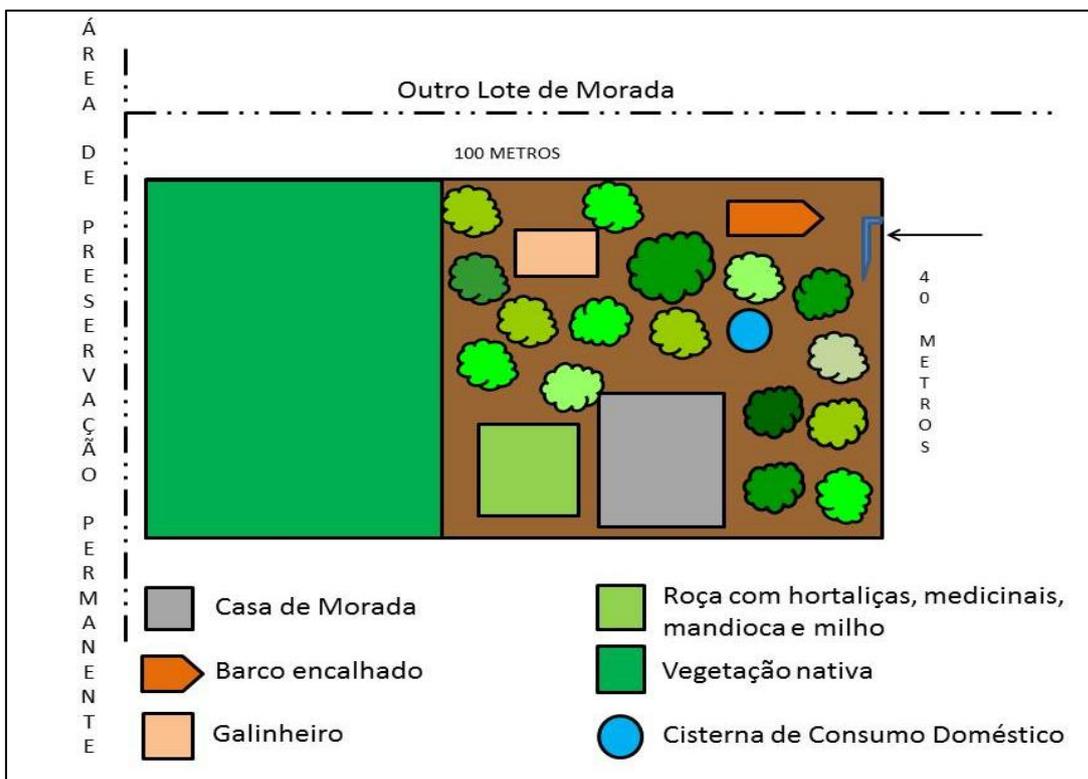
Como visto, o casal ficou sozinho no lote, enquanto os filhos “[...] *aparecem aqui só pra ver a gente de vez em quando. Lá está bom pra eles e eles têm pavor disso aqui*” (Maria Gueroba). A percepção de que os filhos não cogitam a possibilidade de morar no Assentamento os faz pensar sobre o futuro sem grandes perspectivas. José diz que “[...] *logo que a gente morrer, tudo isso aqui vai ser de outra pessoa, outro alguém ai que não conhecemos [...]*”; Maria complementa dizendo que “[...] *nem dá mais gosto de plantar nada, pois ninguém nosso vai ficar com isso, então só resta a nós terminar de viver aqui, já perguntamos até aos netos se querem e eles negam [...]*”. Interessante que, apesar de não ser importante economicamente, a atividade agrícola é citada como algo que dá sentido à permanência e à continuidade no lote, pois cultivar seria importante se alguém fosse continuar no lote.

A relação construída com a atividade na agricultura ameniza as rupturas vividas com o espaço (antes, na beira do rio, se plantava e se colhia em abundância, mas agora ficou difícil) e também reifica a identidade de camponeses. Qualquer aspecto que afete a dimensão da vida enfraquece o sentido de estar naquele local. Os camponeses possuem relação com a terra, sua continuidade não é possível de ser extirpada ou ignorada. O cotidiano das famílias perpassa pela sua relação com a terra e com os sucessores, aqueles que continuarão a manter a terra no âmbito familiar, assim como a história dos mais velhos, de resistência, de valorização da terra e demais elementos simbólicos que estão atrelados. Quando a relação de continuidade é ameaçada, fragiliza-se, também, a capacidade de existir e afeta a de superar os desafios do cotidiano.

Quando conversamos sobre o cotidiano deles, Maria relata que a vida na igreja evangélica a ajuda a passar os dias, pois vai sempre aos cultos, caminha pelas comunidades para lidar com as pessoas e sai para “[...] *pregar a Palavra para os necessitados [...]*”. Antes, era católica, mas optou há oito anos mudar para o protestantismo, segundo ela, suas amizades são as “[...] *irmãs que frequentam os cultos*”. José não mudou de religião, continua católico. Para passar o tempo, José diz que “[...] *planta e perde, planta e perde e planta de novo*”. Ele se refere ao fato de que sempre que chove a esperança de plantar e colher é muito forte, de fato, ele mantém a área praticamente sozinho, onde conserva uma horta (ver croqui a seguir). O que é colhido (maxixe, abóbora, mandioca, beterraba, cenoura, pimentão e cheiro verde) é utilizado na alimentação dele e de Maria, que eventualmente ajuda com as plantas medicinais,

a mandioca e o feijão, plantados quando o período chuvoso chega, mas atualmente a distração de Maria é “[...] *sair pra esse culto e rezar, não quer saber de outra vida [sorriem juntos] senão pedir pra gente ter um espaço no céu, já que aqui, vamos perder o nosso!*”.

Figura 25: Croqui da Família Gueroba.



Elaboração: Autor (2016).

É nítida uma melancolia nos olhos e nas falas de José, que sempre, quando possível, gosta de contar suas histórias de pescador. Logo na frente da casa, perto da cerca, há um barco que ele usava para pescar, porém, por conta da falta de forças, de peixes e de estímulos, abandonou a atividade. O barco é mantido naquele lugar para “[...] *lembrar de nossa história, pois fomos felizes aqui, mesmo que nossos filhos não usufruíram disso*”. “*Penso, que quando eu morrer, ou Maria, logo o outro morre também [...]*” e, dessa forma, “[...] *a nossa casinha aqui vai para a reunião da assembleia e alguém vai morar aqui [...]*”, completa Maria.

No entanto, a falta de sucessores em razão de os filhos não desejarem permanecer na agricultura, vem mudando a dinâmica da transmissão do patrimônio ou propriedade. A pesquisa de Lopes (2006) mostra estabelecimentos cuja continuidade por uma nova geração apresenta entraves para se concretizar.

O trabalho de Carneiro (1998) também mostra que são variados os destinos dos estabelecimentos sem perspectivas sucessórias, podendo tanto ser alugado para vizinhos que permanecem na atividade agrícola, como ficar abandonado ou, até mesmo, ser vendido. Entretanto, a venda é a opção menos aceita, principalmente entre os agricultores mais velhos, os que ainda mostram algum apego à propriedade (CARNEIRO, 1998).

A possibilidade da venda pelos agricultores é dada em razão de diferentes fatores, como: não ter um filho para continuar, a percepção da inviabilidade do lote enquanto unidade produtiva, a idade dos pais e a excessiva carga de trabalho agrícola e doméstico que antes era dividido com os filhos; vale destacar que, mesmo que ilegal, não é incomum ouvir relatos dessa prática nas onze comunidades do PAE. A venda, como dito, é “das chaves da casa”, de forma que uma família saia e outra entre. De fato, há consequências severas, sobretudo para quem vende o lote, mas, mesmo assim, é praticada de forma velada por algumas famílias.

A situação dos lotes, quando ociosos, gera uma série de conflitos na comunidade. Esse tema é bastante difícil para as famílias, pois relatam que, costumeiramente, aqueles que têm maior ligação com as lideranças das associações conseguem melhor acesso àqueles lotes. Para essa decisão ser avalizada pela coletividade, em decisão na assembleia, algumas famílias realizam antes uma “articulação para a votação a seu favor”.

Alguns lotes que são resultados de venda, quando denunciados à Associação, as lideranças agem para coibir a entrada dessa família ou indivíduo compradores no lote, chegando até a comunicar ao INCRA para que interceda.

A possibilidade de venda do lote aparece nos relatos da Família Quixabeira (ver composição familiar no Quadro 13). Essa família ocupou um lote de morada no Assentamento desde a sua criação, mas não morava às margens do rio, e sim em uma área afastada, onde viviam como agricultores. Não possuíam terras, eram ocupantes. José diz que “[...] *quando criaram isso aqui, nós fomos chamados para nos regularizarmos, nós topamos*”.

Nota-se que essa situação da família Quixabeira, durante conversas com algumas famílias no PAE, não é incomum. No momento da divisão dos lotes e do estudo da capacidade do Assentamento, havia lotes disponíveis devido o número inferior de famílias que moravam às margens do rio e seriam assentadas nas comunidades. Algumas famílias que ocupavam terras ou trabalhavam em algumas fazendas, assim como a segunda geração de outras famílias, foram inseridas na lista daquelas a serem beneficiadas com um lote, assim, muitas conseguiram um lote de morada em uma das onze comunidades.

Quadro 13: Composição da Família Quixabeira em 2015.

NOME	IDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ONDE NASCEU	MORA NO ASSENTAMENTO?
José	69	Pai	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Maria	64	Mãe	Bom Jesus da Lapa (BA)	Sim
Fernando	37	Filho	Bom Jesus da Lapa (BA)	Não (mora em outra cidade)
Sandra	22	Nora	Carinhanha (BA)	Não (mora em outra cidade)

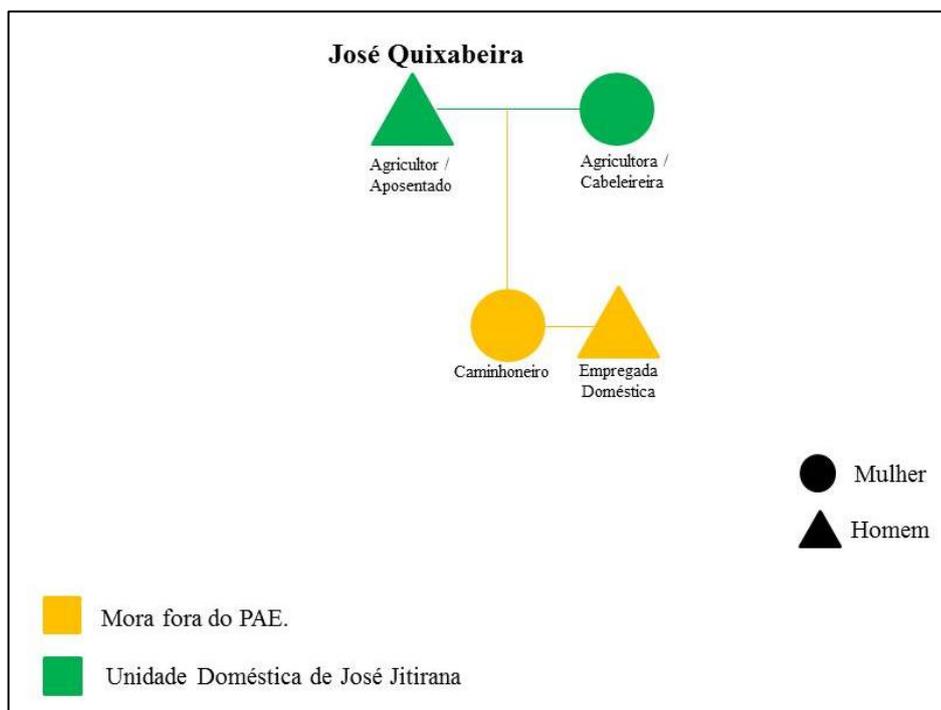
* Pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015.

Quando passaram para o lote, havia uma confusão sobre o que havia mudado, pois “[...] *sempre achamos que a terra não era nossa*”. Para José, com o tempo, morando na casa, com as chuvas mais presentes, podendo plantar e colher, começou a sentir que aquela terra era deles. Maria Quixabeira conta que: “*Nós sempre plantamos e criamos aqui, mas Fernando nunca gostou de morar aqui e trabalhar na roça e logo que conseguiu, mudou pra Lapa*”. Já José Quixabeira explica que: “*Nós viemos labutando aqui, mas nós estamos velhos, não tem jeito isso aqui e neto, quando nós tivermos um, acho que quando ele quiser terra nós já morremos*”.

As constatações do casal são de que não há possibilidades de um(a) sucessor(a) no momento. Seu filho afirma não querer morar na roça e não possui prole. Na verdade, para José “[...] *melhor será vender isso aqui logo, mesmo que valha pouco, pelo menos nós vamos morrer perto de nosso filho*”.

As preocupações do casal centram-se em lidarem com as dificuldades da vida, advindas da velhice e sozinhos, por isso, a venda do lote para residir na cidade traz a garantia de estarem perto de importantes recursos, principalmente dos serviços de saúde, “[...] *pelo menos com o dinheirinho da venda nós pode ajudar a fazer um puxadinho lá no Fernando e ficar perto dos médicos lá né?*” (Maria Quixabeira). Quando pergunto se sabem que é ilegal a venda, eles admitem que sabem, mas que muita gente faz isso. Sempre ouvem falar de pessoas que querem comprar o lote para colocar animais para pastejar, até mesmo famílias que gostariam de adquirir para passar finais de semana.

Figura 26: Quadro Genealógico e Ocupação da Família Quixabeira.



Elaboração: Autor (2015).

Por enquanto, o casal sobrevive com a aposentadoria (utilizada para comprar inúmeros remédios, por conta de doenças crônicas) e para lidar com o deslocamento, limpeza do lote e até ajuda no plantio, os vizinhos (sobretudo a família Gueroba) também ajudam e os filhos enviam dinheiro mensalmente. O processo de trocas entre vizinhos constitui uma regra social de estabelecimento de laço bilateral, representando uma prática costumeira na comunidade, organizada pelos princípios de reciprocidade e ajuda mútua. Essa é uma prática que representa uma estratégia de sobrevivência, mas também é fundamental ressaltar a importância da reciprocidade entre eles como uma forma de afirmar os laços sociais e de pertencimento, caracterizados pelas formas tradicionais de cooperação e de trocas. Para Woortmann (1990), é um contrato social que é feito não entre indivíduos, mas entre iguais, entre pessoas morais e famílias. Esses princípios morais demonstram como não são apenas as leis mercantis que regulam e fundamentam as práticas dos assentados.

Assim, as trocas mútuas não envolvem relações monetárias, mas sim princípios de solidariedade utilizados, principalmente, como base de reprodução social e econômica do

grupo. Tais práticas são realizadas no PAE-SF nas atividades produtivas (agricultura, criação e pesca) e na melhoria da infraestrutura (construção/reformas de casas, cisternas, cercas individuais) que beneficiam individualmente o assentado.

As famílias Gueroba e Quixabeira são vizinhas e, por conta da idade e de possuírem estreitos laços de amizade, comumente ocorre essa ajuda mútua. Eu presenciei, durante a pesquisa, a presença de José Gueroba ajudando José Quixabeira a reformar a cisterna de consumo doméstico, fizeram o cimento e juntos recompuseram a estrutura externa e interna da cisterna.

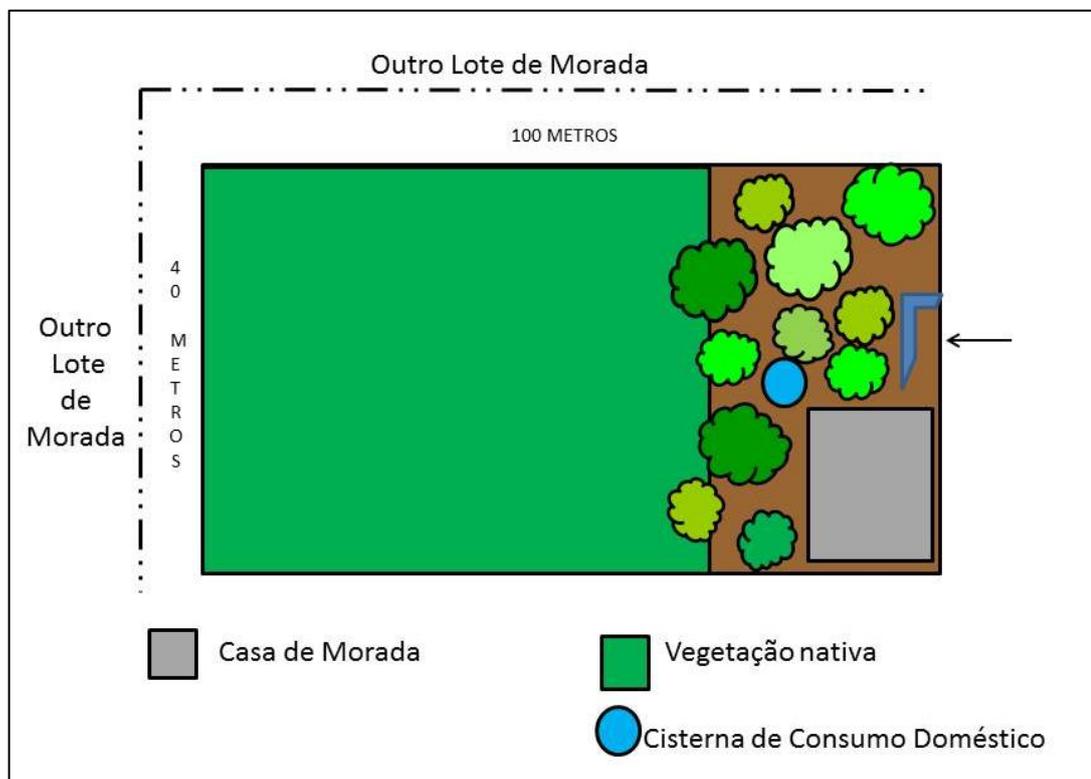
A solidariedade do grupo é também expressa nas atividades que beneficiam coletivamente o PAE-SF, como construções ou reformas das escolas e de cercas, limpeza das lagoas, conserto de equipamento e melhorias da estrada, etc. Vale ressaltar que, nesse caso específico, essas atividades são orientadas, quase sempre, pela associação dos assentados, como uma forma de melhoria que beneficiará todo o coletivo.

Na comunidade de Barra de Ipueira, a escola Bartolomeu Guedes tem iniciado um projeto de horta na escola, que conta com a ajuda das famílias vizinhas no preparo da área e no fornecimento de insumos, como sementes e esterco. Também acompanhei a limpeza de uma das lagoas, próxima a casa da Família Cagaita (ver croqui em anexo). No período de seca, nesse local juntam galhos, folhas, esterco, mas quando chove enche, tornando-se importante local para o consumo de água pelos animais.

Essa prática representa, para as famílias, além do momento de trabalho, um momento de descontração, de bate-papo, de descrever as dificuldades e os sucessos na plantação, de estar juntos, de gentileza, das cantorias, da confiança. Na comunidade, durante as chuvas, inúmeras lagoas se formam e a Associação organiza a limpeza de algumas delas, enquanto a outras, seus vizinhos se incumbem de organizar a limpeza.

No caso da família Quixabeira, é perceptível, ao observarmos o croqui a seguir, que o lote cumpre sua função de lote de morada e que a maior parte do perímetro é composta por mata nativa. Não se encontra uma horta doméstica, comum em quase todos os lotes, já as medicinais crescem aleatoriamente, sem tratos culturais. Na área onde se situa a mata nativa, há plantas de umbu, caju e jenipapo. José explica que, no período de frutos, as crianças e alguns vizinhos adultos pedem para colher, o que é permitido por ele.

Figura 27: Croqui da Família Quixabeira.



Elaboração: Autor (2013)

Essa situação leva à seguinte reflexão: nas famílias em que há um(a) sucessor(a), o lote fica com esse indivíduo. No caso das famílias Gueroba e Quixabeira, o lote é entregue à decisão da Assembleia, que possui autonomia na decisão, podendo não ser levado em consideração uma possível indicação da família que anteriormente ocupava o lote, sugerindo, por exemplo, o nome de compadres ou parentes de segundo grau. Fica nítida a transitoriedade nos casos em que a família não estabeleceu um(a) sucessor(a).

No caso das famílias que estabeleceram um(a) sucessor(a), nos encaminhamentos relativos à divisão do patrimônio, além da parte do(a) sucessor(a), entra em cena a compensação dos outros filhos e filhas, reafirmando uma divisão desigual, como visto na família Xique-Xique, onde os mais velhos foram em busca de outro lote e outra casa, enquanto as mais novas foram escolhidas para permanecer na casa. Observa-se que a divisão é um processo pensado em relação ao sucessor(a), tendo em vista que ele(a) é responsável pela

manutenção do estabelecimento, mas também em função da ocupação atual dos demais filhos, especialmente as filhas.

Conforme mostra o estudo de Silvestro *et al.* (2001), entre os filhos dos agricultores familiares no oeste catarinense, a compensação dos demais herdeiros depende da situação de cada filho no momento da transmissão, mas será dada preferencialmente em estudos e dinheiro, o que também foi percebido na comunidade de Barra de Ipueira.

A segunda geração das famílias, em sua maioria, demonstrou interesse em estudar fora do PAE, mas viver fora não se atrela a sair para o estudo, pois há transporte diário para deslocar os estudantes, o que não exige ir morar na cidade. Os estudos estimulam a saída da segunda geração para buscar trabalho, mas também pode estimular a permanência, como vimos na Família Mandacaru, no caso de Daniel, que fez curso técnico em agricultura.

A realidade encontrada no PAE São Francisco, quando comparados a trabalhos anteriores (Carneiro, 2001; Paulilo, 2004; MOURA, 1978; SANTOS, 1984) que trataram sobre sucessão e herança em comunidades rurais, ganha outros sentidos, em virtude de que apresentar um indivíduo que possua interesse com o trabalho na roça e/ou deseje continuar na terra já não são tão recorrentes nesses espaços, além do mais, essa questão não é limitante para a escolha do(a) sucessor(a), pois esse(a) deve ser aquele(a) que more no lote, independentemente de sua relação com a terra.

É importante ressaltar que a legislação referente à realização da sucessão *inter vivos*, a unidade familiar é considerada referência para os fins de exploração agrícola do lote e responsabilizada pelo descumprimento das cláusulas estabelecidas, seja para a sucessão como para a transferência do beneficiário do contrato. Suceder aos pais nos lotes pode significar escolher uma vida de dificuldades, de falta de acesso a recursos, enfim, de limitações. Sobre outro viés, permanecer pode significar uma possibilidade, um potencial a ser dinamizado, uma história que moralmente deve ser vivida, enfim, um dever a ser cumprido. De todo modo, esses processos demonstram a complexidade a que a criação da modalidade Projeto Agroextrativista, como mecanismo de regularização fundiária em Serra do Ramalho, ocasionou às famílias: uma constante busca por projetos de vida viáveis à sua reprodução social e à garantia dos seus direitos sociais e simbólicos.

Para continuar, como sucessor(a), no entanto, há regras. Conforme a Norma de Execução DD/INCRA nº 93 de 19/07/2010, que trata sobre CCDRU:

Art. 12. A transferência inter vivos da posse ou dos direitos do imóvel somente será permitida com anuência do INCRA e quando cumulativamente:

I) a unidade familiar houver liquidado integralmente o valor de seu débito para com o outorgante relativo aos créditos reembolsáveis, concedidos para fins de reforma agrária;

II) após transcorridos dez anos da data da emissão do presente contrato de concessão de direito real de uso ou do contrato de concessão de uso, se expedido anteriormente a este;

III) estiver em dia com o pagamento do Imposto Territorial Rural - ITR e

IV) a unidade familiar tenha sido liberada das cláusulas resolutivas do documento.

Em caso de morte ou invalidez de qualquer dos titulares da unidade familiar, o INCRA assegurará a continuidade da presente concessão aos seus(uas) sucessores(as), que preencham os requisitos legais, além de estarem explorando e residindo no imóvel, desde que se comprometam a dar prosseguimento ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e/ou ao Plano de Utilização - PU e aceitem expressamente as condições contidas no contrato, firmando termo aditivo nas condições e prazos estipulados pelo INCRA.

6.3 AS VIVÊNCIAS E AS SUBJETIVIDADES DAS GERAÇÕES NA COMUNIDADE BARRA DE IPUEIRA NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

A sucessão, nesse contexto, se justifica nas ressignificações, que pertencerem ao lugar, mas isso não significa necessariamente continuar os projetos dos pais, mas sim dar a eles novo sentido, como morar no lote, ajudar na atividade agrícola, desenvolver sua atividade principal em uma atividade não agrícola ou, até mesmo, formular novos projetos, como sair do lote, no entanto manter relações de reciprocidade com a parte da família que permaneceu.

O que é “herdável”, de forma contígua, é construído coletivamente e sua apropriação também se faz de forma processual. Para os que permanecem, a herança se constitui como algo inerente à sua permanência.

Pode-se depreender, a partir das visitas e entrevistas, que os processos sociais desencadeados na comunidade estão elaborando novos modos de vida. Por todas as vezes que tratamos nas conversas, sobre o futuro, as famílias remetiam suas falas às saudades que sentirão do passado: “[...] *sentirei saudades de quando eu pescava!*”, “[...] *aqui quase ninguém vai plantar mais [...]*”, “[...] *meus netos não saberão o que é roça.*”; ou pensam no

vida para os filhos, pois quando estes eram jovens, o contexto era outro, projetam seus sonhos em um futuro melhor, onde os netos poderão ter a oportunidade de dar sentido ao lote.

Até então, as relações entre a primeira e a segunda geração pareciam ser aquelas que melhor explicariam a continuidade no lote, e de fato são, porém, a terceira geração também assume lugar de destaque nas dinâmicas familiares. Ao observarmos as genealogias que compõem essas gerações, é perceptível que na segunda as mulheres têm permanecido na unidade doméstica (Família Xique-Xique e Angico, por exemplo). Essas mulheres, filhas da primeira geração, são as mais novas, e também possuem filhos, ou seja, os netos da primeira geração. Essas mulheres, nos casos estudados, saíram para morar fora do Assentamento devido ao casamento – mas depois da separação retornaram – ou estão casadas e morando no lote.

O neto, como visto na família Mandacaru, pode ser a melhor alternativa para a permanência. Estratégias em que haja uma identificação com o lugar, ao menos no que tange a moradia ou a observação da viabilidade de alguma atividade, aparecem como prósperas.

Ao pensarmos sobre os casos das famílias Gueroba e Quixabeira, para a segunda geração, o assentamento não se apresenta como alternativa. A relação simbólica da primeira geração com a terra – considerando as relações objetivas da morada, das experiências, do contrato assinado e do objetivo de acessar a terra e manter-se nela – é desconstruída por uma relação transitória, pois estar na terra não significa que ela continue com a família. Maria Quixabeira me comentou que até pintar a casa é motivo de reflexão, pois, às vezes, “[...] *bate aquele sentimento de que a casa não é nossa, não será da família, pois não conhecemos quem vai morar nela quando morrermos [...]*”, porém depois pensam, “[...] *tem que pintar, pois enquanto estivermos aqui, ninguém nos tira, então ela é nossa sim!*”.

Quanto às relações com a natureza, temos a considerar que o PAE-SF foi criado no intuito de conciliar a produção para a sobrevivência das famílias, às margens do São Francisco, com a preservação do meio ambiente. A população tradicional se orienta por normas culturais passadas entre gerações para a utilização dos recursos da natureza, de tal forma que não percebe algumas dessas práticas como predatórias, a exemplo da queimada, da caça e do raleamento não planejado da caatinga.

Na prática, a realidade mostrou a difícil conciliação entre garantir a sobrevivência das famílias e a preservação do meio ambiente, dada pela imposição de restrições que as famílias tradicionais não estão preparadas para acatar. Como exemplos, podemos enumerar as

limitações de coleta de lenha para cozimento e cercas, de cipós para confecção de utensílios de pesca, a distância das plantações em relação às margens do rio, entre outras. Existem, ainda, restrições impostas, segundo os documentos, quanto ao modo de lidar com a terra e com o rio, contrárias à tradição dos assentados, como já foi relatado.

É necessário ressaltar que projetos de regularização fundiária e escolhas da modalidade dentro deste contexto devem considerar devidamente os procedimentos costumeiros, principalmente as normas sociais de apropriação e de utilização dos recursos da natureza, pois a busca por modificar tais padrões pode ter consequências sociais não controláveis, isto por que: “[...] as intervenções não se fazem em um vazio de valores e relações sociais [...]”, como apontam Esterici *et.al.* (2004, p. 3).

Seguindo o cotidiano, mesmo com essas proibições, as famílias exploram os recursos naturais de maneira continuada e predatória, com ações que muitas vezes não respeitam os ciclos naturais, fato que resulta na escassez ou não renovação de alguns deles, em virtude da quebra das cadeias e teias alimentares, como a percepção do sumiço de alguns animais predadores de insetos e a diminuição da incidência de algumas espécies de peixes que antes eram abundantes. Este fato ocorre porque, geralmente, não há alternativa de geração de renda que garanta a sobrevivência das famílias, mas, também, porque alguns assentados não percebem que muitas de suas práticas podem causar danos ao ambiente. Tal situação só reforça a necessidade de formação e assistência técnica para essas famílias.

Segundo a perspectiva de Diegues (2002), quando analisa a instalação de unidades de conservação, na maioria das vezes, as tentativas de incorporar os agricultores às políticas ambientais têm como objetivo apenas minimizar os conflitos potenciais ou existentes, não oferecer efetivamente alternativas compatíveis e viáveis de sobrevivência aos agricultores envolvidos. O autor ainda afirma ainda que a composição do mito moderno da natureza intocada é estabelecida exatamente quando o Estado atua na proibição dos sujeitos ao exercício de suas atividades, havendo a separação entre a relação do sujeito tradicional com a natureza.

Essa noção é claramente percebida no cotidiano da comunidade, que muitas vezes, esconde as ações realizadas no lote, às margens do rio e até mesmo na APP, preocupados se haverá consequências ou não. O pastejo dos animais em toda a área do PAE, a perfuração de poços artesianos, o uso de bombas para levar a água do rio até as áreas próximas, onde estão plantados feijão, milho e mandioca, e até mesmo as espécies que utilizam para reflorestar as

margens do rio, não tem suas consequências claramente percebidas. A confusão entre modificar e preservar é bastante presente entre os sujeitos do PAE.

Como já mencionado, alguns assentados não respeitam integralmente as restrições impostas pelo INCRA e IBAMA, mas há um esforço em adaptarem-se à nova situação de imposições, limitando-se, por exemplo, a pescar em épocas permitidas, respeitando o período da piracema. Um pequeno percentual de pescadores da comunidade é cadastrado pelo IBAMA, eles recebem o equivalente a um salário mínimo (seguro defeso) durante a época de reprodução dos peixes (novembro a fevereiro). Nos demais períodos do ano, a pesca é liberada, mas, segundo os relatos, a dificuldade de encontrar peixes que apresentam maior valor de mercado, como o surubim, tem diminuído a renda com a pesca, por isso tem sido praticada basicamente para o próprio consumo das famílias. Quando ocorre um bom dia de pesca, os melhores peixes são levados para o mercado municipal de Bom Jesus da Lapa e comercializados com um revendedor ou diretamente ao consumidor.

Diante desse quadro, é possível constatar que as famílias do PAE-SF consideram que o projeto, da forma como foi implantado (inacabado, inconcluso) pelo INCRA, apresenta-se como incapaz de assegurar a sustentabilidade do projeto e a reprodução das famílias assentadas, afinal, inúmeros deveres do INCRA, previstos nos documentos, não foram cumpridos. Acima de tudo, é necessário que o INCRA dê prioridade em concluir o projeto a que se propôs para as famílias assentadas e viabilize efetivamente os investimentos no PAE-SF.

Apresentei, sobre cada família, que a vida no lote possui inúmeras dificuldades. Ao analisarmos o Quadro 14, a seguir, vemos que inúmeras estratégias para a promoção de renda são acionadas pelas famílias, mas o desafio, nesse sentido, é abarcar, como planejamento, ações concretas que objetivem potencializar as dinâmicas construídas pelas famílias e estimular a busca por novas estratégias.

Quadro 14: Resumo da situação socioeconômica das Famílias.

UNIDADE DOMÉSTICA	BENEFICIÁRIO (A) DO LOTE	GERAÇÕES PRESENTES NA UNIDADE DOMÉSTICA	COMPOSIÇÃO DA RENDA
Xique-Xique	Maria	Avó, filhas e neta	Agricultura (PAA e PNAE e eventualmente em feiras livres e produz para autoconsumo) Artesanato (eventualmente em feiras e festividades) Atividades não agrícolas: filha

			professora e filho comerciante.
Mandacaru	Maria	Avó e neto	Agricultura (PAA e PNAE e eventualmente em feiras livres e produz para autoconsumo) Artesanato (eventualmente em feiras e festividades) Atividades não agrícolas: neto servidor público
Angico	José	Avô, filha e neta	Pesca (eventualmente) Agricultura (comercializa em feiras livres) Atividades não agrícolas: neta professora e seu esposo pedreiro
Cagaita	Maria	Pais e filhos	Agricultura e trabalho rural do filho Não agrícola: salão de beleza da filha, e filha comerciária
Macambira	José	Pais e filhos	Aposentadoria Agricultura (eventualmente) Não agrícola: cabeleireira (eventualmente), salário de filha comerciária e genro agente de saúde
Jitirana	José	Avós, filhos e neto	Aposentadoria Agricultura (eventualmente) Não agrícola: esposa e filha cabeleireira (eventualmente) e genro pedreiro
Mulungu	José	Pais e filhos	Agricultura Não agrícola: servidor público *Enteado envia dinheiro de São Paulo
Mangaba	Maria	Pais e filhos	Não agrícola: motorista e filha comerciária
Pitomba	Maria	Avó, filhas e netas	Aposentadoria Agricultura (eventualmente) Não agrícola: filha professora Filha manda dinheiro de São Paulo
Juazeiro	Maria	Pais e filhos	Agricultura (eventualmente) Não agrícola: Maria é professora e José motorista.
Aroeira	Maria	Pais e filho	Agricultura (eventualmente e plantam para o autoconsumo) Não agrícola: filho mecânico Filho manda dinheiro de São Paulo
Gueroba	Maria	Casal	Aposentadoria (os dois) Agricultura (eventualmente) Filhos mandam dinheiro
Quixabeira	Maria	Casal	Aposentadoria Agricultura (eventualmente) Não agrícola: cabeleireira (eventualmente)

Dentre as treze famílias estudadas, quatro possuem, na unidade doméstica, três gerações (avós, filhos e netos), e duas a presença de pelo menos uma geração. Essa constatação assegura que a maioria possui, pelo menos, a possibilidade de reter um(a) sucessor(a). O desafio está centrado na percepção de que apenas quatro famílias possuem a agricultura como atividade que compõe a renda, o que não extrai a importância da produção para o autoconsumo, mas nos conduz a analisar que atividades produtivas podem ser inseridas no lote com vistas à geração de renda. Cinco famílias apresentam a aposentadoria na composição da renda, o que reforça a importância da primeira geração, mesmo afastada do trabalho, na efetivação da permanência da segunda geração e no provimento da família.

É necessário, portanto, buscar meios de sensibilizar as famílias assentadas, apresentando propostas de ações que tenham como objetivo sua sobrevivência, além do manejo e da conservação dos recursos, a exemplo da inserção da agroecologia. Dessa forma, estabelece-se o estímulo à busca de soluções emancipatórias e sustentáveis que respeitem o modo de vida dos ribeirinhos assentados no PAE-SF, bem como efetiva a participação no processo que lhes promova garantias de sobreviver naquele espaço, de vida e de trabalho.

É perceptível que as famílias assentadas no PAE-SF fazem uso de várias estratégias para garantir condições de permanência no projeto. O modo de vida é entendido como uma realidade dinâmica e socialmente (re)construída, considerando dois aspectos: sua tradição (um modelo original) – ao qual todo camponês se refere e lhe confere a noção de pertencimento – e uma capacidade de adaptação às novas circunstâncias.

Pensando em sua situação particular, porque não há nesse Projeto apenas uma questão jurídica, mas ambiental e social, a regularização fundiária e suas consequências precisam de uma avaliação e replanejamento com a presença das famílias assentadas, dos mediadores e do INCRA, com vistas a barrar as negativas consequências apresentadas nessa Tese.

É inegável que essa população já constituía um tecido social denso às margens do rio, que foi fragmentada e reordenada drasticamente. Um segundo aspecto é que o PAE se localiza em uma área de preservação permanente, o que impõe uma reflexão sobre a relação entre duas dimensões: preservação do ambiente e reprodução das famílias, o que não é a tônica de outros tipos de assentamentos de reforma agrária. Esse modelo é aqui compreendido como um projeto diferenciado, com uma dupla extensão, pois ele é um projeto de preservação ambiental, visto que se encontra localizado em uma APP e, ao mesmo tempo, é um projeto de assentamento de agricultores que devem produzir para sobreviver.

Essa situação condiciona as famílias a seguirem um modelo de tutela do Estado INCRA/IBAMA cuja interação com o meio e apropriação do lugar não condizem com sua identidade ribeirinha. As “leis próprias” – que permitem o uso de seu território, com restrições, cuja referência maior é a preservação do meio ambiente – não estão claramente assimiladas pelas famílias, e mais, a ausência de formação e informações leva os indivíduos a cometerem erros que os fragilizam enquanto assentados.

A questão que aqui se apresentou é a de como as famílias do PAE-SF, guiadas por uma “produção de tutela”, conseguem conciliar o desenvolvimento de atividades produtivas, de abastecimento e, ao mesmo tempo, explorar os recursos naturais de maneira sustentável, não só garantindo a sobrevivência das gerações atuais e futuras, como tornando o projeto de vida no assentamento viável para as gerações.

A exploração no PAE-SF tem características marcantes de uma produção para o autoconsumo, o que não significa dizer, como já vimos anteriormente, que não há uma relação dos ribeirinhos com o mercado. Como vimos, o mercado está presente seja na compra de insumos e investimentos de trabalho, de alimentos, de vestuários, eletrodomésticos e bens pessoais, seja na venda do excedente nas feiras locais e vizinhas. No entanto, o processo de comercialização representa um dos graves problemas enfrentados pelas famílias assentadas devido às precárias condições das estradas, ausência de mecanismos alternativos de vendas (em conjunto, por exemplo, que reduzisse os custos) e a ação dos atravessadores que compram os produtos a preços não compensatórios, muitas vezes, a baixo do custo de produção.

O problema da comercialização associa-se também à baixa produtividade das culturas em função da falta de assistência técnica adequada à demanda destes agricultores, bem como ao acesso a sementes selecionadas, além do principal fator limitante que é a seca, em decorrência da região onde se localiza o PAE-SF. É preciso estimular a adesão a tecnologias de convivência com a seca, fundamental para a permanência e viabilização de atividades produtivas, evitando a sua saída desesperada.

O fato de trabalhar fora do PAE-SF, como uma das estratégias dessas famílias, está relacionada à falta de terras em quantidades suficientes e adequadas às famílias, como vimos anteriormente, associado à falta de infraestrutura. Essa problemática está carregando para fora do PAE-SF, até mesmo, os pais, chefes de famílias, cadastrados pelo projeto de reforma agrária. Como fica então o papel da reforma agrária, analisando-se esse caso em especial?

Será que ela se limitou ao reducionismo da regularização fundiária como política social para o assentamento de famílias? Destinando, às famílias tradicionais ribeirinhas assentadas no PAE-SF, porções residuais de “lotes” e os submetendo à sua própria sorte compromete o sentido da própria política agrária. O concebido era a integração entre a produção em áreas coletivas e a produção para autoconsumo e moradia em um lote reduzido, mas este modelo jamais deu certo.

Fica o paradoxo no fato de que as famílias possuem, em média, uma área de 4000 m², enquanto há pessoas, segundo informações das lideranças das Associações, que ocupam irregularmente áreas de 600 ha e até de 1.000 ha de terra com a criação de gado (atividade proibida pelo INCRA). Soma-se a essa situação a sazonalidade, fator limitante bastante característico da região (semiárida) e a falta de investimentos em irrigação, além das já referidas restrições impostas pelo Estado, não restando muitas opções às famílias para geração de renda. Identificamos que outras fontes de renda, como os benefícios governamentais, suprem parte das necessidades do grupo, a exemplo das aposentadorias e programas como a Bolsa Família.

Quando se fala em projetos para os camponeses, eles estão fundamentados na reprodução social do grupo, sobretudo pela possibilidade de “ter pra deixar para os filhos”. A terra é vista como patrimônio a ser transmitido para as gerações, não apenas um meio para produzir, mas como um local de continuidade do trabalho iniciado pelos pais, seja sucedendo-lhes ou formando uma nova família, o que, nesse caso, é uma concessão, sempre temporária e jamais definitiva, como na modalidade Projeto de Assentamento.

Pressuponho então que esses assentados se constituem como uma categoria em processo. No entanto, as suas características tradicionais não desapareceram, elas são abaladas e incorporaram muitas situações e valores novos, integrando-se ao que se pode chamar de um grupo fortemente localizado. O processo de sociabilidade e de solidariedade em que estão integrados os assentados é fundamental na definição do modo de vida do grupo, assim como responsável pela sua coesão nessa sociedade de interconhecimento, mas ela é contrastada com a necessidade eminente de sobreviver e continuar no lote, o que, por outro lado, os individualiza.

O INCRA deixa transparecer, em seu planejamento, que não tinha sequer terras suficientes disponíveis para atender as aspirações dos assentados. Assim, uma relação direta com a terra, com o ambiente e a possibilidade de reprodução social dos assentados encontram-

se comprometidas no PAE-SF, causando consequências à sua reprodução no lote, sobretudo enquanto boa parte das terras se mantiver nas mãos dos irregulares e o INCRA não concluir o projeto a que se propôs. Portanto, o que diretamente necessita é que se resolva a saída dos irregulares e a conclusão do Projeto.

Pensar as famílias como tradicionais, enquanto parte de um projeto de reforma agrária ecológica, deveria constituir uma forma de integrá-las à perspectiva de preservação/conservação do PAE-SF, criando condições para sua permanência e para seu desenvolvimento no local. É preciso entendê-las como uma população que tem um modo de vida específico, caracterizando-se pela proximidade e intimidade com o meio ambiente, mas seguindo normas próprias que precisam se relacionar com a modalidade. A natureza não significa para o camponês simplesmente algo que está ao seu redor, mas é, acima de tudo, o local com que ele interage, lugar de vida e de trabalho: constitui uma visão de mundo. No PAE-SF, a relação homem-natureza é resultado de uma história construída ao longo de muitas gerações.

Essa população vive em constante dilema e tensão, pois precisa preservar o patrimônio ambiental, mas, igualmente, necessita garantir a sua sobrevivência, exercendo os seus “direitos” à exploração dos recursos naturais, entretanto, que dependem muitas vezes da moderação do seu uso. Muitas atividades hoje, no PAE-SF, “só são possíveis” observando as restrições, por meio de licenças concedidas pelo Estado, ou são tratadas como crime ambiental.

Por outro lado, acreditamos que a “regularização” fundiária da área pelo INCRA tinha como perspectiva a preservação do ambiente daquele trecho do rio no Território Velho Chico, afinal, também considerado como um bem público valioso para a sociedade brasileira. Diante dessas constatações, refletimos ainda sobre o impacto na vida, na crença, nos valores, nas atividades produtivas das famílias e nas relações com a natureza ao passarem para a condição de assentados da reforma agrária, pois o rio e suas margens não estão reestabelecidos como se esperava.

Faz-se necessário perceber que os camponeses assentados no PAE-SF operam com uma lógica específica de produção e reprodução e que suas explicações não se encontram sempre definidas por fatores econômicos. Entendemos que as estratégias de reprodução não se limitam em retirar da terra apenas o alimento: existe um fator simbólico muito mais

importante para esses assentados, que é o fato de querer estar lá, a honra de viver naquela terra, que envolve o seu afeto e gratidão com para aquele lócus, em especial.

Fica evidente que para as famílias tradicionais ribeirinhas, acostumadas com o seu modo de vida, passar pela mudança da condição de ribeirinho para assentado da reforma agrária não se constitui apenas uma “mudança de nome”, mas, sobretudo, representa a construção de uma nova identidade. Nesse sentido, entendemos que essa nova identidade não é apenas individual, mas é também fundamentada em um grupo maior, a do agroextrativista, ela é coletiva que envolve não apenas a sua comunidade de origem, mas todas as onze que agora passaram a ser um só projeto de reforma agrária – o PAE-SF –, que inclui também um novo processo de organização coletiva, de novas relações e práticas sociais, de associação (formal e informal), ainda que nem todas as famílias reconheçam a sua importância para o grupo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações das famílias com o rio e a as resistências advindas de uma regularização fundiária forçada; as relações que estas famílias estabelecem com o novo local de morada, um lote no PAE, são aspectos que se misturam na formulação de novas estratégias para a viabilização de projetos de vida no âmbito individual e coletivo (familiar) no novo contexto. Como a família tem vivido o seu cotidiano para a construção do presente – ressignificando-o constantemente devido aos entraves ocasionados pela tutela do Estado e pelas apropriações de cada indivíduo necessárias à sua sobrevivência – orientaram o meu olhar para compreender que caminho é esse que parece incerto em inúmeros aspectos e bem definido em outros.

As treze famílias estudadas ilustram, em suas falas, memórias e vivências práticas que o rio São Francisco habita em suas histórias, seus desejos e suas representações sobre o futuro. Nesse novo lugar, as vivências anteriores à criação da APP são relatadas como abundantes em água e peixes no rio, ele que irrigava as plantações, que abrigava o transporte das famílias para Bom Jesus da Lapa e que trouxe inúmeras famílias atingidas pela construção da barragem de Sobradinho. A lavagem de roupas nos barrancos, as lendas sobre seres míticos, a grande produção de milho e feijão, a relação entre vizinhos, tudo isso era presente naquele momento de suas vidas.

Essa identidade ribeirinha da primeira geração transferida para o outro lugar não foi levada em consideração. Alguns lotes, pela sua localização, permitem visualizar o rio, mas essa imagem diária reforça a ruptura com aquele modo de vida. Através da ligação simbólica e também objetiva com o rio, torna-se possível conferir às famílias algumas resistências. As caminhadas para plantar nas antigas áreas representa uma destas formas de ratificar essa relação com lugar anterior de morada.

No início do assentamento daquelas famílias, a amenização dessa ruptura era mantida pela alocação dos vizinhos em lotes próximos, o que não foi regra. Os impactos negativos eram mais visíveis e vividos naquele momento, como a necessidade de se adaptarem a uma área onde a água só é possível de ser acessada através das lagoas formadas nas épocas de chuva ou nas cheias do rio. A falta de água naturalmente acarreta a dificuldade de plantar e

criar pequenos animais. A junção dessas duas dificuldades feriu a identidade ribeirinha que pressupõe a presença e uso da água e das práticas agrícolas.

Sob o entendimento que estavam agora regularizados (a ideia de legalização era muito forte), as famílias compreenderam que era necessário, naquele momento, resistir, se adaptar. Compuseram, como ações necessárias ao seu *bem estar*, formas de captação da água da chuva e também de bombeamento da água do rio para a irrigação. Através da política de convivência com a seca, muitas famílias receberam a construção de cisternas de consumo, elas ainda aguardam as chamadas cisternas de produção, próprias para o uso na irrigação das plantações, a chamada “segunda água”, já que a “primeira água” é aquela armazenada para o consumo humano.

O processo inerente ao assentamento das famílias se apresenta, nessa perspectiva, com inconcluso, pois, plantar e criar, sob condições cada vez mais adversas de seca, não tem sido tarefa fácil. Muitas famílias racionam a água da cisterna para molhar manualmente as pequenas hortas e para o consumo das galinhas caipiras criadas no lote.

O lote, aliás, demonstra-se como uma grande controvérsia entre o planejamento do Estado e a apropriação das famílias. Segundo o Estado, através de suas normas, a modalidade PAE deve ser constituída por dois espaços: o primeiro, o lote de morada, que pode abrigar produção para o autoconsumo e manejo ecológico dos recursos naturais; o segundo, que também possui delimitação e exige um manejo ecológicos, deve ser para o manejo agroextrativista coletivo, podendo incluir o manejo de animais, extração de frutos, sementes, folhas e também a produção agrícola exótica, como a organização de hortas e pomares.

Para as famílias, a área coletiva não se apresentou viável por falta de entendimento sobre divisão de tarefas e da produção, organização do tempo e das atividades, assim, paulatinamente, as áreas foram sendo divididas em lotes de morada e algumas seguem ocupadas, mas por apenas uma família. Mesmo nesse contexto, a agropecuária, ou até mesmo o agroextrativismo, não se apresenta como inviável sob condições melhores para o manejo e a produção. Ressalto, no entanto, que para esta execução, prevista nas normas, torna-se fundamental o apoio do Estado em estimular a formação dessas famílias para se adequarem às adversidades, ofertar assistência técnica especializada para esse tipo de manejo e dialogar sobre os melhores mecanismos de produção nos lotes e nas áreas coletivas que ainda restam.

Sobre isso posso situar a minha atuação como professor e extensionista do IF Baiano. Desde que cheguei a Bom Jesus da Lapa, tenho atuado com professores e estudantes do curso técnico em agricultura, do curso superior em engenharia agrônoma e da pós-graduação em inovação social com ênfase em economia solidária e agroecologia, na pesquisa-ação com comunidades rurais sob a perspectiva da agroecologia. A comunidade de Barra de Ipueira foi uma das escolhidas, pois Daniel Mandacaru é um de nossos estagiários.

Realizamos algumas atividades de formação, cuja maioria dos participantes era de mulheres. Apoiamos a implantação da horta agroecológica que as Marias Xique-Xique e Mandacaru atualmente gerem e desenvolvem. Com a experimentação e a troca de saberes, estimulamos o manejo agroecológico daquela área. Interessante constatar que atualmente (três anos depois do início das atividades), as Marias, que fazem parte da Associação de Mulheres Campesinas⁶², entregam o que é produzido para o mercado institucional.

Entendo o potencial da agroecologia para o PAE, pois entre os seus princípios estão a compreensão e ação conforme as possibilidades do meio natural, a produção integrada com a caatinga (nesse caso), a integração entre as gerações, os gêneros e os saberes, além da busca de tecnologias sociais com vistas a superação de entraves, com vistas a gerar autonomia das famílias no que tange a participação, a decisão e a apropriação. Por esse caminho, as identidades são valorizadas e a convivência com a natureza é conduzida de forma a garantir a manifestação e vivência das identidades.

Voltando o olhar para o lote individual, ou lote de morada, esse também possui especificidades importantes. A previsão do Estado é que ele seja habitacional e que abrigue a produção para o autoconsumo. Por conta do fracasso das áreas coletivas, as famílias almejam, e algumas tentam, uma produção em escala maior, muitas vezes sem sucesso. Como visto nos croquis, nenhum lote é completamente ocupado com produção agrícola, pois a falta de água e de recursos para investir e ter retorno com a agricultura ou pecuária ainda é bastante limitadora.

A dificuldade em sobreviver com a produção agrícola leva os indivíduos a buscarem alternativas de promoção de renda fora do lote, assim, ele passa a ser significado como espaço de produção para o autoconsumo e lugar de morada. Essa última forma de compreender o lote estimula as famílias a pensarem, e até executarem, a construção de uma

⁶² Esta Associação abarca mulheres do PAE São Francisco, das comunidades de Barra de Ipueira e Capão Preto, além de mulheres das Agrovilas 7, 11 e 18 em Serra do Ramalho.

segunda casa. Naturalmente, a divisão do lote encurta ainda mais a área disponível à produção, o que é percebido pelas famílias, que, por isso, se vêm em um dilema.

A maioria das famílias que participaram da pesquisa ainda não construiu uma segunda casa, mas, muitas delas, pensam a respeito e já iniciam os planos para a construção. O lote ganha, então, um sentido ampliado, que de local da moradia, se torna o lugar das moradias.

Para viabilizar a permanência no lote, tanto a primeira geração e mais ainda a segunda, desloca-se para o trabalho, que pode ser em prestação de serviços ou no trabalho rural em Bom Jesus da Lapa. O deslocamento não extirpa os laços de cooperação, da importância do agrupamento e a união da família. O lote também abriga atividades não agrícolas que, para a segunda geração, se colocam no âmbito da busca de renda, da ocupação do tempo e da viabilização de uma atividade naquele espaço a partir da percepção das demandas internas.

Assim, vai se constituindo um olhar diferenciado que se ampara nas dinâmicas sociais, com as quais a comunidade pode acessar alguns serviços sem precisar se deslocar para as cidades. A casa de moradia ganha um espaço onde abriga o salão, a mecânica de motos, até mesmo algumas estantes para a venda de alimentos, como uma mercearia. Essas atividades compõem a renda das famílias, mas também garantem à segunda geração a sua permanência e um lugar de destaque na unidade doméstica.

Essa é uma das estratégias de sucessão, que por decisão própria, mas com o apoio da família, a segunda geração assume seu lugar na dinâmica econômica familiar e afirma o seu desejo de construir seus projetos de vida naquele lugar.

Porém, não é apenas dessa forma que a segunda geração se apresenta para a sucessão. Há aqueles casos apresentados em que a produção agrícola é o elemento definidor. Assim como para os indivíduos que se inserem nas atividades não agrícolas, para aqueles sujeitos que desejam continuar na agricultura, a atividade também precisa ser ressignificada pela primeira geração. O(a) sucessor(a) opta por reformular o modelo de produção da primeira geração, buscando novos meios, novas técnicas, novas atividades. Aqui ratifico a importância da agroecologia, que abarca o surgimento da produção de melíponas, o extrativismo das nativas e a horticultura integrada.

O curso por esse caminho necessita de apoio do INCRA, pois a formação, o incentivo à participação em políticas públicas e a assistência técnica são imprescindíveis. Ademais, é

importante ressaltar que a segunda geração, que deseja trabalhar com a terra, demonstra buscar uma estratégia que se adequa à modalidade, ou seja, a busca pela produção de base ecológica.

Uma terceira via é aquela em que a mobilidade não estimula rupturas. A saída para Bom Jesus da Lapa em busca de moradia e também trabalho tem, em muitos casos, o objetivo de ajudar aqueles que permanecem no lote. A migração para São Paulo também estabelece a continuidade destas relações, o envio de dinheiro, as idas e vindas, enfim, a manutenção de laços afetivos e simbólicos estimula os que ficam a continuarem sob a perspectiva de manter um elo e um patrimônio que é de todos.

Sob essas três vias, a segunda geração tem grande importância, pois é ela quem possui o compromisso de manter os projetos e garantir a permanência 'do' e 'no' lote. Surge, no entanto, a importância da terceira geração, os netos. Para aquelas famílias em que a segunda geração ainda não apresentou o(a) seu(a) sucessor(a), os netos é que são percebidos pela primeira geração com aqueles que darão continuidade e sentido ao lote, à permanência na terra.

As estratégias familiares acompanham as possibilidades da própria composição familiar. A presença das mulheres da segunda geração no lote, majoritariamente as mais novas, apresenta a mudança de contexto no interior das famílias e no próprio PAE. Alguns filhos mais velhos foram oportunizados com um lote de moradia no momento de criação do PAE, enquanto outros, de acordo com os abandonos e desistências, também ingressaram como beneficiários e acessaram lotes depois. Algumas mulheres saíram por conta de casamento, mas, após a separação, voltaram para as casas dos pais, o que demonstra a fragilidade desse modelo, que não planeja e nem prevê a alocação da segunda geração.

São justamente essas mulheres que trazem consigo seus filhos ou filhas (os netos da primeira geração) e, pelo contexto, são estimulados(as) a se adequarem ao sistema proposto na unidade familiar, como a produção no lote ou terem que sair para trabalhar e retornar diariamente. Fica nítido que nesse momento, as famílias constroem suas estratégias pensando muito mais na sobrevivência e na permanência.

A partir dessa descrição, as constatações possíveis sobre as realizações necessárias do Estado com vistas à garantia da qualidade de vidas das famílias no PAE-SF estão aquém do necessário. A confirmação da inexistência de uma política pública de reforma agrária mais comprometida com o atendimento das necessidades essenciais à melhoria da qualidade de

vida das famílias assentadas, como a terra e a infraestrutura, torna o Projeto, como inconcluso. Esse fator vem trazendo sérias consequências negativas para as famílias assentadas e para a sustentabilidade do Projeto.

A infraestrutura é um componente importante para a permanência dos indivíduos no lote, até mesmo no desejo da segunda geração em pleitear um novo lote, quando surgido da desocupação de um lote de morada. Ainda falta construir cisternas de captação da água da chuva com a finalidade de consumo doméstico em todos os lotes. É importante também construir cisternas para a produção, o que viabilizaria a rega das plantações.

Permanecer no lote perpassa pela dimensão objetiva das condições de infraestrutura, mas não só por ela. A continuidade do lote como um bem familiar só é possível se pelo menos um indivíduo deseja permanecer. A transmissão do lote é feita através do Contrato e as responsabilidades são então repassadas. Quando encontramos famílias cuja segunda geração não deseja, ou ainda não há uma terceira que possa vir a se interessar, o sentimento de transitoriedade naquele espaço é bastante presente. As famílias que não apresentam a possibilidade de indicar um(a) sucessor(a) afirmam que seria interessante se os compadres ou parentes de segundo grau pudessem ser indicados de forma direta para a continuidade no lote, o que não é permitido pela legislação.

As famílias possuem, então, essa frágil relação com o seu patrimônio, que pode ser perdido na ausência de um(a) sucessor(a). As famílias percebem a fragilidade dessa situação, por esse motivo assumem as estratégias descritas anteriormente, admitindo negociações e abrindo mão de planos anteriores, replanejando a partir das ideias e das possibilidades construídas pela segunda geração. A escolha do(a) sucessor(a) não é hierarquizada, pois a primeira geração percebe as fragilidades, sobretudo em como as suas decisões podem ocasionar um desmembramento da família ou até na desmotivação daqueles que desejam permanecer, mas não conforme os desejos dos pais. Torna-se fundamental negociar.

Ouvi, em diversas ocasiões, de alguns indivíduos, que preferiam que o INCRA modificasse a modalidade, tornando o PAE em Projeto de Assentamento. Entendem que assim seguiriam outras normas, inclusive preveem a emissão do título definitivo do lote e a organização do espaço de outra maneira, sem as áreas coletivas, por exemplo. Essa questão

ainda não foi amplamente discutida e tampouco levada ao INCRA, mas transmite a insatisfação e inadequação dessas famílias à modalidade.

Por esses motivos, o futuro é incerto para as famílias que estão sobre uma terra que pode deixar de ser delas, seguindo normas que não concordam ou não se adequam, enfim, vivendo a ausência do Estado, exatamente o promotor dessa organização socioespacial. As consequências da ação inconclusa do Estado acarretaram às famílias um forte sentimento de insegurança, pois seguem sob tutela, mas, ao mesmo tempo, sozinhos.

O contexto exige uma ação presente do Estado, principalmente na promoção e execução de políticas públicas, no cumprimento dos seus deveres previstos em documentos e na promoção da qualidade de vida daquelas famílias. A associação, sob essas condições, é estimulada também assumir o seu papel, incentivando a formação de lideranças, a participação dos indivíduos, não apenas em instâncias de decisão, mas com a promoção de atividades de lazer, de ação coletiva e de estímulo a inovação social.

O futuro dessas famílias é incerto, sobretudo pela subalternidade a que estão submetidas, pois não possuem autonomia, obrigadas a seguir um projeto que carece de concepção, planejamento e execução; até porque, como se apresenta no momento, não respeita as identidades, as territorialidades e as dinâmicas sociais construídas. O elo que as famílias estabeleceram com a terra, antecede qualquer outra relação, pois estar na terra, para estas famílias, lhes permite ser o que são e gostariam de ser. Ouvir suas demandas, compreender suas subversões, observar suas estratégias é admitir aquele espaço como espaço de vida. Assim eles o compreendem, admitem que são daquele lugar. O que cabe compreender que quando se referem ao lugar, não estão tratando necessariamente do PAE, mas do lugar na terra, no seu lugar de morada.

Esta Tese espera colaborar com a compreensão das consequências de um projeto que fragmenta severamente relações familiares e identitárias estabelecidas. O Estado delega às famílias ressignificarem suas vidas baseando-se na preservação do rio e da mata ciliar, considerando uma ilegalidade sua existência ancestral nas margens do rio São Francisco. Ao enquadrar forçosamente as famílias em uma modalidade exótica ao contexto Territorial, as famílias assentadas se perceberam sem exemplos, sem parâmetros.

Para solucionar a ausência de referência, esperava-se que o Estado acompanhasse o envolvimento das famílias em suas adaptações, conflitos, críticas e sugestões, o que não ocorreu. As famílias apresentam sua indignação através das falas, pois percebem, diariamente, que sua expulsão das áreas fora em vão. Acompanham paulatinamente as margens do rio serem ocupadas por estranhos, a extração de areia ser praticada sem grandes consequências aos que a praticam, mas que degrada o rio e suas margens, reforçando a constatação de que a saída forçada das margens do rio foi em vão.

De forma contraditória, são obrigados legalmente a preservar a caatinga em uma atuação “ecológica”. Se não podiam desempenhá-la às margens do rio, seu lugar, por que conseguiriam nas áreas de sequeiro? Fica aparente a dificuldade de aceitação e adaptação.

Importar um modelo adequado à Amazônia, acreditando que os camponeses se adaptariam, afronta identidades e territorialidades, acarretando em sofrimentos e resistências. O Estado punir as famílias por suas práticas costumeiras (uma preocupação constante entre os indivíduos) seria assumir a sua própria ausência.

Essa análise elucida que a sucessão para as famílias é motivo de profundas alterações em sua constituição simbólica. A adequação de seus modos de vida e o enfrentamento das dificuldades ocasionadas no Projeto se contrapõem ao que as famílias acreditavam. Um dos motivos que as famílias relatam terem reduzido os conflitos e, conseqüentemente, influenciado o deslocamento para os lotes, era o entendimento de que teriam, nesse novo local, acesso a infraestrutura, políticas públicas, serviços básicos (saneamento, educação e saúde).

Seguem, no entanto, um caminho tortuoso, carregado de incertezas. Continuam transformando seu modo de vida ribeirinho à condição de moradores em um lote. Mal conseguem plantar para o autoconsumo e veem a relação com a terra se descaracterizar. O sonho de possuírem legalmente um patrimônio não se concretiza pela terra, mas por um documento, segundo o qual a transmissão depende, também, do Estado. Essas famílias representam outras que, sob mesmas condições, pertencem a um lugar que não é completamente delas. Essa realidade específica demonstra que a modalidade PAE

condicionada à sujeitos sociais sem a identidade pretendida, avilta a sua sobrevivência, fragmenta relações, fragiliza processos e causa tensões.

Por fim, as falas, os olhares e as ações são de esperança, de credulidade em dias melhores. As famílias percebem o futuro como incerto, quando tratamos sobre a sua continuidade e as possibilidades das permanências. Constroem, porém, a certeza de que o futuro pode ser certo, pois esse lugar é o lugar da existência, não há outro. A força empreendida na labuta diária, no cotidiano que presenciei, desde 2010, e ainda presencio, reforçam a constatação que a comunidade de Barra de Ipueira, como dito nas palavras de Maria Xique-Xique, “[...] *é lugar de gente forte, de sertanejo de verdade, de catingueiro resistente. Ali é lugar de gente disposta e a resposta que falta é quem pode lhes ajudar a continuar a lutar!*”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. IN: Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília, **Texto para discussão**, 29, 1997.

_____. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: EPAGRI; Brasília, DF: NEAD/MDA, 2001.

_____. *et al.* **Juventude e agricultura familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ALENCAR, M. A. G. de. A (re)descoberta do sertão. **Revista Estudos.** Goiânia: v. 27, n. 2, p. 241-270, abr/jun 2000.

ALENTEJANO: R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: TEDESCO, J. O capital. (Coord.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3 ed., Passo Fundo: UPF, 2001. p. 149-175.

_____. O que há de novo no rural brasileiro? In: Geografia, política e cidadania. **Revista Terra Livre**, n. 15, 2000.

_____. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro.** 1997.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.

ANJOS, F. S. dos.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

ASA BRASIL. **Reflexões e proposições da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), no intuito de contribuir para a garantia plena do acesso à água para todas as pessoas no Semiárido.** Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Olugardaconvivenciaaerradicacaodaextr emapobreza.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BACCARIN, J.G., *et al.* Agricultura Familiar e Alimentação Escolar sob a Vigência da Lei 11.947/2009: Adequação das Chamadas Públicas e Disponibilidade de Produtos no Estado de São Paulo em 2011. In: **50º Congresso da SOBER**, 2012.

_____. SOUZA, José G. Um Questionamento sobre a Capacidade Explicativa do Conceito de “Pluriatividade” em uma Região de Pequena Agricultura Diversificada. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 19-31, abr. 2012.

_____. *et al.* Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: Alcance e Dificuldades para Implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo. In: **49º Congresso da SOBER**, 2011, Belo Horizonte.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (obras escolhidas, v. 1).

BERGAMASCO, S. M. P. P. *et. al.* **Assentamentos rurais no Brasil: diversidades socioeconômicas.** Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab270.pdf>>. Acesso em: 6. abr. 2004.

_____. *et. al.* Os impactos dos assentamentos rurais em São Paulo: In: MEDREIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

_____; LODER, John. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo, 1996.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 25. ed., Petrópolis: Vozes, 2005.

BERTAUX, D. **Los relatos de vida.** Barcelona: Bellaterra, 2005.

_____. **L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités.** Cahiers Internationaux Sociol, p. 197-223, 1980 Ago-Dez; 69 (2).

BEUAD, S.; WEBER, F. **Guia para uma pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOSI, E. **Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU: **A Miséria do Mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes de (Coord.). **Usos e abusos da história oral.** 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____. **Le bal des célibataires; crise de la société paysanne en Béarn.** Paris: Points, 2002.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas, Papyrus, 1996.

_____. **La distinction: critique social e du jugement,** Paris, Minuit, 1979.

_____. Celibat et condition paysanne. **Études Rurales,** 1962.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris,** Revista do Centro de Estudos Rurais. IFCH/UNICAMP, 1, 1, p. 37-64, 2007.

_____. **A partilha da vida.** São Paulo: Geic/Cabral, 1995.

_____. **O afeto da terra.** Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1999.

BRANDENBURG, A. **A agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRASIL. Lei Nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no capítulo III, título VII, da Constituição Federal. **Base da Legislação Federal Brasileira**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2FLei%25208.629-1993%3FOpenDocument%26AutoFramed>. Acesso em: 13 maio 2015.

BRIOSCHI LR, TRIGO MHB. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. **Ciência e Cultura**, 39 (7), p. 631-7, 1987.

BRUMER, A; SPANEVELLO, R. Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil. **Relatório de pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José. CASTRO, Elisa Guaraná de. (Org.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidades. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35- 51.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas** / Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

_____. Previdência social rural e gênero. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº. 7, p. 50-81, jan./jun, 2002.

_____. *et al.* A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 1, 1993. p. 179-234

BURSZTYN, Marcel. O Brasil real reconstruído. Experiência de colonização em Serra do Ramalho, Bahia. Salvador: **Cadernos do CEAS**, n. 118, novembro/dezembro, 1988.

CARDEL, L. M. P. S. **Tipologias da sertanidade baiana: uma análise sobre três dimensões identitárias**. Disponível em: <<http://www.nuclearufba.org/files/texto2.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2014.

_____. Territorialidade, liminaridade e memória: um estudo de caso sobre choque entre imaginário e (re) construção da identidade. **CSOnline** (UFJF), v. ano 3, p. 45-79, 2008.

_____. A concepção de trabalho no universo camponês: um processo ético de socialização. In: **Bahia análise & Dados**, v. 6, n. 1. Salvador: SEI, p. 46-51, jun., 1996.

CARDOSO, R. C. L. (Org.). **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CARLOS, A. F. A. A Mundialização do Espaço. In: MARTINS, José de Souza. (Org.) **Henri Lefebvre e O retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, M. J. T. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José. (Coord.) **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

_____. Introdução. In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 9-14.

_____. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

_____. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

CARRIERI, A, P; AGUIAR, A. R. C. A transferência de gestão em unidades de produção familiar: a sucessão e a herança no bairro rural de Cardoso (M.G.). In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 17, 1993, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, CD ROM, 1993.

CASTRO, E. G. de. et al. **Os jovens estão indo embora?: Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

_____. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (Org.) **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. São Paulo: UNIARA, 2008.

_____. **Entre sair e ficar: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado (2005). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional.

_____. **Entre o rural e o urbano: dimensões culturais nos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro**. Tese mestrado apresentada na UFRJ, 1995.

CHAMPAGNE: Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, 3, p. 73-89, 1986.

_____. **La reproduction de l'identité**. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, 65, p. 41-64, 1986.

_____. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, n. 3, décembre 1986.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHARTIER, R. O mundo como representação. In: **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

_____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Coleção Memória e sociedade. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez; 1991.

CIPRIANI, R ; POZZI, E ; CORRADI, C. Histoires de vie familiale dans un contexte urbain. **Cahiers int sociol**, 79: 253-62, 1983.

COMERFORD, J. **Como uma Família**. Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Nuap, 2003.

CORDEIRO, M. S. S. Jovens da Reforma Agrária: Lógicas de Sucessão Como. Estratégias de Reprodução Social no Assentamento Novo. Horizonte - Campos Dos Goytacazes/RJ. **XXVII Congresso de la Asociación Latino-americana de Sociología. Asociación Latino-americana de Sociología**, Buenos Aires, 2009.

CORDEIRO, R. L. M.; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste do Brasil; **Revista Estudos Feministas**, 15 (2), 419-423, 2007.

CORDEIRO, R. L. M. Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco. **Revista Estudos Feministas**, 15 (2), 453-460, 2007.

COSTA, Conceição de Maria Souza Batista. Trajetória social e construções identitárias de morador a camponês: a perspectiva dos sujeitos. **Revista Pol. Públ.**, São Luís, v. 16, n.1: 191-201, jan/jun, 2012.

D'EPINAY C. L. La vie quotidienne (Essai de construction d'un concept sociologique et anthropologique). **Cahiers int sociol** 1983; 74: 13-37.

DA MATTA, R. A família como valor: Considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, A., M. *et al* (Orgs.). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, UFRJ, 1989.

_____. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DIEGUES, A. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2002.

DIRVEN, Martine. "Las prácticas de herencia de tierras agrícolas: ¿Una razón más para el éxodo de la juventud?". **Serie de Desarrollo Productivo**, No 135. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.

DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>. Acesso em: 21. mai. 2009.

ESTERCI, N. *et.al.* Projetos e políticas socioambientais: repensando estratégias. **Rede Amazônia: diversidade cultural e perspectivas socioambientais**, Belém, ano 3, n. 1: 3-6, 2004.

ESTERCI, N. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia Brasileira. In: **Diversidade sociocultural e políticas ambientais na Amazônia Brasileira**. Boletim No. 1 Rede Amazônia, 2002.

_____. Pescadores e ribeirinhos. **Relatório de Pesquisa**. CNPq. 2001.

ESTRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros: cotidiano e representações**. São Paulo: Humanitas/Educ/Fapesp, 2003.

ESTRELA, E. S. **Sobradinho: a retirada de um povo**. Salvador: EDUNEB, 2010.

_____. Três felicidades e um desengano. A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho. São Paulo. **Doutorado em História Social do Departamento de História da Pontifícia Universidade de São Paulo**, 2004.

FARIAS, M. F. L. de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (org.) **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. São Paulo: UNIARA, 2008.

FERRANTE, V. L. S. Assentamentos rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal? **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, ano 16, n. 15: 62-76, dez. 1997.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a "trama de tensões" em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA/NEAD: 272-308, 2008.

GADOTTI, M. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983. p.53-64

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: **CabInternational**, 1993. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1477-9552.1988.tb00560.x/abstract>. Acesso em: em: 26 de ago. 2015.

GERMANI, G. I. **Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA:ULBRA, 2003.

_____. Assentamentos de reforma agrária: Produção de novos espaços de vida e de conflitos. **Revista Cultura Vozes**, n.6, nov-dez: 67-84, 2001

_____. Cuestión agraria y asentamiento de población en el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990). Barcelona: Universidad de Barcelona. **Tese de Doutorado**. 1993.

GIULIANI, G.M.; CASTRO, E.G. de. Estudos Sociedade e Agricultura, 6, julho 1996, 138-169.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência** mental. Rio de Janeiro: Agir; 1989.

GOMES, I. Z. **A recriação da vida como obra de arte: no assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade**. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

GOMES, M. A. O. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos em empreendimentos agropecuários. **Informe agropecuário**, Belo Horizonte, 2000:110-19.

GUIMARÃES, L. G. L. Produzir e preservar no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco: Contribuição da educação ambiental. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidades, UNEB, Salvador, 2015.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

INCRA. **Titulação dos lotes**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/titulacao>, Acesso: 11 de fev. 2016.

_____. **Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial – Norma de Execução do INCRA/DT no. 52**. Brasília25/10/2006.

_____. **Relatório da Comissão do Ex-PEC Serrado Ramalho**. Brasília: 1994. (Mimeo)

JUCHEM, D. M. *et al.* **Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural**: evidências empíricas. In: SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, 8. 2005, São Paulo. Anais...São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/237357136_Principais_Problemas_Enfrentados_na_Hora_da_Sucesso_na_Propriedade_Rural_evidncias_empircas. Acesso: 01 dez. 2015.

LAHIRE, B. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. *et al.* **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

LEITE, S. Gerações ou Trajetórias de desenvolvimento. **Seção 1. Texto impresso.** CPDA: Rio de Janeiro, 2000.

LESSA, S. **A Centralidade Ontológica do Trabalho em Lukács.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n.52:07-23, dez. 1996.

MACHADO, E. P. (Org.) **Poder e participação política no campo.** São Paulo: CERIFA, Salvador: CAR/CEDAP/CENTRU, 1987.

MALAGODI, E. e MARQUES, R. Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais. In: **Juventude Rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. **Educação e Sociedade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional: 91-97, 1976.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2010.

_____. (Coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003, Série Estudos Rurais. 2ª Edição, 2009.

_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP,** São Paulo, v. 10, n. 1: 1-8, 1998.

_____. **Expropriação & violência: a questão política no campo.** 2. ed. São Paulo, HUCITEC, 1982.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS-COSTA, A. L. B. Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho. **Dissertação de Mestrado em Antropologia.** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

MEDEIROS, L. S de.; LEITE, S. (org.) **A formação dos Projetos de Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed da Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, R. A. L. de. Construção de significados no evento-situacional usina hidrelétrica Corumbá IV: desapropriação, reordenamentos e formação de uma ordem moral. **Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.** Brasília: UnB, 2007.

MENEZES, M. A. de. Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano. In: FERRANTE, Vera Lúcia Botta. WHITAKER, Dulce Consuelo Aandreatta. (org.) **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** São Paulo: UNIARA, 2008.

MIRANDA, M. E. **Os assentados frente aos desafios legais:** uma interpretação antropológica das relações jurídicas no assentamento de Promissão – SP. Tese (Doutorado) 2003, USP, São Paulo.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya, 2. ed. – São Paulo: Cortez ; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra:** parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

NAVARRO, Z. “Nunca cruzaremos esse rio”. A estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a sociologia militante, e o caso da reforma agrária. **Anais da ANPOCS**, G.T.35, 2008.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Org.). **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

NEVES, D. P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas:** estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

OLALDE, A. R.; OLIVEIRA, G.G.; GERMANI, G.I. Acesso à terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco. **Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Londrina, Paraná, 2007.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1: 229-252, jan./abr. 2004.

PAULO, M. de A. L. de. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (org.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

PEIXOTO, M. O planejamento do desenvolvimento dos assentamentos rurais: experiências no Rio de Janeiro. **Revista da Universidade Rural – Série Ciências Humanas**. Seropédica: UFRRJ, vol. 24 (1-2): 159-172, 2002.

PEREIRA, J. C. A.; FERREIRA, D. A. de O. Camponeses e Agricultores Familiares: Caminhos e descaminhos em contexto de pluriatividade. In: FERREIRA, Darlene A. de O.; FERREIRA, Enéas R. (Org.) **Estudos Agrários: conceitos e práticas**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2009.

PETERSEN.; ROMANO, J. O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. AS-PTA/Actionaid - Brasil: Rio de Janeiro, 1999.

PIERSON, D. **O Homem no Vale do São Francisco**. 3 Tomos. Ministério do Interior, SUVALE, Rio de Janeiro, 1972.

_____. **Teoria e pesquisa em sociologia**. 6ªed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

PORTELLI, A. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

QUEIROZ, M. I. P. de. Do rural e do urbano no Brasil. *In*: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, pp. 160-176.

RAMOS, G. **Un acercamiento teórico a los efectos del sistema de sucesión en la incorporación de los jóvenes a la agricultura Vasca**. Bilbao, 2004. Disponível em: http://www.unavarra.es/puresoc/pdfs/c_ponencias/ramos.pdf , Acesso: 28 out. 2014.

RELATÓRIO do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Extrativista São Francisco (PDSA). Organizado pelo DESAGRO/INCRA. Bahia, 2002. (Mimeografado).

RELATÓRIO final dos trabalhos para emancipação de colonização Serra do Ramalho-PEC/SR. Elaborado pelo Incra. Brasília: dez. 1994. (Mimeografado).

RELATÓRIO socioeconômico do PAE-SF. Elaborado pela Ates. Bom Jesus da Lapa- BA, 2006.

RELATÓRIO socioeconômico do PAE-SF. Elaborado pela equipe Lumiar. Bom Jesus da Lapa, 1999 (Mimeografado).

ROCHA, Herivelto Fernandes. Organização territorial dos assentamentos rurais no Brasil. Relação entre políticas públicas, movimentos socioterritoriais e os assentados das reformas agrárias. 2013. 181 f. **Relatório de Qualificação** (para obtenção de Título de Mestre em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2.ed. São Paulo, 1984.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, Coleção Espaços, 1997.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1979.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.16:164-84, abr. 2001.

SCHWARZ, R. **Um Mestre na Periferia do Capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SCOPINHO, R. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciência e Saúde Coletiva**, 15 (Supl. 1), pp. 1575 – 1584, 2010.

_____. Ap. Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 12, n. 2, p. 257-270, 2009.

SCOTT, P; CORDEIRO, R; MENEZES, M (Org.). Um olhar de gênero e de geração nos universos rurais. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

SCOTT, Parry. ATHIAS, R. QUADROS, M. T. **Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas**. Recife: UFPE, 2007.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (org.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SEGALEN, M. **Sociologia da família**. Lisboa: Terramar, 1999.

SETTON, M. da G. J. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**. nº 2, Vol. 17, 2005. p. 335-350.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n.52: 1-27, 1985.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, Luiz Pinguelli. SIGAUD, Lygia. MIELNIK, Otávio. (Orgs.) **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais**. Rio de Janeiro: COPPE. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. RJ: PPGAS/Museu Nacional, 1986.

_____. **A idealização do passado numa área de plantation**. Revista Contraponto, ano 2, no. 2, dez 1977.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª edição Campinas, UNICAMP, IE, 1996.

_____. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?** Zahar editores, 1971.

SILVESTRO, M.L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis e Brasília: EPAGRI e NEAD, 2001.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar: o mapa da doença**. (6aed.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

SODRÉ, M. L. da S. Às margens do Velho Chico: o projeto inconcluso do INCRA e suas consequências para o modo de vida das famílias ribeirinhas assentadas no PAE – SF. **Tese de Doutorado: Programa de Pós Graduação em Sociologia**, UFPE, 2008.

_____. **A história do Assentamento Agroextrativista São Francisco e a análise do modo de vida e dos projetos dos assentados**. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e Identidade. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas. Três Lagoas: MS, v. 1, n.6, ano 4, nov. 2007.

SOUZA, L.B.B. Organizações da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo e sua Experiência de Fornecimento para o PNAE. *In: Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo*, São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. 236p.

STROPASOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese Doutorado (2002). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

TARSITANO, M. A. A.; SANT'ANA, A.L.; ARAUJO, C. A. M E BOLIANI, A. C. Projeto de reassentamento rural Cinturão Verde de Ilha Solteira – SP. Duas perspectivas de análise. *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 36, 1999, Foz do Iguaçu (PR). **Anais Foz do Iguaçu** (PR), 1999.

TEDESCO, J. C. Re(vi)vendo o ontem no tempo e no espaço “dos de hoje”. Fragmentos de memória de idosos. *In: _____*. (Org.) **Usos de memórias (política, educação e identidades)**. Passo Fundo: UPF, 2002: 41-79.

_____. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

TOURAINÉ, A. **Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **O retorno do ator: ensaio sobre sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

TRIGO, M. H. B.; BRIOSCHI, L. R. Família: representação e cotidiano. Reflexão sobre um trabalho de campo. *In Textos Cerun1*. São Paulo, 1989.

WAIZBORT, L. “A vida humana e a maturidade no processo de civilização”. **Anuário de Educação 1997/1998**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998: 59-75.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de* (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. Identidade social e espaço de vida. *In: _____* (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas- SP: CERES - Unicamp, 2004.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21: 42-61, out. 2003.

_____. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga; estudo de caso no Nordeste. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15:87-145, out. 2000.

_____. Raízes do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPE, 1999.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a A.V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu/MG, 1996.

_____. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cad. Dif. Tecnol. V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMAN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**. N. 87. Brasília: Editora UnB, 1990. p. 11-73.

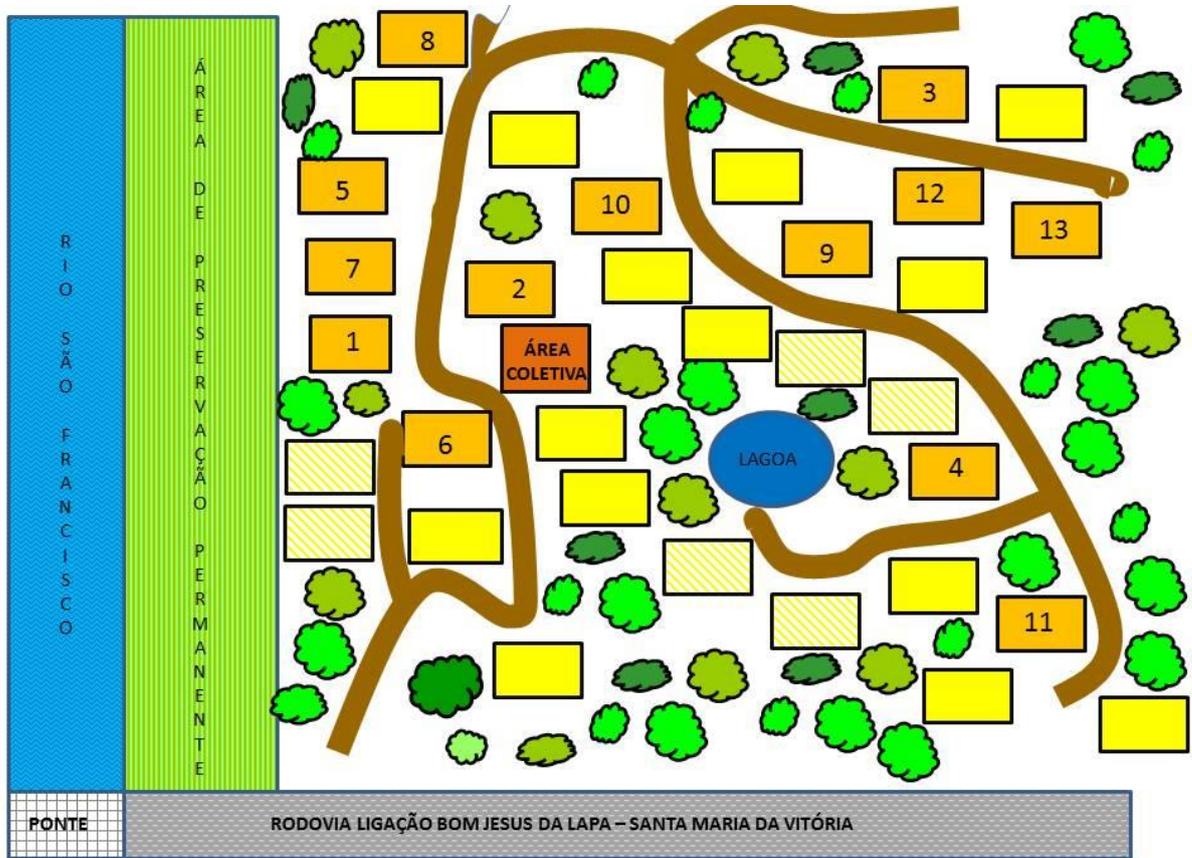
WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da UNB, 1997.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

ZANONE, M. M. *et.al.* Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em áreas de proteção ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2:39-55, 2000.

ANEXO

Figura 29: Espacialização da Pesquisa.



LEGENDA:

- 1. Família Xique-Xique
- 2. Família Mandacaru
- 3. Família Angico
- 4. Família Cagaita
- 5. Família Macambira
- 6. Família Jitirana
- 7. Família Mulungu

- 8. Família Mangaba
- 9. Família Pitomba
- 10. Família Juazeiro
- 11. Família Aroeira
- 12. Família Gueroba
- 13. Família Quixabeira



ÁREA COLETIVA QUE FOI DIVIDIDA E SE TORNOU LOTE DE MORADA



ÁREA COLETIVA MANEJADA POR MARIA XIQUE-XIQUE E MARIA MANDACARU